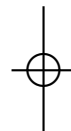
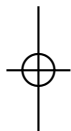




# O príncipe

Nicolau Maquiavel



**copyright** Hedra

**edição brasileira**© Hedra 2019

**tradução**© José Antônio Martins

**prefácio**© José Antônio Martins

**título original** *Il Principi*

**primeira edição** Primeira edição

**edição** Jorge Sallum

**coedição** Felipe Musetti

**assistência editorial** Luca Jinkings e Paulo H. Pompermaier

**revisão** Márcio Roberto do Prado e Lilian Cristina Marins

**capa** Lucas Kröeff

**ISBN** 978-85-7715-604-7

**corpo editorial** Adriano Scatolin,  
Antonio Valverde,  
Caio Gagliardi,  
Jorge Sallum,  
Oliver Tolle,  
Renato Ambrosio,  
Ricardo Musse,  
Ricardo Valle,  
Silvio Rosa Filho,  
Tales Ab'Saber,  
Tâmis Parron

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil desde 2009.*

*Direitos reservados em língua portuguesa somente para o Brasil*

EDITORA HEDRA LTDA.  
R. Fradique Coutinho, 1139 (subsolo)  
05416-011 São Paulo SP Brasil  
Telefone/Fax +55 11 3097 8304  
editora@hedra.com.br  
www.hedra.com.br

Foi feito o depósito legal.



# O príncipe

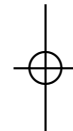
Nicolau Maquiavel



José Antônio Martins (*prefácio*)

José Antônio Martins (*tradução*)

2ª edição





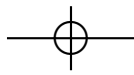
**Nicolau Maquiavel** (Florença, Itália, 1469–*id.*, 1527) foi escritor, diplomata e estudioso de política italiana. Conhecido por seu pensamento político graças à recepção e à posterior aplicação da doutrina política exposta na mais famosa de suas obras,

*O príncipe*. Filho de um jurista, nascido numa família que não dispunha de grandes recursos, ao que tudo indica não pôde seguir a educação formal. Mesmo assim, iniciou-se cedo nos estudos, consultando a vasta biblioteca particular de seu pai, na qual havia títulos sobre política, jurisprudência, leis. Em 1512, com a dissolução do governo republicano, Maquiavel é destituído de seu cargo na chancelaria. Com a volta dos Médici ao poder, Maquiavel é preso, acusado sem provas de ter tomado parte num complô para matar Lourenço de Médici. Consegue a liberdade graças à ampla anistia concedida pelo papa Leão x, mas é banido de Florença, e passa os 14 anos restantes da vida retirado em San Casciano, um vilarejo próximo à Florença. Falece em 1527 quando os Médici são depostos e o novo governo republicano reinstaurado em Florença. Escreveu ainda *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* (1517), *História de Florença* (1525), *A arte da guerra* (1519–1520), e uma comédia, *Mandrágora*, sendo os dois últimos os únicos publicados em vida.

**O príncipe** foi escrito em 1513, quando Maquiavel já havia se retirado da vida pública, mas foi publicado apenas em 1532. A doutrina política de Maquiavel, que não deve ser confundida com o que vulgarmente se denomina “maquiavelismo” (“os fins justificam os meios”), trata de estabelecer como o soberano pode ou deve conservar o poder, ainda que isso demande o uso das aparências e da força.

**José Antônio Martins** é doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo, onde defendeu tese sobre a noção de corrupção em Maquiavel, e ensina Filosofia Política na Universidade Estadual de Maringá.



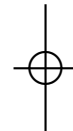


# O príncipe

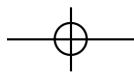
Nicolau Maquiavel

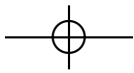
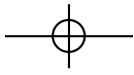
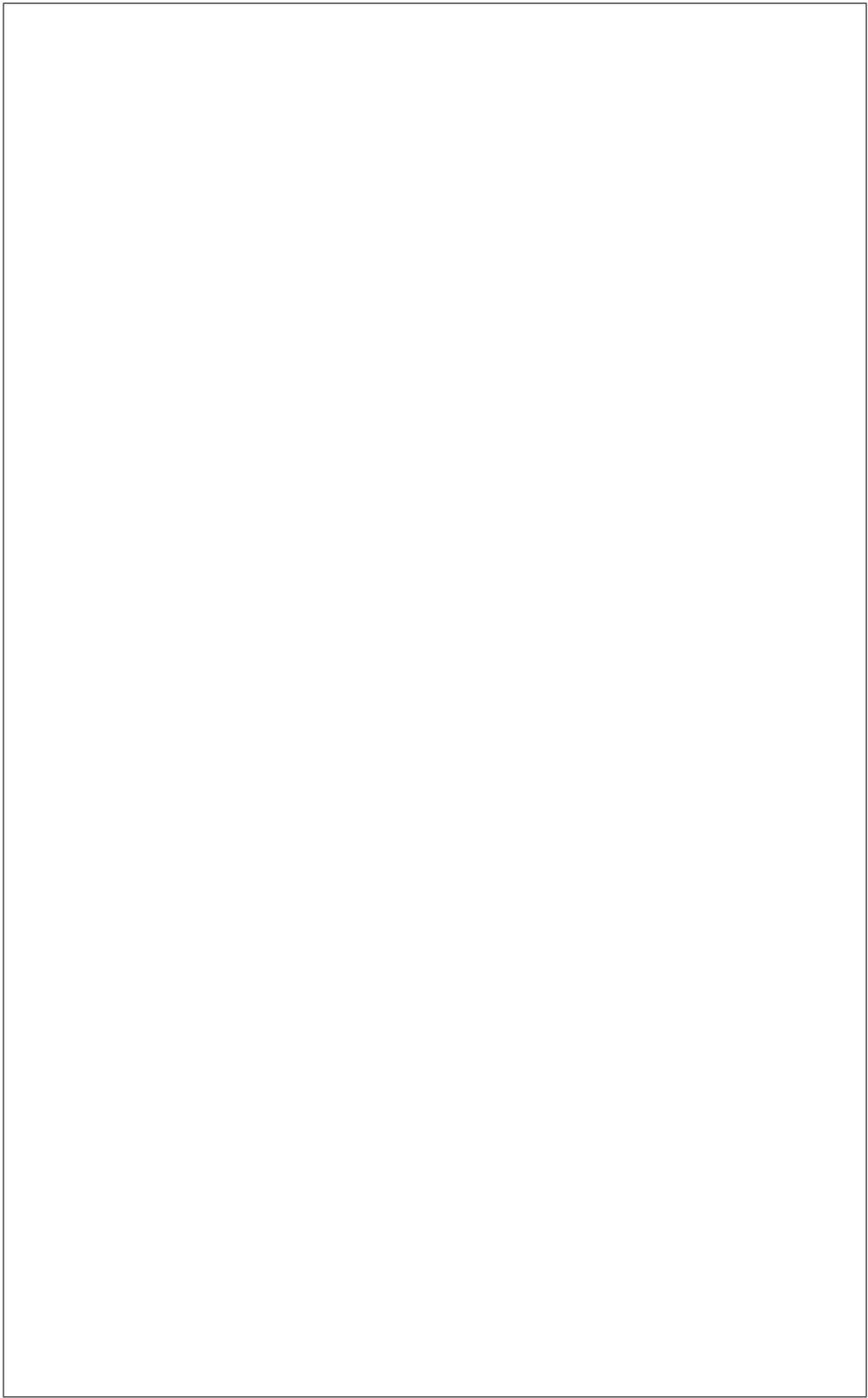


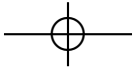
## Sumário



Nota da tradução	7
Introdução, por José Martins	11
O príncipe	191
Bibliografia	485







## Nota da tradução

O texto aqui apresentado é resultado de dois mo(vi)mentos: o primeiro deles remonta ao ano de 2005, quando José Antônio Martins e Oliver Tolle começaram a fazer a tradução de *O Príncipe* a ser publicado pela Editora Hedra, na sua coleção de bolso; e o segundo, em 2019, quando, José Antônio Martins, Márcio Roberto do Prado e Liliam Cristina Marins, estes, professores do Programa de Pós-graduação em Letras da UEM, passaram a fazer a revisão da tradução para essa nova edição.

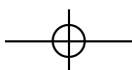
No primeiro mo(vi)mento, o trabalho de tradução se integrou às pesquisas de doutorado em filosofia na USP. Desde o início, uma questão e uma exigência se colocavam nesta demanda editorial, a saber: por que fazer mais uma tradução de *O Príncipe*, sabendo de antemão da existência de dezenas de edições em língua portuguesa? Para não ser mais uma entre muitas, tal edição deveria trazer algo que a diferenciasse. De comum acordo, depois de pesquisar sobre as mais de três dezenas de publicações até então, verificou-se que havia ainda espaço para fazer uma tradução a partir da edição crítica estabelecida por Giorgio Inglese, em 1994. Além disso, ficou evidente que havia espaço também para uma edição bilíngue, algo inédito nas edições nacionais e



portuguesas, voltada para o ambiente acadêmico. Para este objetivo, o texto deveria, assim, apresentar um vocabulário adequado ao meio de circulação desejado, distanciando-se de um público maior, neófito no pensamento maquiaveliano e no pensamento político de modo geral. Importa dizer que muitas das edições correntes até então não eram traduzidas a partir do original italiano e também não foram realizadas por especialistas ou pesquisadores do pensamento maquiaveliano, o que se evidenciava pelas inúmeras escolhas tradutórias destituídas de um rigor conceitual.

A primeira parte da tradução foi realizada no Brasil e a finalização do trabalho foi realizada na Itália, durante a estadia de José Antônio na cidade de Pisa, na Toscana, no âmbito do doutorado sanduíche financiado pela Capes. Neste período, foi possível se valer das diversas edições da obra, textos de comentários, léxicos etc., nas melhores bibliotecas da Itália: a da Scuola Normale di Pisa, da Università di Pisa, e a do Istituto del Rinascimento Italiano, em Florença. Experiência essa importante para o contato com esses riquíssimos acervos e com alguns especialistas italianos, os quais esclareceram sobre o uso do toscano e das técnicas e estilo de escrita de Maquiavel.

No segundo semestre de 2007, tem-se a publicação da primeira edição bilíngue de *O Príncipe* em língua portuguesa, com uma pequena introdução e notas; em 2009, há a publicação da 2ª edição com algumas correções no texto e nas notas, e alteração na diagramação; em 2011, a segunda reimpressão desta 2ª edição.







No entanto, desde a publicação da primeira edição, em 2007, o desejo de fazer uma introdução mais robusta, que agregasse novas notas ao texto, e críticas e sugestões recebidas dos colegas acadêmicos ficou latente. A intenção de fazer uma edição comemorativa em 2013, por ocasião da efeméride dos 500 anos da obra maquiaveliana, não foi viabilizada por diversas razões.

Esse desejo se consolidou apenas no primeiro semestre do ano de 2019, materializando o segundo mo(vi)mento: o da revisão da tradução. O resultado foi um trabalho feito a seis mãos, que permitiu alterações significativas na tradução, ao mesmo tempo que corrigiu ainda algumas imperfeições textuais, dotando-a de mais fluidez e adequação ao português, mas sem comprometer o rigor conceitual. Longe de entrar em discussões rasas sobre liberdade do tradutor *versus* fidelidade ao autor na tradução, nosso objetivo se pautou mais consistentemente em uma prática tradutória – na qual a revisão tem um papel inquestionável – do texto filosófico, que tem suas próprias amarras e *modus operandi*. Além deste foco no rigor conceitual, o processo de revisão teve como norte o estabelecimento de um estilo de escrita que buscasse traduzir o texto maquiaveliano para o português do século XXI, evitando, ao máximo, termos arcaizantes, anacronismos e estrangeirismos excessivos.

Em relação às estratégias tradutórias, houve apenas um caso no qual foi necessário manter o vocábulo em italiano e este se refere ao termo *virtù*, que não poderia ser deliberadamente traduzido por “virtude” em português, já que





esta escolha comprometeria o conceito filosófico. A fim de não nos desviarmos do propósito de deixar a tradução mais “palatável” para o leitor acadêmico brasileiro em termos de estilo – sem nunca perder as travas de segurança conceituais – a estratégia tradutória foi a nota de rodapé.

Ainda em relação à presença de estrangeirismo na tradução, mas em termos estilísticos, tendo em vista que Maquiavel era um grande latinista, foi necessário recorrer ao modo de construção de orações em latim nos momentos em que as passagens do texto em italiano se colocavam como obstáculo à compreensão. Por isso, remetíamos ao latim, para, a partir deste, trabalhar na revisão da tradução para o português.

Em relação às adaptações linguísticas, tivemos que mudar, em alguns momentos, a ordem sintática, que, em Maquiavel, apresenta muitas inversões. No caso do português brasileiro, nosso modelo discursivo é comumente a ordem direta e, se mantivéssemos a ordem inversa, dificultaríamos muito a leitura e a construção de sentidos do texto. Outro aspecto que envolveu a necessidade de uma “cor local” se refere à pontuação que, em toscano, diverge muito daquela da língua portuguesa contemporânea, de modo que não foi possível tomar o original como ponto de partida nesse sentido.

Por fim, o elo que une esses dois mo(vi)mentos de tradução e de revisão é, indubitavelmente, a colaboração e a multivocalidade discursiva: a do pensador, a do tradutor, a dos revisores, a de outros tradutores etc, trabalho esse que enriquece o produto final.







## Introdução

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Dada a quantidade (mais de três dezenas) de traduções e edições de *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel somente no Brasil, sem contar com as centenas de outras edições nas diversas línguas modernas, essa nova edição publicada pela Hedra busca atender algumas especificidades e não repetir aquilo que já foi divulgado à exaustão.



Quanto à edição, trata-se de propiciar ao leitor brasileiro um exemplar bilíngue, com a melhor edição do texto original italiano – a *Edição Crítica Inglesa* – acrescida de introdução e notas explicativas. A exigência e a novidade de que haja o texto italiano original, algo presente desde a primeira publicação em 2007, atende a uma demanda por qualidade nos textos acadêmicos, a saber: permitir que o leitor possa aprofundar (ou mesmo compreender melhor passagens da obra que não tenham ficado claras na tradução) por meio do cotejamento com o original.



A introdução aqui exposta visa a dois objetivos: a) como de praxe nas boas edições, apresentar ao leitor o autor e os principais aspectos da obra; b) para além desse aspecto básico, apresentar também um viés interpretativo que vem se consolidando entre os comentadores, ou seja: a inclusão de



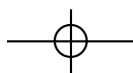
*O Príncipe* no interior da reflexão republicana de Maquiavel, com destaque para as noções de principado e príncipe. Dito isso, convém lembrar que essa introdução não pretende ser nem uma reapresentação da biografia do filósofo, nem uma introdução ao pensamento político maquiaveliano como um todo, nem uma análise exaustiva e minuciosa dos diversos aspectos teóricos presentes na obra. Insistindo e explicitando melhor, apesar de mobilizar informações sobre a vida de Maquiavel e alguns aspectos de seu pensamento político, essa introdução busca pensar *O Príncipe* como uma obra peculiar e fundamental para a compreensão das noções políticas republicanas de Maquiavel.

Por fim, inserimos algumas notas que visam apresentar personagens, datas e eventos do contexto histórico no qual o livro está inserido e explicar conceitos e passagens centrais do texto. Tendo em vista a presença e natureza da introdução, o uso desse segundo tipo de notas foi restrito ao mínimo essencial e indispensável.

## O CONTEXTO HISTÓRICO MAQUIAVELIANO E OS SEUS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

### O CONTEXTO HISTÓRICO: AS ORIGENS E O INGRESSO NA CHANCELARIA FLORENTINA

Nicolau Maquiavel ou Nicolló Machiavelli nasceu em Florença, Itália, no dia 3 de maio de 1469, em uma família de pequenas posses. Sabe-se que seu pai – Bernardo Machiavelli –, em função de ser escriturário, teve alguma formação jurídica, mas não ocupou um cargo destacado e nem exer-



ceu importantes cargos na administração da cidade, tampouco acumulou grandes posses. Todavia, em função dessa formação jurídica do patriarca, a casa dos Machiavelli dispunha de obras clássicas de história, de doutrina política, de jurisprudência, enfim, uma pequena biblioteca nos moldes de uma sociedade humanista<sup>1</sup> do *Quattrocento*.

Sobre a formação de Nicolau Maquiavel, tendo em conta esse ambiente humanista e a acessibilidade às obras clássicas, sabe-se que ele teve aulas com professores particulares, não havendo registro sobre uma possível frequência em escola ou universidade. Segundo Guidi, Maquiavel teve aulas com os mestres de latim Paolo Sassi, Michele Verino e Pietro Crinito (GUIDI, 2009). A partir de tal formação, deduz-se que Maquiavel tenha ultrapassado o que seria um

---

1. É sempre difícil definir com poucas palavras grandes manifestações históricas, como foi o caso do Humanismo, que teve como seu lugar de nascimento e desenvolvimento a Itália dos séculos XIII ao século XVI. Isso que se entende por Humanismo caracterizou-se por uma retomada dos valores culturais da Antiguidade e por uma maior valorização do homem. Por isso, busca-se ler os autores clássicos nos seus textos originais, seja em grego, seja em latim; há uma intensa busca pela redescoberta desses textos, quase sempre esquecidos em alguma biblioteca, produzindo-se novas edições; uma maior valorização daquilo que diz respeito ao homem e às coisas humanas, numa tentativa de contrabalançar a pouca valorização desses aspectos pela cultura cristã-medieval. Concomitantemente, há uma maior valorização das virtudes ligadas à vida na cidade, principalmente as qualidades relacionadas à política, por oposição aos valores religiosos cristãos, característicos de grande parte do período medieval. Esses aspectos, entre outros, sinalizam a mudança que se operará nas sociedades europeias a partir de meados do século XIII e que será predominante já no século XV, preparando o terreno para aquilo que se conhecerá como a Era Moderna. Para maiores informações cf: HALE, 1971; SKINNER, 2000, cap. 1-3; BARON, 1989.



nível intermediário, tendo em vista as exigências acerca do conhecimento da língua latina para o cargo que ocupou na Chancelaria, sendo que, posteriormente, revelou um grande conhecimento de autores como Cícero, Lucrécio, Tito Lívio, etc. Considerando toda a sua produção teórica e literária, comprova-se que ele conhecia muito bem a sua língua, o toscano, e o latim, assim como possuía uma vasta compreensão de história e noções de filosofia. Além dessa formação em língua clássica, ele foi introduzido ao cálculo matemático, caracterizado pelo ensino do ábaco, e teve alguma formação em jurisprudência, embora não tenha se tornado bacharel em direito. Pode-se afirmar com segurança que Maquiavel não aprendeu o grego. É nesse ambiente cultural e familiar que sua vida se desenvolve até o ano de 1498, quando começa a trabalhar na Chancelaria florentina, onde permanecerá pelos próximos catorze anos.

Esse período que Maquiavel passou na Chancelaria foi posto em segundo plano pelos especialistas por muito tempo. Contudo, mais recentemente, esse aspecto biográfico passou a ser alvo das atenções, principalmente em função do verdadeiro alcance dessa experiência diplomática sobre sua reflexão política. Segundo Guidi, o ingresso na Chancelaria Florentina ao final do século xv era feito por indicação do chefe político – o *gonfaloniere* –, indicação essa que deveria ser submetida à aprovação dos Conselhos políticos superiores (GUIDI, 2009). Após a queda da família Medici, em dezembro de 1494, o novo governo do frei Jerônimo Savonarola busca reestruturar o regime floren-



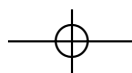


tino, criando mecanismos republicanos de caráter mais popular, particularmente com a reabertura e o fortalecimento do Conselho Maior (*Consiglio Maggiore*), que era a instância política na qual todos os cidadãos podiam tomar parte e não era controlada exclusivamente pela oligarquia florentina. Outra medida do governo de Savonarola foi reestruturar toda a Chancelaria, trocando os funcionários e reordenando as incumbências.

Segundo Tafuro (2004, p. 25ss), o mundo político da cidade de Florença no final do século xv era caracterizado por divisões de caráter econômico e social que estavam na raiz dos grupos políticos, a saber: os grandes aristocratas, os médios comerciantes, os pequenos comerciantes e os demais trabalhadores – esses, em geral, quase sem expressão política. Maquiavel nomeará esses grupos ao longo de sua *História de Florença*, respectivamente, como nobres, povo e plebe. A aristocracia florentina (os nobres, segundo Maquiavel) estava dividida em dois grandes partidos, desde as lutas políticas do século xiv entre os partidários do papa – o partido *guelfo* – e os partidários do imperador<sup>2</sup> – o partido *ghibelino*. A vitória do partido *guelfo* em 1289 na sua luta

---

2. Os territórios do centro-norte da península itálica foram motivos de disputas entre os séculos xi a xiv pelo papado e pelo Sacro Império Romano-Germânico. Como mostra Skinner (2000, cap. 1), nesse período, muitas cidades travaram lutas externas contra esses dois domínios em busca de sua independência e também lutas internas contra a dominação de um desses grupos ou contra o domínio de tiranos locais. A tese aceita pelos intérpretes é que, destas lutas, nasce o germe do republicanismo típico do Renascimento italiano, no qual as cidades buscaram se organizar como repúblicas independentes e autônomas.





contra os *ghibelinos* instalou uma estreita relação entre essa parcela da aristocracia e o papado, que perdurará durante séculos e que terá como fruto a forte influência dos florentinos nas decisões de Roma, bem como a nomeação de alguns cardeais florentinos ao trono papal: Leão x (Giovanni di Lorenzo de Medici – papa de 1513 a 1521), Clemente vii (Giulio di Guiliano de Medici – papa de 1523 a 1534), Clemente viii (Ippolito Aldobrandini, papa de 1592 a 1605), Leão vi (Alessandro Ottaviano de Medici, papa por 26 dias, de 1 a 27 de abril de 1605), Urbano viii (Maffeo Barberini, papa de 1623 a 1644) e Clemente xii (Lorenzo Corsini, papa de 1730 a 1740).

Apesar dessa importante força política desempenhada por parte da aristocracia do partido *guelfo*, uma outra parcela também rica, a aristocracia *ghibelina*, será muito influente e marcante na cidade, por exemplo, na constante oposição que a família Medici recebeu enquanto esteve no poder.

Abaixo desses dois grupos políticos aquinhoados, Maquiavel designa as demais parcelas como “povo”, embora não se assemelhe muito à nossa compreensão contemporânea do termo. Essa parcela social e política teve sua origem nas corporações de ofícios ou *artes*, que eram associações dos diversos grupos profissionais da cidade que controlavam o exercício da respectiva atividade profissional. Segundo Tafuro (2004, p. 27-28), um desses grupos políticos mais abastados, não necessariamente aristocratas em sua denominação, configuram uma parcela política dita popular, que







ganha riqueza e prestígio e passa a figurar como um grupo político de destaque. Nesse caso, formam, já no século xv, um agrupamento de caráter aristocrático do ponto de vista econômico e intelectual, mas não tradicional, por não ter ligação com as antigas aristocracias rurais e urbanas.

Ainda no interior das *Arti* ou povo, segundo a designação maquiaveliana, verifica-se uma divisão interna entre aquilo que ele nomeará como *popolo grasso* (povo gordo) e *popolo minuto* (povo magro), ou seja, entre os setores médios mais aquinhoados e aqueles com menos poder econômico e, portanto, menor influência política.

Verifica-se, pois, que o povo (*popolo*), para Maquiavel, é uma denominação para diferenciar parcelas sociais com riqueza de outras também com riqueza mediana, mas de origem tradicional. Logo, são tipificações no interior de grupos caracteristicamente aristocráticos. Na definição de Tafuro: “Povo era, em particular, a parcela média dos artesãos e dos comerciantes reunidos nas associações profissionais” (2004, p. 40). Ora, quando Maquiavel chama a atenção para a divisão entre os nobres e o povo, trata-se de uma divisão entre os setores aristocráticos tradicionais e a classe social que emergiu econômica e socialmente com o exercício do comércio e do artesanato a partir do século XIII.

Por fim, temos a plebe, que eram os operários ou os assalariados, que não possuíam qualquer associação ou grupo político no qual pudesse expressar seus interesses, até a Revolta dos Ciompi, de 20 de julho de 1378, quando eles passam a ter direitos políticos e associativos (TAFURO, 2004,





p. 33-34). Sintomática é a importância que Maquiavel confere a essa revolta política de final do século XIV, que marca uma mudança paradigmática na vida política florentina, conforme ele narra com cores dramáticas nas *Histórias Florentinas*, livro III. A seu ver, essa revolta política ocupa um papel de destaque na história da dinâmica política da cidade, visto que implicou não somente uma mudança institucional, mas, principalmente a partir da visada teórica maquiaveliana, na dinâmica política e nas correlações de força entre os grupos políticos.

Nunca é demais lembrar que, apesar da constatação da existência desses diversos grupos políticos, por outro lado, inúmeras pessoas estavam alijadas das instâncias decisórias, como os trabalhadores rurais, as mulheres e os não nascidos em Florença, que, conforme nos relata Gilbert (1996, p. 25), de uma população estimada em 62.000 em 1494, menos de 15.000 homens possuíam cidadania e direitos políticos.

Nota-se, então, que Florença entre os séculos XIV e XVI estava dividida em vários grupos sociais que, por consequência, dividiam-se em grupos políticos em disputa pelo comando do governo. Esse quadro de divisão e disputa política entre vários partidos é ressaltada por Maquiavel nos seus diversos escritos e é uma das marcas de seu pensamento político, haja vista que é sob essa condição de instabilidade e disputa que se monta o palco da ação política.

Tal percepção da importância de lidar com os interesses desses diversos grupos no mundo político Maquiavel experimenta desde o momento de seu ingresso na Chan-





celaria e o atingirá ao longo de toda a sua vida doravante. Com a queda do governo da família Medici no final de 1494 e a instauração do governo de Savonarola, a administração central passa a ser controlada pelos partidários deste. Nesse período, sabe-se que Maquiavel apenas realizou trabalhos avulsos, com os quais travou já algum contato com o ambiente da Chancelaria, mas que não chegou a ingressar nela, pois a admissão se fazia por meio de uma indicação do *gonfaloniere* e era, posteriormente, submetida à votação no conselho ao qual o cargo se vinculava. Ora, Maquiavel não somente não teria a indicação de Savonarola como os partidários desse nos diversos Conselhos da cidade não aceitariam o seu nome, como ocorreu primeiramente em 18 de fevereiro de 1498, quando seu nome foi recusado pela primeira vez. Apenas com a queda do governo de Savonarola é que o nome de Maquiavel é indicado para o cargo de segundo secretário e admitido em 23 de maio de 1498.

É importante destacar que a Chancelaria não era apenas uma repartição da burocracia voltada exclusivamente para as relações diplomáticas, mas o órgão central da administração da república florentina, encarregada das relações exteriores, da guerra, da arrecadação de tributos e de assessoramento das instâncias judiciárias. Portanto, ingressar na Chancelaria não implicava tão somente fazer parte do órgão responsável pelas relações diplomáticas de Florença, mas trabalhar no coração político e burocrático da cidade (GUIDI, 2009, cap. 1).





O fato em si da indicação para um cargo elevado revela que Maquiavel já era conhecido do grupo político que assume o poder em 1498, bem como que ele já conhecia a rotina burocrática. De fato, entre 1494 e 1498, Maquiavel foi contratado para fazer pequenos serviços para a Chancelaria, o que foi lhe dando conhecimento sobre as rotinas administrativas. Então, sua escolha em 15 de junho de 1498 para a função de secretário da Segunda Chancelaria é fruto de sua formação humanista, seu conhecimento, ainda que parcial, das rotinas da administração e, fato apontado como principal pelos estudiosos, sua ligação política com o grupo que assume o poder em 1498, que eram setores do *povo*, no caso, os adversários dos Medici e de Savonarola; ou seja, quem apoiou a indicação de Maquiavel foram em sua maioria os partidários das *Arti*, especificamente os partidários das *Arti Maggiori*. Parte das tarefas deste cargo ocupado por Maquiavel implicava assessorar os “Dez da Bailia”, que era um órgão encarregado da política externa e, eventualmente, da guerra e das questões militares (TAFURO, 2004, p. 121-122).

A questão que ainda incomoda os estudiosos da obra de Maquiavel diz respeito a sua atuação política no período em que esteve trabalhando na administração da república florentina. Por um lado, com base em seus escritos, Maquiavel apresenta a imagem de um modelo de funcionário público devotado à causa da cidade e não aos interesses dos grupos no comando do governo, uma espécie de funcionário de carreira sem ligação política ou ideológica que esti-





vesse a serviço da cidade. Por outro lado, até mesmo pela sua própria história, Maquiavel foi sempre identificado a um grupo político, ora como partidário dos republicanos na visão da oligarquia florentina, ora como partidário dos Medicis, segundo o grupo republicano por ocasião da restauração da república em 1527. A questão está em saber até que ponto Maquiavel foi de fato um funcionário, por assim dizer, isento de ligações políticas ou se ele foi um mentor e articulador do governo de Pier Soderini, ou, até mesmo, se seria possível conciliar as duas coisas. As pesquisas recentes sobre o período em que Maquiavel esteve na Chancelaria mostram, por vários elementos, que ele não somente foi um membro ativo do grupo que esteve no poder em Florença entre 1498 e 1512, como ocupou um papel destacado no governo. Segundo Guidi, o ingresso de Maquiavel já em um cargo elevado na burocracia, a sua participação ativa na reformulação do governo em 1502, os encargos diplomáticos e militares que ocupou depois até a queda do governo em 1512 (a demissão oficial de Maquiavel foi em 10 de novembro de 1512), revelam que ele ingressou na Chancelaria também por seus vínculos políticos e foi, ao longo dos anos, galgando cada vez mais espaço e importância no governo de Soderini, ao ponto de ser o maior responsável pela parte militar do governo e pela condução das guerras após 1506 (GUIDI, 2009).

A vinculação aos interesses do governo de Soderini e as suas qualidades de negociador e analista do contexto político ficarão associadas a Maquiavel para sempre, pois,





mesmo depois de sua saída do governo, quando foi requisitado, mesmo entre os seus adversários, sempre se nota esse duplo aspecto: um partidário da causa republicana e um hábil analista político e militar. Aspecto esse reforçado pelo modo como ele descreve sem paixão o universo da política em geral e o seu mundo florentino em particular, no qual os fatores políticos que implicam de fato as decisões são expostos friamente, sem meandros ou meias palavras. Enfim, podemos inferir que Maquiavel foi sim um membro leal do grupo de Solderini, mas isso não o impediu de ser um funcionário a serviço da cidade que avaliava sem paixão o mundo político, como demonstram a exaustão suas correspondências diplomáticas e os seus textos políticos.

Embora tenha iniciado no serviço público com 29 anos, uma idade considerável para a época, e com uma relativa formação humanista, Maquiavel declara em vários textos que foram esses anos de convivência cotidiana com o mundo da política que lhe deram uma boa parte de sua formação política – a outra parte ele diz ter recebido dos clássicos. Em seu dia a dia, ele acompanhava, por um lado, o funcionamento das decisões políticas em Florença, ou seja, observava por dentro os mecanismos das negociações políticas, como elas eram feitas, os jogos de intenções e de promessas, e, por outro lado, como se realizavam as negociações diplomáticas, como os reis, papas, príncipes, comandantes militares, governantes das republicas negociavam e estabeleciam pactos, guerras, ou resolviam os conflitos comerciais. Esse conhecimento da vida política por dentro, aliado a um





olhar treinado a não enxergar somente os aspectos circunstanciais e pessoais do mundo político, mas a desvendar as reais motivações dos atores e os fatores que regulam o agir político, deram a Maquiavel uma parte do conhecimento necessário para entender o universo da política geral, de modo ampliado.

Convém informar que, desde os séculos XII e XIII, ocorre uma mudança radical na concepção e organização da vida diplomática e das chancelarias nas repúblicas italianas (FUBINI, 1994). Seja em função das disputas que deveriam travar contra as grandes potências (não somente o papado e o Império Germânico, mas também, nos séculos seguintes, contra os franceses e espanhóis, sem contar a sempre constante ameaça turca que se amplia após a queda de Constantinopla em 1453), seja em função de seu pouco poder militar, essas repúblicas reconheceram que os seus quadros diplomáticos seriam uma grande arma para a defesa de sua condição de repúblicas livres. A mudança se nota inicialmente na própria missão delas: não mais defender tão somente os interesses privados do poderoso no governo, o que implicaria uma prática voltada para os interesses gerais e não mais como prepostos mercantis. As chancelarias das repúblicas italianas do Renascimento se diferenciam das medievais, na medida em que estão mais voltadas a trabalhar pela defesa dos interesses gerais da cidade, principalmente a defesa da condição de liberdade política destas repúblicas, e não somente em fazer acordos vantajosos para as famílias poderosas (GUIDI, 2009, p. 35).





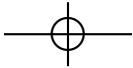


Outro aspecto das práticas dessas chancelarias do Renascimento é sua preocupação em ter um maior controle da vida política e jurídica da cidade, tornando-se verdadeiras burocracias de controle das práticas públicas. Neste sentido, adota-se o costume de registrar todas as reuniões dos conselhos em atas, de catalogar as missões, de documentar os discursos e exigir de seus emissários a notificação do andamento das ações em suas missões. Essa massa de material permite ao governo ter maior controle das decisões e perceber melhor as rotinas e os encaminhamentos das diversas ações. Segundo Guidi, os chanceleres e os secretários “configuram-se como técnicos da administração a serviço do executivo” (GUIDI, 2009, p. 39-40).

Por isso que fazer parte da Chancelaria florentina não significava tão somente fazer parte do órgão responsável pelas relações internacionais, o que por si mesmo já implicava um extraordinário conhecimento do mundo das negociações políticas. Tendo em vista essa dimensão de controle burocrático das ações de governo, seus funcionários tinham acesso privilegiado, por meio da documentação, aos diversos elementos em jogo na política interna e externa da cidade. Essa documentação torna público e acessível aquilo que antes eram informações restritas e privilegiadas para se compreender os reais motivos das tomadas de decisão política. Portanto, quando Maquiavel diz que aprendeu muito com a vida prática na Chancelaria, isso não significa que ele esteve presente em todas as decisões e conhecia muito bem os diversos interesses em jogo (visto que seria impossível







ele estar, por exemplo, fora da cidade e saber dos detalhes de uma negociação ou jogada política), mas que, por meio dessa documentação pública, ele pode conhecer o mundo da política. Essa documentação oficial, também conhecida como *pratiche* (GILBERT, 1964), relatam as práticas, os diversos procedimentos oficiais, e são, para um leitor atento, uma fonte preciosa de informações sobre a dinâmica da vida política. Convém insistir: quando Maquiavel declara, por várias vezes, que boa parte de sua formação política adveio das experiências das coisas modernas, da sua convivência com o mundo da política, inclua-se nesse rol o conhecimento dessa farta e rica documentação oficial, à qual ele teve acesso por sua condição de Segundo secretário<sup>3</sup>, sendo, pois, o responsável por produzir e organizar esses documentos<sup>4</sup>. Enfim, as *pratiche* destacadas por Maquiavel não foram somente as ações políticas, as práticas políticas, mas também e fundamentalmente a documentação oficial da República florentina, algo que, ainda que não fosse inédito para muitos pensadores, foi considerada e analisada de modo especial pelo Secretário Florentino, configurando-se, enfim, como uma novidade no mundo do Renascimento.

A outra parte do conhecimento, conforme ele mesmo declara, adquiriu na leitura dos clássicos. Para compreender melhor esse aspecto, não é suficiente saber que Maquiavel

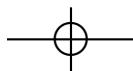
---

3. A hierarquia nas chancelarias eram: chanceler, secretários e cartórios ou oficiais de chancelaria.

4. Não é sem razão que as pesquisas sobre o pensamento político de Maquiavel estão se voltando cada vez mais para essa documentação produzida no período republicano, mais especificamente para os documentos oficiais do seu período na Chancelaria, de 1498 a 1512.



teve uma formação humanista, mas também considerar o contexto cultural no qual ele esteve inserido. Conforme Garin, a Chancelaria de Florença tinha se transformado, desde o final do século XIV, não somente no centro político da cidade, mas no seu centro intelectual, em função das figuras de destacada importância que estiveram a serviço da cidade como Coluccio Salutati, Poggio Bracciolini, Leonardo Bruni, Bartolomeu della Scalla, Lorenzo Valla, Francesco Guicciardini, fazendo dela uma verdadeira escola do pensamento político (GARIN, 1996). Esses intelectuais marcaram o pensamento político do Renascimento, entre outros fatores, mas principalmente, por terem que fazer uma defesa contundente do regime republicano florentino enquanto ocupavam o cargo de chanceleres. Desde o final do século XIII até o início do século XVI, Florença frequentemente se via envolvida em ameaças de dominação por algum poder exterior ou em disputa contra tiranos locais. Nessas ocasiões, sempre era necessário mobilizar os cidadãos para a defesa da liberdade política, que implicava, em última instância, a defesa do regime republicano. Portanto, diante da ameaça de dominação, o chanceler do momento comandava uma luta no campo ideológico e teórico em defesa da liberdade republicana. Ora, esse acúmulo de reflexão política foi se consolidando ao longo do tempo entre os ocupantes de cargo, a ponto de se constituir, como interpreta Garin, numa “escola” de pensamento político republicano. Então, para os postulantes a cargos na Chancelaria, já estava claro, de antemão, que eles estavam se vinculando a uma institui-

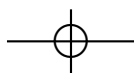




ção que teve e ainda tinha por missão a defesa da liberdade política e da autonomia da cidade, encarnada no seu regime republicano. Isso se reflete decisivamente nos escritos de Maquiavel, nos quais a problemática da liberdade política perpassa sua reflexão política como um todo (BIGNOTTO, 1991).

Associa-se a isso o intenso debate político sobre a melhor forma de ordenar a república florentina no interior da crise política de final do século xv gerado pela queda dos Medici, pelo curto e conturbado governo de Savonarola e início do novo governo de Soderini (BARON, 1989; GILBERT, 1996; RUBINSTEIN, 1998). Ora, num período de mais de 20 anos (entre 1492 e 1513), Florença passa por quatro governos: o de Piero de Medici (1492-1494), o de Jerônimo Savonarola (1494-1498), de Pier Soderini (1498-1512) e doravante novamente com a família Medici até 1527. Essas mudanças na vida política da cidade são acompanhadas de intensos embates intelectuais, nos quais se podem reconhecer vários grupos em defesa de seus projetos, mas que podem ser agrupados, em linhas gerais, em dois grandes partidos, a saber: os defensores de um modelo republicano de caráter mais aristocrático e os defensores de um regime republicano de caráter mais popular, com a ampliação da participação dos diversos segmentos políticos da cidade (MARTINS, 2010).

Sobre esse tema, convém recuperar a disputa entre os modelos republicanos nesse momento histórico na cidade de Florença.



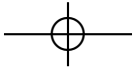




*O contexto maquiaveliano: entre o republicanismo popular e o republicanismo aristocrático*

Os séculos xv e xvi foram marcados por intensos debates nas cidades italianas sobre a melhor forma de regime republicano a ser adotada. Neste período, vários pensadores se preocuparam em definir modelos de repúblicas que atendessem às demandas de sua época, consagrando duas formulações: um modelo de república de caráter mais popular, caracterizado pelos governos de Savonarola e Soderini em Florença, e um modelo de república de caráter aristocrático, tendo o regime republicano da cidade de Veneza como o grande exemplo. É em Florença que esse debate ganha mais vigor e corpo, fazendo dela um dos centros de produção intelectual sobre o regime republicano (GARIN, 1996). As mudanças políticas florentinas do final do século xv e início do século xvi suscitaram intensos debates sobre os destinos da cidade, num primeiro momento, e sobre a natureza das repúblicas, num segundo momento. Nesse contexto de alteração constitucional, a discussão dos fundamentos da república florentina adquire força nos círculos intelectuais. Dentre as várias posições assumidas, a defesa da instalação de um regime republicano inspirado no modelo veneziano foi predominante entre a aristocracia florentina, grupo político que identificava nos governos republicanos de Savonarola e Soderini o predomínio dos segmentos populares, governos esses considerados como “demasiadamente”





democráticos<sup>5</sup>. Entre os exemplos favoritos da aristocracia para justificar sua opção política estavam a Roma republicana, a Esparta concebida por Licurgo e a república veneziana de então. Entretanto, como afirma Gilbert, o exemplo veneziano era o que mais se destacava: os aristocratas em particular, ansiosos em limitar o poder do *Conselho Maior* (no qual todos os cidadãos tinham direito de participar), colocavam em evidência que, em Veneza, os cidadãos discretos e sábios tinham as possibilidades melhores e mais apropriadas para o exercício do poder (GILBERT, 1977, p. 102-103). A opção pelo modelo veneziano se deve, principalmente, ao predomínio e controle que a aristocracia mercantil exercia sobre o governo. Em Florença, o governo de Savonarola, bem como em certa medida o de Soderini, eram, aos olhos da aristocracia, muito democráticos, pois neles os poderes decisórios de seu extrato político estavam limitados pelas forças políticas populares.

É, portanto, no interior dessa luta pela retomada do comando político da cidade, liderada pela aristocracia, que nasce aquilo que Pocock nomeia como o “mito de Veneza” (POCOCK, 1980). Veneza servia como modelo porque conseguia reunir diversas qualidades almejadas pela aristocracia florentina, transformando-se num ideal de convivência cívica. A estabilidade política e a liberdade, bem como a

---

5. Certamente, caracterizar os governos republicanos de Florença que vão de 1494 a 1512 como democráticos é algo problemático devido ao poder que a aristocracia deteve nesse período. Qualquer afirmação mais contundente no sentido da definição do tipo de governo existente em Florença durante esses 18 anos é passível de discussão. Sobre a história do período cf. Tenenti (1973) e Tafuro (2004, parte 1).



existência de um governo misto e a virtuosidade de seus gentis-homens, eram entendidas como as causas principais para a riqueza da república do Norte. O governo comandado pelo Doge (chefe do executivo de caráter vitalício) e seus Conselhos (compostos quase que exclusivamente pela aristocracia) seriam a realização do regime misto idealizado pelos filósofos. Nos escritos de venezianos da segunda metade do século xv, como Francesco Barbaro, Giorgio da Trebisonda e Bernardo Bembo, Veneza correspondia, até nos detalhes, à república proposta por Platão, principalmente por conter em si as três formas de governos particulares ou simples. Ademais, essa defesa do regime misto, que não está somente nos textos platônicos, mas também em Aristóteles, Políbio e Cícero, levou esses escritores a afirmar que Veneza era a realização do modelo clássico de república ideal (GILBERT, 1977).

Na visão da aristocracia florentina, o principal resultado alcançado por esse governo misto era a ausência de conflitos políticos num ambiente de grande liberdade cívica, entendida num duplo sentido: como a existência de um governo não tirânico e não estarem submetidos a outra cidade (GILBERT, 1977). As narrativas que chegavam a Florença sobre a república veneziana relatavam que ela havia sido instalada há muito tempo e não se tinha notícia da ocorrência de conjurações ou tumultos políticos que ameaçassem sua normalidade republicana, fruto, também, da grande *virtù* de seus cidadãos. Essa fama de Veneza como república pacífica lhe rendeu a alcunha de “república sereníssima”.





Tal imagem modelar de Veneza revelou-se um mito na medida em que os próprios humanistas começaram conhecer melhor a real estruturação do regime republicano que lá vigorava. Com melhores informações sobre o funcionamento da república veneziana, descobre-se que se tratava de um governo tipicamente oligárquico, pois era dominado por um Conselho estritamente limitado e controlado por um número pequeno de famílias. Como diz Gilbert (1977), poucas pessoas em Florença conheciam como realmente se ordenava o regime veneziano. A admiração estava fundada mais nas narrativas e imagens projetadas da cidade do que na realidade política.

Seja como for, a imagem da república veneziana passou a exercer relevante influência em Florença antes mesmo da instalação do governo de Savonarola. Quando do nascimento do governo republicano, em dezembro de 1494, uma das principais inovações do novo regime foi a instauração do *Conselho Maior*, à semelhança do Grande Conselho de Veneza, com ampla participação dos vários grupos sociais<sup>6</sup>. Neste sentido, o que era apenas um instrumento de fachada no ordenamento político veneziano, em Florença, sob o go-

---

6. Compreender o intrincado funcionamento do regime republicano de Florença é uma tarefa difícil. Gilbert nos informa que havia neste período aproximadamente 3.300 cargos eletivos, para uma população de não mais de 60.000 pessoas. Em termos proporcionais significava dizer que, dentre a população masculina com direito a voto, entre 1/4 ou 1/5 participavam de algum cargo eletivo, o que é significativo em termos de participação popular (GILBERT, 1996, p. 25, nota 2).





verno republicano, passa a funcionar de fato<sup>7</sup>. Apesar dessa modificação constitucional importante, novas demandas se faziam sentir, levando à continuidade do debate sobre a melhor forma de governo. Em todos esses momentos de confronto político por reformas nas instituições republicanas da cidade, o exemplo veneziano sempre voltava à baila, tanto que, na reforma de 1502, tem-se a instituição de um *gonfaloniere a vita*, ou seja, a versão florentina para o *Doge* veneziano, esse o chefe do executivo.

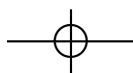
No *Príncipe* e em vários capítulos dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*<sup>8</sup>, Maquiavel apresentará afirmações contrárias às posições teórico-políticas aristocratas. No caso de sua análise sobre a *História de Roma* de Tito Lívio, aquela discordância ganha uma característica especial, pois Maquiavel se propôs a tomar como referência de reflexão a mesma obra sobre a qual o aristocrata Bernardo Rucellai, cunhado de Giovanni de Medici (que havia governado Florença até 1492) já havia tecido seus comentários. Partindo dos mesmos métodos analíticos que Rucellai, Maquiavel retira da história romana conclusões opostas às dele. Conclusões não somente desfavoráveis à aristocracia, mas aos ideais e modelos propostos por ela. Como afirma:

E além disso, levantar-me-ei contra as a opinião de muitos, segundo a qual Roma foi uma república tumultuária [...]. Direi que quem condena os tumultos entre os nobres e a plebe parece cen-

---

7. Notório saber que, quando da restauração do governo dos Medici em 1512, um de seus primeiros atos foi a demolição do salão onde funcionava o Grande Conselho.

8. Doravante somente citado como *Discursos*.







surar as coisas que foram a causa primeira da liberdade de Roma e considerar mais as assuadas e a grita que tais tumultos nasciam do que os bons efeitos que eles geravam (*Discursos*, I, IV).

Na sequência, ele insiste no elogio aos conflitos:

E não se pode ter razão para chamar de não ordenada uma república dessas, onde há tantos exemplos de *virtù*; porque os bons exemplos nascem da boa educação; a boa educação, das boas leis; e as boas leis, dos tumultos que muitos condenam sem ponderar (*Discursos*, I, IV).

Os conflitos políticos são mobilizados num momento do texto no qual Maquiavel busca uma outra fonte ou origem para os bons ordenamentos, após ter mostrado que o modelo histórico e determinista polibiano sobre os destinos dos regimes políticos, também conhecido como a teoria da *anacyclosis*, não dava mais conta de explicar as mudanças políticas e a insuficiência do legislador em bem ordenar a cidade (*Discursos*, I, II). Os conflitos políticos se apresentam nos capítulos III e IV dos *Discursos* como a melhor alternativa para a fundação de ordenamentos em cidades que não tiveram a sorte de ter um sábio legislador, como foi Licurgo para Esparta. No caso de Roma, essa ausência foi suprida ao acaso pelos conflitos políticos. Mais do que isso, para Maquiavel, a experiência romana mostrou que, dessa maneira, a fundação das cidades seria mais segura, haja vista que resultaria da luta dos dois humores ou grupos sociais presentes em todas as cidades: os grandes (*popolo grasso*) e os pequenos (*popolo minuto*).





Como veremos adiante, Maquiavel demonstrará a maior adequação do regime republicano calcado nos setores populares contra a posição teórica de um regime republicano de caráter aristocrático. Assim, se a aristocracia florentina admirava o regime veneziano, sua estabilidade política, sua natureza e seu virtuosismo aristocrático, Maquiavel verá nesses mesmos aspectos fraqueza e enxergará a virtude nos conflitos políticos, na instabilidade dos regimes republicanos. Ao contrário de pensar no bom regime como uma república de tipo aristocrático, ele destacará as qualidades populares das repúblicas. Será justamente na parcela popular do governo republicano de Roma, e não nos seus quadros aristocráticos, que esta encontrara sua força, seu vigor e sua grandeza.

Se, para um autor como Leonardo Bruni (séc. xv), representante daquilo que ficou conhecido como o *humanismo cívico* (ou seja, a expressão do pensamento político do Renascimento italiano), a exaltação de Roma, acompanhada da afirmação de que Florença era sua filha, implicava a defesa da liberdade política, um louvor às suas origens e de sua excelência virtuosa, em Maquiavel cessa o tempo da apologia e começa o tempo da crítica. Ao pensar em Roma como o modelo que inspiraria Florença, ele ressaltará os contrastes ao invés dos paralelos, as diferenças ao invés das semelhanças. Para o Secretário florentino, se a república de Florença tivesse um ordenamento político assentado mais sobre o povo e menos sobre a aristocracia, os destinos de sua cidade poderiam ter sido outros. O que antes se colo-



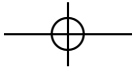


cava como uma ampla crítica à aristocracia, agora se restringe à aristocracia florentina, que, nesse aspecto, foi pior para os destinos da cidade do que a aristocracia romana. Essa acusação atinge o cerne da ideologia dos aristocratas: a de que Florença estava revivendo a *virtus civita* da Roma republicana.


Por outro lado, para os republicanos aristocráticos florentinos, os conflitos políticos presentes na república romana seriam sinais da corrupção política e, portanto, da perda da virtude cívica. Com efeito, é somente numa certa compreensão da *virtus civita*, assentada na força e no poder romano, ou seja, numa adequação aos ideais humanistas, que se poderia pensar na virtude como fundamento político (SKINNER, 2000 e 2006). Para eles, a corrupção política romana começa quando se manifestam os tumultos políticos, quando a unidade política da cidade se vê fraturada pelas contendas entre os grupos. Não é sem fundamento que vários pensadores, tanto antigos quanto modernos, entenderam a crise e a decadência das repúblicas como associadas à perda da *virtus civita*, manifesta pelo conflito, índice maior da corrupção na cidade.

Como apontaram Gilbert (1996), Tafuro (2004, 2005) e Bignotto (1991), o modelo republicano defendido pela aristocracia florentina representava uma defesa das posições políticas desse grupo. Ao insistir que as principais esferas decisórias (os Conselhos superiores da república florentina) deveriam ser compostas majoritariamente ou totalmente (como foi o caso do Conselho de Justiça) por membros da






aristocracia; ao defender que um ordenamento político as-  
sentando nesse extrato garantiria a paz e a estabilidade polí-  
tica; e, principalmente, ao sustentar que essa proeminência  
da aristocracia devia-se à sua virtuosidade, ao seu amor e de-  
dicação à pátria, estavam eles construindo uma teoria repu-  
blicana de caráter aristocrático. De fato, é nessa qualidade  
cívica superior, que se expressa pela *virtù* dos gentis-ho-  
mens, que se justifica o destaque dos segmentos aristocra-  
tas na vida política de Florença<sup>9</sup>. Ideais esses que não se  
mostravam como uma novidade teórica, haja vista a seme-  
lhança deles com algumas formulações de regime misto no  
qual a aristocracia é considerada o segmento político mais  
relevante na ordenação, como se pode perceber em Platão,  
Políbio e nos primeiros escritos de Cícero (LEPORE, 1954).



Neste contexto político e cultural, a posição de Maquia-  
vel é privilegiada, pois não somente ocupou um cargo es-  
tratégico (o comando de uma importante secção da vida  
política da cidade e das relações políticas entre os Estados),  
como pode conhecer a fundo o funcionamento dessas en-  
grenagens, e também participar desse debate político como  
um interlocutor relevante.



---

9. Nesse sentido, discordamos de Araújo (2000, p. 15), quando diz que  
para “Maquiavel a instabilidade política é indesejável”. Ademais, se não  
se pode falar em toda a tradição dos autores republicanos, ao menos  
em Maquiavel a ampliação do poder político, inserindo novos atores  
para além da aristocracia ou dos homens dotados de virtude, ou seja, os  
segmentos mais populares, é não somente desejável, como é a resposta  
para o fantasma da corrupção política.



### *A saída da Chancelaria e o final da vida*

Depois que o governo Soderini cai e Maquiavel é demitido de suas funções, em setembro de 1512, ele passa a produzir a parte mais significativa de suas obras, entre as quais: *O Príncipe* (em 1513), os *Discursos sobre a Primeira década de Tito Lívio* (1515-1517), a *História de Florença* (1520-1525), a *Arte da Guerra* (1519- 1521) e os opúsculos políticos.

Entretanto, a saída de Maquiavel da Chancelaria é um fato conturbado e nebuloso, mas que, uma vez compreendido, ajuda a entender a inserção dele no ambiente político e intelectual florentino. Entretanto, convém recuar um pouco no tempo.

Em 1502, por pressão da rica aristocracia florentina (os *nobres* segundo Maquiavel), ocorre uma mudança constitucional com a instauração do *gonfaloniere a vita*, ou seja, o comandante político da cidade passa a ser um cargo vitalício, como era o *doge* de Veneza. Isso implica um ganho de poder por parte do *gonfaloniere* Pier Soderini, que consolida sua força política perante os outros setores aristocráticos, bem como mantém seu grande apoio popular. A partir desta data, conforme Guidi (2009), Maquiavel passa a ocupar uma posição central na vida política florentina. Mesmo não sendo de família aristocrática, o que o impedia formalmente de ser um embaixador ou chanceler, ele fica responsável por diversas negociações importantes, sendo que os embaixadores florentinos eram chamados ao final apenas para assinar os acordos e os tratados.



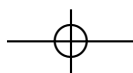


Após 1502, Maquiavel também vai se envolvendo cada vez mais com as questões militares da cidade, escrevendo e estudando sobre o assunto, a ponto de, em 1506, ser o responsável pela criação da milícia florentina, algo até então inexistente, pois a prática era a contratação de exércitos ou tropas mercenárias para fazer as guerras.

A queda do governo Soderini começa quando as tropas espanholas invadem a Toscana e tomam a cidade de Prato (vizinha de Florença) em agosto de 1512. A derrota retumbante das tropas florentinas perante a força dos exércitos espanhóis desmoraliza o governo de Soderini que, em 31 de agosto de 1512, foge para a cidade de Siena e depois segue para o exílio na Dalmácia, onde é hoje a Croácia.

Com a queda de Soderini, quem assume o poder é inicialmente seu adversário Giovan Battista Ridolfi, que inicia a reforma do governo mas que é substituído, alguns meses depois, por Guiliano de Medici, que em breve seria eleito papa (MARTELLI, 2006, p. 9-11).

Maquiavel é demitido dois meses depois da derrota de Prato e logo em seguida é preso sob a acusação de conspirar a morte de Giuliano de Medici. Maquiavel fica dois meses preso, é torturado e solto por um fato inusitado: a eleição de Giuliano ao papado em março de 1513. O papa recém-eleito concede, então, anistia aos presos políticos de Florença. O problema dessa história toda está em entender por que Maquiavel, que foi demitido de suas funções, preso e torturado pelos partidários dos Medici, pensa em dedicar a sua obra ao papa (que era sua intenção inicial), mas depois





dedica ao sobrinho deste, Lorenzo de Medici? Mais ainda, mesmo sendo identificado ao governo de Soderini, do qual de fato era o mentor intelectual, mas tendo amigos entre os partidários dos Medici, haja vista a contínua troca de correspondência e favores após 1512, por que esses e o próprio Giuliano de Medici, que bem conheciam Maquiavel, não entenderam logo que ele não fazia parte da conspiração, mas que seu nome foi colocado numa lista de conspiradores sem de fato ele mesmo saber?

A resposta para esses fatos explica muito do contexto florentino de então. Como escreverá Maquiavel em um texto dessa época, *Ricordo di Niccolò Machiavelli ai Palleschi* (ou somente *Ai Palleschi*, do final de 1512), o problema que envolvia Florença e ele em particular eram as oposições ferozes de parte da oligarquia florentina ao seu nome. Nesse texto, escrito no calor dos acontecimentos, Maquiavel faz uma análise deste contexto político se dirigindo aos *palleschi* ou *pallesco*, ou seja, como ficaram conhecidos os apoiadores dos Medici. Nele, o Secretário Florentino mostra que o problema político não era Soderini e seu governo, pois, se assim o fosse, a sua queda teria dado à cidade a tranquilidade política esperada; todavia, a instabilidade permanecia. Curioso notar por este opúsculo que ele não possuía grandes diferenças ou animosidades com os partidários dos Medici. Na verdade, o texto indica com precisão que os verdadeiros adversários de Soderini (parte da camada rica da cidade, ou seja, parte da oligarquia) não serviria de apoio para o novo regime Medici. Simplificando, Maquiavel avisa





que os seus inimigos (pois essa oligarquia também era inimiga dele) não seriam fiéis apoiadores do regime dos Medici.

Portanto, Maquiavel não tinha nos Medici e seus apoiadores inimigos ou adversários políticos, embora não se possa dizer de nenhum modo que ele fizesse parte desse grupo. O que permite entender agora porque ele não culpou os Medici pela sua prisão e dedicou a sua obra para o seu líder, pois sabia que os seus reais adversários eram parte da aristocracia rica e não o grupo político dos Medici. Esse pequeno texto maquiaveliano é, então, muito ilustrativo para explicar o episódio da queda do governo de Soderini e a prisão de Maquiavel, mas é mais explicativo de passagens de *O Príncipe*, como se verá melhor adiante, quando ele diz que o príncipe novo não deve manter sua força política apenas apoiada nos nobres ou grandes, mas, se tiver que escolher entre os nobres e o povo, que escolha o povo (*Príncipe*, IX). Enfim, desde o ingresso no governo da cidade, passando pela reforma de 1502 até a sua queda, Maquiavel teve de fato entre seus maiores adversários políticos as oligarquias ou *nobreza* locais.

Esse panorama no qual se insere a vida pública de Maquiavel revela, por seu turno, um vivo ambiente de disputas políticas que, como não poderia deixar de ser, também foi marcado pelo debate intelectual sobre a melhor forma de governo republicano para Florença. Este ambiente intelectual é decisivo para a reflexão política maquiaveliana. Mais adiante, explicaremos melhor a influência desse contexto sobre a produção intelectual do *Príncipe*, mas, por ora, po-





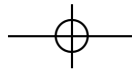


demos dizer que, do ponto de vista geral de sua reflexão teórica, esse contexto de debate marca os textos maquiavelianos na medida em que perpassa em todos a busca pela definição de qual a melhor forma de governo republicano e qual a natureza deste.

Por fim, convém lembrar que a Itália do período maquiaveliano não era um Estado unificado sob o controle de um único governo, mas, ao contrário, um conjunto de territórios independentes com governos autônomos. A cidade de Florença, que possuía total autonomia e independência política, constituía-se como um importante centro político, econômico e cultural, no qual se alternavam governos republicanos, como o do período em que Maquiavel foi diplomata, e autocráticos, caracterizados pelo domínio da família Medici.

Quando, em 31 de agosto de 1512, o governo republicano de Pier Soderini cai e os Medici retornam ao poder em Florença, Maquiavel se vê na iminência de deixar o cargo na Chancelaria. Com efeito, em novembro do mesmo ano ele é destituído de seu posto. Não bastasse a perda das suas funções, que tanto prezava, poucos meses após sua demissão, em fevereiro de 1513, ele é preso e torturado, sob a falsa acusação de participar de um complô para assassinar um membro da família Medici. Ao sair do cárcere, Maquiavel deixa a cidade de Florença e vai viver em sua pequena propriedade rural, em Sant'Andrea in Percussina. É nesse pequeno vilarejo, a poucos quilômetros de Florença, que Maquiavel passará o restante de seus dias.



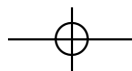


Não tendo mais obrigações diplomáticas, durante o dia ele se ocupa dos negócios da propriedade, recolhendo-se à noite em seu escritório para o estudo e a redação de suas obras. Nesse seu exílio forçado, ele escreve seus principais textos políticos: *O Príncipe*, *Os Discursos*, *A Arte da Guerra* e a *História de Florença*.

Em 1515, Maquiavel passa a frequentar um encontro de jovens aristocratas nos jardins da família Rucellai, em Florença, encontros esses que ficaram conhecidos como os encontros dos *Orti Oricellari*. São desses encontros que nascem a maior parte dos *Discursos*. A partir dessa época, Maquiavel também volta a assumir alguns encargos particulares, como quando, em 1519, foi representante de interesses dos comerciantes de Florença em Lucca. Fora esses e outros poucos trabalhos avulsos, Maquiavel não desenvolve nenhuma atividade diplomática regular.

Em 1520 ele recebe, por meio do *Studio* florentino e do papa Leão x (Guiliano de Medici), o encargo de escrever uma história da cidade de Florença. Durante quatro anos ele trabalha nesta obra, concluindo-a em 1525, indo pessoalmente a Roma para apresentá-la ao novo Papa Clemente vii (Giulio de Medici), que a recebe com apreço.

Aparentemente, tudo indicava a volta de Maquiavel às suas funções diplomáticas, principalmente quando, em maio de 1527, a família Medici é deposta e é instaurado um novo governo republicano em Florença. Mas a fortuna também não vem ao seu auxílio desta vez. Por uma grande ironia do destino, a acusação que em um primeiro momento





lhe fez sair do governo quando das ascensão dos Medici (ser um defensor do regime republicano), não se fez presente quando a república foi restaurada, quinze anos depois. Diante desse revés, a sua saúde não resiste e ele morre pouco mais de um mês depois, a 21 de junho.

#### AS EDIÇÕES

O texto que ora se apresenta como *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel tem na história de sua elaboração e difusão algumas peculiaridades. A primeira informação sobre sua confecção vem de uma carta de Maquiavel a Francisco Vettori de 10 de dezembro de 1513, na qual o autor fala da composição de um opúsculo intitulado *De Principatibus*, como diz:

E, como disse Dante, não pode a ciência daquele que não guardou o que ouviu – noto aquilo de que pela sua conversação fiz cabedal e compus um opúsculo, *De Principatibus*, onde me aprofundo quanto posso nas cogitações deste tema, debatendo o que é principado, de que espécies são, como eles se conquistam, como eles se mantêm, por que eles se perdem. [...] Portanto eu o dedico à magnificência de Juliano<sup>10</sup>.

Sabe-se, pois que, no final do ano de 1513, Maquiavel já havia terminado o seu pequeno texto sobre “que coisa é o principado, de quantas espécies são, como se conquistam e se conservam”. Ainda nessa carta, Maquiavel declara que este texto já havia sido lido por outro amigo, Filippo

---

10. Carta a Francisco Vettori, 10 de dezembro de 1513. In: MAQUIAVEL, N. *O Príncipe*. Trad. Lívio Xavier. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 119 (Os Pensadores, IX).





Casavecchia, com o qual ele teve oportunidade de discutir o texto. Segundo Inglese, certamente, entre o texto enviado a Vettori em dezembro e a resposta deste em 18 de janeiro de 1514, Maquiavel foi polindo e retocando o seu texto, que se constitui de fato na primeira parte do livro. Com efeito, por aquilo que é indicado na carta de dezembro de 1513, temos o roteiro dos temas tratados entre o capítulo I e o XI, de uma obra que contém 26 capítulos.

Depois das dificuldades e negativas de Vettori em entregar o opúsculo de Maquiavel para o papa, há poucas notícias sobre o manuscrito maquiaveliano. Ele dará notícia novamente por mais sete vezes em suas correspondências pessoais, sendo a última, em maio de 1514.

Talvez em função do malogro de entregar ao papa a obra Maquiavel tenha modificado o destinatário da obra, não mais o papa, Giuliano de Medici, mas a seu sobrinho, Lorenzo di Piero di Medici, então chefe político de Florença, tal qual estabelecido pela tradição editorial. Um dado é certo, esta dedicatória é anterior a outubro de 1516, quando Lorenzo recebe o título de Duque de Urbino, coisa a que Maquiavel não se refere na carta dedicatória, mas que jamais o teria feito se Lorenzo já tivesse recebido o título, pois essa seria uma falta de decoro grave (INGLESE, 1994, p. 7). Portanto, a partir da própria documentação manuscrita e das correspondências de Maquiavel, sabe-se que este obra foi composta entre 1513 e outubro de 1516.

Tendo em vista a não aceitação do texto pelo Papa, o opúsculo *De Principatibus* de Maquiavel passou a circular





de forma manuscrita entre os seus amigos durante muitos anos, pois a primeira edição impressa sairia somente em 04 de janeiro de 1532. Ou seja, entre o final de 1513 e janeiro de 1532, o texto maquiaveliano circulou de modo informal e manuscritamente. Ora, tendo em vista que o autor morre em 1527, nasce um problema incomum para as obras compostas após a invenção da imprensa no século xv, a saber: qual é o grau de originalidade do texto que foi publicado em 1532? Será ele de fato a primeira versão do texto feita por Maquiavel ou uma cópia de segunda ou terceira mão, com acréscimos, supressões e demais alterações realizadas de modo costumeiro pelos copistas? Enfim, qual o grau de originalidade do texto italiano de *O Príncipe* impresso pela primeira vez em 1532?

Tal dificuldade se amplia tendo em vista que, segundo relata Inglese (1994, p. 10- 14), após 1514 o texto passou a circular de forma manuscrita entre os amigos mais próximos de Maquiavel. Uma nova referência ao texto apenas retorna em 29 de julho de 1517, quando o jovem Nicollò Guicciardini, escrevendo ao seu pai Luigi, então comissário florentino na cidade de Arezzo, sugere a ele se comportar como disse “Maquiavel em sua obra *De Principatibus*” (INGLESE, 1994, p. 14). Luigi Guicciardini conhecia Maquiavel dos tempos da Chancelaria, tendo recebido certamente uma cópia do texto sobre os principados. Luigi era irmão de Francesco Guicciardini, também diplomata e grande pensador político, que escreverá um comentário aos *Discursos* de Maquiavel e que certamente deve ter lido esse opúsculo





maquiaveliano antes de 1532, pois faz referência a passagens desse na sua obra *Discorso del modo di assicurare lo stato alla casa de' Medici*, texto de 1516 (INGLESE, 1994, p. 15), bem como existem passagens do *Reggimento di Firenze*, obra elaborada entre 1521 e 1524, que indicam o conhecimento da argumentação do *De Principatibus* de Maquiavel (PROCACCI, 1995, p. 6). Outra informação sobre a circulação do texto vem de dois discursos proferidos por Lodovico Alamanni, expoente do grupo dos Medici que, em 25 de novembro e 27 de dezembro de 1516, pede aos governantes que se comportem de modo cívico, em uma argumentação que procura imitar a exposição de *O Príncipe*, seja no tema e personagens mobilizados, seja no estilo.

Contudo, segundo Inglese, o grande divulgador do *De Principatibus* de Maquiavel em forma manuscrita foi seu auxiliar dos tempos de Chancelaria, Biaggio Buonaccorsi (INGLESE, 1994, p. 17-18). Ele, que era amigo de Maquiavel e nutria também um grande interesse pelas questões políticas, após a saída da Chancelaria, em novembro de 1512, dedica-se, entre outras coisas, à cópia de textos e monta um ateliê para isso<sup>11</sup>. Conforme os estudos paleográficos, de

---

11. Cumpre lembrar que, mesmo após a invenção da imprensa, manteve-se o costume, entre as famílias ricas, de mandar confeccionar manuscritos de obras importantes, que eram produzidos com qualidade, seja nas folhas utilizadas, seja na encadernação. Certamente o ateliê de Buonaccorsi recebeu encomendas de membros da aristocracia florentina, sabedores do texto de Maquiavel e curiosos para conhecê-lo. Inglese informa ainda que, mesmo depois da publicação da edição impressa em 1532, houve ainda a confecção de textos manuscritos do *De Principatibus* por alguns anos.





seu ateliê saíram ao menos três manuscritos importantes que compõem o aparato crítico contemporâneo. Mais ainda, dos 27 manuscritos tomados em consideração por Inglese para realizar sua edição crítica, 16 deles foram cópias feitas a partir desses exemplares de Buonaccorsi. Isso indica que mais da metade dos manuscritos tem uma influência direta desses exemplares *buonaccorsianos* e certamente ele teve acesso ao manuscrito original de Maquiavel.

Antes de prosseguir nessa apresentação do texto, é importante dar algumas informações básicas sobre paleografia. Toda vez que se tem uma edição de uma obra impressa não revisada e autorizada pelo autor, nasce a dificuldade de saber se o texto impresso publicado confere com o original, também conhecido como *autógrafo*, ou seja, escrito pelo autor. Quando este é vivo no momento da publicação ou se tem o manuscrito *autógrafo* ou se tem algum documento (carta, testamento, etc.) que comprova que aquilo que foi publicado era a intenção do autor, de modo que não há problemas e donde a primeira edição impressa, também conhecida como edição *princeps*, tornar-se a referência para todas as demais publicações.

Contudo, quando a publicação impressa é posterior à morte do autor ou este ainda em vida não reconhece como verdadeiro aquilo que foi publicado – como no caso do filósofo inglês John Locke que, durante muito tempo, travou uma batalha com os editores de seu *Segundo Tratado sobre o governo civil* em função das diversas alterações inseridas pelo editor, e só veio a reconhecer como seu o texto publi-





cado apenas no final de sua vida (LASLETT, 1998) –, ou ainda se a obra foi divulgada antes do advento da imprensa, então faz-se necessário um estudo sobre os manuscritos existentes para se estabelecer o texto fidedigno ou o mais fidedigno possível. O texto publicado que é o resultado desse trabalho de levantamento e análise dos manuscritos denomina-se *edição crítica*, cujo texto, se não é idêntico ao original do autor, ao menos reproduz aquilo que é o mais próximo deste. Ora, tal trabalho de pesquisa pode ser facilitado ou dificultado conforme o material que se tenha a disposição. Quando se encontra o *autógrafo*, a pesquisa se encerra, pois todas as demais *cópias* manuscritas foram feitas a partir deste primeiro exemplar ou ele passa a ser a referência para as demais cópias e o texto padrão da edição impressa. Todavia, quando não há esse exemplar, deve-se recorrer às técnicas de paleografia e filologia para tentar estabelecer as relações de dependências entre as cópias e identificar qual seria o autógrafo ou aquele que mais se aproxima deste, quando ele não existe.

Voltando à difusão do texto do *De Principatibus*, uma outra grande fonte de informação é o possível plágio de Agostino Nifo, que publicou em outubro de 1522 o opúsculo *De Regnandi Peritia*, que não somente mantém a mesma sequência, como reproduz exemplos e argumentos inteiros do *De Principatibus*, embora o texto de Nifo tenha sido escrito em latim e o de Maquiavel em italiano (INGLESE, 1994, p. 18-22). Contudo, como explica Larivaille (1989, p. 150-195), falar em plágio de Nifo sobre o texto de Maquiavel é um tanto





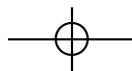


equivocado, pois, apesar das inúmeras semelhanças, o que revela que Nifo leu o texto de Maquiavel, seu argumento conduz a conclusões diferentes das expostas no *De Principatibus*, mantendo a tradição de pensamento político de tipo moralista dos *espelhos de príncipes*<sup>12</sup>. A conclusão, portanto, é que Nifo leu o texto maquiaveliano e se inspirou nele, e não o plagiou para escrever sua obra. Ademais, a noção de plágio, tal qual nós entendemos, não existia neste contexto do Renascimento, pois os autores se utilizavam de outros sem fazer a devida referência e até o próprio Maquiavel fará uma verdadeira paráfrase do livro VI das *Histórias* de Políbio nos seus *Discursos* sem dar qualquer referência ou indicação do texto antigo. Como se verifica ao longo de várias passagens de *O Príncipe*, Maquiavel cita de memória passagens de textos históricos romanos, com frequentes erros e sem qualquer referência.

Sabe-se ainda que Agostino Nifo era um pensador influente e foi escolhido pelos Medici para lecionar no *Studio* florentino, atual Universidade de Pisa. Ora, certamente o fato de ele ter lido o texto maquiaveliano e se baseado nele para escrever o seu próprio texto demonstra que o *De Principatibus* de Maquiavel era um texto um tanto conhecido nos círculos eruditos de Florença, contando inclusive com alguma aceitação e respeitabilidade.

---

12. Apenas adiantando algo que será melhor explicado, havia uma tradição de longa data de livros de aconselhamentos para os príncipes, também denominados *espelhos de príncipes*, que exaltavam a virtude e moralidade como as principais qualidades que o príncipe deveria cultivar. Como veremos, o texto maquiaveliano é totalmente contrário a isso, não sendo possível enquadrá-lo nesta categoria. (SKINNER, 2000)





Após essa última informação sobre *O Príncipe* advinda da obra de Nifo, só teremos notícia do texto maquiaveliano quando de sua publicação em 04 de abril de 1532 pelo editor Antonio Blado, de Roma, que publica a obra com o título em italiano, *Il Príncipe*, e não mais em latim, *De Principatibus*. Logo em seguida, em 08 de maio, o tipógrafo Bernardo Giunta, de Florença, também publica o texto com o título também em italiano. Apesar de os estudos paleográficos e filológicos colocarem em questão a fidedignidade da edição Blado em relação ao *autógrafo* do *De Principatibus*, ela é reconhecida como a edição *princeps*, que significa que é primeira edição e sobre o qual se deve basear a numeração e referência das demais edições.

Como se nota, foi do editor a decisão de alterar o título do livro do latim para o italiano, cuja tradução mais correta de *De Principatibus* seria em italiano *Sopra i principati* (Sobre os principados). Outra mudança significativa entre a carta a Vettori de dezembro de 1513 e a edição publicada é a inserção de uma parte reservada às questões militares (capítulos de 12 a 14) e toda uma seção destinada à figura do príncipe, com uma conclusão exortando à união da Itália. Essa ampliação do texto sugere que Maquiavel tenha acrescido e modificado o texto depois de dezembro de 1513. Contudo, a questão é: quando ele concluiu de fato a obra e, como já foi discutido entre os comentadores, teria tido *O Príncipe* duas redações?

Quanto à primeira questão, a hipótese mais provável, em função das datas e personagens citados, é que Maquiavel tenha ampliado e alterado o texto ao longo de 1514, mas





que o concluiu definitivamente antes de 1515 em função de informações sobre alguns personagens e datas. Segundo Procacci (1995, cap. 1), tendo em vista a difusão e aceitação dos manuscritos em seu círculo mais próximo, Maquiavel tentou publicar o *De Principatibus*, mas em Roma e não em Florença, em função da oposição ao seu nome entre a aristocracia desta cidade. Em sua última estadia em Roma, em 1526, Maquiavel encomenda a cópia de um exemplar manuscrito de seu texto ao ateliê de Ludovico degli Arrighi (o que é o atual *códice Barberiano 5093* do *De Principatibus*) (PROCACCI, 1995, p. 8-9). Ora, por que Maquiavel encomendaria um novo exemplar manuscrito e feito de modo acurado e elegante em um ateliê prestigiado de Roma se não fosse para publicá-lo ou ofertá-lo a alguém que patrocinasse tal projeto editorial? Segundo Procacci ainda, as conversas já estavam adiantadas para isso, entretanto, a publicação não se realizou em função do ataque que os franceses fizeram a Roma em 1527, conhecido como o “Saque de Roma”, que atinge duramente a cidade e suas finanças. A retomada dos projetos somente ocorrerá após 1530, quando a situação política parecia estabilizada. Em 1531, um tipógrafo sem muito prestígio, proprietário de um negócio modesto, Antonio Blado di Asola, recebe a autorização papal para publicar duas obras de Maquiavel: os *Discursos* e o *De Principatibus*, cujo título ele modifica. Blado trabalhou durante muitos anos a serviço da Câmara Apostólica e não teve um catálogo nem amplo ou com títulos de renome ou significativos (PROCACCI, 1995, p. 9-10). Outro dado curi-





oso é que, na autorização papal, já se prevê a possibilidade de Blado negociar e permitir outras edições dessas obras, fato esse que, segundo Procacci, demonstra que o modesto tipógrafo já pretendia vender os direitos de uma obra que teria boa repercussão editorial. Tanto é procedente tal interpretação que logo na sequência tem-se a publicação do texto em Florença pelo editor Bernardo Giunta e, nos anos seguintes, em Veneza, por três casas tipográficas distintas (PROCACCI, 1995, cap.1). Portanto, conforme a interpretação de Procacci, a publicação do texto maquiaveliano era um projeto intencionado desde 1526 por Maquiavel, mas que não ocorreu por acaso: o “Saque de Roma” e sua morte.

A interpretação de Martelli é diferente e agrega alguns dados novos e complementares. Na edição comentada de *O Príncipe*, Martelli (2002) explora em muito o fato de o nome de Maquiavel ser rejeitado em Florença, mas não necessariamente pela família Medici. Isso impediu que durante muito tempo seu texto fosse publicado e ele mesmo pudesse retornar ao governo, então sob o comando da família. Mesmo sem ser considerado um inimigo por parte da família Medici, segundo a argumentação de Martelli, Maquiavel era um personagem cuja proximidade provocava desconforto político perante parte da aristocracia florentina. Do que decorre que sua obra não tenha sido publicada em Florença inicialmente, mas em Roma e depois de sua morte, quando a oposição havia em parte diminuído.

Entretanto, em alguns pontos Martelli se distancia das interpretações precedentes. Segundo ele, o texto maquiave-





liano começou a ser escrito em 1513 e foi concluído apenas em 1518 e não em 1514 ou início de 1515 como defendem Inglese e outros. Além disso, mesmo admitindo que não existisse o autógrafo do *De Principatibus*, Martelli defende que há um exemplar que teria sido corrigido por Maquiavel e que poderia ser denominado como o *arquétipo* do qual derivam todos os outros e que seria esse manuscrito o mais genuíno<sup>13</sup>.

Esses elementos invocados por Martelli nos remetem à já mencionada questão recorrente nos estudos sobre *O Príncipe*: teria ele tido duas redações? Tal questão foi formulada inicialmente por Federico Chabod e, depois de discutida longamente, teve sua resposta no estudo de Sasso (1958) no qual se aponta que Maquiavel redigiu uma primeira parte do texto em 1513 e o restante, provavelmente, em 1514, não alterando mais o texto depois de 1515. Uma questão embutida nessa é saber se já no período da Chancelaria Maquiavel não teria começado o texto, concluindo-o no período imediatamente posterior a sua saída.

Tal hipótese de uma dupla redação e não de uma redação contínua no biênio 1513 e 1514 é muito frágil, pois, mesmo que de fato Maquiavel tenha começado a fazer o texto, ou mesmo que já tivesse um esboço ou rascunho, certamente ele se valeu dessas informações anteriores – como ele mesmo declara na *Carta Dedicatória* –, o que comprova

---

13. Segundo Martelli o manuscrito *Carpentras, Bibliothèque Inguimbertaine*, 303 (denominado como manuscrito A), seria esse arquétipo que foi corrigido por Maquiavel e seria o texto mais original, apesar de não ser um autógrafo. (MARTELLI, 2002, 325-329)





que não somente havia sim elementos anteriores a 1513, mas que tudo isso foi reelaborado e ampliado nesse ano de redação. Sem esquecer que ele vinha pensando nesses temas e argumentos ao longo do tempo, haja vista o confronto com textos e escritos diplomáticos de análise de contextos, com os textos posteriores a 1512, nos quais encontramos um autor mais maduro e consciente de seu pensamento político. Do que se pode concluir com muita segurança que Maquiavel já vinha de longa data meditando sobre esses temas e que organizou e colocou no papel tudo isso no biênio de 1513 e 1514. Depois não mais.

Esse quadro informativo nos coloca diante do seguinte questão: o manuscrito do *De Principatibus* utilizado por Antonio Blado para fazer a primeira edição impressa de *Il Príncipe* era de fato o autógrafo de Maquiavel? Mais, tendo em vista a alteração do título, qual a garantia de que o editor não tenha alterado algo no texto, o que teria corrompido sua autenticidade? Enfim, parece que a primeira edição bladiana do texto maquiaveliano não confere nenhuma garantia sobre a autenticidade do texto.

Essas suspeitas fizeram com que, já no século XIX, houvesse uma primeira tentativa de estabelecer um texto original ou padrão de *Il Príncipe*, por meio do editor G. Lisis, e editada por Sansoni em Florença em, 1899. A também conhecida edição Lisis de *Il Príncipe* foi o primeiro texto com um mínimo de aparato crítico. Depois de algumas edições que agregaram alguma informação ao texto, mas sem superar ou corrigir a edição Lisis, Giorgio Inglese publica a





edição crítica em 1994. Este, consultando uma gama maior de manuscritos e depois de um trabalho apurado de análise paleográfica e filológica, apresenta uma nova edição crítica do texto do *De Principatibus* de Maquiavel, publicada pelo Istituto Storico Italiano per il Medioevo. Além dessa importante edição, em 2002 foi publicada uma outra edição de *O Príncipe*, dentro da coleção *Edizione Nazionale delle Opere di Machiavelli*<sup>14</sup> pela Editora Salerno, sob a coordenação de Mario Martelli, e que pretende discutir e rever pontos não esclarecidos da edição Inglesa, valendo-se de outros manuscritos (que eram do conhecimento de Inglesa mas que, por critérios técnicos, foram por ele descartados) e buscando, principalmente, refutar a tese de Inglesa de que não há um autógrafo de Maquiavel. Em outros termos, o ponto central da análise crítica de Inglesa é que o autógrafo do *De Principatibus* está ainda perdido e que a reconstrução dos manuscritos permite estabelecer os dois principais exemplares dos quais dependem todos os demais e, com esses, reconstruir o texto o mais próximo do original possível<sup>15</sup>. A contra-argumentação de Mario Martelli, tenta, por outra metodologia, mostrar que há um autógrafo ou arquétipo do texto maquiaveliano e que este foi aquele utilizado por Blado, no caso, o manuscrito A (*Carpentras*) da lista dos manuscritos disponíveis.

---

14. Doravante citado apenas como *EN*.

15. A hipótese central de Inglesa é que os manuscritos D (München. Universitätsbibliothek, 4º cod, ms. 787) e G (Gotha, Forschungs- und Landesbibliothek, chart. B 70) dependem de um outro manuscrito (denominado γ) que seria o arquétipo mais próximo do original. Cf. INGLESE, 1994, p. 150-155.





Ora, não se trata, nesta introdução, de entrar nos detalhes de caráter filológico ou paleográfico da discussão, visto que não temos elementos para refutar posições ou novidades a acrescentar. Porém, cumpre declarar que, no confronto das argumentações, seja em função da metodologia, seja em função da autenticidade e autoridade dos manuscritos, a exposição de Giorgio Inglese é mais consistente e o texto por ele organizado é mais fidedigno. A argumentação de Martelli, ao utilizar-se de uma nova “metodologia” na qual a história do texto prevalece, não consegue, ao fim e ao cabo, oferecer uma comprovação ou modificação substancial no estatuto de originalidade do texto maquiaveliano. No limite, toda a argumentação de Martelli apenas polemiza e não traz novos resultados em relação a edição crítica de Inglese. Tanto é assim que o próprio Martelli denomina sua edição de *Edição Comentada*.

Donde, na falta de argumentos novos e de elementos concretos que invalidem sua exposição, somos obrigados a aceitar a edição Inglese de 1994 do *De Principatibus* como o texto mais fidedigno àquele intencionado e escrito por Nicolau Maquiavel, motivo pelo qual o escolhemos para ser o texto original italiano dessa edição bilíngue brasileira.

#### ESTRUTURA DO ARGUMENTO

Como foi dito, *O Príncipe* possuía um outro título que depois foi alterado pelo editor romano, mas que não contradiz totalmente o conteúdo da obra. Na verdade, pode-se dizer







que o texto maquiaveliano contém o *De Principatibus* e *Il Príncipe* ao mesmo tempo.

A obra está dividida em 26 capítulos, num total de 28.250 palavras. O primeiro capítulo apresenta o roteiro dos temas tratados até o capítulo 11, que se concentram nos principados, na conquista destes e na conservação do poder. Os três capítulos seguintes (12, 13 e 14) tratam da questão militar, acerca da conveniência e inconveniência de se possuir exércitos auxiliares e próprios, que também são pensados no interior dos esforços de conservação do poder político. Os capítulos de 15 a 23 tratam das qualidades e cuidados que um príncipe deve possuir no comando político. Os capítulos 24 e 25 analisam a importância da fortuna na vida política e como o príncipe deve ficar atento a ela. Por fim, o capítulo final é uma exortação à unidade da península itálica, algo desejável sob o comando da família Medici.

Diante dessa disposição temática dos capítulos, uma primeira compreensão geral da obra, sobre a qual concordam os comentadores, é dividir *O Príncipe* em duas grandes partes: uma primeira dedicada à análise do principado e uma segunda voltada para a ação do príncipe. É evidente que nesta divisão geral não se encaixam muito bem os capítulos finais, particularmente o último.

Entretanto, seja essa divisão temática da obra, sejam as demais informações apresentadas, tudo nos remete a uma ordem de problemas que convém analisar com atenção. Um primeiro âmbito de problemas está voltado à noção de principado, e pode ser expresso nos seguintes termos: o que de





fato é o principado de Maquiavel? Qual a sua definição e a sua função no interior do pensamento político maquiaveliano? A resposta mais comum nos manuais é identificar a noção de principado à moderna noção de “Estado”, declarando desse modo que Maquiavel é um precursor do pensamento político moderno. Como se verá, não se trata disso, pois tanto a definição de principado como a de estado em Maquiavel não se identificam com a moderna noção política de Estado, embora seja possível reconhecer neles elementos que apontam para aquilo que o pensamento político moderno, posterior a Thomas Hobbes, certamente identificou na noção política de Estado, este entendido como uma entidade política autônoma.

Uma outra questão que decorre diretamente dessa primeira ordem de problema é sobre a concepção de príncipe de Maquiavel. A primeira e imediata associação é com o título nobiliárquico de príncipe das monarquias. Ora, essa concepção gera, por seu turno, a ideia de que o texto maquiaveliano é um libelo em defesa da monarquia ou um livro destinado aos nobres. Tal é o pano de fundo da argumentação de Quentin Skinner, que no seu livro mais conhecido, *As fundações do pensamento político moderno*, classifica a obra de Maquiavel dentro de um estilo que fez fama entre os séculos XI e XVI, os *espelhos de príncipes* (SKINNER, 2000). Esse estilo de texto, que remonta ao pensamento político romano, tendo como um de seus textos fundadores o *Dos Deveres* (*De Officiis*) de Marco Túlio Cícero (54 a.C.), foi retomado ao longo do tempo no pensamento político latino, passando





pela Idade Média e Modernidade (SENNEART, 2006)<sup>16</sup>, e era destinado a auxiliar e instruir os governantes na tarefa de governar, principalmente os jovens príncipes, que careciam de experiências políticas, donde a definição “espelhos de príncipes”: por ser um manual onde os príncipes deveriam espelhar suas ações.

O desconforto em enquadrar o texto maquiavelino neste estilo reside mais na definição de príncipe como o filho do rei, como o futuro monarca, restringindo o escopo de denotação do termo, particularmente quando tratamos de um autor que, como já foi declarado, assume-se claramente em defesa do republicanismo. Disso decorre a contradição instalada: teria um autor que é reconhecidamente defensor do republicanismo escrito um livro em defesa da monarquia, tendo em vista para quem a obra é dedicada, para tentar, entre outros motivos, um emprego no novo governo da família Medici? Teria Maquiavel se destacado por escrever uma obra de cunho monarquista por que estava desempregado e sem perspectivas? Enfim, seria Maquiavel um pensador com uma dupla postura teórica: em algumas obras defensor do regime republicano e em outra – curiosamente na mais célebre – defensor do regime monárquico?

As respostas para tais problemas não são simples e nem fáceis, pois demandam um esforço de análise e interpretação. O início dessa análise está, todavia, fora de *O Príncipe*, mas em outra obra, nos *Discursos*. Nesta obra, em particu-

---

16. No século XVIII ainda se encontra esse tipo de texto entre os pensadores portugueses, o que comprova a fortuna de estilo no pensamento político ocidental.





lar, depois de apresentar os elementos gerais da república, Maquiavel fala da corrupção desta, do seu fim e como poder-se-ia encontrar alguma solução para a morte certa do regime republicano. A resposta para essas noções de principado e príncipe, bem como para a questão de fundo de como articular *O Príncipe* no interior do pensamento político maquiaveliano, passa por uma análise sobre o fim da república. Enfim, a dificuldade que se apresenta agora é de como articular *O Príncipe* com o pensamento republicano de Maquiavel, com as demais obras políticas de caráter nitidamente republicano. Para isso será necessário recuperar, ainda que rapidamente, os delineamentos gerais da noção de república tal qual Maquiavel faz no início dos *Discursos*.

O “PEQUENO TRATADO SOBRE AS REPÚBLICAS”

No início da exposição dos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, notadamente no primeiro livro, entre os capítulos 1 e 18, encontramos um momento privilegiado no qual Maquiavel apresenta os elementos principais do que entende por república. Tais noções também podem ser encontradas em vários escritos de modo esparso, como na *História de Florença*, no opúsculo *Discurso sobre as coisas de Florença*, na *Arte da Guerra*, entre outros; mas em nenhum deles temos de modo tão claro e estruturado como nos *Discursos*.

Escrito, provavelmente, na sequência de *O Príncipe*, os *Discursos* expõem uma análise sobre parte da obra *História de Roma* de Tito Lívio. O objetivo do texto maquiaveliano é





o de comentar os fatos narrados pelo historiador romano e recuperar noções para a elaboração de argumentos em defesa do regime republicano, no caso particular para a Florença de início do século XVI, bem como para uma teoria em defesa do regime republicano de modo geral.

A *História de Roma* foi a principal obra de Tito Lívio (59 a.C – 17 d.C). Composta originalmente por 142 livros, dos quais restaram apenas 35, ela narra, em seu conjunto, os feitos romanos desde a sua origem até o governo de Otávio Augusto (9 a.C.). Ao longo do tempo, os copistas fizeram uma divisão da obra em grupos de dez livros, bem como uma sinopse de cada livro que foram reunidas no início da *História*. A essa reunião dos livros em conjunto de dez, ainda que nem sempre rígida, deram o nome de *deca* (em italiano), que foi traduzido por “décadas” em português, quando, na verdade, trata-se de “dezenas”. Os dez primeiros livros ou a “primeira década” ou a “primeira dezena”, foram dos poucos que se conservaram integralmente e narram os fatos desde as origens de Roma até o ano de 295 a.C., ou seja, a narrativa compreende o governo monárquico e boa parte do governo republicano. Maquiavel elabora os seus *Discursos* sobre esses dez primeiros livros da *História de Roma*, uma vez que nestes há a presença de vários temas que lhe são caros, entre eles, a conservação da república, as mudanças de regimes e a corrupção das instituições políticas.

Olhado em sua totalidade, o texto maquiaveliano parece ser um comentário geral da obra liviana, no qual o comentador vai inserindo em sua análise as ideias e as concepções





políticas que busca defender. O problema maior nessa visada geral são os primeiros dezoito capítulos do livro I, no qual Maquiavel não segue *pari passu* o texto liviano, mas faz uma exposição ampla sobre alguns conceitos republicanos, inserindo nessa análise exemplos romanos, mas também exemplos de Esparta, Veneza, Florença e a Roma católica de seu tempo. Como apontou Gilbert (1953), primeiramente, esses primeiros capítulos parecem se constituir em um bloco à parte da obra. Doravante se instalou entre os comentadores uma disputa interpretativa, na qual, entre outros pontos de discórdia, pairava a questão se Maquiavel escreveu primeiro esse trecho do livro ou se escreveu conjuntamente com o restante da obra, entre os anos de 1515 a 1517. Questão essa que se complica, pois, tendo em vista que Maquiavel teria escrito o *De Principatibus* antes dos *Discursos*, nasce a dúvida de como entender um trecho inicial de *O Príncipe*, quando o autor declara:

Deixarei de lado a discussão sobre as repúblicas, porque, em outro momento, dissertei longamente sobre elas. Ocupar-me-ei somente do principado, e retecerei as urdiduras acima descritas, e demonstrarei como estes principados podem ser governados e conservados (*O Príncipe*, cap. II, 1-2).

Resta, pois, a questão de qual seria esse texto republicano de Maquiavel indicado no texto de 1513. Já nos antecipamos em afirmar que não é possível, com os dados disponíveis até hoje, indicar se esses dezoitos capítulos perfazem o texto republicano mencionado no início de *O Príncipe* e nem a cronologia correta de composição das obras. Tudo





o que se tem são hipóteses, algumas com base nos poucos dados históricos disponíveis e outras com base na estrutura dos argumentos expostos por Maquiavel em suas obras.

A polêmica em torno desses dezoito primeiros capítulos dos *Discursos* não se resume, então, a uma disputa cronológica de anterioridade ou posteridade em relação a *O Príncipe*. Subjaz a essa discussão a definição do sentido próprio da obra maquiaveliana cuja interpretação determina a compreensão que ele possuía das repúblicas, bem como do lugar de *O Príncipe* no interior de seu pensamento político. O estudo de Gilbert fez com que, sob diferentes óticas e metodologias, as atenções para a interpretação do pensamento político maquiaveliano se voltassem para os *Discursos*. Uma vez que não está ao nosso alcance reconstruir nos detalhes os pontos desse debate e os meandros dessa contenda, algo que já foi analisado pelos comentadores e que também abordamos em outro texto (MARTINS, 2007, 16), partiremos aqui do fato concreto de que esse conjunto de capítulos iniciais perfazem aquilo que Larivaille nomeou como “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*”. Certamente, neste trecho da obra maquiaveliana, encontraremos os elementos teóricos para compreender de que modo pode ser possível pensar a inserção de *O Príncipe* no pensamento político de seu autor.

Voltando à passagem problemática de *O Príncipe*, quando ele escreve que não tratará das repúblicas porque já o havia feito em outro lugar, deduz-se que estivesse se referindo aos *Discursos*, visto que não deixou um tratado específico sobre esse assunto e que aquela obra traz uma



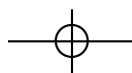


reflexão sobre a república romana. Todavia, existem vários indícios que mostram que os *Discursos* foram escritos depois de 1514, quando Maquiavel frequentava os *Orti Oricellari*<sup>17</sup>, entre 1515 e 1517. Tais indícios colocam, pois, o problema de tentar descobrir a qual texto Maquiavel estava fazendo referência no início de *O Príncipe*, visto que ele não havia escrito, ainda, os *Discursos*. Uma outra questão, paralela a esta, estaria em saber ao certo qual foi o momento de composição dos *Discursos*: se antes ou depois da composição de *O Príncipe*.



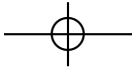
Esses são os pontos principais do debate em torno da datação dos *Discursos* e da existência ou não de um bloco textual destacado no início do livro I. Apesar dessas divergências, de modo geral, é aceito que a parte principal do livro tenha sido escrita entre 1515 e 1517, o que não exclui a possibilidade de que uma primeira parte já tivesse sido escrita antes desta data, sendo apenas corrigida na época em que Maquiavel frequentava os *Orti Oricellari*. Depois das contendas entre os comentadores, uma certa concordância se formou acerca de dois pontos: a) que os capítulos que tra-

---

17. *Orti Oricellari* era o nome que se dava aos jardins da família Rucellai, que, desde o final do governo dos Medicis, no século XV, abrigava reuniões de aristocratas florentinos. Após a queda do governo de Pier Soderini, em 1512, o neto de Bernardo Rucellai, Cosimo, passou a organizar reuniões com jovens aristocratas de ideologia republicana. Maquiavel passa a frequentar esses encontros a partir de 1515, momento em que se acredita que ele tenha escrito a maior parte dos *Discursos*. Todos os comentadores destacam a importância desses encontros para a reflexão política maquiaveliana no que diz respeito à teoria republicana e ao estudo dos clássicos (GILBERT, 1977, p. 15-66; VIROLI, 2002; SASSO, 1986, p. 353-357). Adiante isso será melhor explicado.







tam dos comentários da *História de Roma* de Tito Lívio possuem uma unidade analítica a despeito da não adequação de algum capítulo à essa regra geral, corroborando a tese de Gilbert de que, nesses casos, as exceções confirmam a regra; b) que os dezoito primeiros capítulos do livro I, mesmo sendo o momento mais teórico da obra, configuram-se como um anteparo conceitual explicativo dos eventos que serão comentados. Apesar de não serem comentários diretos aos livros de Tito Lívio, esses capítulos mostram-se importantes na economia dos *Discursos* como um todo, na medida em que explicam as origens e os fundamentos das repúblicas e os ordenamentos, leis e conflitos que marcam sua vida civil. Enfim, afirmar a existência de um bloco teórico inicial não depõe contra a harmonia e unidade interna dos *Discursos*, impossibilitando qualquer afirmação de que a obra é resultado de uma colagem ou de uma justaposição de textos diversos.

Os *Discursos* estão divididos em três livros, sendo que o livro I tem 60 capítulos, o livro II 32 capítulos e o III 49 capítulos. Os primeiros dezoito capítulos do livro I perfazem a seguinte sequência expositiva: a fundação das cidades (capítulo I), a natureza e a mudança dos regimes políticos (capítulo II), os conflitos políticos (capítulos III e IV), a defesa da liberdade política nas repúblicas (capítulos V e VI), os instrumentos de defesa e acusação pública (capítulos VII e VIII), a reforma ou refundação dos estados (capítulos IX e X), a importância da religião (capítulos de XI a XV) e a corrupção nas repúblicas (capítulos de XVI a XVIII).



Verifica-se, pois, que esses capítulos apresentam uma unidade teórica e formam um bloco textual de análise dos fundamentos das repúblicas. Pelo roteiro dos temas expostos, nota-se a presença de um itinerário argumentativo cujo movimento vai do nascimento da cidade, passando pela fundação dos ordenamentos políticos e o modo de defesa do *libere vivere* político, culminando na corrupção do povo, das instituições (*ordini*) e das leis. A religião, mobilizada no interior dessa reflexão, também se apresenta como uma instituição capaz de conservar, por meio de seus ritos, os valores e os ideais republicanos, ou seja, ela cumpre o papel de *instrumentum regni*, um instrumento para governar. Além dessa descrição da vida política das repúblicas, na qual se revelam as etapas de sua existência, pode-se também afirmar que esses capítulos são uma introdução teórica aos *Discursos*, uma vez que definem os elementos essenciais na constituição de uma cidade.

Quando falamos em aspectos teóricos, não devemos ter em vista um certo modelo de tratado em que os conceitos aparecem de modo destacado por expressões próprias, como *defino que*, *demonstra-se*, *entendo por* etc. Maquiavel utiliza-se de um outro estilo que não é em nada menos indicativo de seu objetivo de definir conceitos. A própria escolha e disposição dos temas é, por si, uma indicação de seus propósitos teóricos. Assim, no capítulo I, ao tratar da fundação das cidades, ele faz, na verdade, uma descrição dos tipos de cidades que podem existir e de como seu momento fundador pode ser determinante para o desenvolvimento





ou para a ruína futura, tipificando-as pelo seu modo de fundação. No capítulo II, faz, num primeiro momento, uma exposição das formas de governo possíveis e de como nelas pode se processar a mudança, indicando que o motor ou a causa desta não é uma certa lógica determinista da natureza, mas dos conflitos políticos, tema dos capítulos III e IV. Os capítulos I e II configuram-se, portanto, como descrições tipológicas, seja do modo como pode se operar a fundação de uma cidade, seja do modo como os regimes podem se instalar e se transformar, descrições estas que fazem desses capítulos um preâmbulo conceitual para a análise que se seguirá.

Na sequência, os capítulos de III a X, ao apresentarem temas como os conflitos políticos, a defesa da liberdade política nas repúblicas, os instrumentos de defesa e de acusação pública e a reforma ou refundação das cidades, revelam como Maquiavel entende os elementos essenciais das repúblicas. Como se verá, esses pontos configuram-se como as *ordini* ou os ordenamentos políticos básicos de uma república, aspectos estes estruturais da vida de uma cidade ordenada como república. Mesmo nos exemplos mobilizados, ele não se restringe ao caso romano, mas fala de Veneza, Esparta, Florença, entre outras cidades, numa clara indicação de que está apresentando as partes da vida política em um regime republicano.

A exposição sobre a religião dos capítulos de XI a XV cumpre também essa função na medida em que ela é considerada *instrumentum regni*, uma instituição cujo papel não





se limita a ser de ordem religiosa porque é decisiva na própria organização e no funcionamento da vida política da cidade. Ao tratar da religião, o silêncio de Maquiavel em relação às disputas medievais entre o papado e o império, fundamentais seja para o futuro das cidades do norte da Itália, seja para o próprio período medieval (SKINNER, 2000, cap. 1-3), é indicativo de que a sua preocupação não é especificamente a religião romana, mas sim analisar a religião – entendida eminentemente como prática social – no que diz respeito à sua relação com a vida política da cidade, ou seja, ao seu papel político.

Quanto aos capítulos de xvi a xviii, eles não são comentários à corrupção romana, mas buscam entender como a corrupção pode atingir uma república, seu povo ou suas instituições. Não se trata de uma explicação do caso específico romano, mas da corrupção que pode acometer as repúblicas de um modo geral.

Portanto, os temas mobilizados nesses capítulos iniciais e o modo como eles são analisados, revelam o quanto Maquiavel fez, ao seu modo, uma apresentação dos principais elementos políticos de uma república e de seus fundamentos, já que não há uma análise exclusiva nem do caso romano, nem dos livros da *História* de Tito Lívio. Ora, é patente que, nesse primeiro momento dos *Discursos*, não se está fazendo uma análise *pari passu* do texto liviano, nem um comentário histórico dos fatos de um modo geral. A coesão presente no objetivo e no modo de exposição, a escolha dos temas e o itinerário que eles descrevem – do nasci-





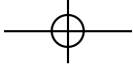
mento à corrupção da cidade –, confere um caráter unitário a esse bloco textual. Os capítulos que se seguem ao XVIII, nos quais verifica-se, aí sim, um comentário à obra liviana, não denotam uma inflexão teórica ou conceitual. A compreensão da *História de Roma* e o sentido ou o modo como essa análise deve ser feita seguirão os critérios e as ideias apresentadas no início, mostrando uma imbricação entre a análise dos fatos romanos à luz dos critérios apresentados. Os comentários serão, portanto, pautados pelos conceitos e pelo modo de compreendê-los, indicando uma profunda dependência entre as partes do livro. Apesar de os dezoito capítulos se constituírem numa unidade passível de ser analisada autonomamente, os *Discursos* permanecem um todo em sua estrutura, na medida em que seus capítulos dependem dos critérios estabelecidos no “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*” e este, por sua vez, formula seus fundamentos teóricos tendo em vista a compreensão da vida em qualquer república, inclusive a de seu tempo<sup>18</sup>, e não somente Roma, modelo de república. Separar o “*Pequeno tratado*” dos *Discursos* violaria, na perspectiva maquiaveliana, a *verità effettuale*, a comprovação no mundo real, recaindo num argumento feito para “repúblicas ou cidade imaginadas”.

Segundo Chabod, os *Discursos* constituem a “origem espiritual” de *O Príncipe*, uma vez que pode-se perceber a existência de uma relação direta entre os problemas que subja-

---

18. As reuniões nos *Orti Oricellai*, patrocinadas por jovens aristocratas de ideais republicanos, visavam também encontrar meios para restaurar o governo republicano em Florença (GILBERT, 1977, 15-66).





zem a ambos<sup>19</sup>. Ele propõe, não a partir dos dados históricos sobre os textos, mas a partir da articulação dos conceitos, que os *Discursos*, ou parte deles, seriam os pressupostos teóricos para *O Príncipe*. Embora não tenha desenvolvido essa hipótese, Chabod apontava para uma motivação de ordem republicana mobilizando os argumentos de *O Príncipe*, de tal modo que esse deveria ser uma resposta ou continuação de algo deixado para traz nos *Discursos*.

Avançando nessa interessante sugestão e tendo em vista que há uma exposição sobre as repúblicas no início dos *Discursos*, nasce a dificuldade de como se poderia articular essa parte inicial com *O Príncipe*. Uma hipótese seria verificar a sequência argumentativa quando a república chega ao seu ápice de corrupção política, conforme exposto no capítulo XVIII do livro I dos *Discursos*.

Segundo Gennaro Sasso (1980, cap. v), tendo Maquiavel escrito os dezoito primeiros capítulos dos *Discursos* e chegando ao ponto em que as repúblicas estão completamente dominadas pela corrupção, em que a ruína é um fato quase inevitável, a instauração de um principado civil passa a ser o remédio adequado. Dito de outro modo, quando se verifica, no capítulo XVIII dos *Discursos*, que é quase impossível a uma república “*corrompidíssima*” retomar o *vivere civile*, as liberdades civis, características dos regimes republicanos sadios, a solução passa a ser a instauração de um regime fun-

---

19. Essa hipótese é sugerida primeiramente por Chabod, porém ele não a desenvolve. Gennaro Sasso, anos depois, será o primeiro a desenvolvê-la, tirando novas conclusões, como se verá nos capítulos finais dessa introdução (CHABOD, 1993, p. 31-39).



dado em um único governante para que esse, com sua *virtù*, consiga recuperar a normalidade política da cidade e impedir a ruína certa. Ademais, “o principado representa o remédio que, auxiliado por extraordinária *virtù*, os legisladores que vêem longe procuram opor à corrupção das repúblicas” (SASSO, 1980, cap. v). Calcado naquilo que é exposto pelos textos maquiavelianos, há a “*problemática passagem*”, como diz Sasso, das repúblicas corrompidas para o regime régio caracterizado pelo principado civil, na medida em que esse regime pode oferecer uma resposta eficaz ao problema que se instaura nas cidades corrompidas. O remédio é sugerido no próprio capítulo XVIII dos *Discursos*, quando Maquiavel afirma que o freio para essa corrupção total é a instauração de um governo régio, um regime que, com a sua mão “régia”, intervenha para reordenar a cidade. Ao final do capítulo XVIII, Maquiavel apresenta a ideia que será dominante no *Príncipe*, de tal modo que, da perspectiva de quem olha dos *Discursos*, a boa solução ou o remédio adequado não está nos seus capítulos seguintes (XIX, XX etc.), mas no principado civil, tal qual é apresentado nos capítulos VIII e IX de *O Príncipe*. Do que podemos concluir, conforme Sasso: “os principados pressupõem a crise da república, e não nascem senão quando essa está tomada pelas formas extremas da corrupção, da degeneração” (SASSO, 1980, cap. v). Com isso, a origem de *O Príncipe* não se fundaria numa visão “idealizada”<sup>20</sup> dos regimes políticos, mas encontra sua motivação

---

20. A crítica à origem mítica ou idealizada de *O Príncipe* é um dos objetivos de Sasso nessa reflexão, pois, para ele, carece de fundamento





teórica no limite extremo que se configura com a corrupção das repúblicas. Em uma cidade onde as *ordini* e as leis estão dominadas pela corrupção, a intervenção do príncipe novo, tema dominante de todo *O Príncipe*, faz-se necessária, reformulando, ou melhor, refundando as ordens e as instituições, reconciliando os humores, enfim, tudo aquilo que também é preconizado ao longo dos *Discursos*. Desse ângulo, *O Príncipe* seria tributário do raciocínio desenvolvido no “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*”, pois teria nesse sua maior motivação teórica. Por outro lado, os *Discursos* manteriam uma relação de dependência teórica com *O Príncipe*, visto que a melhor solução para o problema no qual culmina o raciocínio seria o principado civil. Essa interdependência teórica revela uma estreita linha de continuidade no interior da reflexão política maquiaveliana, como afirma o comentador:

Precedendo cronologicamente ou seguindo a composição do *Príncipe*, o décimo oitavo capítulo do primeiro livro dos *Discursos* é, portanto, o “lugar ideal” no qual o conceito daquele livro se realiza nos seus modos próprios (SASSO, 1980, p. 327).

Portanto, cabe agora tentar entender melhor essa passagem da república corrompida ao principado, ou por outro lado, o que é esse principado e o seu príncipe, a partir desse pressuposto lançado pela corrupção republicana.

---

pensar a motivação de um livro apenas em pressupostos ideais. (SASSO, 1980, p. 316, nota 41).









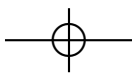
## O PRÍNCIPE CIVIL

### OS PRESSUPOSTOS PARA O PODER RÉGIO



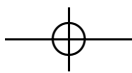
Como dito, a sequência argumentativa do *Pequeno tratado sobre as repúblicas* encaminha-se, a partir do capítulo 16, para o tema da corrupção na cidade. Primeiro, Maquiavel trata da corrupção do povo ou da matéria da cidade (cap. xvi) e, em seguida, da corrupção dos ordenamentos republicanos ou da forma (cap. xvii). Prosseguindo nessa escalada da corrupção política, o cap. xviii vai direto ao grau máximo de corrupção na cidade, quando ela se torna *corrompidíssima* (sic). Neste estágio de corrupção ampla, as consequências são ou a mudança de regime ou a dissolução da república como entidade política dotada de liberdade. Seja como for, qualquer uma das consequências é contrária à vida política republicana, ao *vivere libero*, visto que uma condição essencial da vida republicana é a liberdade, ao ponto do regime republicano ser nomeado, às vezes, como o regime da liberdade. Na verdade, chegamos ao grande problema enunciado pelo título do capítulo xviii: “*De que modo nas cidades corrompidas se podem conservar um Estado livre, sendo-o; ou, não o sendo, ordená-lo*” (*Discursos*, I, 18, linha 1). A questão está em tentar pensar em uma solução para aqueles casos nos quais a corrupção não está apenas localizada numa parte do corpo político ou permanece restrita à matéria ou à forma, mas quando se encontra disseminada por toda a cidade. Uma resposta já nos é possível constatar, pois não se pode conservar o *vivere libero* em condições de extrema corrupção, nas quais o povo já





não mantém a civilidade, e em que as leis são inadequadas e os ordenamentos não conseguem mais frear as ambições desmedidas dos diversos grupos políticos. As condições de possibilidades para a retomada da liberdade republicana já não figuram mais no horizonte. Diante, então, dessa condição extrema, a possibilidade de retorno, de uma retomada à normalidade republicana é uma impossibilidade dentro da lógica de ação política da república, pois, com uma matéria corrompida, as leis são inadequadas e os ordenamentos políticos ineficazes e, conforme o grau de corrupção, corrompidos em suas deliberações. Maquiavel é categórico: De tudo o que dissemos acima provém a dificuldade ou a impossibilidade de nas cidades corrompidas conservá-las como republicas ou criá-las de novo (*Discursos*, I, 18, linha 28).

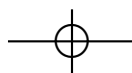
Neste contexto, pode-se até perguntar se ainda há ou não liberdade, ou melhor, se o *vivere libero*, característico da república, ainda persiste ou se alguma força autoritária teria tomado as rédeas das decisões políticas. Uma das características dessa corrupção republicana, talvez a preponderante, está na força política que a aristocracia assume e como ela passa a deliberar conforme os seus desejos. Pensando numa cidade em tais condições políticas, mas não somente isso, sendo o povo impedido de lutar pelos seus direitos, tal quadro é uma descrição de um caso de corrupção republicana típico. Nestas circunstâncias, extingue-se a liberdade de uma parte do corpo político, extingue-se a luta política e um só grupo passa a ditar o caminho. No





entanto, a corrupção também pode extrapolar um grupo político restrito e atingir a todos (*universale*), circunstância esta caracterizada, entre outros aspectos, pela perda dos valores cívicos, da civilidade. Também neste caso não há mais espaço para a luta política, para o *vivere libero*.

Logo, não importa em que condição se manifeste a corrupção, ela figura sempre como uma oposição à liberdade, ou como diz Sasso, “*a recíproca repugnância entre liberdade e corrupção*” (SASSO, 1987, p. 407). Esta imagem ilustra os termos da dificuldade, pois a vida política republicana é avessa à corrupção, é o pólo contrário à condição política corrompida de uma cidade. De fato, se há uma manifestação de corrupção política, isso implica proporcionalmente na anulação da liberdade; ou, conforme a corrupção se amplia, por uma proporção inversa, diminui o grau de liberdade da cidade. O que não quer dizer que a corrupção seja o antônimo de liberdade, pois, conforme o nível de corrupção, tem-se uma gradação inversa de liberdade: quando o grau de corrupção da cidade é baixo, é possível que exista ainda o *vivere libero*. Porém, em qualquer condição em que haja um aumento de um, automaticamente ocorre o decréscimo do outro, pois a coexistência de ambos com mesma intensidade é impossível. Repugnância que não diz respeito apenas à liberdade, mas pode estender-se à civilidade (entendida como o respeito mínimo às regras políticas), às regras cívicas, quando se considera a corrupção da matéria. Ou como dirá Maquiavel no capítulo LV desse livro I dos *Discursos*, refletindo acerca da corrupção presente





quando os *gentis-homens* dominam o poder: “Do que nasce que naquelas províncias não surja nunca alguma república nem algum *vivere politico*; porque tal geração de homens são em tudo inimigos de toda civilidade” (*Discursos*, I, 55, linha 21). A corrupção se opõe, pois, à república, mas, mais ainda, à civilidade e até mesmo ao *vivere politico*, de modo geral. Esta afirmação amplia o problema, pois a corrupção não é somente contrária à liberdade, mas contrária à vida política, um adversário à normalidade política. Opondo-se a uma consideração que banaliza o papel que pode chegar a desempenhar a corrupção no corpo político, Maquiavel confere cores fortes e afirmações contundentes para descrever a importância das suas consequências para a vida política da cidade. A manifestação da corrupção não deve ser tratada como mais um evento possível em uma cidade, mas um grande problema, um grande perigo para o corpo político como um todo. A corrupção não é mais uma dificuldade presente no cotidiano político das repúblicas, mas se torna o problema, a questão a ser tratada.

Todavia, quando esse problema não é passível de solução pelos próprios mecanismos políticos da república, então, deve-se buscar meios mais fortes e eficazes para freá-la. Entre as soluções, está a instalação de um *poder quase régio* ou do *poder régio*.

A cidade diante, pois, de um caso de extrema corrupção, deve mudar o seu regime, tendo, a princípio, duas possibilidades: o governo *régio* ou o governo *popular*. Maquiavel reiteradamente identifica na ambição desmedida da aristo-



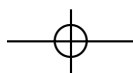


cracia a principal causa de corrupção. A corrupção do povo, quando nasce, é um aspecto secundário, sendo muito mais fruto da falta de freios à insolência dos grandes do que da perda de civilidade do povo. Ora, a parcela popular da cidade estaria habilitada, pelas suas qualidades, para, em tese, assumir o comando da cidade nas condições de corrupção extrema, desde que não tivesse perdido também todos os seus valores cívicos. Contudo, o problema não é assumir o controle da cidade em função da sua capacidade ou por não estar tão corrompida, a questão que se põe é se esse governo popular seria capaz de colocar um fim à corrupção endêmica e reordenar a cidade.

Em função da grande insolência que, em geral, assola a cidade corrompidíssima, a solução dada por Maquiavel não é nem sua conversão num governo popular e nem num monárquico, mas em algo intermediário: no poder quase régio. Diz ele:

Mas, em se precisando criar ou conservar uma [república], seria necessário, antes, reduzi-la ao estado régio do que ao estado popular; para que os homens insolentes, que não pudessem ser corrigidos pelas leis, fossem de algum modo freados pela autoridade quase régia (*Discursos*, I, 18, linha 29).

A solução pelo governo *quase régio* é, na verdade, a justificação para a instalação de um ordenamento republicano de Roma: a ditadura. Na república romana, a figura de um ditador, que concentrava poderes extraordinários durante um período limitado de tempo, era uma solução prevista para casos especiais, como guerras e revoltas civis. O di-





tador romano era um magistrado especial, escolhido pelo senado com função específica para realizar alguma missão extraordinária. Com a instalação do ditador pelo Senado romano, cessariam automaticamente os poderes dos cônsules e dos outros magistrados, que passavam a subordinar-se ao ditador (NICOLET, 1964; CIZEK, 1990). Este ditador romano difere em muito, contudo, da imagem dos ditadores contemporâneos, pois sua instalação e sua ação eram reguladas e submetidas à fiscalização e ao controle do Senado romano, ou seja, ele não teria poderes políticos e jurídicos absolutos.

Ora, quando Maquiavel pensa num governo *quase régio*, dotado de poderes extraordinários, ele tem em vista tanto a instalação da ditadura quanto de um principado nos moldes romanos. No capítulo xxxiv do livro I, ele diz:

Alguns escritores condenaram os romanos que encontraram um modo de instituir a ditadura, como algo que, com o tempo, deu ensejo à tirania em Roma. [...] E vê-se que o ditador, enquanto foi designado segundo os ordenamentos públicos, e não por autoridade própria, sempre fez bem à cidade. Pois o que prejudica as repúblicas é fazer magistrados e dar autoridade por vias extraordinárias, e não a autoridade que se dá por vias ordinárias: e vê-se que em Roma, durante tanto tempo, nunca ditador algum fez nada que não fosse o bem à república (*Discursos*, I, 34, linhas 2; 5-6).

O problema que pode advir a esses governos com poderes extraordinários está no modo como nascem. Caso sua autoridade tenha sido delegada por via ordinária, ou seja, dentro das regras políticas da república, sem uma exacerba-





ção de força por meio da violência, então não há nenhum problema maior e os efeitos serão bons. A preocupação de Maquiavel reside, fundamentalmente, no modo como ocorre a instalação desse governo, no caso, por um meio não violento, respeitando a dinâmica política republicana. Por se originar em tal quadro, o ditador detinha um poder extraordinário, porém limitado, o que era uma garantia de, ao final de seu mandato, o retorno à normalidade republicana:

De modo que, somando-se o breve tempo de sua ditadura, a autoridade limitada que ele tinha e o fato de o povo romano não ser corrompido, era impossível que ele saísse de seus limites e prejudicasse a cidade: e pela experiência se vê que sempre foi proveitoso (*Discursos*, I, 34, linha 10).

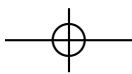
Uma primeira solução para a república corrompida é a utilização de um mecanismo republicano, o ditador, que concentra o poder para que possa dar conta de um problema extraordinário, que, pelas vias ordinárias republicanas, não poderiam ser sanado. Como sugere Bausi, além desse ditador ao estilo romano, Maquiavel também tinha em mente como exemplo desse poder quase régio os *gonfalonieri* florentinos, que foram governantes com poderes centralizados, mas em repúblicas<sup>21</sup>. Esta solução é sugerida em outras passagens<sup>22</sup>, sinalizando um momento intermediário que, uma

---

21. De fato, é possível fazer várias aproximações entre as funções e encargos dos ditadores romanos e as atribuições iniciais do *gonfaloniere* Solderini, em 1494. Contudo, depois da reforma política de 1502 que institui o *gonfaloniere a vita*, ou seja, perpétuo, convém associá-lo mais ao *princeps rei publicae* do que ao ditador romano (BAUSI, 2002, p. 117, nota 39).

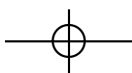
22. Cf, Livro I, II, 33; xxxiv, 20; Livro III, xxviii, 14





vez fracassado, não deixaria escolha senão a instalação de um regime com um governante com poderes políticos absolutos, uma autocracia de fato. A vantagem dessa solução intermediária é que ela garante uma exigência fundamental para a república corrompida, já que instala um governo de força sob a égide do regime republicano. Sem abolir totalmente os valores cívicos do republicanismo, o ditador ou o *gonfaloniere*, por seu caráter extraordinário e temporário, visto que tinha mandatos definidos que poderiam ou não ser renovados, seria um governo forte em regimes republicanos enfraquecidos pela corrupção com vistas exclusivamente à reordenação da cidade, o que por si só é um risco, haja vista que não se tem a certeza de que eles serão bem sucedidos. De qualquer modo, a condição extraordinária da corrupção – pois ela é, no limite, ruptura da vida política ordinária – exige uma solução também extraordinária, que ultrapasse alguns aspectos da normalidade republicana, a fim de que se restaure a ordem. Os ditadores ou os *gonfalonieri* são medidas extraordinárias para circunstâncias políticas extraordinárias. Como diz Maquiavel:

Quanto a inovar tais ordenamentos de uma só vez, quando todos reconhecem que não são boas, digo que essa inutilidade, quando facilmente reconhecível, é difícil corrigi-la; porque, para tanto, não basta usar medidas ordinárias, visto que os modos ordinários são ruins; mas é necessário recorrer ao extraordinário, como a violência e as armas, tornando-se, antes de mais nada, príncipe em tal cidade, para poder dispô-la a seu modo (*Discursos*, I, 18, linha 26).







Ou ainda, como diz ao final do capítulo xvii:

Porque tal corrupção e pouca aptidão à vida livre nascem de uma desigualdade existente na cidade, e quem quiser dar-lhe igualdade precisará lançar mão de meios extraordinários [grandissimi straordinari], o que poucos sabem ou desejam fazer (*Discursos*, I, 17, linha 16).

Portanto, mesmo tendo à disposição esse meio extraordinário de reforma, legítimo e previsto dentro do regime republicano, tal solução, apesar de possível, não parece ser, contudo, a mais adequada para a cidade corrompidíssima. Uma outra hipótese é a instalação de um governo que, apesar de centralizar a autoridade em um indivíduo, consiga conservar um mínimo de civilidade ou até mesmo recuperar a dinâmica republicana. Governo esse que pode ser compreendido como um certo tipo de principado, e não todo e qualquer principado, no caso específico, o principado civil.

#### SOBRE A NOÇÃO DE PRINCIPADO EM MAQUIAVEL

A crise de corrupção das repúblicas nos leva, pois, aos governos de força, sejam eles régios ou quase régios. Uma das sugestões apontadas por Maquiavel é o principado e, seguindo esse viés interpretativo, cumpre pensar o principado a partir desses pressupostos dados pela corrupção republicana. Esse é um ponto nodal de nossa leitura: como pensar o principado e o príncipe expostos por Maquiavel em *O Príncipe* a partir desses pressupostos fornecidos pela corrupção republicana?





Tendo em vista esse pressuposto interpretativo, algumas questões formuladas de início tornam à baila: quem é esse príncipe – que na definição do texto é antes de tudo um *privato ciptadino* – que assume o papel de liderar e conduzir a cidade? Seria ele um típico monarca ou uma figura política diferente? Se o príncipe não é o monarca, então, como entender o principado? Seria este o território ou lugar da ação política do príncipe, identificando-se aquilo que nós entendemos em nossos dias como principado ou reino? Ou seria ele outra coisa?

Antes mesmo de partir para a busca da resposta sobre o personagem político que é o príncipe, faz-se necessário indagar antes o que Maquiavel entende por principado e como essa noção é mobilizada na reflexão desenvolvida em *O Príncipe*. Convém lembrar, inicialmente, que o título original da obra era *De Principatibus*, ou seja, *Sobre os Principados*, restando claro que seu autor pretendia dissertar sobre esse tema ao longo do livro e não sobre a figura do príncipe em primeiro plano, como o título atual sugere. Em vista disso tudo, faremos uma explanação em duas etapas: uma primeira sobre as noções de monarquia e principado que chegam ao contexto do Renascimento florentino, no qual esse uso vocabular está inserido, ou seja, uma apresentação do problema em seu contexto discursivo e as nuances terminológicas que alguns termos possuíam naquele momento. Uma segunda investigação, buscando extrair do próprio texto maquiaveliano o que se compreende por prin-

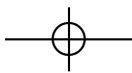




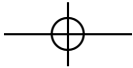


cipado, a partir dessa noção de príncipe civil que nos parece ser central.

#### O PRINCIPADO NO MOMENTO MAQUIAVELIANO

A denominação dos cargos dirigentes e dos detentores desses na Europa do século xv deve ser considerada, inicialmente, nos contextos políticos particulares de cada território. Como o próprio Maquiavel aplicará ao longo d'*O Príncipe*, cada lugar possuía suas peculiaridades em termos de organização política, de modo que unificar ou tentar generalizar terminologias e designações pode implicar em equívocos sérios. Por exemplo, nos territórios que hoje conhecemos como a Alemanha, havia vários príncipes e um imperador, sendo que esses príncipes não eram filhos desse imperador ou seus sucessores diretos. O mesmo se diga para o líder político do ainda recente, para os latinos, governo turco, designado por Maquiavel tão somente como “O Turco”. Em geral, assumia-se que o imperador era o governante de um império que possui vários reinos ou principados. Mas mesmo neste caso, a denominação é controversa, principalmente entre os regimes que reivindicavam a herança do Império Romano, pois, tendo em vista a presença até 1453 do Império Romano do Oriente, também conhecido como o Império bizantino, todos os demais postulantes latinos à condição de Império disputavam com Constantinopla esse reconhecimento, incluindo, nesse caso, até o Papado, que após o século VIII, em vários documentos, reivindicava a sua condição de legítimo herdeiro do Império





Romano cristianizado por Constantino em 313, particularmente pelo documento falsificado denominado “Doação de Constantino”. Situação que se complica mais após o século VIII, com o surgimento do Sacro Império Romano, da dinastia carolíngia, que se transforma posteriormente no Sacro Império Romano Germânico, dominado pelos imperadores alemães. Historicamente, os governantes dos impérios oriental e ocidental nunca reconheceram de fato essas condições por inúmeros motivos, que não vem ao caso dissertar aqui<sup>23</sup>. Quadro esse que se amplifica com os novos reinos latinos de Espanha e Portugal no século XV, que se reivindicam também como impérios. No início do século XVI, portanto, um império já não era mais entendido apenas como um sucessor direto do Império Romano ou como poder político que se coloca acima dos reinos que governa, passando a ter uma acepção polissêmica. A clássica designação de que o imperador está acima do rei já não cabe para certos casos e não possui uma significação precisa em alguns contextos políticos.

Tal problema de denominação pode ser extrapolado para os termos “rei” e “príncipe”, que passam a ser ter várias acepções, embora, em geral, verifique-se que o termo “rei” se aplica ao governante do reino. Tudo isso sem levar em conta o sentido jurídico dessas denominações, o que nos

---

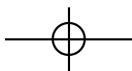
23. Cf. Ostrogorsk, Georg. *Storia dell'impero bizantino*. Torino: Einaudi, 1968. Esse longo estudo sobre o Estado bizantino mostra, a partir da ótica dos orientais, como as reivindicações dos latinos nunca foram plenamente aceitas por eles, donde a disputa constante pela herança do Império Romano durou séculos.



remeteria, por seu turno, aos debates entre os glossadores medievais.

Tomando-se em conta o contexto histórico italiano do Renascimento, particularmente, as lutas por autonomia das cidades do norte da península itálica e a consequente implantação dos regimes republicanos em várias delas, o uso desses vocábulos políticos ganha novos contornos. Tendo em vista as guerras travadas pela busca de autonomia dessas cidades contra as forças imperiais e papais, e depois as próprias lutas internas contra aqueles que buscavam o domínio da cidade, contra os *Signori*, a denominação dos cargos políticos apresenta uma variedade significativa. Ora, no contexto das repúblicas italianas do Renascimento, o fato histórico da luta pela liberdade contra as tiranias – interna ou externa – fez com que os usos do termo “príncipe” sejam esvaziados dessa ligação ao regime monárquico, quando se refere a personagens políticos deste contexto.

Isso fica claro, no caso de Florença, quando se analisam os escritos dos autores políticos, particularmente dos homens da Chancelaria, como Salutati, Bruni, Valla, Maquiavel, Guicciardini, Vettori, Buonaccorsi etc. A designação “príncipe”, aplicada a personagens italianos, raramente se refere a pessoas ligadas a uma dinastia e trata-se, em geral, de próceres políticos com cargos executivos. De tal modo que o termo se aproxima mais da concepção de *princeps* latino, como o primeiro entre os iguais, do que o herdeiro de uma dinastia.



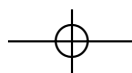




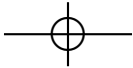
Se para o termo “príncipe” é possível delimitar esse uso entre os escritores florentinos, já para o termo “principado” parece que temos ainda uma acepção muito mais próxima de monarquia, do que decorre a sua definição como uma espécie de regime monárquico. De fato, o termo é polissêmico e permite essa interpretação, que se reforça quando se leva em conta os governos da família Medici ao longo do século xv, caracterizada como um principado e que, para muitos, se tratava de fato e de direito de um governo de tipo monárquico na cidade. O que nos obriga, ao menos, em considerar melhor o que foi esse governo para entender os possíveis sentidos dessa denominação de principado na Florença do contexto maquiaveliano.

Como demonstrou Rubinstein (1997) e o próprio Maquiavel na *História de Florença*, após a revolta popular, também conhecida como Revolta dos Ciompi, desencadeada em 20 de julho de 1378, uma série de mudanças no ordenamento político da república florentina são realizadas. A criação de novos conselhos e o modo como os grupos poderiam ter acesso a eles foram uma das demandas que se transformaram em possibilidade política legítima. Contudo, já em início do século, mas principalmente a partir do governo de Cósimo de Medici, em 1434, o que se verifica é um aumento da influência política dos setores aristocráticos mais abastados sobre os demais grupos políticos<sup>24</sup>. O governo sobre

---

24. Conforme já explicamos no início, a simplificada distinção social em Florença entre ricos e pobre (*popolo grasso* e *popolo minuto*) não é correta, pois, segundo o próprio Maquiavel, haviam sub-divisões entre eles, tornando o equilíbrio de forças políticas mais complicado.





o controle da família Medici durante o século xv era formalmente um governo republicano, contudo, era dirigido conforme os interesses dessa família, que não apenas possuía o cargo de comando, mas também controlava o acesso aos demais conselhos. Tanto é assim que, quando Piero di Medici perde o governo da cidade em dezembro de 1494, a razão maior para isso está no fato dele ter rompido o delicado equilíbrio de poder que havia entre os diversos setores da aristocracia (Rubinstein, 2011). E mesmo a volta dessa família ao poder em 1512 tem como fundamento a reconstrução dos apoios que ela possuía entre a aristocracia que detinha o controle dos conselhos superiores da cidade. Ora, em ambos os exemplos históricos, não é possível afirmar que se tratava de um governo de tipo monárquico, muito menos de um governo autocrático com outra denominação. De fato, como demonstra Rubinstein (1997), os Medici dividiam o poder político na cidade e não concentravam tudo em suas mãos. O fato de exercerem o controle sobre os conselhos não nos permite dizer que esse fosse um governo autocrático. Nomear, pois, tais regimes de principados, a partir do exemplo histórico, não pode implicar uma identificação desses regimes sob o controle da família Medici como monarquias.

#### O PRINCIPADO DE *O PRÍNCIPE*

Para além desses dados históricos, que não resolvem o problema, uma análise do texto de *O Príncipe* fornece os ele-



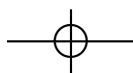
mentos mais corroboradores, pois nos apresenta o que de fato Maquiavel entende por principado.

Logo no início da obra, encontramos uma primeira definição de principado: “*Todos os estados, todos os domínios que tiveram e têm autoridade sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados.*” [cap. 1, linha 1]

A definição inicial já nos revela algo, pois o principado é uma autoridade (império), ou seja, um governo que se exerce sobre os homens. Em seguida, ele distingue o principado da república, diferenciação esta que ocorrerá outras vezes, não somente *n’O Príncipe* em outros momentos, mas nas suas demais obras.

Contudo, se o principado realmente for um domínio sobre os homens, poder-se-ia declarar que se trata de um governo que exerce sua força sobre os homens, submetendo-os. Tal constatação é dedutível a partir da noção de domínio herdada da antiguidade e reelaborada durante o período medieval, que, grosso modo, é a transferência da relação existente no interior da casa (*domus*), entre senhor e escravo, para a esfera pública. Neste caso, o principado é uma dominação política, no sentido de um governo que não está aberto à interferência e não divide seu controle ou primazia nas decisões. Entretanto, tais afirmações desse modo ainda são precipitadas, pois o conceito teve apenas sua primeira apresentação na obra, falta considerar o restante da primeira parte do livro.

Na sequência ainda desse capítulo 1, Maquiavel distingue os principados em hereditários e novos. Nesse mo-







mento, teríamos a primeira aproximação dos principados com o regime monárquico, pois o principado hereditário seria aquele no qual o controle está nas mãos de uma mesma família, ou como diz, “*nos quais o poder ficou por longo tempo com a família do príncipe*” [cap. 1, linha 2]. Todavia, ainda que essa tradução seja adequada, uma consideração sobre o texto italiano nos permite verificar que Maquiavel está falando daqueles governos em que os membros de uma dinastia foram por longo tempo príncipes (*sia suto lungo tempo principe*), o que admite também o entendimento de que essa família liderou a cidade durante este “longo tempo”, o que é um pouco diferente do que afirmar que este principado é uma monarquia hereditária. A distinção estaria na nuance entre liderar politicamente e ter o domínio político, a autocracia das decisões políticas. Ora, como o próprio autor não se alongará nessa análise, é temerário tecer hipóteses sobre um tema não desenvolvido pelo filósofo. Atendo-se à letra do texto, mesmo nesse principado hereditário, Maquiavel parece destacar a capacidade de liderança política desta dinastia e não a sua condição monárquica.

O outro principado em tela, o principado novo, se constituirá, na verdade, no tema principal do livro, pois, seja nas considerações sobre o principado, seja nas considerações sobre o príncipe, Maquiavel volta suas atenções para o principado novo, em suas várias manifestações, e para o príncipe novo e sua necessidade de conservação do governo.

Neste primeiro momento do livro, sua preocupação está dirigida para a conquista do principado. O termo “con-





quista” aqui pode ter uma dupla acepção, em função daquilo que se entende como principado: se principado for compreendido como um território, então essa conquista é tal qual uma ocupação fruto de uma campanha militar, por exemplo; nesse sentido, uma conquista de um local ou território. Mas, haveria ainda a possibilidade da conquista se referir somente ao controle político do governo, à esfera política da cidade prioritariamente. Neste caso, trata-se de ressaltar a dimensão política da cidade, e não seu aspecto territorial, talvez mais próxima da definição antiga, encontrada, por exemplo, em Aristóteles (*Política*, III, cap. 1-2), no qual a definição de cidade (*polis*) não se identifica a um território, de tal modo que a cidadania não é assegurada a quem habita aquele território. O exemplo do caso da Alemanha citado no capítulo 10 d’*O Príncipe* pode ser bem ilustrativo disso, pois o rei tem sua esfera de ação política, mas não detém o controle dos territórios governados pelos príncipes. Assim, um caso de controle político não implica necessariamente, embora muitas vezes seja o caso, controle de um território, fornecendo o escopo dessa dificuldade de compreensão da conquista do principado.

Porém, uma nova ordem de problemas se articula a esses, na verdade, um problema anterior e mais profundo, que diz respeito ao que entender por conquista. Talvez aqui esteja o cerne político do problema, pois a dificuldade está em determinar qual a relação política que esta tomada do governo estabelece: se é uma relação política na qual o conquistador domina toda a esfera de comando, exercendo seu





poder com domínio soberano, ou se esta relação implica em um postar-se constantemente na disputa pelos apoios políticos que permitem o exercício do governo. O desenvolvimento do texto ater-se-á justamente a esse ponto nevrálgico da tomada do governo, mais do que ficar listando tipificações dos modos de se adquirir um principado. É na determinação das relações políticas que tal investida causa que Maquiavel fixa suas atenções. Logo, não se atinge os elementos centrais do texto quem se concentra somente na análise dos tipos de conquista, conforme dá a entender o texto num primeiro momento, e se esquece de atentar para o modo como as relações políticas estão sendo construídas, relações estas que formarão os alicerces desse novo governo.

Desviando um pouco a atenção para a exposição do argumento, é importante que logo de início o leitor perceba uma característica do estilo de exposição maquiaveliano. Por ser Maquiavel um escritor hábil, sua função principal durante todo o período de trabalho na Chancelaria foi escrever relatos, habilidade esta que ele teve que aprimorar, pois não somente a clareza deveria ser uma marca dos seus textos, mas, por outro lado, quando se fazia necessário, convinha produzir um relato que dirigisse os seus leitores a tomar a decisão que ele entendia a mais adequada. Onde a necessidade de se usar recursos retóricos, mas com tal sutileza que o leitor não percebesse essa sub-intenção. Ora, um profissional exercitado por longos anos nesta arte da escrita e que era conhecido por ser também teatrólogo – não nos esqueçamos que em vida Maquiavel foi reconhe-





cido em Florença mais como o autor da peça *Mandragora* do que como personagem político –, elabora um texto que deve ser lido com atenção e levando em conta as diversas dimensões da linguagem e seus efeitos. (ADVERSE, 2009)

Retomando o roteiro argumentativo inicial, o livro se abre, então, com uma rápida definição de principado, e não de príncipe, o que já é muito significativo, e passa para sua tipologia de conquistas: pelas armas, próprias e alheias, pela *virtù* e pela fortuna. Encerrado essa breve apresentação, que é, na verdade, um roteiro dos temas a serem tratados ao longo da primeira parte do livro, o parágrafo inicial do capítulo II é também emblemático.

A frase de abertura do capítulo II já provocou inúmeras discussões entre os comentadores, pois diz Maquiavel: “*Deixarei de lado a discussão sobre as repúblicas, porque, em outro momento dissertei longamente sobre elas*” (cap. 2, linha 1). Não vamos retomar aqui a discussão relativa a qual livro ele estava se referindo e se esse livro, em geral entendido como sendo os *Discursos*, foi ou não escrito antes d’*O Príncipe*, conforme já abordamos. Apenas gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que num livro dedicado aos principados, em dois momentos iniciais, mais exatamente num espaço de cinco linhas, Maquiavel faz duas referências diretas à república. Uma primeira constatação é óbvia, o principado se coloca, já em seu primeiro momento, como um contraponto à república, o que é inegável. Com efeito, parece-nos evidente que o principado é um regime diferente da república. A questão é: por que essa insistên-





cia em contrapô-los? Talvez ainda o texto não nos permita apontar uma resposta suficiente para essa dificuldade, todavia, a segunda linha do capítulo fala do “*sangue do senhor que é por longo tempo príncipe*”. Ora, tal ideia poderia ter uma outra forma de redação se se tratasse tão somente de monarquias. Neste caso, bastava dizer que aquela dinastia ou aquela família real detém o comando político há muito tempo, conforme já tratamos. Voltando-se para mobilização de república aqui, verifica-se, por apenas esses elementos, que Maquiavel percebe um paralelo entre principado e república que exige uma distinção. A diferenciação será apresentada adiante, porém fica a dúvida acerca do porquê do paralelo. Esse paralelo ou proximidade entre a república e o principado ficará mais claro quando da análise do principado civil, mas, pelo exposto, podemos antecipar com segurança que esse o principado terá na sua estruturação política e na dinâmica das suas ações algumas semelhanças com as repúblicas, particularmente no que diz respeito ao lugar dos conflitos políticos, e se diferenciará, por outro lado, das monarquias ou governos autocráticos.

Na sequência, Maquiavel apresenta de fato a sua preocupação maior, que perpassará toda a obra: “Ocupar-me-ei somente do principado, retocerei as urdiduras acima descritas, e demonstrarei como estes principados podem ser governados e conservados” (cap. 2, linha 2). Na verdade, a preocupação são duas: o modo de governar os principados e como eles são conservados, mas que em vários momentos se confundem, pois, no modo de governar, já devem estar





implícitas as estratégias de conservação desse próprio governo. Agora temos, então, um panorama geral do que será essa obra: uma análise da conquista dos principados, de como governá-los e conservá-los. Basicamente sobre esse tripé é que se desdobrarão os demais temas.

A exposição propriamente dita dos principados começa pelas atenções ao principado hereditário e aos mistos. Sobre os hereditários, como já dito, a brevidade da exposição é o dado mais chamativo. Nas poucas quatro linhas dedicadas ao tema, ele deixa como regra geral que esse príncipe herdeiro não precisa usar de meios extraordinários para conservar o seu governo, visto que não teve que conquistá-lo. Ora, basta a esse que herdou o governo do principado ter uma “indústria ordinária”, ou seja, não realizar grandes inovações políticas, seguir o curso ordinário das coisas. Isso pode soar como um convite a uma conduta medíocre, como aquele que pauta suas ações pela mediana geral dos governantes, sem grandes iniciativas políticas. Se for isso, nada mais disforme ao que será exposto, pois, se é possível dizer algo do príncipe, é que ele deve ultrapassar o plano do ordinário, da mediania em termos de ações políticas. Talvez seja então até por isso, por essa mediocridade inerente ao príncipe herdeiro, que se justifique o fato de Maquiavel não dedicar maior atenção a ele.

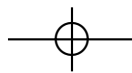
O passo seguinte é uma análise dos principados que são conquistados por alguém que já detém o comando de um outro principado. Esse novo governo é, para o conquistador, um principado. Detalhe sutil, mas que indica muito, pois al-





guém que já comanda um principado e conquista outro, em tese, não terá grandes dificuldades na direção deste novo governo, pois já conhece os modos como governar uma cidade e, portanto, se conservam esses governos. Entretanto, e novamente vemos o estilo maquiaveliano desconcertar o leitor, não parece ser tão fácil assim para esse conquistador conservar o governo dessa sua conquista política. A dificuldade principal desse novo principado indica o grande problema de toda a conquista política, até mesmo para alguém que já governa, a saber: como obter apoios na cidade ocupada?

O problema apresentado no início do capítulo III revela a preocupação política que subjaz a conquista: o governo principesco não se vale por si só, mas pela capacidade de angariar apoios que o sustentem, aquilo que contemporaneamente chamamos de legitimidade. Isso fica claro quando Maquiavel diz que, “*mesmo que se tenha um fortíssimo exército seu, sempre se precisa da ajuda dos provincianos para entrar em uma província*” (cap. 3, linha 3). Portanto, esse conquistador nunca é tão poderoso, mesmo quando se vale de um forte exército. Como ele demonstrará por diversos exemplos, esse conquistador precisa fazer uma série de ações no intuito de trazer para si apoios políticos que lhe permitam, de fato, se constituir como um líder político daquela cidade, o que não se consegue apenas tendo um exército forte, apenas pela força das armas. Pode-se afirmar, olhado por outro lado, que a força do governo não está no poderio militar ou nas armas somente, mas se erguerá





também, e principalmente, sobre as alianças e os vínculos políticos que se consiga estabelecer nesse novo governo.

A busca de sustentação política será, assim, a tônica das preocupações daquele que ascende à condição de príncipe. Fortuna, *virtù*, armas próprias e armas alheias, são todos elementos da conquista que remetem sempre, cada um a sua maneira, ao modo como, num segundo momento, esse conquistador político recebe o apoio político necessário para a sustentação do governo. Dentro desta lógica argumentativa, mas por uma outra perspectiva, nos diversos exemplos históricos mobilizados entre o capítulo III e o capítulo XI, quando eles não são apresentados para corroborar essa necessidade de buscar apoio político para o governo que está se instalando, esses exemplos cumprem a função contrária, ou seja, revelam o quanto os governantes sozinhos ou fundados unicamente na força solitária do príncipe não tem a força política necessária para a conservação do governo.

Talvez o exemplo mais eloquente dessa necessidade de apoio político do príncipe novo seja a figura do cidadão (*privato ciptadino*) que ascende à condição de príncipe. Nesse exemplo, todas as nuances daquilo que desde as primeiras linhas do livro se apresentavam como necessidade para a constituição desse governo novo, revelam sua forma mais acabada. Adiante nos ocuparemos como mais atenção sobre esse tipo político, todavia, convém aqui apenas apontar alguns aspectos desse exemplo, tendo em vista nosso objetivo de definição do que seja o principado.







O cidadão que ascende à condição de príncipe, modelo privilegiado que personifica o príncipe novo por Maquiavel, é certamente alguém que, após uma série de ações políticas, algumas calcadas na fortuna, mas a maioria na sua *virtù*, consegue o apoio da cidade para assumir o comando político. Mesmo que ele tenha se valido da fortuna até a sua chegada ao governo, doravante ele não se pode valer somente desta para manter-se no comando político da cidade. O mesmo se diga das armas e das ações cruéis: elas até podem possibilitar a conquista do governo, mas não se constituem como fundamento seguro para o exercício dele.

Toda a argumentação culmina para o caso do cidadão que ascende à condição de príncipe “com o favor dos outros cidadãos”, ascensão essa baseada ou no favor do povo ou no favor dos grandes. Esse caso torna-se emblemático porque expõe a real necessidade deste indivíduo que deseja ser príncipe. Primeiro, ele deve reconhecer que as forças políticas estão em disputa para além da sua própria força política, visto que ele não é a única fonte de força política ou a sede do poder; segundo, que existem outros atores políticos nesse palco, que podem possuir maior ou menor influência no jogo conforme as circunstâncias; terceiro, e o mais importante, que o príncipe novo deve se inserir nessa disputa inerente à vida política da cidade e saber conduzi-la, seja para a não dissolução desse regime político, que pode ocorrer por meio da instalação de uma tirania interna ou externa, seja para a própria conservação da sua condição de figura política de destaque.





Após ter apresentado o tema a ser dissertado na primeira linha do capítulo IX, os dois períodos seguintes consolidam o argumento, como diz Maquiavel:

Porque em toda cidade se encontram estes dois humores diversos e nasce, disto, que o povo deseja não ser nem comandado nem oprimido pelos grandes e os grandes desejam comandar e oprimir o povo. Destes dois apetites diversos nasce na cidade um destes três efeitos: ou o principado, ou a liberdade ou a licença. O principado origina-se do povo ou dos grandes, segundo que uma ou outra destas partes tenha a ocasião, porque, vendo os grandes que não podem resistir ao povo, começam a aumentar a reputação e o prestígio de um dos seus e fazem-no príncipe para poderem, sob sua proteção, desafogar o seu apetite. O povo, também, vendo que não pode resistir aos grandes, aumenta a reputação de um e o faz príncipe, para serem defendidos pela sua autoridade (cap. IX, linhas 2 e 3).

A primeira informação importante é que a cidade é composta de dois humores, ou duas partes antagônicas. Num primeiro olhar, somos tentados a pensar o principado tomado por esse antagonismo, mas note-se que não são os regimes políticos e sim a cidade que, em sua constituição, em seu substrato material, tem esse antagonismo político inerente. Tal oposição natural – e aqui convém insistir sobre esse aspecto, visto que as partes ou humores compõe a natureza da cidade e são, portanto, indissociáveis – causa os desejos diversos entre os grandes e o povo: sendo que os primeiros desejam comandar e os segundos em não ser nem comandados e nem oprimidos. Ora, a combinação desses humores, tal qual concebida pela tradição da medicina





galênica e da hipocrática (nas quais a combinação deles gerava os diversos tipos de temperamento), resulta em três formas de governo: o principado, a liberdade e a licença<sup>25</sup>. Esse trecho resultou numa vasta literatura de comentários a respeito da teoria dos humores e do conflito político em Maquiavel, que não vamos retomar aqui<sup>26</sup>. Entretanto, para nossas intenções, já é possível ver que o principado não se confunde com a cidade, mas é um dos modos de sua ordenação em função da combinação dos humores. Destaque-se que a cidade ainda pode ser ordenada como liberdade (sinônimo de república) e como licença, neste último caso, trata-se de um modo de ordenação política desregrado, que se degenera em uma tirania (*Discursos*, I, cap. 2).

Em seguida, Maquiavel mostra como nasce o principado, a saber: ou quando o povo escolhe alguém e lhe dá o apoio ou quando os grandes escolhem um dos seus para fazê-lo príncipe. A sequência dos eventos revelará que esse novo príncipe, na verdade, um cidadão (*privato ciptadino*), deve saber como buscar sustentação para o seu governo, apoio este que deve, se possível, fundar-se nas duas partes políticas: o povo e os grandes.

Neste ponto, já nos é possível entender melhor o que é o principado. Ele é uma autoridade sobre a cidade que nasce a partir da disputa entre os humores. Parece evidente, portanto, que o principado é, antes de tudo, uma forma de

---

25. Sobre essa relação entre a medicina galênica e seus usos por Maquiavel, cf. Nicodimov, 2004.

26. No Brasil temos um capítulo significativo desta discussão. Cf. Ames...; Adverse...; Bignotto...; Cardoso...; Martins...





governo, dentre as possíveis, para comandar uma cidade. Se isso está claro, então, se voltarmos ao início do texto e repassarmos a sequência argumentativa, veremos que Maquiavel trata dos vários modos de conquista de um governo. A conquista do principado é, pois, a ação de chegar ao posto de comando da cidade, seja usando as armas, seja usando a fortuna própria ou a alheia, seja usando a *virtù*. Uma vez conquistado o comando da cidade, o governo, isso não implica em um controle total das decisões, esse príncipe novo não é um príncipe absoluto, pois deve decidir levando em conta essa dinâmica das oposições e saber lidar com os diversos interesses, seja para não ficar refém de um desses grupos, seja para não constituir inimigos fortes que ameacem o seu governo.

Assim, podemos deduzir com certa facilidade que o principado é nomeado deste modo, porque é a forma de governo sob o comando de um príncipe, particularmente de um príncipe novo. Todavia ainda resta alguns problemas lançados antes: por que o paralelo recorrente entre o principado e a república? Se esse principado não é uma república, o que parece muito evidente, por que ele também não nos permite identificá-lo à monarquia, ao governo autocrático?

Há um fator que, de certo modo, responderia as duas questões. Como se verifica não somente ao longo d' *O Príncipe*, mas também nos *Discursos*, na *História de Florença* e em diversos opúsculos políticos maquiavelianos, é em função dos conflitos políticos que a vida política da cidade deve ser pensada. Se nas repúblicas há mais vida e mais ódio (O





*Príncipe*, cap. v, 9), é porque as lutas políticas exigem maior engajamento das pessoas, elas devem tomar partido nas disputas políticas, visto que o governo da cidade é resultado do conflito. Ora, se no principado não temos a partilha do comando da cidade, pois o governo se encontra nas mãos do príncipe, isso não implica que esse governante, que pode até decidir sozinho, não tome tais decisões a partir de sua vontade privada. Como se verifica nos vários exemplos históricos citados, muitas vezes esse príncipe é premido a tomar decisões contrárias aos seus reais interesses em função da conservação do governo e do bem estar político da cidade. Talvez, nesse caso, o exemplo mais eloquente seja o de César Borgia que manda matar seu braço direito, Ramiro Orco. No principado, então, o príncipe toma a decisão, indica o rumo político a seguir, mas não o faz necessariamente de *motu* próprio, decide premido pelas circunstâncias, delimitado pelos interesses diversos que tensionam o seu governo. O exemplo da possível conquista do reino francês também é ilustrativo (*Príncipe*, cap. iv), visto que não adianta apenas derrubar o rei, deve-se ter em conta as disputas políticas que ocorrem abaixo dele entre os nobres e saber o modo como se inserir nelas para conservar o governo.

Então, tal governo principesco se diferencia de um governo de tipo monárquico clássico, cujo exemplo é o governo do “Turco” citado no capítulo iv. Note-se que o próprio Maquiavel, ao tratar do principado civil no cap. ix, aponta para os riscos desse principado tornar-se um principado absoluto (*Príncipe*, cap. ix, 23-27), no qual o prin-





cipe concentrasse em si todas as decisões. Ora, seja no caso do governo otomano, seja no caso desse príncipe absoluto apontado no final do capítulo ix, Maquiavel chama a atenção para o fato de que ele não consegue ter todo o controle e todo o comando político da cidade. O Turco precisava dos seus *sandjacs* (administradores políticos nomeados pelo imperador) e o príncipe absoluto precisa dos magistrados, o que, em ambos os casos, resulta em partilha ou delegação das decisões políticas para pessoas que obtiveram apoios que resultarão, no limite, num enfraquecimento do governo desse príncipe absoluto. Esse posicionamento político é resultado, assim, de uma análise do contexto político a partir da dinâmica das lutas entre as partes e de um governo que é obrigado sempre a buscar apoios para se manter. No interior desse quadro argumentativo, não há poder que se firme como absoluto, pois o governante deve sempre agir para obter apoio ou deixar de agir para não criar oposições.

A monarquia ou o governo absoluto não é uma impossibilidade, segundo Maquiavel, apenas não é nunca um absoluto em sua plenitude e nem um governo forte. Pela argumentação construída nessa primeira parte do livro, não há nenhum principado forte que esteja fundado em um governo absoluto ou monárquico. Talvez um último exemplo que comprove definitivamente essa ideia, que não por acaso é o último exemplo de principado analisado, seja os principados eclesiástico, cujo maior exemplo é o papado. Nem o Papa possui um controle absoluto do seu governo, ao contrário do que parece ser a primeira vista. A exposição





desenvolvida no capítulo XI é muito ilustrativa de tudo o que se apresentou até então no livro. Primeiro, conforme o estilo maquiaveliano de exposição, somos tentados a acreditar que o principado eclesiástico é sim um principado com uma dinâmica política diferente, visto serem mantidos pelo próprio Deus. Entretanto, ao longo do capítulo, vai ficando claro que mesmo o papa tem que lidar com as disputas políticas entre os dois principais grupos políticos, no caso histórico de início do século XVI, os Collona e os Orsini, que nada mais são do que partidos em disputa pelo governo. Sem contar a própria disputa entre os cardeais, que é sempre natural na dinâmica política eclesiástica, de modo que, mesmo o papa, não tem tanta segurança ou facilidade para governar, caso se imaginasse que fosse esse principado um tipo de principado absoluto.

Ao final dessa primeira parte do livro, podemos constatar que, por todos os exemplos mobilizados, o principado não é uma monarquia clássica, muito menos uma prefiguração das monarquias absolutas que vigorarão ao longo dos séculos seguintes na Europa. Nas poucas vezes que essa aproximação ocorre, o principado é retratado como um governo fraco, não essa radicalmente diferente das monarquias absolutistas que serão retratadas como governos fortes, materialização dos governos dotados de soberania política.

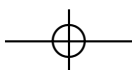
Contudo, ainda resta um último ponto: se os principados não são monarquias de tipo clássico e nem repúblicas, como entender esse regime político? A resposta já nos é





bem presente. Em síntese, o principado é um governo sob o comando de um príncipe, que é antes de tudo um líder político que assume o governo da cidade, mas que isso não implica necessariamente em um governo monárquico ou autocrático de qualquer espécie. Tendo em vista o destaque deste tipo muito particular de príncipe que é um cidadão que assume o governo, que, por isso, necessita agir no interior das disputas políticas naturais entre os humores, vemos que a dinâmica das disputas políticas próprias da república se conserva ainda nesses principados, porém agora sob um novo quadro institucional. Esse seja talvez o ponto de contato entre principado e república destacado por Maquiavel, pois ambos regimes possuem essa dinâmica política inerente à natureza da cidade, mas que, na república, essa disputa se configura em outros termos e resulta em outro ordenamento institucional diferente do principado. No principado, também as disputas existem, contudo, elas são exercidas com outra dinâmica política, com outras delimitações, que não as mesmas das repúblicas, e geram outros efeitos em termos de ordenamentos políticos e leis. Como já dito antes, não é somente os conflitos políticos dos humores antagônicos, mas o quadro político próprio dos principados é que fazem desse governo um regime diferente das repúblicas, sem que isso implique em um governo autocrático.

Por fim, podemos ainda constatar que esse principado fundado na ação política de um cidadão que se torna príncipe se identifica quase totalmente ao regime “quase régio” apresentado ao final do capítulo XVIII dos *Discursos* (cap.







xviii, linha 29). Torna-se, pois, evidente que a crise da república resulta primeiro nesse governo fundado neste príncipe, que pode implicar, por seu turno, em três outros governos: no reestabelecimento do ordenamento republicano (hipótese esta não explorada n’*O Príncipe*), na conservação do principado civil por longo tempo e na transformação desse principado em uma monarquia, possibilidade esta que sempre está posta no horizonte, visto que o principado civil pode tornar-se absoluto, conforme as ações de centralização política do príncipe gerar, na sequência, um governo dinástico, uma monarquia. Assim como no *Pequeno tratado sobre as repúblicas*, Maquiavel nunca é peremptório ou enfático: os ciclos políticos são possibilidades de mudanças políticas que se apresentam aos povos. Isso comprova em outro texto aquilo que havíamos constatado nos *Discursos* (Martins, 2007): que o pensamento político maquiaveliano se apresenta sempre como possibilidades de configurações políticas, jamais em ordenamentos políticos que se realizam necessariamente, como um ciclo político determinista. Essa é uma das marcas da reflexão política de Maquiavel, de pensar o mundo da política como possibilidade, no qual se apresenta sempre aos homens alternativas para tentar direcionar o curso das coisas que pareceria natural e determinado. Enfim, probabilidade de realização e não determinação histórica.





A HERANÇA DOS *ESPELHOS DE PRÍNCIPES*  
NA NOÇÃO DE PRÍNCIPE MAQUIAVELIANA

Uma vez reconhecido o que é o principado, importa agora entender o que é o príncipe para Maquiavel, ou mais especificamente, qual a noção de príncipe que é apresentada em *O Príncipe*. Essa análise será feita em duas partes, num primeiro momento, recuperando as noções medievais que emergem da tradição dos “*espelhos de príncipes*” e, em seguida, pela análise desse príncipe como um personagem republicano. Desde início, convém destacar que estamos tratando desse príncipe que é um cidadão comum que se torna príncipe novo, donde ser nosso foco: entender como Maquiavel concebe o papel político desse cidadão comum (*privato ciptadino*) que é preferencialmente o príncipe novo. Entretanto, isso não deve implicar que há um único tipo de principado ou de príncipe para Maquiavel. Enfim, interessa-nos saber melhor a noção de principado e de príncipe que é ressaltada na obra.

Nesta investigação sobre a noção de príncipe em Maquiavel, ao voltarmos nossas atenções para suas origens, certamente teremos que voltar ao pensamento político latino do início da medievalidade, particularmente, a partir das heranças teóricas legadas pelos autores da Patrística latina e as elaborações que se seguiram no que se refere à noção de *regimen*. Tal hipótese foi levantada inicialmente por Senellart em *As artes de governar*, obra na qual procura demonstrar, em sua primeira parte, como a reflexão pastoral dos autores da Patrística latina influenciaram um ramo





do pensamento político posterior que desemboca no gênero dos “espelhos de príncipes” (*specula princeps*), cujo *O Príncipe*, de Maquiavel, figura, por vezes, como um exemplo.

Sobre o gênero literário, já há uma vasta literatura disponível (SENELLART, 2006; SKINNER, 2000), que não pretendemos retomar a exaustão. Contudo convém lembrar alguns de seus aspectos principais.

Os livros do gênero “espelhos de príncipes” eram obras escritas por eruditos que trabalhavam nas cortes e eram destinadas aos futuros governantes, apresentando orientações para as práticas de governo. A origem pode ser remontada ao “*Dos Deveres*” (*De Officiis*, escrito no século I a.C.), de Cícero, da qual se seguiu uma longa e numerosa variedade de obras que perpassaram os séculos, tendo o mesmo intuito de orientação e formação para os regentes. Não há um padrão ou temática única nessas obras, mas em sua maioria, principalmente durante o período medieval, esses textos preconizavam a valorização dos aspectos morais e éticos nas práticas de governos principescas. Conforme Senellart (2006), que faz um amplo resgate histórico desse gênero – justamente para entender o possível lugar de *O Príncipe*, de Maquiavel, nesta tradição – a ênfase nos aspectos éticos e morais dos “espelhos de príncipes” têm nas suas fontes os escritos dos autores da Patrística latina. Desde Agostinho (séc. V), passando por Boécio e Cassiodoro (séc. VI), Isidoro de Sevilha e Gregório Magno (séc. VII), entre outros, a reflexão da Patrística latina valorizou a dimensão





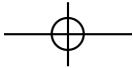


ética na condução dos governos em sobreposição sobre os elementos determinantes próprios do contexto político.

Seguindo adiante na reflexão exposta por Senellart, verifica-se que a reflexão política anterior a Maquiavel exerceu uma influência significativa para a elaboração da noção de *príncipe* como um condutor ou regente, afastando, desse modo, por outra perspectiva, uma vertente interpretativa que entende o príncipe maquiaveliano como a prefiguração do soberano moderno.

Ainda, a título de apresentação, nossa interpretação diverge da de Senellart, embora não lhe seja contrária, ao não optarmos por explorar a dimensão ética nas práticas de governo, conforme ele enfatiza, para comprovar as origens teóricas dos “espelhos de príncipes” nos textos pastorais do início da medievalidade latina. Pretendemos seguir, a partir de suas premissas, uma outra vertente de explicação na qual fique mais clara as influências desse pensamento político oriundo da patrística latina que se corporifica na noção de um príncipe como alguém responsável, prioritariamente, pela condução e direcionamento do povo, mais do que aquele que exerce seu poder ou domínio sobre os demais. Esse é o ponto central de nossa interpretação: a partir dos elementos teóricos herdados da reflexão política medieval latina sobre o *regimen*, explorar suas possíveis ligações com a noção maquiaveliana de príncipe como um condutor ou regente do governo, ao invés da imagem daquele que exerce o poder soberano ou domínio sobre o seus súditos.





Assim, somos obrigados a retornar a imagem que a Patrística latina confere àquele que tem por missão conduzir e guiar os cristãos. Conforme Senellart (2006, 69), foi no momento histórico situado entre a transferência da dissolução do Império Romano do Ocidente, com a queda de Roma em 476, e a instauração do Império Carolíngio por Carlos Magno que a Igreja latina operou “*uma inversão espantosa. Em vez de exortarem os reis a governarem com justiça, sabedoria e bondade, moderando assim o poder, oriundo da violência, pela doçura de seu exercício, ela faz do ‘governo’ – ato de regere, dirigir – a condição mesma da realeza (regnum)*” (Senellart, 2006, 69). O exercício do governo implica, pois, uma inflexão conceitual: para além (e não contra) o discurso pastoral, do governante como pastor de almas, esse comandante da comunidade política cristã deve exercer um maior controle dos corpos, para que haja, por consequência, uma maior disciplina das almas com vista à salvação eterna.

Todavia esse dado histórico precisa ser melhor explorado e especificado, visto que foi, na verdade, um século antes, com a transposição da capital do Império de Roma para Constantinopla, que se verifica a inauguração de uma nova reflexão política sobre o modo de governar e conduzir as comunidades<sup>27</sup>. Conforme Bertelloni (2005), a mudança da capital imperial originou uma nova teoria política, prin-

---

27. Estamos insistindo aqui no termo *comunidade*, visto que esse termo foi largamente empregado pelos pensadores latinos e terá grande fortuna na posteridade, principalmente após a tradução latina da *Política*, de Aristóteles, feita por Guilherme de Moerbeke em 1265, que traduz *koinonia politiké* por *communicatio politica*. Sobre as consequências dessa tradução, cf: Rubstein (1997); Martins (2011; 201?)



principalmente a partir dos escritos de Eusébio de Cesarea, que buscam justificar o poder do imperador romano sobre os domínios eclesiásticos, doutrina esta também conhecida como *cesaropapismo*. Em linhas gerais, o *cesaropapismo* justificava que o imperador cristão, por ter recebido sua missão diretamente de Deus – para isso invocando a visão sobrenatural que o então general Constantino recebe de Deus para pintar a cruz sobre os escudos de suas tropas, para com isso, conquistar a vitória e tomar o governo do Império –, teria uma dupla incumbência: guiar os cristãos na terra e defender a Igreja, sendo, portanto, a maior figura política e também o maior dirigente eclesiástico. Essa dupla missão, de *César* e de Papa, unificava-se, agora, na figura do imperador cristão e de seus herdeiros doravante. Fato é que, depois do século IV, os imperadores cristãos de Constantinopla convocavam concílios, nomeavam bispos e patriarcas, promulgavam normas, leis e documentos dogmáticos, exercendo um poder direto nos rumos da cristandade.

Porém, esse quadro de ingerência política do imperador sobre os rumos dos povos cristãos nunca foi bem aceito pelas autoridades eclesiásticas latinas, principalmente o bispo de Roma, que não era mais do que um subordinado do Imperador. Ora, do ponto de vista da reflexão teórica, não foi a queda de Roma em 476, com a deposição de Rômulo Augusto por Odoacro, que culmina numa reação dos pensadores latinos. Na verdade, desde 313, quando o imperador Constantino transfere a capital de Roma para Constantinopla, que a importância política da cidade cede lugar à nova





capital imperial, situada estrategicamente no ponto de confluência entre aquilo que posteriormente se entendeu por Ocidente e Oriente. Juntamente com esse dado da política imperial, também o bispo de Roma, ainda que sempre fosse reconhecido como sucessor de São Pedro pelos demais bispos, não possuía influência ou poder político o bastante para determinar os rumos da cristandade. Importa frisar que, do ponto de vista político, desde o século IV Roma já não possuía mais a importância política de outrora e figurava como uma província de um Império Romano cujo centro estava em Constantinopla e cuja parte ocidental decaía gradativamente em termos econômicos, sociais e políticos. O bispo de Roma, por seu turno, também não possuía, ainda nesses séculos, o controle político da cidade e nem uma posição de hierárquica superior entre os demais bispos, sendo um “*primus inter pares*”, o primeiro entre os pares, o que não implicava em subordinação política entre o bispo de Roma e os demais patriarcas orientais, por exemplo.

A primeira reação teórica dos pensadores latinos a essa hegemonia do pensamento político bizantino (o *cesaropapismo*) ocorreu antes mesmo da queda de Roma em 476, com a reflexão de Agostinho de Hipona, notadamente, com o seu *Cidade de Deus*. Agostinho, certamente influenciado pelo “Saque de Roma” de 24 de agosto de 410, perpetrado por Átila, o Huno, postula na sua obra a teoria das duas cidades, uma celeste, eterna, a qual os cristãos estão destinados, a Jerusalém Celeste; e outra, terrestre, mundana, corruptível, cuja imagem da Roma decadente é sua melhor personifi-





cação. Consequência direta dessa ideia de separação das duas cidades é o modo como os cristãos devem se portar no mundo, fundamentalmente voltados para a Jerusalém Celeste, seu destino (*telos*) e lugar da sua realização. A Jerusalém terrestre, decadente, temporal e corruptível não deve ser objeto de atenção e preocupação dos cristãos, pois ali não está seu destino, sua realização ou completude, para usar um vocábulo caro ao agostinismo.

Como consequência dessa teoria de separação das esferas celestial e terrena, a vinculação do homem cristão aos negócios da cidade fica sem uma justificativa e gera, por seu turno, uma noção de desqualificação do mundo político que perpassará boa parte dos pensadores medievais latinos e verá sua influência até o Renascimento italiano. Com efeito, a caracterização da cidade terrestre como corruptível implicou uma desqualificação da política e da história, como enfatiza Pocock (1980). Os pensadores latinos sempre se defrontarão com a dificuldade de pensar o mundo da política como algo que não fosse efêmero e decadente. Neste sentido, um primeiro sintoma desse drama e, *pour cause*, uma primeira tentativa de resposta já se encontra no século VI com a *Consolação da Filosofia* de Boécio. Esse aristocrata romano e cristão escreve, enquanto aguardava na prisão a execução de sua pena de morte, um texto no qual relata as angústias do cristão no âmbito da vida pública na cidade: não poder negar a sua fé e ser ao mesmo tempo um fiel e legítimo cidadão romano. Como afirma Pocock, a *Consolação*







*da Filosofia* não é uma obra de filosofia política, mas contém a filosofia de um homem político (Pocock, 1980, 127).

Seguindo, pois, o nosso fio condutor, entendemos que já no início do século v e doravante – então antes de 476, como destaca Senellart – os pensadores cristãos latinos começaram a elaborar novas teorias sobre a inserção do cristão no âmbito dos governos e, nesse sentido, o modo como governar, distanciando-se, assim, do arcabouço teórico bizantino, num claro esforço de diferenciação e busca de alguma autonomia em termo de governo nos seus territórios. Contudo, tal reflexão tinha seus limites claros, seja na separação das esferas celestes e terrestres, seja nos limites e autonomias de governo das cidades da Europa latina.

Tento em vista essas limitações, de fato, uma teoria de governo não deveria se sustentar no território da sua ação de comando, mas em algo que antecederesse isso, visto que não há essa possibilidade de legitimação do governo. Para isso, e neste caso bem notado por Senellart, a noção de governo antecede ao *regnum*, ou seja, a condição de comando político antecede à materialidade do regime político, no caso, o reino ou o território ou o povo que se deve governar. Essa noção aparece de modo claro já em Isidoro de Sevilha, que nas suas *Etimologias* afirma: “*A palavra reino vem de rei. Com efeito, do mesmo modo que rei é tirado de reger, reino é tirado de rei. [...] Rei é tirado de reger. Do mesmo modo que sacerdote vem de santificar, rei vem de reger. Ora, não se rege*





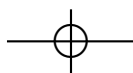
*se não se corrige” (Etimologias, livro IX, 3)<sup>28</sup>. A sequência é clara: reger implica em rei que implica em reino (reger – rei – reino). O ato de reger (*regere*) é, pois, o que fundamenta a condição de rei, que, por seu turno, fundamenta o reino. É sobre o verbo e a ação que recaem, então, os fundamentos e as atenções; é na ação de reger, no exercício da regência, que se põe o fundamento da condição do rei. No limite, é antes no *regere* que no *regnum* que o rei encontra sua fundamentação política.*

Então, o exercício do governo funda o regime político e não o reino (*regnum*) que determina o governo, como não poderia ser de outro modo para um autor latino dos séculos VI e VII. Com efeito, tendo em vista que as responsabilidades sobre os territórios eram delegações do imperador romano em Constantinopla, a fundamentação da legitimidade do exercício de governo somente poderia se apoiar sobre o ato ou o exercício do governo. Seja o rei de um reino do Império Romano, seja mesmo um bispo com o governo de uma cidade nos confins da Europa, a fundamentação de suas ações políticas repousava na ação de governo, no exercício da direção que dava à cidade. Não havia dinastia, sufrágio, delegação divina que justificasse a contento o exercício de seu ato de governo, senão o próprio ato de governo em si.

Tal ação de governo nada mais era, então, do que reger, corrigir e, posteriormente, conduzir os homens pelo

---

28. “Regnum a regibus dictum. Nam sicut reges a regendo vocati, ita regnum a regibus. [...] Reges a regendo vocati. Sicut enim sacerdos a sacrificando, ita et rex a regendo. Non autem regit, qui non corrigit”. (*Etimologias*, livro IX, 3).





caminho reto. Assim, o governante rege e corrige as pessoas, não os obriga ou exerce o seu domínio, sua violência, seu poder nas ações de seus comandados. Há, pois, uma certa sutileza no vocabulário que convém destacar. O rei é rei não porque tem um reino, mas porque rege, porque corrige e orienta o povo, tal qual o maestro em relação ao coro ou o marinheiro ao navio. Sua ação de governo é limitada e circunscrita, não cabe a ele impor pela violência ou qualquer meio extraordinário as ações políticas da cidade, assim como o marinheiro não impõe pela violência a ação de navegar do navio, mas o conduz com sabedoria e corrige conforme as forças em ação os rumos que o navio deve seguir para chegar ao seu destino. Do mesmo modo o rei rege e conduz o povo, ora corrigindo as ações, ora impulsivando, para que a cidade perfaça seu caminho de retidão e justiça. O rei, mas não somente ele, como também o bispo e o comandante militar, figuram como os pastores que se põe na condução e direção de seus comandados e não como seres que exercem seu domínio sobre outros indivíduos.

O destaque deste aspecto pastoral do governante esvazia ainda mais a imagem anacrônica do rei que domina o seu povo em função de sua soberania. Esse rei preconizado pelos textos pastorais da Patrística latina não tem o *dominium* sobre os homens, isso somente lhe será atribuído quase mil anos depois. O rei é condutor, assim como o sacerdote, ou melhor, assim como o bispo em relação aos membros de sua igreja. Na verdade, está se resgatando aqui a antiga antítese entre *regere* e *dominari*, que remonta a Cícero (*De Republica*,





I, 31), mas que sua gênese poderia ainda ser atribuída aos filósofos gregos, particularmente a Aristóteles. Já na *Política* (III, 1-2), Aristóteles sublinha a diferença do modo de governo da cidade (*polis*) e da casa (*oikós*). O governo da casa é de tipo senhor-escravo (metáfora que fará fortuna na história do pensamento político), no qual o primeiro exerce sua imposição sobre a vontade do segundo, dominando-o, numa relação hierarquizada e vertical. Na cidade as relações entre os cidadãos são relações políticas, de igualdade (*isonomia*), reciprocidade, na qual não há domínio das vontades, mas se exige a força do convencimento, da argumentação pública, enfim, o exercício do *logos* na *Ágora*. Como expõe Vernant (2002, cap. 3), os governos da casa e da cidade são, para os helenos de natureza diferentes, sendo o primeiro uma relação de caráter doméstico (*oikonomico*) e a segunda de caráter político (*politica*). A transposição dessas categorias para o mundo romano resultará em uma distinção de governos que regem (*regere*) e os que dominam (*dominium*). O *dominium* aqui derivado de *domus* (casa), ou seja, as relações de domínio são a transposição para a esfera pública das relações próprias da casa, o que distingue o governo do rei e do tirano. O tirano exerce seu domínio sobre o povo, já o rei rege. Donde a antítese entre o reger e o dominar no exercício do governo.

Nos textos dos autores da patrística latina, a noção de domínio também possuía uma relação com a irracionalidade dos homens, pois, conforme Senellart (2006, p. 101), o domínio se exercia sobre os corpos dos homens controla-





dos pelo pecado, que estavam como que obscurecido pelos vícios dele decorrente. Para esse ser humano decaído, que se tornou servo de seu corpo, apenas um comando forte, tal qual se aplica aos animais brutos, será adequado. “Não é o homem enquanto homem, mas o homem rebaixado pelos impulsos de sua carne à condição do animal, que é o objeto do governo régio e determina as modalidades de seu exercício” (SENELLART, 2006, p. 101). Donde se evidencia o binômio dominação/irracionalidade, o governo que domina, se impõe sob a condição de irracionalidade dos comandados. Neste caso, com mais força do que no pensamento antigo, no qual, ainda que o *logos* se coloque como a marca da cidade, sua presença no âmbito do político era condição *sine qua non* da dinâmica política. Aqui é a antítese que se apresenta: o domínio do governo se impõe pela ausência de razão, porque os homens ficaram obscurecidos pelos pecados e pelos vícios.

Associada a essa tarefa de reger e corrigir, o governante tem também uma outra incumbência na sua tarefa, a de vigiar e assistir os homens. Herdada da tradição grega, mas sob forte influência cristã, o governante também é um *episcopus*, da qual resultou o termo português bispo. O *episcopus* vem do grego *episkopos*, que se origina, por seu turno, do grego *skopós*, que é observar, ver, vigiar. Logo, também é uma função do rei o observar, guardar, vigiar para que possa corrigir e reger. Tal imagem do governante como aquele que vigia, que olha, remete a um tema clássico do pensamento político que é o da vigilância como algo típico





da ação política. Essa mesma temática aparecerá nos textos de Maquiavel, particularmente nos *Discursos*, no livro 1, capítulos 5 e 6, onde ele destaca o papel de vigilância que a população tem na defesa da liberdade. Ao invocar a defesa da liberdade (*la guarda della libertà*), ele não somente está pedindo ao povo para defender, mas também vigiar, tal qual a sentinela, que vigia e defende a fortaleza.

Passo seguinte dessa concatenação teórica se fará, a partir do século XII, com a associação à função real do dirigir, liderar. Sendo o rei aquele que rege, observa e corrige o seu povo, cabe então a ele também dirigir o povo e o governo. O rei deve também guiar e indicar o caminho, os rumos a seguir pelo seu reino. Tal capacidade de direção decorre da racionalidade que deve ser própria da personalidade real, ou seja, em função de sua razão, que se manifesta na prudência e sabedoria, o rei tem a qualidade para dirigir e liderar o reino.

Essa imagem do rei que também dirige, segundo Senellart (2006), já aparece em John de Salisbury no seu *Policraticus*, escrito no século XII, mas se encontra também em Tomás de Aquino (no *De Regno*) e em Egídio Romano (*De Regimine Principum*), ambos do século XIII. No limite o desenvolvimento do argumento é muito claro: por reger, corrigir e observar, sendo dotado de sabedoria e prudência, está o príncipe habilitado a dirigir o povo. O rei, portanto, é agora um rei-guia, como diz Senellart: “*Regere* não mais simplesmente corrigir, mas dirigir. Cabeça do corpo político, o príncipe coordenará a ação de seus membros em





vista de um fim coletivo. *Rex sagittator*, dirá Egídio Romano: o rei, como um arqueiro, olhos fixos no alvo, mira longa à sua frente”. (2006, p. 133)

Todas essas qualidades na ação de governar demonstram a liderança e proeminência do príncipe em face da cidade, o que consolida cada vez mais sua condição política destacada, como um primeiro, uma figura destacada e, por isso, que fica na vanguarda, um precursor. Entretanto, convém frisar, tudo isso ocorre sem que ele faça valer a força ou a violência como atos próprios e constantes do seu governo para conservar a sua condição de príncipe, característica essa que será própria da Modernidade. Apesar da cólera, natural nos homens, o governante dos “*espelhos de príncipe*” deve dissimular seu sentimento de violência, raiva, rancor, oriundo da bile negra, para que ela não turbe o seu julgamento, conforme sugere Egídio Romano no *De regimine principum*. Ora, nem encolerizado o príncipe deve fazer uso da força ou violência no exercício do governo, para que não seja lhe imputado a perda da razão, da prudência característica dos grandes líderes. Sem contar que estamos ainda distantes de uma noção de força ou violência como veremos, por exemplo, na noção que Thomas Hobbes (séc. XVII) conferirá ao Estado<sup>29</sup>. É essa ausência do

---

29. Não pretendemos fazer aqui uma análise da presença ou não da noção de Estado em Maquiavel, algo que possui uma vasta literatura e que demandaria um esforço analítico que ultrapassa as ambições desse ensaio. Todavia, se tivermos em mente aquilo que Ercole define como Estado, como sendo: “a entidade coletiva soberana resultante do ordenamento jurídico de um povo num território sob um poder comum e que permanece idêntico a si mesmo através da sucessão e a mudança





argumento do exercício da força, entendida mais como *dominium*, como essencial e inerente ao governo do príncipe que desloca toda a atenção para o argumento racional, ou como destacará Skinner (2000), para a capacidade retórica e de persuasão do príncipe.

Enfim, verifica-se por esses elementos da tradição dos “espelhos de príncipe”, que muitas dessas concepções repercutem no texto maquiaveliano. Como se sabe, a noção de príncipe, que perpassa a obra de Maquiavel como um todo, apresenta inúmeras semelhanças com esse ideal herdado do pensamento medieval latino, a saber:

- ▷ em quase todos os casos apresentados, a exceção do príncipe herdeiro, o príncipe de Maquiavel tem a sua condição de governante fundada antes no seu exercício político do que no território ou reino;
- ▷ Esse príncipe maquiaveliano deve, em função de sua condição e daquilo que o legitima no governo, reger, conduzir e liderar

---

dos indivíduos, dos órgãos e das formas constitucionais” (ERCOLE, 1926, p.65), notar-se-á que tal concepção não está presente em sua plenitude em Maquiavel. Como tentaremos demonstrar, as concepções políticas que subjazem a noção de principado e príncipe estão calcadas em noções anteriores, e, por isso, diferentes dessa noção de Estado própria da modernidade, embora seja possível já visualizar alguns elementos conceituais que serão desenvolvidos posteriormente. Como nos mostra Rubinstein, antes dos humanistas, já se encontrava em vários escritos políticos da medievalidade latina o termo *status* em uma acepção política, como regime ou forma de governo, como, por exemplo, no *Sententia libri Politicorum*, de Tomás de Aquino, e no *De Regime Civitatis*, de Bartollo de Sassoferato. Mas em nenhum deles com o sentido que a modernidade conferirá ao termo (Rubinstein, 2004, p. 151-163). Para uma apresentação geral do debate, cf: Ames, 2011.







a cidade – algo que ganha contornos claros e dramáticos no capítulo final do livro;

- ▷ No caso do uso da violência, apesar de ser apresentado como estratégia para a conquista da condição de príncipe, Maquiavel deixa claro que ela não é *virtù* e sua mobilização no texto não tem a mesma justificação que terá posteriormente o argumento do uso legítimo da violência pelo Estado. Esse, na verdade, é um dos pontos pantanosos de *O Príncipe*, pois ainda que não tenhamos a mesma caracterização da violência estatal da modernidade, ela se faz presente como elemento da ação política do príncipe.

Mas convém entender melhor esses aspectos no texto maquiaveliano.

Como já foi dito, podemos dividir o livro em duas grandes partes, uma primeira dedicada ao principado e uma segunda parte dedicada ao príncipe. Na primeira parte, Maquiavel se detém a tipificar os modos de ascensão à condição de príncipe, a saber: por herança, por armas próprias e alheias, por *virtù* e por fortuna. Como diz o próprio autor no cap. 2, no caso do príncipe herdeiro, as dificuldades na condução do governo são pequenas, pois:

Digo, portanto, que nos estados hereditários e acostumados à dinastia do seu príncipe são muito menores as dificuldades para conservá-los do que nos novos, porque basta não preterir os ordenamentos de seus antecessores e posteriormente contemporizar com os acidentes, de modo que, se tal príncipe tiver uma indústria ordinária, sempre conservará o seu estado, a não ser que uma força extraordinária e excessiva o prive dele. E tendo sido dela privado, reconquista tal condição na medida em que o conquistador enfrentar alguma adversidade (*O Príncipe*, cap. 2, linha 3).





Neste caso, ainda, a legitimidade do governo se faz pelo pertencimento à família que governa, logo, não por si ou por seu governo que esse príncipe herdeiro assume a condição de príncipe. Esse breve capítulo inicial da obra revela, também, uma tópica central da reflexão que será desenvolvida, a saber: a análise do príncipe novo. Como se verifica, esse é o personagem principal de Maquiavel, o príncipe que ascende ao governo e que não o recebe de modo hereditário. Todavia, alguém poderia argumentar que mesmo o príncipe herdeiro, quando ascende ao governo, naquele momento ele é novo. Porém, não é dessa condição temporal que Maquiavel está fazendo menção, mas da condição política nova para ele, algo que um príncipe herdeiro não tem. O príncipe novo é novo do ponto de vista político, ou seja, ele está inaugurando, iniciando o seu exercício político, algo que não ocorre com o príncipe herdeiro. Mais ainda, o príncipe é novo porque funda o governo, inaugura o novo regime, ao contrário do herdeiro, pois esse, como explícito pelo próprio texto maquiaveliano, herda, recebe a sua condição política, logo não funda nada. Em consonância com o pensamento político maquiaveliano, poderíamos até dizer que um príncipe herdeiro coloca-se como um príncipe novo, se ele se apresenta na cena política e faz de seu governo uma novidade em relação ao governo anterior. Mas, neste caso, como declara Maquiavel, exige-se dele qualidades extraordinárias, ou seja, ele deverá mudar os procedimentos políticos ordinários, fundar novos “modos e ordenamentos”, e, neste caso, seguir o que vem exposto para o príncipe novo.





Ora, pela próprio entendimento do que seja aqui o *novo*, verifica-se que Maquiavel está tratando de um tipo particular de personagem político que assume o comando político da cidade. Nos demais casos relatados de conquistas de principados, até mesmo para o principado eclesiástico, aquele que ascende à condição de príncipe tem que justificar por si mesmo e pelas suas condições sua legitimidade no governo. Seja por ter a fortuna de conquistar o governo, seja por possuir um exército próprio ou contar com a ajuda de uma força militar alheia, seja por possuir *virtù*, o aspirante à condição de príncipe tem que se valer de seus esforços, de suas qualidades para obter o governo. Pensando na fórmula isidoriana, que o rei é rei porque rege, não tendo nada anteriormente que justifique sua condição de rei, do mesmo modo esse príncipe novo maquiaveliano, é príncipe *a posteriori*, ou seja, pode-se afirmar que ele é príncipe apenas quando está no exercício de seu governo, porque conquistou essa condição e a exerce. Mais ainda, se diz dele príncipe porque tem o principado, conquistou o regime principado, ou, no limite, se diz príncipe em função do principado.

Como foi visto, o principado não é o território ou um reino, como em geral entendemos. Principado é antes uma forma de governo ou um regime sob o comando de um príncipe. Então, se o principado não é um reino ou território e o príncipe se diz príncipe em função do principado, sua condição se faz pelo próprio ato de governar, pela sua ação de governo, a semelhança da sentença isidoriana. Onde as ações num primeiro momento objetivarem a conquista do





principado, algo que se faz pelos quatro modos citados, e que depois se mantém em função da sua qualidade ou *virtù* como governante, tema da segunda parte do livro, que trata da conservação do governo.

É evidente, pois, que esse príncipe alcança essa condição em função de suas qualidades ou *virtù*, ainda que em alguns casos ela não se faça necessária, mas que certamente ela deve comparecer na conservação do governo. Ou seja, mais cedo ou mais tarde, o príncipe deve demonstrar possuir *virtù* para conseguir conservar sua condição de príncipe.

Por outro lado, tal formulação de príncipe fundada no exercício do governo tão somente, excluindo, desse modo, a necessidade anterior do reino ou território para a fundação de seu governo, reforça a ideia de que não temos ainda a noção de Estado. Com efeito, na medida em que esse príncipe funda a sua condição no seu governo, não há algo anterior a esse governo que estivesse posto como elemento de legitimação de sua ação política. Em outras palavras, o príncipe, ao conquistar o principado, estabelece nesse momento o seu governo, inicia de fato o seu regime e terá sempre na sua ação política – ou em termos maquiavelianos, na sua *virtù* – o principal alicerce da sua condição de príncipe.

Tal hipótese ajudaria a explicar, ainda, porque Maquiavel confere tanto destaque à *virtù* do príncipe, a ponto de dedicar metade de sua obra a essa temática. Note-se que não se trata de uma exposição entre os capítulos 15 a 24 do fundamento ético e moral da *virtù*, tal qual num tratado





de filosofia moral como muitos que se fizeram durante o Medievo, mas de uma exposição da *virtù*, depois de comprovada sua necessidade para a condição de príncipe, para que esse príncipe conserve o seu governo. Ou seja, na segunda parte do livro, Maquiavel dedica-se a pensar a *virtù* em função da sua condição de fundamento e legitimação do governo do príncipe, porque ela se faz necessária.

Agora talvez fique mais claro o sentido da sentença que o príncipe tem essa condição em função do exercício de seu governo, pois é a *virtù* que lhe dá esse fundamento em última instância. Para comprovar isso, dois exemplos mobilizados na primeira parte da obra podem nos vir em auxílio: o caso de César Borgia e o *privato ciptadino*.

César Borgia, filho do papa Alexandre VI, é um personagem muito presente n' *O Príncipe*, podendo até ser confundido com o ideal de príncipe que Maquiavel deseja apresentar. Contudo, nas mobilizações dos feitos de Cesar Borgia ao longo do livro, sente-se que há uma certa ambiguidade: por um lado, ele é apresentado como tendo muita *virtù*, o que lhe possibilitou fazer inúmeras conquistas, mas, de outro, nota-se que faltou-lhe *virtù* para conservar tudo aquilo que conquistou. O capítulo VII é certamente o melhor lugar para se perceber essa ambiguidade que ronda a figura de César Borgia.

Na sequência expositiva sobre a conquista dos principados, depois de ter analisado como eles são conquistados com armas próprias e com *virtù*, no capítulo VII, Maquiavel passa a dissertar sobre o caso contrário, quando alguém





conquista um principado com armas e fortuna alheia. O problema inicial desse tipo de conquista é logo de início apontado:

[3] Estes estão fundados unicamente na vontade e na fortuna de quem lhes concedeu tal status, duas muito volúveis e instáveis, e não sabem e não podem se manter naquele posto: não sabem, porque não sendo um homem de grande engenho e *virtù*, não é razoável que, sempre vivendo como homens de condição particular, saibam comandar; não podem, porque não têm forças que lhes possam ser amigas e fiéis (*O Príncipe*, cap. VII, linha 3).

A dificuldade principal é evidente: aquele que conquista um governo apoiando-se nas qualidades e na força de outros terá muita dificuldade de se manter nessa condição de príncipe. O que, para o problema em questão, é muito ilustrativo, pois, segundo Maquiavel, mesmo que alguém receba um governo de outro, se ele não tem as qualidades necessárias para conservar esse governo, perderá tal condição. Com efeito, os fundamentos desse novo governo estão na vontade e fortuna de quem outorga, que, como declarado, não perfazem alicerces seguros. A vontade, embora Maquiavel não disserte sobre ela, sabemos todos que é volúvel, que pode mudar, donde apoiar um regime na vontade de outrem ser de fato algo transitório. A fortuna, como ele explicará no capítulo 25 de *O Príncipe*, é inconstante e difícil, senão impossível de ser dominada. Logo, começar um governo sustentado por dois elementos exteriores ao seu controle é permitir a instabilidade. Fato esse que revela, inicialmente, que nada anteriormente sustenta a condição do





príncipe, a não ser o exercício do governo, no caso, um exercício com *virtù*.

Entretanto, para corroborar sua posição, logo adiante Maquiavel cita explicitamente o caso de César Borgia, quando diz:

Por outro lado, César Bórgia, chamado pelo povo de duque Valentino, conquistou o governo com a fortuna do pai e com a mesma o perdeu, apesar de ter ele usado de todos os recursos e ter feito todas aquelas coisas que um homem prudente e virtuoso deveria fazer para deitar suas raízes naqueles governos, que as armas e a fortuna de outros lhe haviam concedido (*O Príncipe*, cap. VII, linha 7).

O exemplo não poderia ser melhor e mais dramático, visto que César, mesmo tendo ao seu lado o apoio da condição política do pai, que era papa, não foi o suficiente para que ele pudesse ter garantias de exercício tranquilo ou seguro de seu governo sobre os territórios recém conquistados. Teve ele que realizar inúmeras ações para conquistar a legitimidade política nesses novos governos, mas ainda assim lhe faltou algo. Maquiavel chama em causa um exemplo em grau máximo, pois nem a legitimidade política de alguém como um papa é garantia o suficiente para o exercício do governo de seu filho. No limite, ele dá a entender que tal legitimidade política não pode ser transferida ou irradiada para outro, mas apenas o próprio indivíduo é que tem as condições de estabelecer os alicerces de seu governo. Na sequência isso fica mais evidente, quando diz:





[8] Porque, como se disse anteriormente, aquele que não constrói primeiro os fundamentos, poderia, com uma grande *virtù*, construí-los depois, ainda que se façam com incômodo para o arquiteto e perigo para o edifício. [9] Se, então, considerarmos todos os progressos do duque, veremos que ele construiu grandes fundamentos para um poder futuro, sobre os quais não julgo supérfluo discorrer, porque não saberia quais preceitos melhores dar a um príncipe novo, senão o exemplo de suas ações; e se seus modos de proceder não lhe forem proveitosos, não será por culpa sua, porque nasce de uma extraordinária e extrema malignidade da fortuna (*O Príncipe*, cap. VII, linha 8 e 9).

Conforme dito, o exemplo de César torna-se mais emblemático, pois, sabendo ele que deveria buscar outro fundamento para o seu governo, que não apenas no prestígio de seu pai, tratou de executar uma série de medidas políticas para arregimentar os apoios necessários para um governo seguro. Em todas as suas iniciativas obteve êxito, apenas lhe faltou a fortuna, que no caso não é somente sorte, mas a condição favorável para o exercício do governo, que conforme Maquiavel explicará no penúltimo capítulo, também é passível de obtenção ou ao menos de contenção. Neste caso de César, faltou conter os desfavores da fortuna para conservar suas conquistas.

A figura política de César Borgia é ilustrativa em um duplo sentido: primeiro, mesmo ele sendo filho de um político poderoso e recebendo dele os governos de algumas cidades, isso não foi garantia o bastante para o sucesso de seu governo. Num segundo aspecto, suas próprias ações de governo lhe trariam a segurança política necessária desde







que ele executasse todas as medidas, inclusive conter os “ventos desfavoráveis da fortuna”. Em ambos os sentidos, o que fez dele príncipe não foi outra coisa senão o exercício de seu governo, o seu principado.

Antes de passar para o segundo exemplo, convém notar o uso de um vocabulário próprio da engenharia de construção sendo mobilizado aqui. Com efeito, Maquiavel se vale dessa metáfora das edificações para retratar essa ação em busca dos sustentáculos do governo: fundação, edifício, arquiteto, obra, etc. A conquista de governo e sua conservação é apresentada então, como obra em execução, donde a necessidade de planejamento, fundamentos, alicerces, etc., obra essa que não se faz ou se sustenta a partir de uma obra anterior, mas em si mesmo. Mais ainda, o governo é uma fundação política, ou seja, uma obra nova, que necessita de alicerces e na qual um novo campo do político está sendo erguido.

O outro exemplo citado é o caso de um cidadão comum (*privato ciptadino*) que se torna príncipe. Neste caso, a dificuldade para esse governante é maior, pois a conquista do governo requer *virtù*, embora a fortuna e as armas alheias possam permitir a conquista, mas a conservação do principado exige toda a demonstração de *virtù* por parte deste príncipe novo.

A princípio o próprio termo *privato* utilizado aqui por Maquiavel é de difícil tradução para o nosso contexto discursivo, pois literalmente *privato* deve ser traduzido por *privado* em português. No capítulo ix, ele usará a expressão





*privato ciptadino* (1) e *ciptadino privato* (20), que poderia ser traduzida literalmente por *cidadão particular*. Entretanto, o autor está se referindo aqui, bem como nas demais ocorrências que se seguem [capítulos VI (27), VII (1, 2, 6), VIII (1, 4), IX (1, 20), XI (15), XIV (3)], ao cidadão comum, não pertencente à família do governante, que se torna príncipe de uma cidade. Esse é o caso mais emblemático até do que o de César Borgia, visto que ele deve fazer muito mais esforços políticos para conseguir chegar ao governo e conservar-se nele.

No primeiro caso em análise, Maquiavel já deixa claro o seu modo de entender a questão:

E porque este evento, de passar de cidadão comum a príncipe, pressupõe ou *virtù* ou fortuna, parece que uma ou outra destas duas coisas mitiga, em parte, muitas dificuldades. Todavia, aquele que menos se apoiou na fortuna, manteve-se mais (*O Príncipe*, cap. VI, 5).

Ora, tornar-se príncipe é fundamentalmente um ato de *virtù*, ainda que a fortuna mitigue muitas dificuldades, ou seja, ela auxilia a conquista do governo. Entretanto, essa ação, esse evento deve ser calcado na *virtù*, nas qualidades ou excelências políticas desse cidadão que comanda a cidade.

Essa contraposição entre a *virtù* e a fortuna para o cidadão comum que deseja tornar-se príncipe é ressaltada nos capítulos seguintes, respectivamente nos capítulos VII e VIII, sempre destacando a instabilidade e a fraqueza que a fortuna gera no processo de conquista e no futuro governo.





Maquiavel ressalta, pois, que ainda que a fortuna se apresente e justifique muitas conquistas políticas, aquele príncipe que nela se apoiou tão somente perdeu o seu governo. O argumento é claro e insistentemente enunciado: para o príncipe novo, é necessário a *virtù* para a conservação do poder. Em suas palavras:

Aqueles que somente pela fortuna de cidadão se tornam príncipes, com pouco esforço conseguem sê-lo e com muito se mantêm. E não têm nenhuma dificuldade neste caminho, porque voam para esta condição, mas todas as dificuldades surgem quando a ela chegam (*O Príncipe*, cap. VII, 1).

Note-se que ele chega a usar o termo *voam*, evidenciando que este postulante ao governo pula as dificuldades inerentes à conquista sem dar conta delas. Essa vantagem dada pela fortuna, inicialmente, não significa uma maior facilidade no exercício do governo, ao contrário, por justamente não ter passado pelo exercício e prática da *virtù* política no momento da conquista, falta a este cidadão comum o domínio das qualidades políticas, dessa *virtù* que se deve apresentar já no início do processo de tomada do governo. As dificuldades do governo são, evidentemente, de natureza política e, portanto, são as mesmas que ele evitou nesse processo de conquista.

A *virtù* se manifesta, pois, sob uma série de medidas e procedimentos que já vinham sendo elencados desde o capítulo III, quando de fato temos a exposição daquilo que o príncipe novo precisa para conquistar e manter o governo. Contudo, no início do capítulo VIII, o problema para o ci-





dadão comum que deseja ser príncipe ganha intensidade e chega aos seus contornos mais fortes no capítulo seguinte. A dificuldade em tela diz respeito ao cidadão que não tem nem toda a fortuna necessária e nem toda a *virtù*, mas uma mescla e insuficiência das duas, como diz:

[1] Mas porque há ainda dois modos de se passar de cidadão a príncipe, o que não se pode atribuir de todo ou à fortuna ou à *virtù*, não me parece que deva deixá-las de lado, ainda que sobre uma delas se possa discorrer mais amplamente em se tratando de repúblicas. [2] Estes modos são: ou quando por algum meio criminoso e nefasto alguém ascende ao principado, ou quando um cidadão comum, com o favor de outros cidadãos, torna-se príncipe da sua pátria (*O Príncipe*, VIII, linha 1 e 2).

Antes de prosseguir na análise, importa chamar a atenção para a ressalva acerca das repúblicas, na verdade, a terceira do texto até aqui (as outras duas foram: no início do capítulo II, linha 1 e no capítulo V, linha 9). A referência à república diz respeito ao exercício da *virtù*, para a qual apenas a fortuna não basta para a conquista do governo. Com efeito, nas repúblicas, a presença da *virtù* para as ações de governos é imperativa, pois, conforme fica evidente tanto nos *Discursos* e na *História de Florença*, a vida política na república é marcada pelos conflitos e pela dinâmica dos humores, que podem ser apenas geridos com a presença da *virtù*. Aqui a referência é a *necessidade*, um tanto quanto parcial, diga-se de passagem, da *virtù* ao governo do principado.





A exposição do argumento maquiaveliano nesta primeira parte *d'O Príncipe* vem seguindo uma sequência expositiva de desvalorização da fortuna em razão da valorização da *virtù* para esse cidadão que deseja o comando do principado. Neste início do capítulo VIII, Maquiavel, uma vez tendo deixado patente que a fortuna não é sustentáculo para a conquista e constituição do governo principesco, aponta para os aspectos essenciais dessa *virtù* requerida. Num primeiro momento, poderia até ser *virtù* o uso de uma violência desmedida para a conquista do governo, mas isso não seria o bastante e nem adequado, conforme exposto ao longo do capítulo VIII. Após o uso da violência para a conquista do comando político, esse cidadão deveria usar os estratagemas próprios da conquista política em qualquer circunstância: saber reconhecer os humores e atuar no interior da dinâmica própria dessa oposição política intrínseca à cidade, tema do capítulo IX, como declara de início:

Voltando à outra parte, quando um cidadão comum, não por meio de crimes ou outra violência intolerável, mas com o favor dos outros cidadãos, torna-se príncipe da sua pátria – que poderia ser chamada de principado civil: e para sê-lo não é necessário toda *virtù* ou toda fortuna, mas, antes, uma astúcia afortunada –, digo que se ascende a este principado ou com o favor do povo ou com o favor dos grandes (*O Príncipe*, IX, 1).

Aqui se mostra a *virtù* principal desse cidadão comum que busca ascender à condição de príncipe: ter uma astúcia afortunada para que consiga granjear o apoio dos grandes e do povo, os dois humores políticos da cidade. Esta é a





dificuldade que não se pode saltar, o problema político a ser enfrentado e crucial no pensamento político maquiaveliano: conquistar o apoio das partes e saber lidar com elas, desde o momento da conquista e durante todo o governo. Verifica-se que tal tarefa é sempre um trabalho em construção, uma obra inacabada, pois nunca se tem a garantia plena de apoio incondicional a ponto de não se precisar constantemente renovar e conservar os apoios que se tem, ao mesmo tempo em que se busca obter novos partidários. O cidadão que deseja ser príncipe tem a partir desse momento inicial uma tarefa sempre a executar: inserir-se na dinâmica da vida política e movimentar-se nela. Ao fazer isso, ele demonstra a sua *virtù* política. *Virtù* essa também sempre em exercício, seja no sentido de um aprimoramento, se for possível atribuir isso a ela, seja na sua perda, quando não a usa bem.

Enfim, esse *privato ciptadino*, por tudo isso que foi apresentado, não possui nada que o legitime e dê fundamento ao exercício de seu governo *a priori*, mas tão somente a sua *virtù*, que nada mais é do que o exercício das qualidades políticas, antes e durante o exercício do governo. Nesse sentido, o que torna esse cidadão comum em príncipe é o exercício das qualidades políticas que permitem a ascensão à condição de príncipe, num primeiro momento, e de conservação do governo, doravante.

Voltando ao nosso problema que nos levou a analisar o caso de César Borgia e do cidadão comum que ascende à príncipe, verifica-se que nesses dois casos emblemáticos



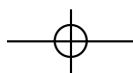


do livro, não há qualquer poder político anterior que possa conferir legitimidade ao príncipe novo – como é o caso de César – e que, no limite, todo governante deve fundar o seu governo no exercício das suas qualidades políticas, na sua *virtù* política que lhe assegura a legitimidade.

Portanto, comprova-se como em *O Príncipe*, de Maquiavel, ainda se conserva esse aspecto herdado da tradição dos “espelhos de príncipes” no que diz respeito à fundação do poder político sobre o exercício próprio do governo, donde um cidadão ser dito príncipe em função do governo ou do principado que exerce, condição política essa alicerçada na sua *virtù*.

Outro aspecto apontado como uma herança dos “espelhos de príncipe” na reflexão política maquiaveliana diz respeito ao fato do príncipe conduzir ou liderar a cidade, pois, conforme visto, esse príncipe maquiaveliano deve, em função de sua condição e daquilo que o legitima no governo, reger, conduzir e liderar a cidade, o que fica evidente no capítulo final de *O Príncipe*.

O convite à liderança política da cidade é dirigido a algum membro da família Medici, definido como um príncipe novo, embora essa família já tivesse o comando da cidade de Florença em vários momentos e, quando o livro foi escrito, não somente a cidade, mas inclusive o papado, estavam nas mãos dos Medici, o que não permitiria afirmar que qualquer membro dessa família fosse um príncipe novo. Contudo, ao contrário dessa primeira impressão, conforme visto, os Medici podem se encaixar perfeitamente nesse tipo político





que é o príncipe novo. Evidência disto vem pela invocação da imagem militar de seguir a bandeira ou o estandarte do comandante, como diz:

Vê-se ainda toda pronta e disposta a seguir uma bandeira, desde que haja alguém que a empunhe. [...] Tome, portanto, a sua ilustre Casa este assunto com aquele ânimo e aquela esperança com que se tomam as façanhas justas, a fim de que, sob o seu estandarte, esta pátria seja enobrecida (*O Príncipe*, cap. xxvi, linhas 7 e 29).

Nas técnicas de combate antigas, a organização das tropas nos teatros de operações se fazia por meio de bandeiras, haja vista a dificuldade de comunicação do comandante com os seus soldados. Desse modo, os soldados eram instruídos a se orientar pelas bandeiras, do seu comandante mais imediato inicialmente, até, no limite, do comandante supremo presente no campo de batalha. A bandeira era símbolo de orientação da tropa, donde os soldados se agruparem onde estava posicionado a sua bandeira, a sua tropa, e seguirem o rumo que esta tomar. A bandeira ficava sempre ou com o comandante ou ao lado dele, tanto que tomar a bandeira de um exército era o sinal de que o comando caiu. Notório que, até nos dias de hoje, em que essa função de orientação pelas bandeiras não se faz mais necessária nas técnicas de combate (seja pelos modernos meios de comunicação das forças militares, seja pelo modo como as tropas se dispõem para as batalhas), a força simbólica da bandeira como fonte de unidade é ainda essencial, não somente nos meios militares, como na sociedade como um todo.



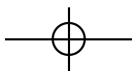




Ora, a invocação para que alguém da família Medici “empunhe uma bandeira” remonta a essa imagem clássica de liderança militar. Maquiavel roga para que os Medici liderem e conduzam os italianos, retirando-os da submissão aos povos bárbaros.

Mas essa invocação final dirigida aos Medici é apenas a exemplificação de uma ideia que se mostra ao longo de todo o texto. A liderança política do príncipe já era apontada seja nos exemplos históricos, como o de Moisés, que lidera, conduz e dirige os hebreus a Israel, seja no modo como esse príncipe se instala na cena política. Como será explicado adiante, esse príncipe novo de Maquiavel é o governante que lidera, ele é antes de tudo um *princeps*, que conduz e dá a direção dos rumos políticos que a cidade deve seguir, mas sem que isso implique em domínio ou imposição pela força, visto que deve angariar apoios, o que não seria o caso do governante com poderes absolutos. Convém insistir, o príncipe será reconhecido também como príncipe na medida em que dirige, aponta os rumos, não em função de um poder dominador sobre o seu povo, mas em função da sua condição de liderança e destaque.

Portanto, assim como rei deve conduzir e liderar, tal qual Moisés em relação aos hebreus, também o príncipe maquiaveliano deve conduzir e liderar politicamente e militarmente a cidade. Todavia, tal proeminência se coloca como problema quanto à utilização ou não da força nesse exercício político. Na verdade esse é um dos temas mais embaraçosos no pensamento político maquiaveliano, visto



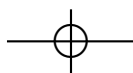


que as nuances dessa força que o príncipe exerce parece sugerir dominação, e, portanto, uma noção de poder como comando e obediência, contudo, em outros casos, não se trata dessa noção de força como domínio, mas como potência individual do príncipe que consegue dirigir e impulsionar os seus comandados (SASSO, 1988; REALE, 1974; CADONI, 1994; LARIVAILLE, 1997; FRONSINI, 2005).

Uma análise, ainda que superficial, das ocorrências de três vocábulos relacionados ao tema do uso da potência política do príncipe nos fornece boas pistas de como Maquiavel concebe n' *O Príncipe* esse uso da violência, da crueldade ou da força e quais são os seus efeitos sobre os comandados.

Começemos pelo termo “violência” (*violenzia*), que ocorre por três vezes na obra: cap. VIII, 6; cap. IX, 1; cap. XXV, 12. No capítulo IX, ele fala de uma conquista do principado que não se faça por “violência intolerável”, como foi o exemplo retratado no capítulo VIII. Neste caso, a violência é reprovada e seu qualificativo já nos diz tudo. No capítulo XXV, que trata da fortuna e do como de controlá-la, ele está contrapondo a violência à arte, ou seja, trata-se daqueles que fazem o uso da violência para conter os imprevistos, ao invés de usar de artifício ou da inteligência. Novamente, a violência não é vista como qualidade, antes como debilidade daquele que não possui engenho o bastante para controlar a natureza.

Entretanto, a referência principal ao uso da violência é o exemplo do capítulo VIII, quando, ao tratar de Agátocles (que usou de violência para conquistar o comando da





cidade), diz: “Ao ser investido em tal posto (o de pretor), decidiu tornar-se príncipe e manter com violência e sem obrigação a outrem aquilo que lhe tinha sido concedido por um acordo” (*O Príncipe*, cap. VIII, 6). Neste caso, parece que o uso da violência não somente gerou o resultado esperado para Agátocles, a conquista do governo de Siracusa, como parece ter sido legítimo e necessário, dando a entender que não há problemas no uso da violência para a conquista do governo. Entretanto, adiante Maquiavel apresenta a sua posição sobre esse uso da violência:

[10] Não se pode também chamar de *virtù* matar os seus cidadãos, trair os amigos, agir de má-fé, sem piedade, sem religião: meios estes que permitem conquistar poder, mas não glória. [11] Porque, se se considera a *virtù* de Agátocles ao entrar e ao sair dos perigos, e a grandeza do seu ânimo ao suportar e superar as coisas adversas, não se vê porque ele haveria de ser julgado inferior a qualquer excelentíssimo capitão: todavia, a sua feroz crueldade e desumanidade, com infinitos crimes, não permitiram que fosse celebrado entre os excelentíssimos homens (*O Príncipe*, cap. VIII, 10-11).

Para Maquiavel, a *virtù* de Agátocles não é plenamente *virtù*, falta-lhe a glória, ou seja, falta-lhe a admiração que o governante deve produzir de sua condição de liderança política. Ainda que haja respeito por parte dos comandados, ausenta-se, no caso desse governante, a boa imagem que deveria se projetar do seu governo. Donde essa *virtù* não ser plenamente *virtù* e de Agátocles não ser o melhor exemplo



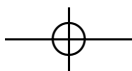


de príncipe novo, justamente por esse uso desmedido e “intolerável” da violência.

Enfim, pelos usos do termo violência, ela não se insere no repertório indicado das ações para o príncipe praticar, seja na conquista do principado, seja na conservação. Porém, ainda resta o caso da crueldade, como os assassinatos e as execuções relatadas ao longo do livro, que não geraram nem perda da condição de comando político daqueles que as praticou, muito menos a sua condenação.

A resposta neste caso nos remete a um ponto delicado e inovador do pensamento político maquiaveliano acerca do uso da crueldade nas ações de governo. Mesmo tendo criticado Agátocles, Oliverotto da Fermo e até mesmo César Borgia pelo uso da crueldade na conquista e conservação do principado, ao final do capítulo VIII e depois com mais atenção no capítulo XVII, Maquiavel afirma que a crueldade não é todo má para o exercício do governo, ao contrário, podendo ser muito útil para gerar temor e respeito. Mas em todos os casos citados e explicitamente no capítulo XVII, a crueldade produz o efeito de exemplo para disciplinar as condutas e não como prática louvável em si. A crueldade é tratada mais no efeito que gera sobre os cidadãos, tornando-os temerosos e obedientes, do que pela força em si mesma da ação cruel. Como diz Maquiavel ao final do capítulo VIII:

[27] Donde é de se notar que, ao pilhar um governo, deve o invasor fazer todas aquelas afrontas que são necessárias, e fazê-las de uma só vez, para não ter de renovar tudo e para poder, não as





renovando, tranquilizar os homens e ganhá-los ao beneficiá-los. [28] Quem faz de outro modo, ou por timidez ou por mau conselho, sempre precisa ter a faca na mão; também não pode nunca se apoiar nos seus súditos, nem podem estes, pelas injúrias recentes e contínuas, jamais confiar nele. [29] Por isso, as injúrias devem ser feitas todas de uma só vez, a fim de que se saboreiem menos e afrontem menos; os benefícios se devem fazer pouco a pouco, afim de serem melhor saboreados (*O Príncipe*, cap. VIII, 27-29).

Enfim, a crueldade pode ser uma prática de governo a ser adotada, na medida em que é exemplar, mas não como rotina, porque neste caso ela desperta o ódio, que é diferente do temor e mais perigoso para o príncipe, visto que gera opositores aguerridos. Raciocínio muito semelhante ocorre com os usos do termo “força” (*forza*) e seus correlatos: *forzare* e *forzati*. Das treze ocorrências no livro<sup>30</sup>, em cinco Maquiavel se refere aos que foram forçados, ou seja, impelidos, sendo pois passivos diante da força de outrem. Em outros cinco casos, ele se refere à necessidade da força e nos três restantes, a noção de forçar, como o sentido de ter que se utilizar da força para conquistar, ou seja, num sentido positivo de tomar a iniciativa de forçar. Considerando esses últimos oito casos no qual a ação de força parte do príncipe ou de seu governo, em apenas três casos ele tece considerações sobre o uso desta força.

Na primeira ocorrência, cap. III (50), é dito que os governantes que fundam principados para outros, tornando esses poderosos, podem gerar a sua própria ruína, pois esses

---

30. São elas: cap. II, 3; III, 50; VI, 16, 20, 21, 22; VII, 43; VIII, 30; XI, 17; XVI, 11; XVIII, 2; XIX, 37 exx, 20.





novos principados, fundados ou pela força ou pela astúcia, nunca são confiáveis. Maquiavel está criticando a transferência de força de um principado para outro, como prejuízo para aquele que doa esse poder. Para o principado novo, a força recebida é, evidentemente, um fator positivo, ainda que ele não emita qualquer juízo a respeito, mas cuja conclusão é óbvia: força política não se transfere.

A segunda ocorrência do termo força, cap. VI (22), está inserida em uma argumentação capital para o que estamos tratando aqui, a saber, sobre a necessidade da força no exercício do governo. O capítulo tem como tema a conquista de principados por meio das armas próprias e da *virtù*, momento no qual Maquiavel mobiliza quatro exemplos históricos de príncipes conquistadores: Moisés, Teseu, Ciro e Rômulo.

A dificuldade que nasce na metade da exposição refere-se à necessidade desse novo príncipe ter que constituir novos ordenamentos políticos, fonte de conflitos e oposições. O argumento é evidente: ao ter que instituir novos ordenamentos políticos, ou seja, reordenar o governo da cidade, modificando funções, criando novas atribuições, extinguindo-o outras, retirando algumas pessoas de certos cargos, colocando outras, nessa ação o príncipe ganha novos inimigos e verifica, segundo Maquiavel, que os seus amigos não são árdios defensores de seu governo. É nesse momento de crise, no qual se aumenta a oposição e não se tem uma base de apoio político confiável que o príncipe deve se valer das armas para dar sustentação aos novos or-





denamentos nos quais está fundando. As armas se fazem necessárias justamente para forçar a aceitação desse novo ordenamento político. O fundo do argumento de Maquiavel, também exposto nos *Discursos*, se apoia no fato de que os homens são volúveis e é preciso medidas de força, e não apenas o convencimento ou o exemplo da *virtù*, para que esse novo governo consiga se instalar na cidade. Nos *Discursos*, ele também se vale da religião como forma de persuasão para o povo, sem contar que estamos em um contexto republicano na exposição dessa obra. N' *O Príncipe*, então, a necessidade do uso da força para a implantação de novos ordenamentos está diretamente ligada à necessidade de exércitos próprios, o que confere novos contornos a essa noção. Numa primeira leitura, pareceria que já teríamos em Maquiavel a apresentação da necessidade da força na figura do príncipe para o exercício do governo, até mesmo para sua constituição. Todavia, ainda que seja necessário usar de força, esse uso somente terá um valor positivo para o governo se ele for acompanhado de *virtù* e armas próprias.

Ora, conforme ele demonstrará nos capítulos 12, 13 e 14, de *O Príncipe*, das forças militares a disposição de um príncipe, a mais adequada e aconselhável são as armas próprias, em outros termos, o príncipe deve se valer, fundamentalmente, dos exércitos compostos por cidadãos da cidade em sua maioria. O motivo deste exércitos serem os mais adequados está na sua composição: são os próprios cidadãos que se tornam soldados, criando desse modo um vínculo





de fidelidade à cidade, à pátria, que não se encontra com mesma intensidade nas outras formas de forças militares.

Assim, mesmo no caso do príncipe que precise forçar, sua força deve estar fundada em armas próprias, ou seja, ele deve possuir uma condição política de líder dos seus concidadãos, proeminência política essa apoiada também numa força militar formada por cidadãos.

Não vamos explorar aqui esse aspecto, mas ainda que brevemente, importa lembrar a importância da dimensão política dos exércitos para Maquiavel, que foi objeto de sua análise na *Arte da Guerra*, notadamente no livro I. Ele não somente defende enfaticamente essa condição do soldado ser um cidadão, como também mostra os bons efeitos e a necessidade desse elementos para a vida da cidade. Na verdade, Maquiavel está retomando um *tópica* clássica do ‘cidadão soldado’ que remonta a Cícero e a Vergério, e que teve inúmeros outros defensores entre os pensadores latinos.

Enfim, conforme fica claro no capítulo 14 do *Príncipe*, o exército próprio não é somente um instrumento de defesa indispensável, mas ele também produz um engajamento político muito saudável na cidade. No caso desse príncipe novo que deseja assumir o governo, se ele tiver essa força militar para lhe apoiar, isso robustecerá sua condição de líder político e facilitará seu governo.

Entretanto, essa introdução forçada de novos ordenamentos se apresenta sempre como um problema, como declara na linha 17 desse capítulo VI: “*E deve-se considerar que não há coisa mais difícil de tratar, nem mais duvidosa em*







*obter, nem mais perigosa em manejar, do que fazer-se chefe para introduzir [forçar] novos ordenamentos". Maquiavel não rejeita a força, utilizar-se dela para introduzir algum ordenamento não é tarefa isenta de riscos e dificuldades, o que poderia soar como uma contradição, visto que o seu uso parece redundar no engrandecimento da figura política do governante. Contudo, esse não é o caso, a força por si só não é benéfica, dependerá dos seus efeitos ou resultados para que se reconheça seu real lugar para o governo do príncipe novo.*

Ora, se articularmos essa exigência de que os exércitos sejam formados pelos próprios cidadãos, com o que é apresentado ao final do capítulo VI, verifica-se que essa necessidade de introduzir (forçar) novos ordenamentos apoiados nos exércitos próprios na fase inicial da fundação do governo, tudo isso esvazia a ideia de que o príncipe novo detém em si uma força ou domínio que impõe aos seus súditos. Ainda que Maquiavel diga explicitamente que o príncipe precise introduzir novos ordenamentos, tal procedimento se faz apoiado nos exércitos formados a partir dos cidadãos (e por que não considerá-los como seus partidários?), para que, uma vez modificados os "costumes políticos", esse príncipe novo seja, então, admirado e consolide o seu apoio. O texto é claro nesse sentido:

É necessário, portanto, querendo discorrer bem sobre esta parte, examinar se estas inovações se sustentam por si mesmas ou se dependem de outros, isto é, se para conduzir a sua obra, precisa rezar ou pode forçar. [21] No primeiro caso, sempre entendem mal





e não leva a coisa alguma, mas, quando dependem de si próprios e podem forçar, então é que raras vezes correm perigo. Daqui nasce que todos os profetas armados venceram e os desarmados se arruinaram. [22] Porque, além das outras coisas ditas, a natureza dos povos é variada e é fácil persuadi-los em uma coisa, mas é difícil sustentá-los nesta persuasão. Porém, convém ser ordenado de modo que, quando não crêem mais, pode-se fazer crerem pela força. [23] Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam podido fazer observar sua constituição longamente caso estivessem desarmados, como no nosso tempo sucedeu com o frei Jerônimo Savonarola, o qual arruinou os seus novos ordenamentos, quando a multidão começou a não acreditar nele, e ele não tinha como manter firmes aqueles que haviam acreditado nele, nem fazer crer os descrentes. [24] Porém, estes tem grande dificuldade no conduzir, e todos os seus perigos estão no seu caminho, e convém que os superem com a *virtù*. [25] Mas, uma vez superadas essas adversidades, começam a ser venerados, tendo perdido aquela sua qualidade que lhe tinham invejado, permanecendo fortes, seguros, honrados e felizes (*O Príncipe*, cap. VI, 20-25).

Note-se que a força se coloca tão somente no momento da fundação política e não como prática constante de governo, menos ainda como um atributo que emana da pessoa do príncipe. Nem estamos aqui levando em conta se essa força se realiza com ou sem crueldade, mas apenas como ela se apresenta no texto. É evidente, portanto, que essa noção de força possui um estatuto mais fraco do que terá nas definições de soberania em Jean Bodin ou mesmo nas definições de governo em Thomas Hobbes. Tal força do príncipe, conforme demonstrado, não se aproxima também





da noção de *dominium*, ao contrário, visto que nos exemplos expostos o príncipe tem que levar em conta o jogo das forças contrárias dos humores para poder obter êxito nessa disputa e assim conquistar ou conservar o poder. Ou, por outro viés, o modo como a força e a crueldade são apresentadas no texto, levando sempre em conta a sua real necessidade e o efeito que geram, revelam que ambas, tomadas em si mesmas, não perfazem em elementos essenciais e permanentes do exercício do governo.

Enfim, conforme extraímos do texto, as noções de força e crueldade, principalmente do cidadão comum (*privato*) que se torna príncipe novo, não podem se apresentar como elementos permanentes e constitutivos do governo, mas como estratégias para a fundação e, de modo inusual no caso da crueldade, para conservação do governo. Onde ser possível afirmar que, no mínimo, esse príncipe novo de Maquiavel aproxima-se muito à tradição antiga, na medida em que é o exercício do governo que faz deste indivíduo príncipe.

Todavia, muitos podem argumentar em contrário, mostrando que justamente por essas referências à força, à crueldade e às armas poder-se-ia sustentar que em Maquiavel temos os elementos constitutivos característicos do pensamento político moderno<sup>31</sup>. Mas ainda assim, tais argumentos, em sua maioria, forcem uma interpretação moderna do pensamento político maquiaveliano, na medida em que re-

---

31. Como já mencionado, essa discussão está bem apresentada no artigo de Ames (2011).





negam justamente essas heranças do pensamento político latino sobre o Florentino.

Finalmente, verifica-se que *O Príncipe*, de Maquiavel conserva elementos importantes da tradição dos ‘espelhos de príncipes’, que iluminam e fornecem novos contornos para o que se está sendo exposto. Por essa nova perspectiva, a obra ganha um contorno menos moderno, se poderíamos dizer assim, na medida em que esse príncipe é mais próximo de um cidadão comum que assume a regência e a condução, do que a figura política do monarca moderno que encarna em si a natureza do Estado.

Essa análise sobre a noção de principado nos conduz a uma dúvida sobre os tipos de principados, que se dividem em: hereditário, mistos, novos e eclesiásticos. Haveria ainda o principado absoluto, no qual podem todos eles podem se transformar. Contudo, destes todos, Maquiavel concentra mais sua atenção ao principado civil, que é uma forma de principado novo, não somente na primeira parte do livro, como na segunda, quando trata da figura do príncipe, considerado sempre como príncipe novo.

Sobre o principado civil, analisado no capítulo ix, sabemos que algumas de suas características já vinham sendo apresentadas antes e o seu modelo de governante, o príncipe novo, é doravante o personagem político principal da obra. Caso essa atenção dada a esse tipo de regime político não fosse o bastante para concentrarmos nossas atenções, o lugar conceitual desse principado no pensamento político maquiaveliano é certamente um ponto nevrálgico. No





limite, esse modelo de principado apresenta elementos teóricos que ao mesmo tempo que rompem com os modelos tradicionais de principados e dos “espelhos de príncipes”, obrigam o leitor a considerar melhor qual a verdadeira relação deste regime com o republicanismo defendido por Maquiavel nas suas outras obras. Essa dificuldade já foi explorada por vários comentadores que não é conveniente aqui retomar o debate nos seus detalhes<sup>32</sup>. Para nosso interesse, pretendemos explorar alguns aspectos dessa noção de principado civil que corroboram a nossa tese de que temos em *O Príncipe*, de Maquiavel, um texto que se coaduna com o seu pensamento republicano. Isso não deve implicar em dizer que o principado civil é uma república, pois são coisas diversas e o próprio Maquiavel informa-nos disso. Porém, encontramos nesse tipo de principado elementos de uma dinâmica política que, por um lado, pressupõe que esse regime nasceu de um governo republicano e que conserva inúmeros traços dessa forma de governo, podendo (e aqui convém insistir no caráter hipotético do termo) fazer com que a cidade volte ao regime republicano, embora isso não seja uma necessidade ou destino, mas uma possibilidade conforme o rumo dos acontecimentos.

Em uma leitura superficial deste capítulo IX, alguns aspectos já chamam a atenção: a sua denominação como civil – e o que entende-se aqui por civil –; o seu fundador é um cidadão comum (*privato ciptadino*); esse principado não é

---

32. A lista é de fato extensiva, contudo apresentamos algumas indicações para orientar o leitor: Sasso, Cadoni, Martins...





fundado pela violência e nem por crime, mas pelo consenso; esse príncipe é escolhido (alguns comentadores chegam a declarar que ele é eleito); é neste principado que Maquiavel relata que há dois humores antagônicos em disputa; há uma apresentação das formas de governo (principado, liberdade e licença); há uma referência ao final à transformação em principado absoluto (que não é analisado na obra, mas que podemos deduzir o que seja pela arquitetura do argumento); é o capítulo mais conceitual e com menos exemplos históricos (apenas um). Todos esses elementos indicam que se trata de um dos momentos mais conceituais da obra, de maior elaboração teórica. Passar por todos esses aspectos seria tema de uma tese, e, novamente, lembrando nossa intenção inicial, desejamos chamar a atenção para alguns aspectos tão somente.

Inicialmente a própria denominação de principado civil é digna de nota, visto que civil é um termo que remete à condição de civilidade, por oposição ao súdito. Como é notório ao longo do capítulo, esse principado conserva uma dinâmica política na qual os membros da cidade estão envolvidos com os rumos da cidade, tomando partido na determinação do governante ou fazendo oposição contra esse, ação política essa engendrada seja pelos grandes, seja pelo povo. Ora, tal quadro revela que estamos tratando de um contexto político de cidadãos e não súditos que se inserem na vida política da cidade, algo totalmente distante de uma monarquia ou regime autocrático e muito próximo da dinâmica política republicana. Neste sentido, o termo





“civil” nos mostra a presença da civilidade, ou seja, embora seja um principado, ele não anula ou extingue a iniciativa política dos cidadãos, ao contrário, o governo é expressão dessa luta, visto ser o príncipe alguém que é escolhido.

Como já dito, esse príncipe aqui é o cidadão comum (*privato ciptadino*) que torna-se príncipe, o que pressupõe sua condição de liderança política num contexto institucional de igualdade de condições políticas entre os cidadãos. Mais ainda, conforme enfatizado por Maquiavel já na primeira linha, esse cidadão comum se torna príncipe sem o uso da força, da violência, da crueldade, ou seja, sem o recurso às armas, logo, utilizando-se de meios pacíficos e dentro da normalidade institucional para alcançar o governo da cidade. O que não significa que esse cidadão não seja um comandante militar ou tenha uma força armada que esteja na retaguarda, mas que ela não é usada e não é o sustento de sua conquista. Esse cidadão peculiar chegará ao comando da cidade, principalmente, fundado nos apoios políticos que angariou em seu processo de ascensão ao governo. Enfim, esse cidadão se torna príncipe dentro das normas de civilidade, ele conquista o governo de forma cívica.

Esse aspecto não pode ser menosprezado. Ao longo da história da humanidade como um todo, mas particularmente considerando a história política dos romanos e dos povos latinos que de Roma descenderam, ou restringindo mais ainda, tendo em consideração apenas as cidades da península itálica dos séculos anteriores a Maquiavel, conquistar o governo da cidade de forma cívica, sem o uso das





armas, da violência era uma fato, no mínimo, inusual. Nos próprios exemplos arrolados no livro, verifica-se quantos foram os casos de tomada do governo por meio de assassinatos, mortes, crimes, golpes de estado e quão poucos os casos de conquista por vias pacíficas e institucionais. Falar da conquista do governo de um principado sem derramamento de sangue, calcado na escolha, é algo muito peculiar.

A forma da instalação do governo é um outro dado chamativo, pois diz Maquiavel que esse principado é originado dos grandes ou do povo. Mais específico ainda, de um lado, *“porque, vendo os grandes que não podem resistir ao povo, começam a aumentar a reputação e o prestígio de um dos seus e fazem-no príncipe para poderem, sob sua proteção, desafogar o seu apetite.”* (cap. ix, linha 3). De outro, temos o povo, que, não resistindo a esse desejo dos grandes, adere a alguém que venha defendê-los contra as ânsias dos grandes. O governo, portanto, é originado, causado pelos grupos políticos, tem nesses sua fundação, tanto no sentido temporal – originando-se deles –, quanto no sentido de sustentação. Nesse aspecto é um governo conduzido por um só, mas que não tem neste personagem nem sua origem (convém insistir neste aspecto, visto que Maquiavel usa o passivo *“è causato”*, é originado por outro e não por aquele que vai governar) e nem sua fundamentação. Alguns comentadores (Larivaille, 1997, Frosini, 2005) chegam a dizer que esse príncipe é eleito pelos seus concidadãos. Apesar da ideia não ser estranha ao modo como o argumento é montado, Maquiavel não utiliza nem o termo “eleição” e nem “escolha”, o que nos parece







uma extrapolação, pois nos ritos políticos da Florença do tempo de Maquiavel, o que havia eram regras muito rígidas sobre aqueles que seriam aptos aos cargos políticos (as magistraturas) que eram sorteados a partir de nomes colocados em uma bolsa. Totalmente estranho a esse contexto florentino seria um processo de eleição, muito menos de votação, donde nosso incômodo com essa terminologia. O que se verifica pela economia do argumento é que um cidadão é alçado à condição de príncipe com o sustento político de uma das partes, num claro sentido de escolha ou predileção de um grupo que conduz esse personagem ao governo. Tão importante quanto esse dado é a informação, não explícita, que há um modo de institucionalização do governo que se funda em uma disputa cívica e pacífica. O povo não coloca alguém no governo por ter armas ou por meio da força militar e nem os grandes por algum golpe. Ora, então somos obrigados a admitir que esse cidadão comum chega ao principado após uma disputa política institucionalizada, no qual as partes se apresentam na cena pública e sustentam seus prediletos. Há, pois, um palco de disputa política no qual as partes podem tomar parte, os grupos podem defender os seus interesses de modo pacífico e institucionalizado, enfim, há uma dinâmica política.

A argumentação maquiaveliana nos remete ao fim para o seu personagem político principal: o príncipe. Mas o que é, ao fim, ao cabo, o *príncipe* de Maquiavel?





#### O PRÍNCIPE CICERONIANO E O PRÍNCIPE NA REPÚBLICA

A noção de príncipe, conforme visto, teve um largo emprego entre os pensadores desde o período romano, de modo que podemos encontrar várias acepções e usos nos autores latinos durante vários séculos. Todavia, uma questão pertinente seria verificar nessa história do conceito uma acepção do termo *príncipe* que não estivesse ligada necessariamente ao regime monárquico ou, por outro lado e mais importante ainda, se haveria algum emprego do termo, anterior a Maquiavel, que o diferenciasse dessa acepção mais próxima ao *vivere civile* e distante do *principado absoluto*. Como estamos argumentando, tendo em vista o quadro conceitual do pensamento político maquiaveliano como um todo, com suas nítidas posições republicanas – que se corroboram, como visto, pelo papel central do conceito de cidadão comum (*privato ciptadino*) na economia do argumento de *O Príncipe* –, cumpre encontrar uma possível fonte da concepção de *príncipe* que divergiria da acepção corrente de governante em regime monárquico e o aproximaria de noções republicanas, para que possamos mensurar o grau de inovação ou recuperação conceitual operado por Maquiavel.

Uma primeira origem, como já mostramos, está nas noções herdadas da medievalidade latina do *regere*, no qual o governante tem essa condição em função do exercício da sua ação de governo, não exercendo o poder político de forma absoluta. Uma outra fonte que vem se associar a esta é o uso que o termo *príncipe* apresenta no pensador romano Cícero e como essa noção pode ter servido de fun-





damento para a reflexão maquiaveliana. Ora, não somente essa origem do termo *princeps* definido por Cícero, mas as aproximações que se podem fazer dessa acepção nos *Discursos* e em *O Príncipe* corroboram a nossa hipótese de que Maquiavel forja um conceito muito particular de príncipe como governante, não necessariamente monárquico e compatível com um regime republicano, ou um governo a “meio caminho” entre a monarquia e a república.

#### *O princeps ciceroniano*

Ettore Lepore (1954), em seu estudo sobre a noção de *princeps* no pensamento político ciceroniano, ao recuperar as origens do termo, nos revela semelhanças conceituais entre esse conceito romano, da tarda república, com o *príncipe* em Maquiavel, que permitem uma interpretação diversa da noção de príncipe como uma figura tipicamente monárquica.

Ao analisar nas obras de Cícero o uso e os contextos nos quais é mobilizado o termo *princeps* e, até mesmo, quem é esse *princeps*, Lepore apresenta um conceito pertencente ao ordenamento republicano romano, notadamente, ao contexto da tarda república (séculos II e I a.C.). Dado esse que já nos mostra que, durante a república romana, fonte de inspiração dos republicanismos posteriores, inclusive o florentino, havia esse personagem político. Donde se constata que, para Cícero, há um *princeps* no interior do ordenamento político republicano, que ocupa um papel destacado na estruturação do regime.





A análise de Lepore tem, também, a preocupação de reconhecer se o termo é meramente um nome diverso – talvez numa acepção mais literária – ou se ele é um conceito, de acordo com o seu emprego nos escritos políticos ciceronianos. Seus estudos nos permitem dizer, pois, que esse conceito de *princeps* se revela em seus contornos definitivos nas três obras políticas principais de Cícero – *De officiis*, *De Legibus* e *De republica* –, momento esse de maturidade intelectual do pensador romano e de seu distanciamento dos ideais aristocráticos que marcaram seus primeiros escritos, como diz: “o termo ‘*princeps*’ está presente em todo o desenvolvimento do pensamento político ciceroniano como perfeito equivalente aos outros termos com o qual designa o homem político” (LEPORE, 1954, p. 34).

Concentrando suas atenções, primeiramente, às ocorrências do termo *princeps*, Lepore verifica que Cícero se vale de dois termos muito próximos: *princeps* e *principes*. O primeiro é usado de vários modos: *princeps-rector*, *gubernator*, *moderator*, *tutor*, *procurator*, *conservator* etc. (LEPORE, 1954, p. 34-35), acepções estas que revelam a associação do termo a uma função política de comando ou a um cargo ou magistratura de relevo no ordenamento republicano romano. Em todas essas ocorrências, mostra-se ainda o predomínio de duas compreensões do *princeps*: o primeiro, em ordem cronológica, é o melhor em comparação a um grupo. Ao lado dessa dupla acepção, encontra-se uma terceira, pois se verifica que o *princeps* é também aquele que toma a iniciativa da ação política, aquele que lidera e está na vanguarda,





o responsável pelo princípio da investida política. Tais usos indicam que, para Cícero, o *princeps* é uma figura política de proa, que possui uma *virtus* política destacada e, por isso, se põe à frente na ação política. Esse *princeps* é, portanto, o primeiro a agir, o primeiro ou líder em uma iniciativa política.

Constatado esse primeiro bloco de acepções correntes do termo *princeps* nos textos ciceronianos, Lepore parte para uma outra vertente de investigação, no afã de descobrir as fontes teóricas do termo. Tendo em vista a tradição filosófica grega, da qual Cícero é herdeiro, e dos usos do termo, o *princeps* se aproxima em muito ao *politikós* grego. *Politikós* esse que não é tanto o rei, o *basileu*, mas o homem que tem sua natureza conformada pela *polis*, ou seja, o *princeps* tem as mesmas funções e as mesmas incumbências políticas do *politikós*, ou seja, ele é alguém que deve partilhar as magistraturas na *polis*. Um exemplo notório é que os generais, os juristas, os filósofos, os oradores, enfim, homens que não eram necessariamente governantes e não tinham cargos públicos de destaque são designados como *princeps* (Lepore, 1954, p. 48-49). Então, assim como o *politikós* era concebido como o político por excelência numa comunidade de políticos – sem necessariamente ser o governante –, conforme definido por Aristóteles na *Política* (III, 2, 1275b19), do mesmo modo o *princeps* é um cidadão dotado de virtude política que assume a liderança de uma ação política entre iguais. Tal uso equivalente dos termos mostram que, “mesmo mudando o âmbito da linguagem fi-





*losófica grega, [o emprego ciceroniano] é assimilado perfeitamente pela experiência lingüística romana” (Lepore, 1954, p. 45). Ao princeps se associa, então, um ideal de homem político que é, de um lado, herdeiro da tradição grega do politikós, e, por outro, agrega as qualidades ou virtus própria do cidadão romano.*

Em contraposição, o *principes*, diferentemente do *princeps*, era uma conceito de homem político ligado aos antigos valores aristocráticos, de um contexto próprio da *concordia ordinum*, quando se buscava uma conciliação entre as ordens patrícias ou senatoriais, como no governo da *nobilitas*, ou seja, como o ideal de governo da aristocracia do início da república romana. Nesta acepção, esse *principes* é um típico aristocrata que se coloca entre aristocratas, num círculo político seletivo e restrito. Ora, quando não mais se está colocada a questão em termos de ordenamentos aristocráticos, mas num quadro de intensas disputas e dissensões políticas, há uma mudança nessa conceituação de *principes* para um novo modelo político, o *princeps*. A mudança no quadro político, de um contexto de *concordia ordinum* para a preocupação com o *consensus*, evidenciada depois de 60 a.C., leva Cícero a rever o modo de conceber o seu ideal de homem político. A distinção de *principes* e *princeps*, sendo o primeiro um conceito tradicional, ligado à aristocracia, e o segundo como a prefiguração de um *novus hominus*, um novo político, é fruto das novas exigências políticas após 60 a.C. Avançando ainda mais, o novo *princeps* é associado ao *popularis*, ao *sapienter popularis* (*De Republica*, II, 54),

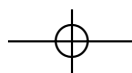




ou seja, ao cidadão dotado de prudência, tal qual se diz de Péricles (*De Oratore*, III, 138), a clássica figura grega que encarna a prudência política do governante. *Popularis* esse que, desde um uso anterior a Cícero, era sinônimo de *civis*, donde constata Lepore (1954, p. 216):

O vocábulo *popularis* assumiu na tradição retórica e naquela mais antiga e redescoberta, aquilo que o faz simplesmente equivalente de *civis*, tendo valor estritamente técnico, como o encontramos no âmbito filosófico, para exprimir o complexo de valores inclusos no grego *politikós*.

Segundo Lepore (1954, p. 230), tal mudança se deve a uma percepção mais isocrática da política romana por parte de Cícero, o que na verdade era antes uma crença para a superação das antigas *ordines* aristocráticas, por regimes mais moderados ou mistos. Na verdade, depois das sucessivas crises políticas da república romana, Cícero, ao contrário da política defendida pelos patrícios, se posiciona em favor de mudanças no regime republicano no sentido de diminuição da hegemonia patrícia e das diversas ordens aristocráticas, para a incorporação de novos atores políticos vinculados à plebe. Ora, a concepção política aristocrática, que pressupunha uma ordem estática e não dinâmica do campo político, estava em cheque após o advento dos conflitos políticos que resultaram nas várias guerras civis da tarda república romana. Em face da guerra civil, Cícero passa a admitir uma dinâmica do mundo político, aceitando o conflito como um fato próprio da vida republicana, mas propondo uma *contentio sapiens*, que discipline essa luta política contra a pos-





sibilidade da sedição. É sob tal ótica que se deve ler o livro VI do *De Republica*, tendo em vista o dissenso político que exigem um *princeps moderator e prudens*, ou seja, um novo homem político que reconheça as mudanças e não esteja mais preso aos modelos estáticos e conservadores próprios do patriciado. As mudanças contra as quais ele deve reagir são aquelas que ameacem a destruição dos ordenamentos, “*frutos dos egoísmos e das paixões dos homens indignos de serem aceitos nos círculos dos princeps*” (Lepore, 1954, 251). Nota-se, pois, a adoção de uma nova visão, mais dinâmica e orgânica da vida política, dos seus elementos e dos seus contrastes como característica fundamental do pensamento ciceroniano, particularmente no momento de composição do *De republica*, no período de seu exílio após o Consulado, na década de 50 a.C.

Então, essas considerações sobre o conceito de *princeps* ciceroniano impedem qualquer associação desse com um ideal político de tipo monárquico. Nos inúmeros trechos das obras ciceronianas citadas por Lepore, fica muito difícil, para não dizer impossível, que esse conceito fizesse remissão ao governo de um só, ao chefe de um corpo político que concentra em si os poderes decisórios. Ao contrário, a noção de *princeps* se associou cada vez mais ao conceito de *politikós* grego ou de *civis* romano, ao cidadão que toma parte na vida política da cidade e que por vezes lidera ou dá a iniciativa da ação política, sem ser o ponto de concentração do poder político. Como diz: “*Todos os termos até aqui usados não permitem identificar o ideal de princeps com*







*um poder monárquico ou de qualquer modo a um singular*” (Lepore, 1954, 71).

Esse retorno às origens do termo *princeps* em Cícero mostra que não somente é inadequado caracterizá-lo como uma designação de monarca ou congênere, mas, ao contrário, seu uso, principalmente nas obras de maturidade, revela um emprego terminológico muito próximo do cidadão em um contexto republicano. Figura essa inserida num mundo político não mais caracterizado pela ordenação estática aristocrática, mas regido pela dinâmica das disputas políticas, que deve lutar contra as sedições e consequente dissolução do ordenamento político da cidade.

Portanto, no pensamento político ciceroniano, particularmente nos textos políticos de maturidade, a noção de *princeps* remete de modo direto e inequívoco a um contexto republicano e não monárquico. Ainda dentro desse contexto republicano, como visto, o *princeps* se identifica a um modelo de novo homem político em um contexto não mais dominado pela lógica aristocrática do *consensus ordinum*, mas inserido numa configuração política não dominada pela elite senatorial, e sim pelas lutas e tensões políticas entre os diversos grupos políticos da tarda república romana. Ora, esse quadro de significações do termo *princeps* na tradição política ciceroniana influencia o pensamento político latino posterior e, certamente, Maquiavel. Desse modo, cumprir entender as possíveis aproximações dessa terminologia ciceroniana com as noções de príncipe mobilizadas nos capítulos VIII e IX de *O Príncipe*, bem como com os *Discursos*,





capítulos IX e X, no qual ele também faz um largo uso da noção de *príncipe*.

#### *O príncipe dos Discursos*

Começamos pelos *Discursos*, onde, nos capítulos IX e X do livro, Maquiavel aborda o papel que devem desempenhar os ordenadores de reinos e repúblicas, mobilizando, para isso, uma série de exemplos de governantes romanos que tiveram êxito ou fracassaram nesse trabalho. Tema esse que já havia sido tratado em parte no capítulo II deste mesmo livro I, quando da análise da fundação das cidades. É particularmente nesses capítulos que o governante único ou a figura do príncipe é citada várias vezes como o responsável pela fundação ou reordenação política da cidade. Assim, antes de entrar na análise desses capítulos em questão, faz-se necessário resgatar o contexto argumentativo no qual eles se inserem.

No “*Pequeno tratado sobre as repúblicas*”, como já indicado, o centro da reflexão maquiaveliana é, pois, apresentar os fundamentos das repúblicas, sua estruturação, para, em seguida, ou seja, tendo como referência tais concepções, interpretar a história romana. Então, tanto o capítulo II quanto os capítulos IX e X do livro dos *Discursos* inserem-se nesse itinerário argumentativo que busca determinar os fundamentos da república, não somente romana – seu caso exemplar –, mas da noção de república de modo geral.

No capítulo II, depois de ter analisado a fundação da cidade por meio de um ordenador (no caso, a Esparta de





Licurgo), Maquiavel passa a tratar do caso romano, no qual lamenta o fato desta não ter tido a mesma sorte daquela. Ao contrário de Esparta, os ordenamentos romanos nascem dos conflitos entre os nobres e a plebe, sendo isso caracterizado como acaso ou como acidentes. Ao lado dessa contraposição, uma outra mais significativa tem lugar, pois, diz ele:

Porque Rômulo e todos os outros reis fizeram muitas e boas leis, ainda em conformidade com a vida livre: mas, como sua finalidade foi fundar um reino, e não uma república, quando aquela cidade se tornou livre, faltavam-lhe muitas coisas que cumpria ordenar em favor da liberdade, coisas que não haviam sido ordenadas por aqueles reis. E, se bem que aqueles seus reis perdessem o poder pelas razões e nos modos narrados, aqueles que os depuseram, ao constituírem [ordinandovi] imediatamente dois cônsules para içarem no lugar dos reis, na verdade depuseram em Roma o nome, mas não o poder régio: de tal forma que, como só tivesse cônsules e senado, aquela república vinha a ser mescla de duas qualidades das três acima citadas, ou seja, o principado e optimates. Faltava-lhes apenas dar lugar ao governo popular: motivo porque, tornando-se a nobreza romana insolente pelas razões que abaixo se descreverão, o povo sublevou-se contra ela; e, assim, para não perder tudo, ela foi obrigada a conceder ao povo a sua parte, e, por outro lado, o senado e os cônsules ficaram com tanta autoridade que puderam manter suas respectivas posições naquela república (*Discursos*, I, 2, 18-19).

Como destacam Sasso (1987) e Reale (1985), chama atenção a rápida passagem da forma monárquica para a forma republicana. Passagem esta que estabelece a república como o lugar das análises que se seguiram nos demais capítu-





los. Mas, de qualquer modo, o Rômulo citado no capítulo II é uma figura monárquica que deu os fundamentos para a constituição de uma república ou de um ordenamento político conforme o *vivere civile*. Por outro modo, caso se queira considerar que Maquiavel tecia suas considerações levando em conta uma monarquia, estas se encerram neste momento final do capítulo II.

Entretanto, tendo em vista isso que foi dito no capítulo II, a mobilização de Rômulo no capítulo IX ganha novos contornos e dificuldades. Neste capítulo dos *Discursos*, ao retomar o papel de Rômulo na dinâmica política romana, a perspectiva de análise é outra, equiparada a de um fundador em um contexto de disputa política, com vistas à república. A questão central está em como entender esse governante único, esse primeiro monarca romano no meio de uma análise voltada para o estabelecimento dos fundamentos da república. Ora, também no capítulo IX, em seu início, Rômulo é apresentado como um fundador de cidades, não se levando em conta a dificuldade que perpassa as considerações sobre o nascimento da república romana.

Porém, tanto no capítulo II quanto no IX, essa transição em si não é problematizada, não é analisada a fundo. Concomitantemente a esse pouco falar ou mesmo não falar da transição constitucional, o regime republicano se apresenta como um *telos*, uma finalidade à qual Roma parecia destinada. Apesar da imprevisibilidade sobre o que seria no futuro, Roma apresenta-se destinada a se transformar numa república, como se ela estivesse orientada para tanto





desde seus momentos primordiais. Segundo Sasso: “Como se fosse, na realidade, o *telos* a constituir, além do fim e ao fim do processo, também o seu critério, a sua origem, a sua razão de ser, o seu impulso condutor” (SASSO, 1987, p. 128). Assim, à débil análise da transformação política se contrapõe a profundidade de uma necessidade teleológica de Roma se tornar uma república. A busca dessa condição política republicana instala-se na reflexão maquiaveliana e passa a conduzir o seu raciocínio.

Os argumentos mobilizados, então, têm como objetivo a transformação de uma monarquia, que nasce tumultuada pelo assassinato de Tito Tazio e pautada por tumultos, numa república completa em meio às vicissitudes. A questão que nasce da análise do capítulo II e da complementação do IX era que Roma tinha como destino não a instauração de uma monarquia perfeita, mas de uma república. No quadro apresentado por Maquiavel, desde o seu nascedouro, Roma estava destinada a se transformar numa república, pois os eventos convergiam para esse fim. Como ele repete ao longo desses capítulos, quando se olha para o *fim* e não para o ato em si, a instauração de um *vivere libero* esteve sempre no horizonte. Esta era uma motivação encontrada já nos primeiros reis, ou seja, os ordenamentos políticos iniciais tinham como força indutora a instalação de um *vivere libero*, forma essa que se completará ou se realizará perfeitamente no modelo republicano:

Mas voltemos a Roma. Embora Roma não tivesse um Licurgo que no princípio a ordenasse de tal modo que lhe permitisse viver

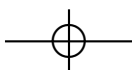




livre por longo tempo, foram tantos os acontecimentos que nela surgiram, devido à desunião que havia entre a plebe e o senado, que aquilo que não fora feito por um ordenador foi feito pelo acaso. Porque, se Roma não teve a primeira fortuna, teve a segunda; pois se seus primeiros ordenamentos foram insuficientes, nem por isso o desviaram do bom caminho que a pudesse levar a perfeição (*Discursos*, I, II, 30-33).

Estabelece-se, assim, o quadro conceitual das afirmações feitas por Maquiavel nas primeiras linhas do capítulo IX, nas quais se insere a análise dos fundadores na sequência da exposição sobre as instituições políticas, aparentemente não apresentando nenhuma relação com os temas tratados anteriormente. O que se mostrava inicialmente no capítulo II era uma reflexão sobre a fundação por meio do legislador e suas possíveis implicações sobre a história romana. No capítulo IX, apesar de retomar a temática da origem constitucional, a chave de leitura não é a fundação, mas a ordenação, que, do ponto de vista da compreensão da estrutura política romana, apresenta uma outra perspectiva, visto que já se considera o substrato material do conflito político.

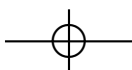
Tributária dessa compreensão é a figura de Rômulo, que, no capítulo II, se assemelha à figura de Licurgo. Nessa tentativa de traçar um paralelo entre as duas personalidades, Maquiavel ressaltava as carências do rei romano em comparação com o legislador espartano. No capítulo IX, ao contrário, o que nasce é a figura de um outro Rômulo, não mais a versão romana e imperfeita de legislador conforme





descrição anterior, mas o responsável pela instalação de um processo de ordenamento constitucional que fará de Roma uma república poderosa.

Conforme Reale (1985, p. 45), o que seria uma aparente questão retórica, ganha os contornos de uma questão real, se levarmos em conta o fato de Maquiavel ter tratado apenas dos fundadores de cidades e não dos reformadores, o que, no limite, impõe a questão da fundação e da reforma ou reordenação da cidade. O problema parece não estar restrito à temática da fundação das cidades, muito menos a uma retomada do papel do legislador nesse momento inaugural. A afirmação maquiaveliana evidencia uma sutileza terminológica que se configura como um problema de fundo. Maquiavel fala em termos de *ordenadores* e não de *fundadores* ou *legisladores*, que, em um primeiro momento, poderiam ser compreendidos como sinônimos ou como possuidores de função igual na origem das cidades. O início do capítulo vem aprimorar a compreensão do papel do ordenador, que passa a se diferenciar do legislador, como foi Licurgo (REALE, 1985, p. 46). O exemplo seria Rômulo que, ao ser identificado como o ordenador de Roma, ao mesmo tempo se diferencia dos fundadores, expostos de início. A figura do fundador foi apresentada como aquele que concebia a cidade e suas instituições por critérios racionais, dotando este universo político de mecanismos estáveis e seguros em função de sua própria racionalidade. Essa racionalidade, marca distintiva da ordenação designada pelo legislador, contrapõe-se à ordenação segundo o acaso. Levando-se em





conta o legislador helênico, vê-se que ele disporá a cidade segundo um “critério geométrico, segundo uma regra racional, em um verdadeiro cosmo de leis” (SASSO, 1987, p. 121)<sup>33</sup>. Isso permite afirmar que haveria, de um lado, uma ordenação conforme o *logos* e, de outro, uma ordenação mediante a fortuna, o que não significa que o *logos* esteja excluído da fundação das cidades que não tiveram a sua origem pela mão do legislador, mas apenas que não é esse seu critério prioritário. Ao final do capítulo II, Maquiavel se refere a Rômulo, mesmo não podendo equipará-lo a Licurgo, como aquele que fez “muitas e boas leis, conforme ao *vivere libero*” (*Discursos*, I, II, 32), ou seja, o primeiro rei romano teve também a intenção de bem conformar a cidade. Do

---

33. Essa imagem do ordenador helênico concebendo a cidades segundo critérios racionais e geométricos é um dos pontos centrais da argumentação de Jean-Pierre Vernant. Em sua explicação, a racionalização da vida e a racionalização do campo político estão extremamente imbricadas no mundo grego, cujo melhor exemplo seria Hipodamo de Mileto, contratado para reconstruir a sua cidade, o fazendo de modo geométrico, donde tudo ser ordenado a partir do centro que é a *ágora*. Como nos diz Vernant: “Ele a reconstrói segundo um plano de conjunto que marca uma vontade de racionalizar o espaço urbano.” Concluindo: “Ora, deve-se constatar que o domínio político aparece tão solidário de uma representação do espaço que acentua, de maneira deliberada, o círculo e o centro, dando-lhe um significado muito definido. [...] A esse respeito, pode-se dizer que o advento da Cidade manifesta-se de início por uma transformação do espaço urbano, isto é, do plano das cidades. É no mundo grego, sem dúvida, primeiro nas colônias, que aparece um *plano novo* [grifo nosso] de cidade em que todas as construções urbanas são centradas ao redor de uma praça que se chama *ágora*. [...] Para que exista uma *ágora* é preciso um sistema social de vida implicando, para todos os negócios comuns, um debate político. A existência da *ágora* é a marca do advento das instituições políticas da cidade” (VERNANT, 1995, p. 245).







ponto de vista do projeto, Rômulo também figura entre os fundadores da cidade, embora nesse momento do texto não fosse ainda possível perceber se Maquiavel falava de um legislador ou de um ordenador.

Entretanto, paralelamente a essa fundação conforme o *logos*, Maquiavel chama a atenção para um outro modo de ordenação política da cidade feita pelos acidentes. O termo “acidente” sugere várias acepções, entre elas imprevistos ou acontecimentos não regulares que alteram o curso político, bem como, acidente como oposto à essência, retomando um vocabulário aristotélico. O desenvolvimento do texto tende a reforçar o primeiro aspecto, haja vista o papel dos tumultos políticos para a instauração do ordenamento constitucional. Todavia, levando-se em conta que a fundação pelo legislador é conforme o *logos*, sendo isto uma busca de modelação da natureza do corpo político conforme a razão, em tais condições, os tumultos, os acidentes também podem ser compreendidos como algo que se insere no corpo e o modifica, à semelhança de uma forma accidental ou causa accidental. Associação que não deveria ser absurda, pois a tradição aristotélica medieval desenvolveu tanto o conceito de forma accidental como o de forma substancial, que não está presente na *Metafísica* de Aristóteles, fazendo deles conceitos-chave para os sistemas metafísicos medievais, principalmente depois de Averróis e Tomás de Aquino. Ora, mesmo sabendo não ser muito adequado utilizar um jargão tributário desses sistemas metafísicos nos textos políticos maquiavelianos (tendo em vista a ausência de uma refle-





xão metafísica por parte de Maquiavel), essa acepção de acidente no sentido de causa accidental pode ser aceitável se considerarmos as implicações de uma fundação conforme o *logos*. Pensando na contraposição evidente entre *logos* e acidente, esses fatos que alteram a ordenação da cidade e inserem algo de novo em sua natureza – como é o caso dos tribunos da plebe – podem também ser compreendidos como formas accidentais. Independentemente da interpretação que se queira adotar para a compreensão do termo “acidente”, o que essa retomada do papel do ordenador no capítulo IX vem problematizar é seu estatuto para a compreensão da formação das instituições. Conhecido desde o início do livro o papel do legislador e do *logos*, bem como os problemas decorrentes de uma tal fundação, as atenções se voltam para a necessidade de se entender os acidentes na fundação de uma cidade. Ordenação por acidentes que, ao ser pensada no confronto com a fundação racional do legislador, adquire novos contornos.

O trabalho realizado pelo legislador de conformar as instituições políticas segundo um critério racional tem, como uma de suas consequências, a perenidade dessa instituição. Nesse sentido, a conformação segundo o *logos* pretende retirar da esfera temporal as constituições políticas (SASSO, 1987, p. 120-132). De fato, a constituição perfeita, o governo misto, coloca-se fora da circularidade temporal, perfazendo uma linearidade. Por ser um ordenamento político acabado, pode-se chamá-lo de perfeito, entendendo-o não como o melhor dos regimes, mas como aquele que não carece de





nada, conforme a conceituação clássica grega. Tal é a constituição política que nasce do trabalho do legislador.

Já quanto à fundação ordenada pelo acaso, diferentemente da perfeita, ela se define por não estar acabada e, consequentemente, por estar submetida às vicissitudes do tempo, à fortuna. Como demonstra Maquiavel no capítulo II dos *Discursos*, teríamos uma gradação de fundações em três níveis: a perfeita, a “menos perfeita” (mas com possibilidade de reforma), e uma terceira classe de fundações imperfeitas, sem nenhuma possibilidade de reforma. Roma encontrar-se-ia nesse segundo grupo, sendo uma constituição a princípio imperfeita, mas que ao longo do tempo foi se aperfeiçoando, ou seja, foi se reordenando. Os acidentes, nesse contexto, são os atributos que aperfeiçoam o regime, que o conduzem à perfeição; são os agregados que se unem a um corpo político pré-existente e o modificam. Assim, a perfeição (como “acabamento” e não como “ausência de defeitos”) pode ser possível para esse segundo grupo, que não fica refém de um determinismo naturalista que impede que uma constituição imperfeita se transforme numa perfeita. A perfectibilidade não é um dado inserido apenas no momento de criação do regime, mas pode ser, para Maquiavel, uma possibilidade ao longo da existência, sujeita ao acaso.

A garantia dessa perfectibilidade joga essas constituições inacabadas para a esfera do tempo, submetidos que estão à fortuna. Embora seja possível alcançar a perfeição, ela se realiza num quadro de dependência relacionado à esfera temporal, às subidas e descidas, sem previsibilidade. Se





a fundação segundo o *logos* retira o regime perfeito das variações temporais, a ordenação segundo os acidentes insere totalmente o corpo político na História, no tempo. É na História, no interior do tempo, que essa constituição se perfaz, se aperfeiçoa, agrega a si aquilo de que carece, no caso, as instituições que a tornam perfeitas. Essa constituição imperfeita está sujeita, também, à dinâmica do tempo, à variação dos fatos, dos acidentes e, por isso, deve estar aberta às mudanças, disposta a incorporar aquilo que o tempo lhe traz como novidade.

Assim, não é meramente uma questão terminológica a distinção entre a fundação de uma cidade pelo legislador e uma ordenação segundo os acidentes. Ao expressar que Roma teve uma ordenação e não uma fundação, Maquiavel demarca o campo teórico no qual deve ser pensada a constituição romana, que de nenhum modo pode ser equiparada às repúblicas conformadas por um legislador.

Retomando a questão de como entender esse príncipe dos capítulos IX e X do livro I dos *Discursos*, temos agora a constituição de uma outra imagem que não somente a do governante único. Conforme se depreende da análise da figura de Rômulo, o governante único desses capítulos está inserido em um contexto republicano, marcado por lutas e dissensões políticas entre os dois grupos principais. Importa frisar: nas duas referências ao rei romano, Maquiavel parece ignorar a passagem da monarquia para a república, e passa a tratar de Roma num contexto republicano. Roma, nesses capítulos, é considerada em sua fase republicana, que,





na verdade, esteve no meio de duas formas de governos centralizados: a monarquia anterior à fundação republicana e o império, posterior a essa fase. Mesmo quando se faz referência a César no capítulo x, onde Maquiavel expõe toda a sua crítica a ele, o contexto político é republicano e as críticas se devem em grande parte por ter César contribuído para a destruição da república. Esse governante único que foi César, ao invés de recuperar o *vivere civile*, aprofundou a dominação e retirou o pouco que restava de liberdade da república.

Então, os governantes desses capítulos, tendo em vista as circunstâncias políticas nas quais estão inseridos e o papel político que devem desempenhar – o de ordenar ou reordenar um regime –, são considerados em termos de governantes executivos em condições republicanas. Logo, não parece existir a possibilidade de qualificá-los como típicos governantes monárquicos, que centralizam o poder político na figura do chefe de governo. Mesmo quando considerados unicamente como reordenadores, Maquiavel enfatiza que eles devem agir em vista do restabelecimento dos ordenamentos republicanos. Com efeito, ao declarar que “um ordenador prudente e virtuoso não deve deixar por herança a autoridade que tomou” (*Discursos*, I, IX, linha 8), que remeteria à importância de um governante único, ele destaca que a *herança* não pode ser essa autoridade excepcional, mas cuidar para deixá-la nas mãos de muitos. Ou seja, mesmo que haja uma reordenação por meio de um só, o resultado deve ser a instalação do governo de muitos. Neste sentido,





o fim de toda a ordenação visada nessas passagens dos *Discursos* é um regime republicano e não a perpetuação de uma dinastia.

Essa preocupação com o *vivere civile* é tão importante que Maquiavel insiste neste mesmo capítulo IX e no X sobre a ameaça de instalação de um governo absoluto ou tirânico. Nesses é que se encontra o grande temor: que, após a reordenação de um regime, o poder fique nas mãos de um só homem ambicioso que usaria mal aquilo que virtuosamente foi conquistado (*Discursos*, I, X, linha 8-10). O mesmo se aplica a César, que não foi o reordenador da república, mas o seu destruidor, ao contrário de Rômulo (*Discursos*, I, X, linha 30).

Então, agora pode ser possível entender porque esse príncipe dos capítulos IX e X não é um típico monarca, mas, quando muito, um reordenador de um regime com vistas à recuperação dos ordenamentos republicanos. Ele é antes de tudo um líder, um precursor de um processo político, muito próximo ao ideal de *princeps* de Cícero. Como ele mesmo diz: “Aquele que se tornou príncipe nalguma república deve considerar que, depois de Roma tornar-se Império, mais merecem louvores os imperadores que viveram de acordo com as leis e como príncipes bons, do que aqueles viveram de modo oposto” (*Discursos*, I, X, linha 16).

Enfim, Maquiavel se vale, nesses capítulos, de uma figura de príncipe em contexto republicano, o príncipe como um reformador de regime, que não parece se identificar de nenhum modo com a imagem tradicional de monarca sobe-



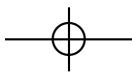


rano que centraliza o poder político, muito menos com um governante tirânico, que é a figura contrária desse príncipe.

Enfim, tanto os paralelos suscitados pela noção de *princeps* ciceroniano, quanto esse uso da noção de príncipe nos primeiros capítulos dos *Discursos* nos mostram que o termo se distancia muito de uma acepção autocrática ou monárquica e se aproxima da figura política do líder que conduz a cidade, seja reordenando as instituições, seja fundando novos ordenamentos, estabelecendo uma nova dinâmica política.

Retornando a *O Príncipe*, quando consideramos aquilo que Maquiavel atribui ao príncipe civil do capítulo IX, conforme já expusemos (p. 73), mas que convém retomar:

- ▷ em quase todos os casos apresentados, à exceção do príncipe herdeiro, o príncipe de Maquiavel tem o sua condição de governante fundada antes no seu exercício político do que no território ou reino;
- ▷ o príncipe deve, em função de sua condição e daquilo que o legitima no governo, reger, conduzir e liderar a cidade – algo que ganha contornos claros e dramáticos no capítulo final do livro;
- ▷ No caso do uso da violência, apesar de ser apresentado como estratagema para a conquista da condição de príncipe, Maquiavel deixa claro que ela não é *virtù*, e sua mobilização no texto não tem a mesma justificação que terá posteriormente o argumento do uso legítimo da violência pelo Estado. Esse, na verdade, é um dos pontos pantanosos de *O Príncipe*, pois, ainda que não tenhamos a mesma caracterização da violência estatal da



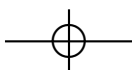


modernidade, ela se faz presente como elemento da ação política do príncipe.

Ora, evidencia-se, enfim, que, nos usos e acepções dados particularmente ao príncipe civil e nos atributos necessários a este (conforme é exposto nos capítulos seguintes até o fim da obra), essa personagem não se indentifica com o monarca, mas com a figura de um líder político em contexto de disputa política que, se não é de fato republicano, é um palco no qual o conflito político e a disputa entre as forças antagônicas se fazem presentes.

Mais ainda, recuperando a noção política do *regere* e como Maquiavel apresenta a figura do príncipe civil como uma conquista do cidadão comum (*privato ciptadino*), tudo isso configura de outro modo esse personagem político central, não somente em *O Príncipe*, mas para o pensamento maquiaveliano. Por todos esses elementos expostos aqui, verifica-se que o príncipe é uma figura política muito próxima, senão identificada, ao cidadão (*politikós* ou *civis*), que assume a liderança política da cidade, tendo como desafio principal fundar ou reordená-la institucionalmente.

Contudo, convém destacar que Maquiavel está o tempo todo tratando de um tipo de príncipe, o príncipe civil, que não é o único exemplo e nem um modelo de conduta política que pode ser universalizado. Nos vários escritos políticos, ele deixa claro e cita que um príncipe pode se tornar num tirano e fundar um regime centralizado nele. Enfim, no pensamento político maquiaveliano não há só esse príncipe







civil sendo retratado, mas é este certamente a figura política central para sua obra.

*O príncipe civil entre república e principado*

Neste ponto, poderíamos dar por concluída nossa exposição, porém, na análise do príncipe civil nasce uma última dificuldade. Em todas as circunstâncias apresentadas aqui desse cidadão que se torna príncipe, há um pano político de fundo de uma república (donde tratarmos de “cidadão” e não de “súdito”), que parece passar por crises, gerando a necessidade desse cidadão dotado de *virtù* para liderar a cidade nessa tarefa de fundação ou reordenação política. Esse é o quadro político, seja nos *Discursos*, livro I, capítulos IX-X e XVI-XVIII, seja em *O Príncipe*, na primeira parte do livro, particularmente, nos capítulos VIII e IX. No limite, a dificuldade pode ser enunciada nos seguintes termos: quais são as condições políticas que geram a necessidade da fundação do principado por esse *princeps* que é um cidadão dotado de *virtù*? Isso nos remete a recuperar a questão de como pensar a relação entre a república, modelo político do qual nasce essa figura do príncipe, e o principado? Não somente como de uma se passa a outra, no caso da república ao principado, mas, também, se seria possível que um principado pudesse se tornar uma república.

Associar os capítulos dos *Discursos* que tratam da corrupção (capítulos XVI, XVII e XVIII) com *O Príncipe*, particularmente os capítulos VIII e IX, é uma hipótese que pode apontar para a compreensão da solução daquilo que Maqui-





avel define como a cidade corrompidíssima. Conforme diz Sasso:

Entre o nono capítulo do *Príncipe* e os capítulos dezesseis, dezesse e dezoito do primeiro livro dos *Discursos*, existe uma relação sutil e complexa [...] No nono [capítulo] do *Príncipe*, a premissa do raciocínio e da análise teórica, é fornecida por uma forma republicana que, em vista do ‘excessivo’ conflito dos ‘humores’, o prevalecer dos ‘grandes’ e, paralelamente, o desencadear-se das paixões populares estão, depois de te-las restituídas numa ‘igual’ desigualdade, sempre ‘aprofundando’ mais na corrupção (SASSO, 1987, p. 396-397).

Seja numa relação de gênese, seja numa relação de consequência, as imbricações entre essas obras necessitam de maiores considerações, a fim de que se chegue aos limites reais dessa relação. Tanto na perspectiva de causa quanto na perspectiva de consequência, o importante é entender, primeiramente, os termos da relação entre república corrompida e principado civil. Como também diz Sasso, mais importante que o ângulo visual, deve-se destacar o contexto da cidade corrompidíssima dos *Discursos* que precede ou está num

[...] tempo anterior àquele considerado no *Príncipe*, no qual a passagem à forma monárquica ou principesca é já, por assim dizer, considerada atual e imanente ao consenso que os “populares” e os “grandes” concederam à iniciativa do “privado” na cidade corrompidíssima (SASSO, 1987, p. 398).

Com efeito, conforme apontamos antes sobre as características do principado civil, as condições que permitem a





um cidadão tornar-se príncipe num principado civil estão já presentes na cidade republicana dos *Discursos*. A presença dos dois humores, seus desejos antagônicos, o conflito político entre ambas, a necessidade do governante em não se apoiar nos grandes, mas saber controlar os seus desejos, enfim, todas essas condições que pautam as circunstâncias da existência do principado civil já estavam presentes na república que se encaminha para a corrupção.

Retornando ao capítulo XVIII dos *Discursos*, ao levarmos em conta o projeto que Maquiavel tem em vista – reordenar a cidade corrompidíssima –, o indivíduo que assume esse empreendimento assume também para si uma autoridade que compete ao príncipe. Seja ele um ditador ou um *gonfaloniere*, seja ele o primeiro cidadão dotado de *virtù*, o ponto central é que a esse indivíduo deve-se atribuir um tal poder *extraordinário*, estranho ao ordenamento republicano e muito próximo ao príncipe que assume um principado civil. Ora, se a solução é extraordinária, a questão se desloca para a transição dos regimes, ou, em outras palavras, a dificuldade está em como pensar essa passagem de uma república corrompida para o principado civil.

Antes de tratar da passagem, convém destacar o tipo de principado que se tem em vista. Estamos tratando do principado civil como o regime político proposto como solução, mas não seria essa a única opção, pois, por outro lado, nada impediria o estabelecimento de uma tirania ou de algum tipo de governo despótico e autoritário. Os regimes tirânicos (ou nem tão tirânicos, como o governo do





Turco, que era um governo centralizado, mas não necessariamente tirânico ou absoluto) não são sugeridos em nenhum momento como a solução mais adequada ou a mais consequente para as condições republicanas. O problema parece ser que esses principados, que podem ser identificados como absolutos, negam ou anulam os conflitos políticos ocasionados pelos humores presentes na cidade. Ao concentrarem todo o fundamento da ação política no governante, impedem o “natural” funcionamento da vida política e, por consequência, impedem que os grupos ou os humores manifestem seus desejos pelo meio natural de luta política dentro do corpo político, aquilo que caracteriza a civilidade política. O principado civil, conforme visto, é aquele regime que mais assegura o *vivere libero*, que respeita e garante os conflitos, pois os assume como inerentes à vida política no principado. Esse será o ponto central: ao contrário do principado de tipo absoluto, o principado civil conserva os aspectos básicos da vida política numa república, não anula por completo o *vivere libero*, a civilidade, o jogo político e os conflitos que lhe são inerentes; antes os reconhece e os assume como dados essenciais do principado. O maior problema em se considerar a transição de uma república corrompida para um principado de tipo absoluto é a possibilidade de subtração completa das características presentes na primeira, não mais reconhecidas e existentes nesse tipo de regime. Logo, o principado de tipo absoluto, apesar de ser uma solução possível, não pode ser compreendido como a mais adequada para uma cidade que necessita ou *conser-*





*var-se como república ou criá-la de novo*, que é o problema central do capítulo XVIII dos *Discursos*.

Neste sentido, convém retomar o que Maquiavel expõe no capítulo x do livro I dos *Discursos*, quando trata dos reformadores de Roma. Paralelamente a sua crítica a César, visto como um dos principais destruidores da república romana, a análise que se segue dos imperadores romanos visa ressaltar, fundamentalmente, que: aqueles que alcançaram o império por herança foram maus, ao contrário daqueles que o assumiram com o apoio dos seus concidadãos (*Discursos*, I, x, linha 20); que os *príncipes* (termo do próprio Maquiavel para se referir aos imperadores que se seguiram a César) que procuraram reordenar o reino e fazer com que as instituições funcionassem conforme a sua finalidade, foram mais bem sucedidos em relação àqueles que procuraram, por meio delas, conquistar glória para si. Donde conclui:

E o príncipe que realmente buscar a glória mundana deverá desejar ter nas mãos uma cidade corrompida, não para destruí-la de todo, como César, mas para reordená-la, como Rômulo. E realmente, os céus não podem dar aos homens maior ocasião de glória, nem os homens podem desejar glória maior. E, se, para bem ordenar uma cidade, houvesse necessidade de depor o principado, mereceria alguma desculpa quem não a ordenasse para não cair de tal posição, mas, em sendo possível manter o principado e ordena-lo, não merece desculpa algum quem não o faça (*Discursos*, I, x, 30-32).

Não está descartada, seja nos *Discursos*, seja em *O Príncipe*, a possibilidade das repúblicas se transformarem em





tirantias ou que os principados tornem-se regimes despóticos. Essas degenerescências políticas, se pudermos chamarmos assim esses regimes autocráticos, não estão nas atenções de Maquiavel. Ele está preocupado com a solução para a recuperação da civilidade política, donde ser o principado civil o regime que melhor se adequa a esse fim. O modo como é ordenado o principado civil permite, pois, considerá-lo como o regime que melhor prepara o povo ou o universal (também denominado como matéria em vista de uma forma) para o *vivere libero* e o *vivere civile*. A instalação desse novo governo principesco confirma a hipótese de que, apesar da derrocada do governo anterior, a cidade na qual ocorre essa transição política conserva os aspectos essenciais de legalidade política, de civilidade, de um respeito, ainda que mínimo – poder-se-ia conjecturar –, aos ordenamentos políticos, aos valores cívicos.

Aqui cabe ressaltar o porquê de Maquiavel nomear esse tipo de principado como “civil”. Evidentemente, é em função dele se instalar reconhecendo a dinâmica dos conflitos e respeitando esse dado essencial durante o governo, sem descambar para um governo absoluto ou aristocrático, bem como numa espécie de populismo ou, anacronicamente falando, numa “ditadura do proletariado”. O principado civil é civil por instaurar e estimular a dinâmica política fundamental para a vitalidade da cidade, por recuperar e conservar a civilidade.

Retomando a análise, verifica-se ainda que o quadro no qual Maquiavel descreve a origem do principado civil





é muito semelhante a uma república. Tendo em vista a origem não dinástica do príncipe, podemos questionar até se o regime político anterior ao principado civil era uma monarquia ou não. A transição que não deve ser calcada na violência, mas no consenso, a presença dos humores, que tensionam o governo, enfim, todos esses aspectos elencados em *O Príncipe* remetem à dinâmica política retratada nos dezoito primeiros capítulos dos *Discursos*.

Por isso, se pretendemos pensar numa gênese do principado civil, devemos concordar que uma hipótese, talvez a mais provável, é a da cidade republicana que atinge um certo grau de corrupção e não consegue, por si só, retomar o seu ordenamento político inicial. O desenrolar do capítulo ix de *O Príncipe* comprova ainda mais essa constatação inicial, pois Maquiavel mostra como o príncipe novo, que chega ao poder nessas condições, deve se comportar diante do jogo de interesses e de poder que permanece após a sua instalação no comando do principado. Pelo controle dos humores e dos desejos, deve-se tomar todo o cuidado para não ficar refém dos interesses dos grandes, mas manter um certo equilíbrio entre os dois grupos principais (grandes e povo) e, quando isso não for possível, apoiar-se totalmente no povo, ainda que isso implique certos constrangimentos às suas decisões políticas.

Portanto, a descrição que emerge nesse capítulo ix de *O Príncipe* sobre o principado civil coloca-o muito próximo do ordenamento da cidade republicana e permite pensar que a transição de um regime a outro não é uma inferência





inadequada. Ao contrário, entre os modelos de regimes que figuram no horizonte do possível nas descrições maquiavelianas, o principado civil é o mais adequado às necessidades de um governo forte exigidas ao final do capítulo dezoito do livro I dos *Discursos*. Por conservar os elementos fundamentais da república e, também, por manter a presença do essencial da vida política, com seus humores e os conflitos entre eles, esse regime vem totalmente ao encontro das exigências que a cidade corrompidíssima solicita para o seu reordenamento. Seja ao tratar da corrupção nos capítulos XVI, XVII e XVIII do livro I dos *Discursos*, seja nesse capítulo IX de *O Príncipe*, seja, ainda, no capítulo LV do mesmo livro I dos *Discursos*, entre as principais causas da corrupção está a ambição dos grandes em tomar o poder. Em todos esses capítulos, bem como em inúmeras outras partes, o desejo dos aristocratas em assumir o comando do poder para si ou instalar um governante que lhe seja favorável está sempre presente. Ora, mais do que pensar numa corrupção endêmica e generalizada pela cidade, ao considerar-se a corrupção do povo (a corrupção da matéria), encontrar-se-á mais um desejo de usurpação dos grandes e menos uma desobediência às leis por parte do povo em geral. Quando, pois, numa república dominada pelos grandes, não se encontram mais meios de impedir esse avanço da aristocracia sobre o poder, não há outro remédio senão instalar um governo forte, *quase régio*, sob a forma do principado civil:

Razão por que nessas províncias não surgiu nenhuma república nem nenhum tipo de vida política; porque tais tipos de homens







são totalmente inimigos da civilidade. E não seria possível introduzir uma república em províncias assim constituídas, mas, para reordena-las – caso a alguém coubesse tal arbítrio –, não haveria outro caminho senão constituir um reino. A razão é que, onde a matéria está tão corrompida, não bastam leis para contê-la, e é preciso ordenar junto com elas maior força, que é a mão régia, que com poder absoluto e excessivo, ponha freio à excessiva ambição e corrupção dos poderosos (*Discursos*, I, LV, 21-23).

Nessa passagem, como em outras, repetem-se as mesmas exigências apresentadas para a instalação de um principado civil em substituição à república corrompida: excessivo poder da aristocracia, ineficácia das leis e das instituições, um governo forte, mas que se instale sem violência, a existência de uma parcela, ainda que mínima, de civilidade. A necessidade de um governo forte não implica necessariamente a fundação deste com o uso da violência: força e violência não se seguem.

Sobre a passagem do principado civil para uma república não há uma exposição detalhada de Maquiavel em *O Príncipe* e nem na parte inicial dos *Discursos*. Talvez as considerações dos capítulos IX e X do livro I dos *Discursos* pudessem fazer uma alusão a isso, embora saibamos que Maquiavel está tratando da transição da monarquia romana para uma república. Caso pensemos que esse príncipe evocado nesses capítulos dos *Discursos* seja um típico príncipe civil – hipótese essa não absurda, visto que o objetivo desse príncipe é fundar ou reordenar as instituições com vista a um regime republicano e o príncipe novo do principado





civil, se não tem esse objetivo, deve ao menos conservar o mínimo de civilidade que resta à cidade –, então teríamos sim uma exposição da passagem do principado civil para uma república.

Junto a essa possibilidade interpretativa, outro argumento que também poderia auxiliar nessa compreensão da possível passagem do principado civil para a república, está nos *Discursus rerum Florentinarum*, escrito em 1520 sob encomenda do papa Leão x em função da morte de seu sobrinho e governante de Florença, Lorenzo de Medici. Neste opúsculo, Maquiavel disserta sobre qual seria a melhor forma de governo a se instalar na cidade naquele momento de crise do regime comandado pela família Médici, que, segundo ele, é uma crise no ordenamento político da cidade de longa data. Após demonstrar que Florença nunca teve de fato nem uma república e nem um principado, ele sugere dois modos de reordenar a cidade: uma ordenação verdadeiramente republicana ou uma reordenação verdadeiramente principesca. Desenvolvendo um pouco mais, diz ele que, caso esse ordenamento não seja assim, as duas formas de regime entrarão em dissolução. Donde conclui:

[...] digo que não se pode ordenar nenhum regime estável que não seja um verdadeiro principado ou uma verdadeira república, pois todos os regimes postos entre estes dois são defeituosos. A razão disso é claríssima: se o principado tem apenas uma via para sua dissolução, que é se tornar uma república, e da mesma maneira a república tem uma única via para se dissolver, que é se tornar um principado, [...] (*Discursus rerum florentinarum*, § 11).





Para além de analisar os meandros argumentativos do opúsculo maquiaveliano, o trecho citado corrobora as duas partes da nossa hipótese. Já nos era claro que a república corrompida tem a possibilidade de se transformar em um principado civil. Agora vemos o próprio Maquiavel enunciar a possibilidade de um principado se transformar em uma república. Portanto, conforme o pensamento maquiaveliano, a transição de um principado para uma república é uma possibilidade.

Acerca dessas transições, há duas coisas a ressaltar: em primeiro lugar, em ambos os casos estamos tratando de uma possibilidade e não de uma certeza de mudança de regime. Nesse sentido, é sempre bom lembrar que não há nenhum caráter determinista ou finalista no pensamento político maquiaveliano (no que diz respeito às mudanças de regime, isso implicaria uma associação com os ciclos políticos de Políbio e sua inexorabilidade). Um segundo aspecto é que Maquiavel não declara, no seu opúsculo, que esse principado que se transforma em república é um principado civil. Na verdade, ele se furta em fazer essa análise sobre o principado, coisa que não ocorrerá com a república. Sobre o principado, ele apenas tece algumas considerações sobre a condição do povo, se há igualdade política ou desigualdade política.

Contudo, a mensagem reiterada ao papa é de que, mesmo que se instale um principado verdadeiro, este deve ter em vista a inserção dos diversos grupos políticos no governo da cidade, criando uma espécie de “governo *largo*”,





ou seja, um principado composto de várias magistraturas, com a participação dos vários extratos políticos. Tal ordenação prepararia o povo (preparar a matéria) com vistas à fundação de fato de uma república na cidade, cuja medida principal consistiria numa redistribuição dos cargos políticos entre os diversos grupos (diversos humores) e a reabertura do Conselho Maior, que era o espaço político onde todos podiam tomar parte e que foi fechado pelo governo Medici instaurado em 1513. Note-se que Maquiavel não defende de imediato a instalação de uma república, mas um principado que prepare o povo para o regime republicano. Preparação essa que passa fundamentalmente pela recuperação dos valores cívicos, o *vivere civile*, que culminará na fundação de uma república. Ora, isso é quase o que literalmente ele apresenta nos *Discursos*, no capítulo ix e x do livro I, conforme foi visto. O príncipe invocado no texto republicano comparece no opúsculo de igual modo; em ambos os casos, as ações do príncipe governante direcionam-se no sentido de recuperar a civilidade degradada ou mesmo perdida. Modos e procedimentos esses que ficam muito claros em *O Príncipe*.

Portanto, é muito plausível pensar que a república corrompidíssima encontra sua melhor solução de recuperação no principado civil, evitando, ainda que precariamente, a instalação de uma tirania ou de um regime absoluto. Principado esse que deve ter por finalidade a preparação do povo para a volta ao regime republicano, desde que, e devemos enfatizar esse aspecto, o príncipe aja com vistas a recuperar



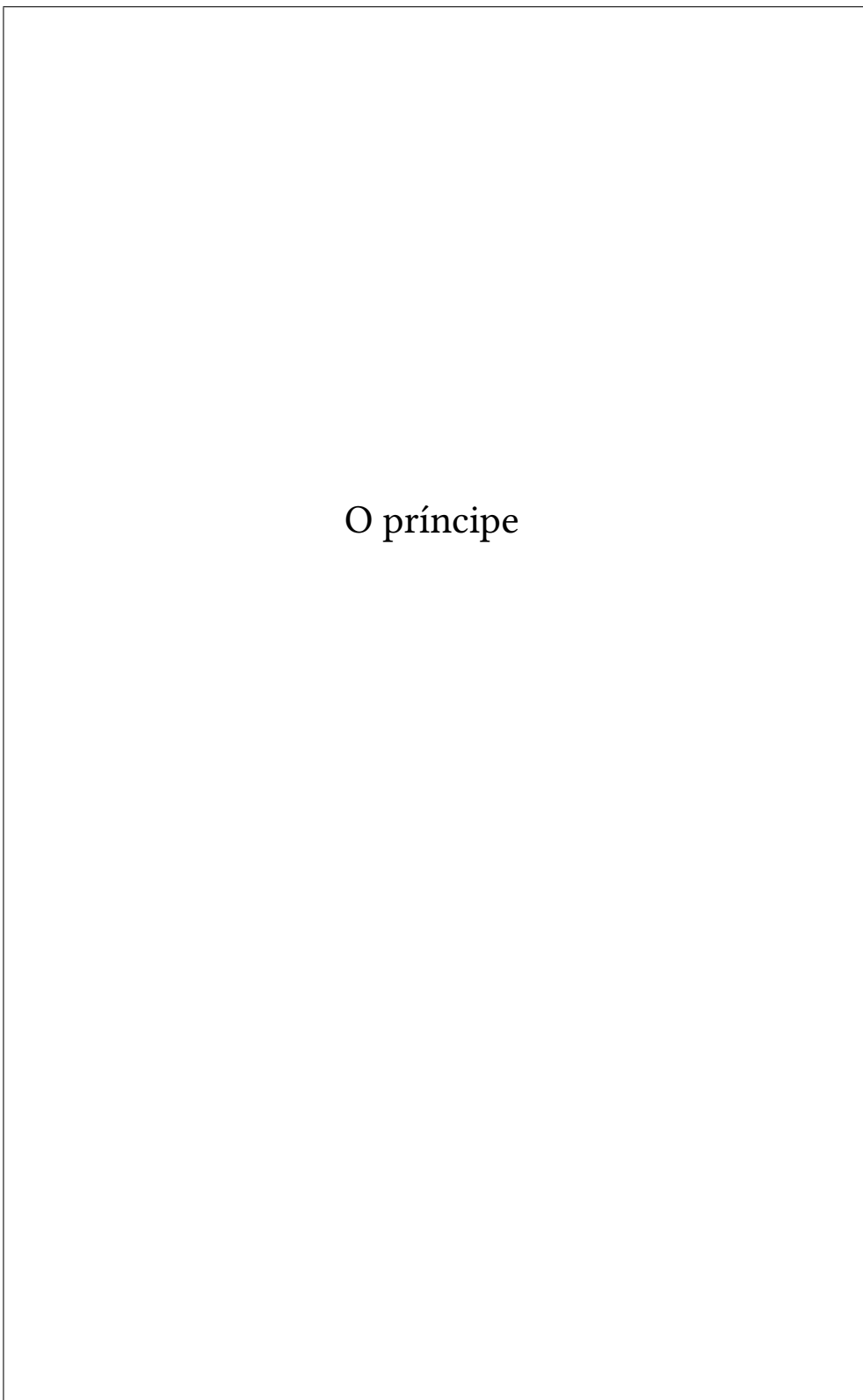
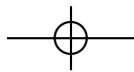


a dinâmica dos conflitos políticos que expressam a saúde e a vitalidade da cidade. Então, não é sempre que uma república se transforma em um principado civil e não é necessário que um principado se transforme em uma república. Em todos os casos há sempre a possibilidade dessas mudanças, mas não como necessidade, e sim conforme as ações dos atores políticos, no caso o príncipe, o povo e os grandes.

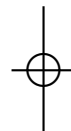
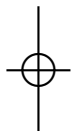
Finalmente, ressalte-se a coerência da reflexão política maquiaveliana, possível de ser percebida tanto quando tomamos seus diferentes textos como quando levamos em conta apenas um deles. A percepção de tal coerência permite compreender quais são os pontos fundamentais da sua reflexão política e as suas convicções teóricas mais caras. Unidade que supera as possíveis objeções advindas de problemas relacionados à cronologia das obras, e que passa a ser o dado mais relevante para a afirmação de que, independentemente de qual obra tenha sido escrita antes ou depois, a reflexão maquiaveliana se mostra coerente e articulada. Enfim, pelo exposto, parece ser de todo evidente que *O Príncipe* de Nicolau Maquiavel não é um texto em defesa da monarquia, mas uma obra que busca compreender as dinâmicas políticas, em perfeita consonância com sua reflexão republicana.







O príncipe





NICOLAUS MACLAVELLUS  
MAGNIFICO LAURENTIO MEDICI SALUTEM

[1] Sogliono el più delle volte coloro che desiderando acquistar grazia appresso uno principe farsegli incontro con quelle cose che infra le loro abbino più care o delle quali vegghino lui più dilettersi; donde si vede molte volte essere loro presentati cavagli, arme, drappi d'oro, pietre preziose e simili ornamenti degni della grandezza di quelli. [2] Desiderando io adunque offerirmi alla vostra Magnificenzia con qualche testimone della servitù mia verso di quella, non ho trovando, intra la mia supellettile, cosa quale io abbia più cara o tanto existimi quanto la cognizione delle actioni delli uomini grandi, imparata da me con una lunga esperienza delle cose moderne et una continua lectione delle antiche; le quali avendo io con gran diligenza lungamente excogitate et examinate, et ora in uno piccolo volume ridotte, mando alla Magnificenzia vostra. [3] E benché io iudichi questa opera indegna della presenza di quella, tamen confido assai che per sua umanità gli debba essere accettata, considerato come da me non gli possa essere fatto maggiore dono che darle facultà a potere in brevissimo tempo intendere tutto quello che io, in tanti anni e con tanti mia disagi e pericoli, ho conosciuto et inteso. [4] La qual opera io non ho ornata né ripiena di clausule ample o di parole ampullose e magnifiche o di qualunque altro lenocinio o ornamento extrinseco, con li quali molti sogliono le loro cose descrivere et ornare, perché io ho voluto o che veru-







NICOLAUS MACLAVELLUS  
CARTA DEDICATÓRIA

[1] Aqueles que desejam conquistar as graças de um príncipe costumam, muitas vezes, presenteá-lo com aquelas coisas, entre as suas, que têm como as mais caras ou das quais o vejam deleitar-se. Donde se vê, muitas vezes, os príncipes serem presenteados com cavalos, armas, tecidos bordados de ouro, pedras preciosas e semelhantes ornamentos dignos da grandeza deles. [2] Desejando, pois, oferecer-me à Vossa Magnificência com algum testemunho de minha servidão para convosco, não encontrei entre os meus bens coisa que eu tenha mais cara ou tanto estime quanto o conhecimento das ações dos grandes homens, apreendidas por mim mediante uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das coisas antigas, sobre as quais tenho com grande diligência longamente refletido e examinado, e reunido agora em um pequeno volume, que envio à Vossa Magnificência. [3] Embora julgue esta obra indigna de estar à Vossa presença, muito confio, todavia, que pela sua benevolência, ela deva ser aceita, pois considero que não vos possa ser oferecido maior presente do que a faculdade para poder, em brevíssimo tempo, entender tudo aquilo que eu, em tantos anos e com tantos incômodos e perigos, conheci e entendi<sup>1</sup>. [4] Obra à qual eu não adornei e nem preenchi com períodos longos ou com palavras empoladas e magníficas, ou com qualquer outro enfeite ou ornamento extrínseco, com os quais comumente





na cosa la onori o che solamente la varietà della materia e la gravità del subietto la facci grata. [5] Né voglio sia imputata presumptione se uno uomo di basso et infimo stato ardisce discorrere e regolare e governi de' principi; perché, così come coloro che disegnano e paesi si pongono bassi nel piano a considerare la natura de' monti e de' luoghi alti e, per considerare quella de' luoghi bassi, si pongono alto sopra' monti, similmente, a conoscere bene la natura de' populi, bisogna essere principe et, a conoscere bene quella de' principi, conviene essere popolare.

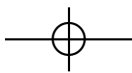
[6] Pigli adunque vostra Magnificenzia questo piccolo dono con quello animo che io 'l mando; il quale se da quella fia diligentemente considerato e letto, vi conoscerà dentro uno extremo mio desiderio che lei pervenga a quella grandezza che la fortuna e l'altre sua qualità le promettano. [7] E se vostra Magnificenzia dallo apice della sua altezza qualche volta volgerà li occhi in questi luoghi bassi, conoscerà quanto io indegnamente sopporti una grande e continua malignità di fortuna.





muitos descrevem e adornam as suas coisas, porque desejei ou que nenhuma coisa a honre ou que somente a variedade da matéria e a importância do assunto a torne agradável. [5] Tampouco quero que seja considerado como presunção que um homem de baixa e ínfima condição ouse discorrer e regular os governos dos príncipes, porque, assim como aqueles que desenham os territórios se põem no plano baixo para analisar a natureza dos montes e dos lugares altos, e, para considerar aquelas coisas de baixo, põem-se sobre o alto dos montes, igualmente, para conhecer bem a natureza dos povos, necessita ser príncipe e, para conhecer bem a natureza dos príncipes, convém ser homem do povo.

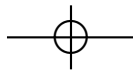
[6] Receba, portanto, Vossa Magnificência este pequeno presente segundo aquele ânimo que eu vos mando. Obra a qual, se diligentemente considerada e lida, vos fará conhecer um grande desejo que está no meu interior: que seja alcançada aquela grandeza que a fortuna e outras qualidades vossas prometem. [7] E se Vossa Magnificência, do ápice de vossa grandeza, alguma vez voltar os olhos para estes lugares baixos, entenderá como eu suporto indignamente uma grande e contínua maldade da fortuna.





0.1 QUOT SINT GENERA PRINCIPATUUM  
ET QUIBUS MODIS ACQUIRANTUR  
[DI QUANTE RAGIONI SIENO E' PRINCIPATI  
E IN CHE MODO SI ACQUISTINO]

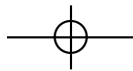
[1] Tutti gli stati, tutti e' dominii che hanno avuto et hanno imperio sopra gli uomini, sono stati e sono o republiche o principati. [2] E principati sono o ereditarii, de' quali el sangue del loro signore ne sia suto lungo tempo principe, o sono nuovi. [3] E nuovi, o e' sono nuovi tutti, come fu Milano a Francesco Sforza, o sono come membri aggiunti allo stato ereditario del principe che gli acquista, come è el regno di Napoli a re di Spagna. [4] Sono questi dominii così acquistati o consueti a vivere sotto uno principe o usi ad essere liberi; et acquistonsi o con l'arme d'altri o con le proprie, o per fortuna o per virtù.





0.1 *QUOT SINT GENERA PRINCIPATUUM  
ET QUIBUS MODIS ACQUIRANTUR*  
[QUANTOS SÃO OS GÊNEROS DOS PRINCIPA-  
DOS E DE QUE MODOS SÃO ADQUIRIDOS]

[1] Todos os governos<sup>2</sup>, todos os domínios<sup>3</sup> que tiveram e têm autoridade<sup>4</sup> sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados<sup>5</sup>. [2] Os principados ou são hereditários, nos quais o sangue do seu senhor foi por longo tempo príncipe, ou são novos. [3] Os novos ou são inteiramente novos, como foi Milão para Francesco Sforza<sup>6</sup>, ou são como membros acrescentados ao Estado hereditário do príncipe que os conquista, como é o reino de Nápoles para o rei de Espanha<sup>7</sup>. [4] Estes domínios assim conquistados ou estão habituados a viver sob um príncipe ou estão acostumados a ser livres; e são conquistados ou com as armas de outros ou com as próprias, ou pela fortuna ou pela *virtù*<sup>8</sup>.





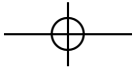
## 0.2 DE PRINCIPATIBUS HEREDITARIIS [DE' PRINCIPATI EREDITARI]

[1] Io lascerò indrieto il ragionare delle repubbliche, perché altra volta ne ragionai a lungo. [2] Volterommi solo al principato et andrò ritexendo gli orditi soprascripti, e disputerò come questi principati si possino governare e mantenere.

[3] Dico adunque che, nelli stati ereditari et assuefatti al sangue del loro principe, sono assai minore difficoltà a mantenergli che ne' nuovi, perché basta solo non preterire gli ordini de' sua antinati e dipoi temporeggiare con gli accidenti; in modo che, se tale principe è di ordinaria industria, sempre si manterrà nel suo stato, se non è una straordinaria et eccessiva forza che ne lo privi: e privato che ne fia, quantunque di sinistro abbi l'occupatore, lo riacquista.

[4] Noi abbiamo in Italia, in exemplis, el duca di Ferrara, il quale non ha retto alli assalti de' Viniziani nell' ottantaquatro, né a quelli di papa Iulio nel dieci, per altre cagioni che per essere antiquato in quello dominio. [5] Perché el principe naturale ha minori cagioni e minore necessità di offendere, donde conviene che sia più amato; e se extraordinarii vizii non lo fanno odiare, è ragionevole che naturalmente sia benevoluto dalli sua. [6] E nella antichità e continuazione del dominio sono spente le memorie e le cagioni delle innovazioni: perché sempre una mutazione lascia lo adentellato per la edificazione dell'altra.





## 0.2 *DE PRINCIPATIBUS HEREDITARIIS* [DOS PRINCIPADOS HEREDITÁRIOS]

[1] Deixarei de lado a discussão sobre as repúblicas, porque, em outro momento, dissertei longamente sobre elas<sup>9</sup>. [2] Ocupar-me-ei somente do principado, e retecerei as urdiduras<sup>10</sup> acima descritas, e demonstrarei como estes principados podem ser governados e conservados<sup>11</sup>.

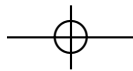
[3] Digo, portanto, que nos governos hereditários e acostumados à dinastia do seu príncipe são muito menores as dificuldades para conservá-los do que nos novos, porque basta não preterir os ordenamentos<sup>12</sup> de seus antecessores e posteriormente contemporizar com os acidentes<sup>13</sup>, de modo que, se tal príncipe tiver uma indústria ordinária, sempre conservará o seu estado, a não ser que uma força extraordinária e excessiva o prive dele<sup>14</sup>. E tendo sido dela privado, reconquista tal condição na medida em que o conquistador enfrentar alguma adversidade<sup>15</sup>.

[4] Temos na Itália, por exemplo, o duque de Ferrara<sup>16</sup>, que não resistiu aos assaltos dos venezianos<sup>17</sup> em 1484, nem aqueles do papa Júlio<sup>18</sup> em 1510, por outras razões senão por ser antigo naquele domínio. [5] Porque o príncipe natural tem menores razões e menor necessidade de ofender, donde se segue que seja mais amado. E se vícios extraordinários não o fizer odiado, é razoável que seja naturalmente benquisto pelos seus. [6] E na Antiguidade e continuação do domínio são extintas a memória e os motivos das inovações: porque uma mudança sempre deixa o fundamento<sup>19</sup> para a edificação de outra.



### 0.3 DE PRINCIPATIBUS MIXTIS [DE' PRINCIPATI MISTI]


[1] Ma nel principato nuovo consistono le difficoltà. E prima, – se non è tutto nuovo, ma come membro: che si può chiamare tutto insieme quasi mixto, – le variazioni sue nascono im prima da una naturale difficoltà, quale è in tutti li principati nuovi: le quali sono che li uomini mutano volentieri signore, credendo migliorare, e questa credenza li fa pigliare l'arme contro a quello: di che s'ingannano, perché veggono poi per esperienza avere piggiorato. [2] Il che dipende da un'altra necessità naturale et ordinaria, quale fa che sempre bisogni offendere quegli di chi si diventa nuovo principe e con gente d'arme e con infinite altre ingiurie che si tira dietro il nuovo acquisto: [3] di modo che tu hai nimici tutti quegli che hai offesi in occupare quello principato, e non ti puoi mantenere amici quelli che vi ti hanno messo, per non gli potere soddisfare in quel modo che si erano presupposti e per non potere tu usare contro di loro medicine forte, sendo loro obligato; perché sempre, ancora che uno sia fortissimo in sulli exerciti, ha bisogno del favore de' provinciali ad entrare in una provincia. [4] Per queste ragioni Luigi XII re di Francia occupò subito Milano e subito lo perdé; e bastò a torgnene, la prima volta, le forze proprie di Ludovico: perché quegli populi che gli avevano aperte le porte, trovandosi ingannati della opinio-








### 0.3 *DE PRINCIPATIBUS MIXTIS* [DOS PRINCIPADOS MISTOS]



[1] Todavia, é no principado novo que residem as dificuldades. Em primeiro lugar, se o principado não é totalmente novo, mas é como um membro acrescido<sup>20</sup> (e o conjunto destes principados pode ser chamado de misto), as suas diferenciações nascem, primeiramente, de uma dificuldade natural presente em todos os principados novos, a saber: eles são como homens que voluntariamente mudam de senhor, acreditando melhorar, e esta crença os faz pegar em armas contra este, no que se enganam, porque vêm posteriormente pela experiência que pioraram. [2] O que depende de uma outra necessidade natural e ordinária, a qual faz com que sempre precise importunar – com gente armada e outras infinitas injúrias que a nova conquista traz consigo – aqueles de quem se tornou novo príncipe. [3] De modo que terá como inimigos todos aqueles que tiver importunado na ocupação<sup>21</sup> daquele principado e não poderá conservar como seus amigos aqueles que nele o colocaram, por não poder satisfazer-lhes naquilo que pressupunham e por não poder usar contra eles os remédios fortes, uma vez que você tem obrigação para com eles. Porque, ainda que se tenha um fortíssimo exército seu, sempre se precisa da ajuda dos provincianos para entrar em uma província<sup>22</sup>. [4] Por estes motivos Luís XII<sup>23</sup>, rei da França, rapidamente ocupou Milão e rapidamente a perdeu; para perdê-la pela primeira vez, bastaram as forças próprias de Ludovico: porque aquele povo que lhe tinha aberto as portas, encontrando-se





ne loro e di quello futuro bene che si avevano presupposto, non potevano sopportare e fastidi del nuovo principe.

[5] Bene è vero che, acquistandosi poi la seconda volta, e paesi ribellati si perdono con più difficoltà: perché el signore, presa occasione dalla ribellione, è meno rispettivo ad assicurarsi con punire e delinquenti, chiarire e sospetti, provvedersi nelle parte più deboli. [6] In modo che, se a fare perdere Milano a Francia bastò la prima volta uno duca Ludovico che rumoreggiassi in su' confini, a farlo dipoi perdere la seconda gli bisognò avere contro tutto il mondo e che gli exerciti sua fussino spenti o fugati di Italia: il che nacque dalle cagioni sopraddette. [7] Nondimanco, e la prima e la seconda volta gli fu tolto: le cagioni universali della prima si sono discorse; resta ora a dire quelle della seconda e vedere che rimedi lui ci aveva e quali ci può avere uno che fussi nelli termini sua, per potere meglio mantenersi nello acquisto che non fece Francia.

[8] Dico pertanto che questi stati, quali acquistandosi si aggiungano a uno stato antico di quello che acquista, o ei sono della medesima provincia e della medesima lingua, o non sono. [9] Quando sieno, è facilità grande a tenerli, maxime quando non sieno usi a vivere liberi: et a possederli sicuramente basta avere spenta la linea del principe che gli dominava, perché, nelle altre cose mantenendosi loro le condizioni vecchie e non vi essendo disformità di costumi,





enganados pela opinião dele e desiludidos daquele futuro que tinham pressuposto, não podiam suportar os aborrecimentos de um novo príncipe<sup>24</sup>.

[5] É bem verdade que, conquistando-se pela segunda vez os países rebelados, eles se perdem com mais dificuldade, porque o senhor, aproveitando-se da ocasião da rebelião – para assegurar-se – tem menos escrúpulos em punir os delinquentes, identificar os suspeitos, precaver-se nos seus pontos mais fracos. [6] De modo que, na primeira vez, para fazer perder Milão para França, bastou um duque Ludovico amotinar-se em seus domínios, depois, para fazê-lo perder na segunda vez, precisou ter todo mundo contra<sup>25</sup> e que os seus exércitos fossem eliminados ou expulsos da Itália: o que decorre das razões sobreditas. [7] Não obstante, tanto na primeira como na segunda vez lhe foi tirado o ducado. As razões gerais da primeira já foram discutidas, resta agora falar sobre a segunda e ver que remédios ele<sup>26</sup> tinha e quais poderia ter alguém nas suas condições para poder melhor conservar a sua conquista, coisa que não fez a França.

[8] Digo, portanto, que estes estados – que, ao serem conquistados, agregam-se a um estado mais antigo do que aquele que os conquistou – ou são da mesma província e da mesma língua, ou não o são. [9] Quando o são, grande é a facilidade em tê-los, mais ainda quando não estão habituados a viver livremente: e para possuí-los com segurança basta extinguir a dinastia do príncipe que os dominava, porque, nas outras coisas conservando-se-lhes as velhas condições e não havendo diferença de costumes, os homens vi-





gli uomini si vivono quietamente; come si è visto che ha fatto la Borgogna, la Brettagna, la Guascogna e la Normandia, che tanto tempo sono state con Francia: e benché vi sia qualche disformità di lingua, nondimeno li costumi sono simili e possonsi infra loro facilmente comportare. [10] E chi le acquista, volendole tenere, debba avere dua rispetti: l'uno, che el sangue del loro principe antico si spenga; l'altro, di non alterare né loro legge né loro dazii: talmente che in brevissimo tempo diventa con il loro principato antiquo tutto uno corpo.

[11] Ma quando si acquista stati in una provincia disforme di lingua, di costumi e di ordini, qui sono le difficoltà e qui bisogna avere gran fortuna e grande industria a tenerli. [12] Et uno de' maggiori remedii e più vivi sarebbe che la persona di chi acquista vi andassi ad abitare; questo farebbe più sicura e più durabile quella possessione, come ha fatto il Turco di Grecia: il quale, con tutti li altri ordini osservati da lui per tenere quello stato, se non vi fussi ito ad abitare non era possibile che lo tenessi. [13] Perché standovi si veggono nascere e disordini e presto vi puo' rimediare: non vi stando, s'intendono quando sono grandi e che non vi è più rimedio; non è oltre a questo la provincia spogliata da' tua ufficiali; satisfannosi e subditi del ricorso propinquo al principe, donde hanno più cagione di amarlo, volendo essere buoni, e, volendo essere altrimenti, di temerlo; chi delli externi volessi assaltare quello stato, vi ha più respecto;





vem sossegadamente, como se viu ocorrer na Borgonha, na Bretanha, na Gasconha e na Normandia, que durante tanto tempo foram da França; e ainda que haja alguma diferença na língua, os costumes são, todavia, similares e eles podem facilmente conviver entre si. [10] E quem os conquista, querendo tê-los, deve ter dois cuidados: um, que seja extinta a dinastia do seu antigo príncipe, outro, de não alterar nem as suas leis nem os seus impostos, de tal modo que, em brevíssimo tempo, juntamente com seu principado antigo, faça tudo um só corpo.

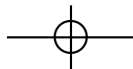
[11] Contudo, quando se conquista estados em uma província de língua, costumes e ordenações diferentes, aqui se encontram as dificuldades e aqui é preciso ter grande fortuna e grande indústria para mantê-los. [12] E um dos maiores e mais eficazes remédios seria que a pessoa que o conquista vá habitar pessoalmente o lugar; isto tornaria mais segura e mais durável aquela posse, tal como fez o Turco<sup>27</sup> na Grécia: ao qual, com todas as outras medidas<sup>28</sup> observadas por ele para manter aquele estado, não seria possível mantê-lo se não fosse lá habitar. [13] Porque, estando ali, vê-se nascer as desordens e rapidamente se lhes pode dar remédio; não estando ali, só as percebe quando já forem grandes e não houver mais remédio. Além disso, a província não é espoliada por seus oficiais, os súditos se satisfazem com a possibilidade de recorrer direta e facilmente ao príncipe, donde têm mais razões de amá-lo, quando querem ser bons, e de temê-lo, quando querem ser o contrário; e quem do exterior desejasse assaltar aquele estado, terá





tanto che, abitando, lo può con grandissima difficoltà perdere.

[14] L'altro migliore remedio è mandare colonie in uno o in dua luoghi, che sieno quasi compedes di quello stato: perché è necessario o fare questo o tenervi assai gente d'arme e fanti. [15] Nelle colonie non si spende molto; e senza sua spesa, o poca, ve le manda e tiene, e solamente offende coloro a chi toglie e campi e le case per darle a' nuovi abitatori, che sono una minima parte di quello stato; [16] e quegli che gli offende, rimanendo dispersi e poveri, non gli possono mai nuocere; e tutti li altri rimangono da uno canto inoffesi, – e per questo doverrebbero quietarsi, – dall'altro paurosi di non errare, per timore che non intervenissi a loro come a quelli che sono stati spogliati. [17] Concludo che queste colonie non costano, sono più fedeli, offendono meno, e li offesi non possono nuocere, sendo poveri e dispersi, come è detto. [18] Per che si ha a notare che gli uomini si debbono o vezzeggiare o spegnere; perché si vendicano delle leggieri offese, delle gravi non possono: sì che la offesa che si fa' l'uomo debbe essere in modo che la non tema la vendetta. [19] Ma tenendovi, in cambio di colonie, gente d'arme, spende più assai, avendo a consumare nella guardia tutte le intrate di quello stato, in modo che l'acquisto gli torna perdita; e offende molto più, perché nuoce a tutto





mais respeito, pois se o príncipe habitar o lugar, com grandíssima dificuldade pode perdê-lo.

[14] Outro remédio melhor é fundar colônias em um ou dois lugares para que sejam como pontos de apoio para aquele estado conquistador, pois é necessário ou fazer isto ou manter na província conquistada muita gente armada e muitos soldados. [15] Com as colônias não se gasta muito e, sem suas despesas ou com poucas, pode-se fundá-las e mantê-las, e somente ofende aqueles de quem tira os campos e as casas para dá-las aos novos habitantes, que são uma parte mínima daquele governo; [16] e aqueles que ele (o conquistador) importuna, permanecendo dispersos e pobres, jamais lhe podem prejudicar; e todos os outros permanecem por um lado sem serem importunados – e por isto deveriam acalmar-se – e, por outro lado, preocupados em não errar, por temor que aconteça a eles aquilo que ocorreu com os espoliados. [17] Concluo que estas colônias não são dispendiosas, são mais fiéis, importunam menos, e que os importunados não podem prejudicar, pois são pobres e dispersos, como já foi dito. [18] Pelo que há de se notar que os homens devem ser ou acalentados ou eliminados: porque caso se vinguem das afrontas leves, não podem se vingar das afrontas graves, pois a afronta que se faz a um homem deve ser de tal modo que não tenha de temer a vingança. [19] Mas mantendo no território conquistado, em vez das colônias, gente armada, gasta-se muito mais, tendo de consumir com a guarda toda a renda daquela condição, de modo que a conquista se torna perda, e afronta muito mais,





quello stato, tramutando con li alloggiamenti il suo exercito; del quale disagio ognuno ne sente e ciascuno gli diventa nimico: e sono nimici che gli possono nuocere, rimanendo battuti in casa loro. [20] Da ogni parte dunque questa guardia è inutile, come quella delle colonie è utile.

[21] Debbe ancora chi è in una provincia disforme, come è detto, farsi capo e difensore de' vicini minori potenti, et ingegnarsi di indebolire e potenti di quella, e guardarsi che per accidente alcuno non vi entri uno forestiere potente quanto lui: e sempre interverrà ch'e' vi sarà messo da coloro che saranno in quella malcontenti o per troppa ambizione o per paura, come si vidde già che gli Etoli missono e Romani in Grecia, et, in ogni altra provincia che gli entrorno, vi furono messi da' provinciali. [22] E l'ordine delle cose è che, subito che uno forestiere potente entra in una provincia, tutti quelli che sono in espa meno potenti gli aderiscano, mossi da una invidia hanno contro a chi è suto potente sopra di loro: tanto che, rispetto a questi minori potenti, lui non ha a durare fatica alcuna a guadagnarli, perché subito tutti insieme volentieri fanno uno globo col suo stato che lui vi ha acquistato. [23] Ha solamente a pensare che non piglino troppe forze e troppa autorità, e facilmente può con le forze sua e col favore loro sbassare quelli che sono potenti, per ri-







porque causa dano a todo aquela condição, transferindo de um lado para outro alojamentos e exércitos. Todos se ressentem de tal incômodo e todos se tornam inimigos do conquistador, e são os inimigos que lhe podem prejudicar permanecendo vencidos em suas próprias casas. [20] De qualquer modo, esta proteção é inútil, assim como aquela das colônias é útil.

[21] Quem está em uma província diferente deve ainda, como foi dito, fazer-se chefe e defensor dos vizinhos de menor poder, empenhar-se em enfraquecer os poderosos daquele lugar e precaver-se de que por um acidente não entre aí algum forasteiro tão poderoso quanto ele. E sempre acontecerá que ser introduzido na província por aqueles que aí estão descontentes, ou por desmedida ambição ou por medo, como já se viu com os etólios que introduziram os romanos na Grécia, e, em todas as outras províncias em que os romanos entraram, foram eles introduzidos pelos próprios provincianos<sup>29</sup>. [22] E é esta a ordem das coisas: assim que um forasteiro poderoso entra em uma província, todos aqueles que nela são menos poderosos aderem a ele, movidos pela inveja que possuem contra quem tem o poder sobre eles, tanto que, no que diz respeito a estes menos poderosos, ele não se fadigará em nada para se proteger, porque de imediato todos se unem voluntariamente, perfazendo um todo com a condição que ele aí conquistou. [23] Há somente que tomar cuidado para que eles não ganhem muita força e muita autoridade, pois facilmente pode, com a sua força e com o favor deles, diminuir os que são podero-





manere in tutto arbitro di quella provincia; e chi non governerà bene questa parte, perderà presto quello che arà acquistato e, mentre lo terrà, vi arà dentro infinite difficoltà e fastidii.

[24] E Romani, nelle provincie che pigliorno, osservor-  
no bene queste parte: e' mandorno le colonie, intrattenno-  
no e meno potenti senza crescere loro potenza, abbassorno  
e potenti, e non vi lasciorno prendere riputazione a' potenti  
forestieri. [25] E voglio mi basti solo la provincia di Gre-  
cia per esempio: furono intrattenuti da lloro gli Achei e gli  
Etolì, fu abbassato il regno de' Macedoni, funne cacciato  
Antioco; né mai e' meriti degli Achei o delli Etolì feciono  
che permettessino loro accrescere alcuno stato, né le per-  
suasioni di Filippo gl'indussono mai ad essergli amici senza  
sbassarlo, né la potenza di Antioco possé fare gli consen-  
tissino che tenessi in quella provincia alcuno stato. [26]  
Perché e' romani feciono in questi casi quello che tutti e'  
principi savi debbono fare: e' quali non solamente hanno  
ad avere riguardo alli scandoli presenti, ma a' futuri, e a  
quelli con ogni industria ovviare; perché, prevedendosi di-  
scosto, vi si rimediare facilmente, ma, aspettando che ti si  
appressino, la medicina non è a tempo, perché la malattia è  
diventata incurabile; [27] e interviene di questa, come di-  
cono e' fisici dello etico, che nel principio del suo male è  
facile a curare e difficile a conoscere: ma nel progresso del  
tempo, non la avendo nel principio conosciuta né medicata,





sos, para manter o controle total daquela província. E quem não governar bem esta parte, perderá rapidamente aquilo que conquistou, e, enquanto a mantiver, sofrerá infinitas dificuldades e aborrecimentos.

[24] Os romanos, nas províncias que pilharam, observaram bem estas normas: fundaram colônias, detiveram os menos poderosos, sem deixar crescer o poder deles, enfraqueceram os poderosos e não deixaram que os forasteiros poderosos alcançassem reputação nela. [25] Como exemplo, basta-me apenas a província da Grécia: nela os romanos detiveram os aqueus e os etólios, enfraqueceram o reino dos macedônios e expulsaram Antíoco da Grécia. Nem os méritos dos aqueus ou dos etólios impediram que os romanos conquistassem algum governo, nem as tentativas de persuasão de Felipe os induziram a serem amigos dos macedônios sem enfraquecê-los, tampouco o poder de Antíoco pôde fazê-los consentir que ele mantivesse naquela província algum status<sup>30</sup>. [26] Porque os romanos fizeram, nestes casos, aquilo que todos os príncipes sábios devem fazer: eles devem não somente se resguardar dos escândalos presentes, mas também dos futuros, prevenir-se destes com toda indústria, porque, prevendo-se com antecedência, remedia-se facilmente. Contudo, esperando que se aproximem, os medicamentos não vêm a tempo, porque a doença tornou-se incurável. [27] E ocorre aqui aquilo que diz o médico<sup>31</sup> do tísico: que no princípio de sua doença é fácil curar e difícil reconhecer, mas, com o passar do tempo, não sendo reconhecida no princípio nem medicada a tempo, torna-se





diventa facile a conoscere e difficile a curare. [28] Così interviene nelle cose di stato: perché conoscendo discosto, il che non è dato se non a uno prudente, e' mali che nascono in quello si guariscono presto; ma quando, per non gli avere conosciuti, si lasciano crescere in modo che ognuno gli conosce, non vi è più rimedio.

[29] Però e romani, veggendo discosto gl'inconvenienti, vi rimediorno sempre, e non gli lasciorno mai seguire per fuggire una guerra, perché sapevano che la guerra non si lieva, ma si differisce a vantaggio di altri: però vollono fare con Filippo e Antioco guerra in Grecia, per non la avere a fare con loro in Italia; e potevano per allora fuggire l'una e l'altra: il che non vollono. [30] Né piacque mai loro quello che è tutto di in bocca de' savi de' nostri tempi, di godere il beneficio del tempo, ma sì bene quello della virtù e prudenza loro: perché il tempo si caccia innanzi ogni cosa, e può condurre seco bene come male e male come bene.

[31] Ma torniamo a Francia ed esaminiamo se delle cose dette e' ne ha fatte alcuna: e parlerò di Luigi, e non di Carlo, come di colui che, per aver tenuta più lunga possessione in Italia, si sono meglio visti e' sua progressi: e vedrete come egli ha fatto il contrario di quelle cose che si debbono fare per tenere uno stato in una provincia disforme. [32] El re Luigi fu messo in Italia da la ambizione de' viniziani, che vollono guadagnarsi mezzo lo stato di Lombardia per quella venuta. [33] Io non voglio biasimare questo partito preso dal re: perché, volendo cominciare a mettere uno piè in Italia





fácil reconhecê-la e difícil curá-la. [28] Assim ocorre nas coisas do estado: porque, reconhecendo com antecedência – o que não é um atributo senão de um homem prudente – as doenças que nascem ele rapidamente as cura, mas, caso ele não as reconheça, deixando que cresçam, de modo que todos passam a reconhecê-las, não tem mais remédio.

[29] Os romanos, todavia, vendo com antecedência os inconvenientes, remediaram-nos sempre e jamais deixaram que progredissem para evitar uma guerra, porque sabiam que a guerra não se evita, mas se adia à vantagem do outro. Porém entraram em guerra na Grécia com Felipe e Antíoco para não ter que travá-la com eles na Itália, e podiam naquele momento evitar uma e outra, o que não quiseram. [30] Jamais lhes agradou aquilo que está na boca de todos os sábios de nossos tempos, isto é, gozar o benefício do tempo, mas sim os benefícios da sua *virtù* e da sua prudência: porque o tempo traz todas as coisas, e pode conduzir consigo o bem como mal, e o mal como bem.

[31] Mas voltemos à França e examinemos se das coisas ditas ela fez alguma. Falarei de Luiz<sup>32</sup>, e não de Carlos<sup>33</sup>, como daquele de quem, por ter mantido por mais tempo seu domínio na Itália, os seus progressos foram melhor vistos: e verá como ele fez o contrário daquelas coisas que devem ser feitas para se manter um estado com outra conformação. [32] O rei Luiz foi introduzido na Itália pela ambição dos venezianos, quedesejavam ganhar metade do estado da Lombardia com a sua vinda. [33] Não quero criticar esta decisão tomada pelo rei, porque, desejando começar a por um pé na





e non avendo in questa provincia amici, anzi sendogli per li portamenti del re Carlo serrate tutte le porte, fu necessitato prendere quelle amicizie che poteva; e sarebbegli riuscito el partito bene preso, quando nelli altri maneggi non avessi fatto alcuno errore. [34] Acquistata adunque el re la Lombardia, subito si riguadagnò quella reputazione che gli aveva tolta Carlo: Genova cedé; fiorentini gli diventorono amici; marchese di Mantova, duca di Ferrara, Bentivogli, Madonna di Furlí, signore di Faenza, di Rimini, di Pesero, di Camerino, di Piombino, lucchesi, pisani, sanesi, ognuno se gli fece incontro per essere suo amico. [35] E allora poterno considerare e' viniziani la temerità del partito preso da loro, e' quali, per acquistare dua terre in Lombardia, feciono signore el re de' dua terzi di Italia.

[36] Consideri ora uno con quanta poca difficoltà poteva el re tenere in Italia la sua reputazione, se lui avessi osservate le regule soprascritte e tenuti sicuri e difesi tutti quelli sua amici, e' quali, per essere gran numero e deboli e paurosi chi della Chiesa chi de' viniziani, erano sempre necessitati a stare seco; e per il mezzo loro poteva facilmente assicurarsi di chi ci restava grande. [37] Ma lui non prima fu in Milano che fece il contrario, dando aiuto a papa Alessandro perché egli occupassi la Romagna; né si accorse, con questa deliberazione, che faceva sé debole, togliendosi gli amici e quegli che se gli erano gittati in grembo, e la Chiesa grande, aggiugnendo allo spirituale, che le dà tanta autorità,





Itália e não tendo amigos nesta província, estando-lhe, aliás, fechadas todas as portas em função das atitudes do rei Carlos, foi forçado a aceitar aquelas amizades que podia, e teria sido para ele uma decisão bem tomada, se nas outras manobras não cometesse nenhum erro. [34] Conquistada, portanto, a Lombardia, o rei recuperou imediatamente aquela reputação que Carlos lhe tinha tirado: Genova cedeu; os Florentinos tornaram-se amigos; o marquês de Mântua<sup>34</sup>, o duque de Ferrara<sup>35</sup>, os Bentivogli<sup>36</sup>, a senhora de Furlí<sup>37</sup>, o senhor de Faenza<sup>38</sup>, de Pesaro<sup>39</sup>, de Rimini<sup>40</sup>, de Camerino<sup>41</sup>, de Piombino<sup>42</sup>, os de Lucca, de Pisa e de Siena, todos lhe foram ao encontro para serem seus amigos. [35] E então os venezianos puderam considerar a temeridade da decisão tomada, e, para conquistar metade da Lombardia, fizeram do rei francês senhor de dois terços da Itália.

[36] Considere-se, agora, com quão pouca dificuldade poderia o rei manter a sua reputação na Itália, caso ele tivesse observado as regras acima descritas e mantivesse seguros e defendesse todos aqueles que eram seus amigos – os quais eram, em grande número, fracos e medrosos – quer fossem da Igreja, quer fossem os venezianos, sempre necessitavam estar com ele, e por meio deles poderia facilmente proteger-se daqueles que ainda eram poderosos. [37] Mas assim que chegou a Milão, fez o contrário, auxiliou o papa Alexandre<sup>43</sup> para que ele ocupasse a Romanha. Não percebeu que se enfraquecia com esta deliberação, privando-se dos amigos e daqueles que tinham recorrido à sua proteção, e tornava grande a Igreja, acrescentando ao poder espiri-





tanto temporale. [38] E fatto un primo errore fu constretto a seguitare: in tanto che, per porre termine alla ambizione di Alessandro e perché e' non divenissi signore di Toscana, e' fu constretto venire in Italia.

[39] Non gli bastò avere fatto grande la Chiesa e toltosi gli amici: che, per volere il regno di Napoli, lo divise con il re di Spagna; e dove egli era prima arbitro di Italia, vi misse uno compagno, acciò che gli ambiziosi di quella provincia e malcontenti di lui avessino dove ricorrere; e dove possева lasciare in quel regno uno re suo pensionario, e' ne lo trasse per mettervi uno che potessi cacciarne lui. [40] È cosa veramente molto naturale e ordinaria desiderare di acquistare: e sempre, quando li uomini lo fanno, che possano, saranno laudati o non biasimati; ma quando e' non possono, e vogliono farlo in ogni modo, qui è lo errore et il biasimo. [41] Se Francia adunque possева con le sue forze sua assaltare Napoli, doveva farlo: s'e' non poteva, non doveva dividerlo; e se la divisione fece co' viniziani di Lombardia meritò scusa, per avere con quella messo el piè in Italia, questa merita biasimo, per non essere scusata da quella necessità.

[42] Aveva dunque fatto Luigi questi cinque errori: spenti e minori potenti; accresciuto in Italia potenza a uno potente; messo in quella uno forestiere potentissimo; non venuto ad abitarvi; non vi messo colonie. [43] E' quali errori ancora, vivendo lui, potevano non lo offendere, se non avessi fatto il sesto, di tórre lo stato a' viniziani.







tual, que lhe dava tanta autoridade, muito poder temporal. [38] E depois de cometer um primeiro erro, foi obrigado a prosseguir, na medida em que, para pôr fim às ambições de Alexandre e para que este não se tornasse senhor da Toscana, foi forçado a vir à Itália.

[39] Não bastou ao rei francês ter feito grande a Igreja e perder os amigos, pois, por desejar o reino de Nápoles, dividiu-o com o rei de Espanha; e, enquanto antes ele era árbitro da Itália, colocou aí um sócio, a fim de que os ambiciosos daquela província e os descontentes com ele tivessem a quem recorrer; e enquanto podia deixar naquele reino um rei pensionário seu, retirou-o, para colocar um que pudesse expulsar-lhe da Itália. [40] É verdadeiramente coisa muito natural e ordinária desejar conquistar: e sempre quando os homens o fazem e podem serão louvados ou não serão censurados; porém, quando eles não podem, e desejam fazê-lo de todo modo, aqui está o erro e a censura. [41] Portanto, se a França pudesse com as suas forças assaltar Nápoles, deveria fazê-lo; se não podia, não deveria dividi-la; e se fez a divisão da Lombardia com os venezianos, mereceu desculpas por, com eles, ter colocado os pés na Itália; mereceu censura por não ter a desculpa daquela necessidade<sup>44</sup>.

[42] Luiz cometeu, pois, estes cinco erros: eliminou os poderosos menores, na Itália acrescentou força a um poderoso, nela colocou um forasteiro poderosíssimo, não foi habitá-la, não pôs nela colônias. [43] Erros que, ainda assim, estando ele vivo, não poderiam prejudicá-lo, se não tivesse cometido o sexto [erro]: de tirar o estado dos venezianos.





[44] Perché, quando e' non avessi fatto grande la Chiesa né messo in Italia Spagna, era bene ragionevole e necessario abbassargli; ma avendo preso quegli primi partiti, non doveva mai consentire alla ruina loro: perché, sendo quegli potenti, sempre arebbono tenuti gli altri discosto da la impresa di Lombardia, sì perché e' viniziani non vi arebbono consentito senza diventarne signori loro, sì perché li altri non arebbono voluto torla a Francia per darla a loro: e andare a urtarli tutti a dua non arebbono avuto animo.

[45] E se alcuno dicessi: el re Luigi cedé ad Alessandro la Romagna e a Spagna el Regno per fuggire una guerra; rispondo con le ragioni dette di sopra, che non si debbe mai lasciare seguire uno disordine per fuggire una guerra: perché la non si fugge, ma si differisce a tuo disavvantaggio.

[46] E se alcuni altri allegassino la fede che il re aveva data al papa, di fare per lui quella impresa per la risoluzione del suo matrimonio e il cappello di Roano, rispondo con quello che per me di sotto si dirà circa alla fede de' principi e come la si debbe osservare.

[47] Ha perduto adunque el re Luigi la Lombardia per non avere osservato alcuno di quelli termini osservati da altri che hanno preso provincie e volute tenere; né è miraculo alcuno questo, ma molto ordinario e ragionevole. [48] E di questa materia parlai a Nantes con Roano, quando el Valentino, – che così era chiamato popularmente Cesare Borgia, figliuolo di papa Alessandro, – occupava la Romagna; perché, dicendomi el cardinale di Roano che gli italiani





[44] Porque, se ele não tivesse aumentado o poder da Igreja e nem posto a Espanha na Itália, era bem razoável e necessário enfraquecer os venezianos; mas, ao tomar aquelas primeiras decisões, não devia nunca consentir na ruína deles, porque, sendo os venezianos poderosos, teriam sempre mantido os outros distantes da sua façanha na Lombardia, seja porque os venezianos não lhes consentiriam sem tornarem-se eles seus senhores da Lombardia, seja porque os outros não desejariam retirá-la da França para dá-la aos venezianos; e não teriam coragem de afrontar os dois.

[45] E se alguém dissesse: o rei Luiz cedeu a Alexandre a Romanha e à Espanha o reino [de Nápoles] para evitar uma guerra, respondo, com os argumentos ditos acima, que não se deve nunca deixar progredir uma desordem para evitar uma guerra, porque não se a evita, mas se a adia a sua desvantagem. [46] E se alguns outros alegassem a promessa que o rei fez ao Papa, de executar por ele aquele feito para obter a dissolução do seu matrimônio e a nomeação do cardeal de Ruão, respondo com aquilo que direi acerca da promessa do príncipe e de como se deve observá-la<sup>45</sup>.

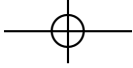
[47] Por conseguinte, o rei Luiz perdeu a Lombardia por não ter observado alguns daqueles preceitos observados por outros que conquistaram províncias e desejaram mantê-las, não há nisso milagre algum, mas é muito ordinário e razoável. [48] Sobre este assunto falei em Nantes com o cardeal de Ruão, quando o Valentino como era popularmente chamado César Borgia, filho do papa Alexandre<sup>46</sup> – ocupava a Romanha. Porque, ao dizer-me o cardeal de Ruão





non si intendevano della guerra, io gli risposi che ' franzesi non si intendevano dello stato: perché, s'e' se ne 'ntendesino, non lascerebbono venire in tanta grandezza la Chiesa. [49] E per esperienza si è visto che la grandezza in Italia di quella e di Spagna è stata causata da Francia, e la ruina sua è suta causata da loro. [50] Di che si trae una regola generale, la quale mai o raro falla, che chi è cagione che uno diventi potente, ruina: perché quella potenza è causata da colui o con industria o con forza, e l'una e l'altra di queste dua è sospetta a chi è divenuto potente.



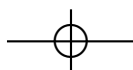


que os italianos não entendiam de guerra, respondi-lhe que os franceses não entendiam de estado, porque, se entendessem, não deixariam que a Igreja viesse a ter tanta grandeza. [49] E pela experiência se viu que a grandeza dela e da Espanha, na Itália, foi causada pela França, e que a sua ruína foi causada por eles. [50] Do que se tira uma regra geral, a qual nunca ou raramente falha: que quem faz alguém poderoso, causa a sua ruína, porque aquele poder é criado por ele ou com astúcia ou com força, e uma e outra destas duas é suspeita para quem se torna poderoso.



0.4 CUR DARI REGNUM, QUOD ALEXANDER  
OCCUPAVERAT, A SUCCESSORIBUS SUIS POST  
ALEXANDRI MORTEM NON DEFECIT  
[PER QUALE CAGIONE EL REGNO DI DARIO,  
IL QUALE DA ALESSANDRO FU OCCUPATO,  
NON SI REBELLÒ DA' SUA SUCCESSORI  
DOPO LA MORTE DI ALESSANDRO]

[1] Considerate le difficoltà le quali s'hanno a tenere uno stato occupato di nuovo, potrebbe alcuno maravigliarsi donde nacque che Alessandro Magno diventò signore della Asia in pochi anni e, non la avendo appena occupata, morì: donde pareva ragionevole che tutto quello stato si ribellassi; nondimeno e' successori di Alessandro se lo mantengono e non ebbono, a tenerlo, altra difficoltà che quella che infra loro medesimi per propria ambizione nacque. [2] Rispondo come e' principati de' quali si ha memoria si truovono governati in dua modi diversi: o per uno principe e tutti li altri servi, e' quali come ministri, per grazia e concessione sua, aiutono governare quello regno; o per uno principe e per baroni e' quali non per grazia del signore, ma per antichità di sangue, tengono quel grado. [3] Questi tali baroni hanno stati e sudditi propri, e' quali gli riconoscono per signori et hanno in loro naturale affezione. [4] Quelli stati che si governano per uno principe e per servi hanno el loro principe con più autorità, perché in tutta la sua provincia non è uomo che riconosca alcuno per superiore se non lui; e se ubbidiscono alcuno altro, lo fanno come ministro e ufficiale; e a lui portano particolare amore.





0.4 *CUR DARIi REGNUM QUOD ALEXANDER  
OCCUPAVERAT A SUCCESSORIBUS SUIS POST  
ALEXANDRI MORTEM NON DEFECIT*  
[POR QUÊ RAZÃO O REINO DE DÁRIO,  
QUE TINHA SIDO OCUPADO ALEXANDRE,  
NÃO SE REBELOU CONTRA OS SEUS  
SUCESSORES APÓS A SUA MORTE]

[1] Consideradas as dificuldades que se tem em manter um estado recém-ocupado, poderia alguém supreen-der-se com o fato de Alexandre Magno<sup>47</sup> tornar-se senhor da Ásia em poucos anos, e, mal tendo-a ocupado, ter morrido: donde pareceria razoável que todos aqueles estados se rebelassem. Todavia, os seus sucessores mantiveram-nos e não encontraram, para mantê-los, outra dificuldade senão aquela que surgiu entre eles mesmos, pelas suas próprias ambições. [2] Respondo que os principados, dos quais se tem memória, encontram-se governados por dois modos diversos: ou por um príncipe e todos os outros lhe servem, os quais, como ministros, por sua graça e concessão, ajudam a governar aquele reino; ou por um príncipe e por barões, os quais possuem esta posição não pela graça do senhor, mas pela antiguidade da dinastia. [3] Estes barões têm estados e súditos próprios, os quais os reconhecem como senhores e são naturalmente afeiçoados a eles. [4] Aqueles estados governados por um príncipe e por servos têm o seu príncipe com mais autoridade, porque em toda a sua província não há ninguém que se reconheça por superior senão ele; e se





[5] Li esempi di queste dua diversità di governi sono, ne' nostri tempi, el Turco et il re di Francia. [6] Tutta la monarchia del Turco è governata da uno signore: li altri sono sua servi; e distinguendo il suo regno in sangiacchie, vi manda diversi amministratori e gli muta e varia come pare a lui. [7] Ma il re di Francia è posto in mezzo di una moltitudine antiquata di signori, in quello stato riconosciuti da' loro sudditi e amati da queglii: hanno le loro preminenze, non le può il re tòrre loro senza suo periculo. [8] Chi considera adunque l'uno e l'altro di questi stati, troverà difficoltà nell'acquistare lo stato del Turco, ma, vinto che fia, facilità grande a tenerlo. [9] Così per avverso troverà per qualche rispetto più facilità a potere occupare il regno di Francia, ma difficoltà grande a tenerlo.

[10] Le cagioni delle difficoltà, in potere occupare il regno del Turco, sono per non potere essere chiamato da' principi di quell regno, né sperare, con la rebellione di queglii che gli ha d'intorno, potere facilitare la tua impresa; il che nasce da le ragioni sopradette: perché, sendogli tutti stiavi e obligati, si possono con più difficoltà corrompere e, quando bene si corrompessino, se ne può sperare poco utile, non potendo quelli tirarsi drieto e' populi per le ragioni assegnate. [11] Onde a chi assalta el Turco è necessario pen-







obedecem a algum outro, o fazem como a um ministro e a um oficial, e a ele não nutrem nenhum amor em particular.

[5] Exemplos destas duas diversidades de governos são, em nossa época, o Turco<sup>48</sup> e o rei de França. [6] Toda a monarquia do Turco é governada por um só senhor: os outros são seus servos. Ele divide o seu reino em *sandjacs*<sup>49</sup>, aos quais envia diversos administradores, mudando-os e transferindo-os como lhe convém. [7] Mas o rei de França se encontra no meio de uma antiga multidão de senhores, os quais são reconhecidos em seus estados por seus próprios súditos e amados por eles: eles têm a sua preeminência, e o rei não pode tirá-los sem perigo para si. [8] Quem considerar, pois, um e outro destes estados, encontrará dificuldade para conquistar o estado do governo turco; todavia, uma vez tendo-o vencido, terá grande facilidade para mantê-lo. [9] Ao contrário, encontrará em alguns aspectos mais facilidade em ocupar o reino de França, porém, grande dificuldade para mantê-lo.

[10] As razões destas dificuldades em poder ocupar o reino do Turco estão em não poder ser convocado pelos príncipes<sup>50</sup> daquele reino, nem esperar, mediante a rebelião daqueles que estão ao redor do Turco, facilidades em sua empresa, o que tem origem nas razões sobreditas: porque, sendo todos escravos seus e obrigados a ele, com mais dificuldade podem ser corrompidos e, quando se corrompem, pode-se esperar pouca ajuda deles, pois, pelas razões assinadas, eles não podem trazer consigo o povo. [11] Donde ser necessário para quem assalta o Império Turco pensar que





sare di averlo a trovare unito, e gli conviene sperare più nelle forze proprie che ne' disordini di altri. [12] Ma vinto ch'e' fussi, e rotto alla campagna in modo che non possa rifare exerciti, non si ha a dubitare di altro che del sangue del principe: el quale spento, non resta alcuno di chi si abbia a temere, non avendo gli altri credito con e' populi; e come el vincitore avanti la vittoria non poteva sperare in loro, così non debba dopo quella temere di loro.

[13] Al contrario interviene ne' regni governati come quello di Francia: perché con facilità tu puoi entrarvi guadagnandoti alcuno barone del regno, perché sempre si truova de' mali contenti e di queglii che desiderano innovare. [14] Costoro per le ragioni dette ti possono aprire la via a quello stato e facilitarti la vittoria: la quale di poi, a volerti mantenere, si tira drieto infinite difficoltà e con quelli che ti hanno aiutato e con quelli che tu hai oppressi. [15] Né ti basta spegnere el sangue del principe, perché vi rimangono quelli signori, che si fanno capi delle nuove alterazioni: e non gli potendo né contentare né spegnere, perdi quello stato qualunque volta la occasione venga.

[16] Ora, se voi considerrete di qual natura di governi era quello di Dario, lo troverrete simile al regno del Turco: e però ad Alessandro fu necessario prima urtarlo tutto e tòrgli la campagna. [17] Dopo la qual vittoria, sendo Dario morto, rimase ad Alessandro quello stato sicuro per le ragioni di sopra discorse; ed e' sua successori, se fussino stati uniti, se lo potevano godere oziosi: né in quello regno nacquono altri tumulti che queglii che loro propri sucitorno.



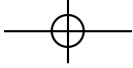


haverá de encontrá-lo unido, e convém a ele confiar mais na própria força do que na desordem dos outros. [12] Mas, uma vez que o tenha vencido e derrotado em campanha, de tal modo que não possa recompor os exércitos, não tem do que recear senão da dinastia do príncipe e, uma vez que ela esteja extinta, não resta ninguém a temer, pois os outros não têm crédito junto ao povo; e assim como o vencedor não pode, antes da vitória, confiar nele, assim também não deve, depois dela, temê-lo.

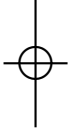

[13] O contrário ocorre nos reinos governados, como aquele de França, porque você pode entrar com facilidade, ganhando para si algum barão do reino, e porque sempre se encontra alguém descontente e aqueles desejosos de mudanças<sup>51</sup>. [14] Esses, pelas razões ditas, podem abrir-lhe o caminho naquele estado e lhe facilitar a vitória, a qual, depois, se quiser conservá-la, traz consigo infinitas dificuldades tanto com aqueles que o ajudaram, como com aqueles que oprimiu. [15] Não é suficiente para você eliminar a dinastia do príncipe, porque permanecerão aqueles senhores que se farão líderes de novas sedições: e, não podendo contentar-lhes nem eliminá-los, perderá aquele estado tão logo haja ocasião.

[16] Ora, se levarem em conta a natureza do governo de Dario<sup>52</sup>, vocês o considerarão semelhante ao reino do Turco. Para Alexandre, porém, foi necessário primeiro combatê-lo e derrotá-lo completamente em campanha. [17] Depois de tal vitória, estando Dario morto, permaneceu seguro aquele estado para Alexandre pelas razões acima expostas,





[18] Ma gli stati ordinati come quello di Francia è impossibile possederli con tanta quiete. [19] Di qui nacquono le spesse ribellioni di Spagna, di Francia e di Grecia da' Romani, per gli spessi principati che erano in quelli stati: de' quali mentre durò la memoria, sempre fu Roma incerta di quella possessione. [20] Ma spenta la memoria di quelli, con la potenza e diuturnità dello imperio, ne diventorno sicuri possessori: e poterno anche quelli di poi, combattendo infra loro, ciascuno tirarsi dreto parte di quelle provincie secondo l'autorità vi aveva presa dentro; e quelle, per essere e' sangui de' loro antiqui signori spenti, non riconoscevano se non e' romani. [21] Considerato adunque tutte queste cose, non si maraviglierà alcuno della facilità ebbe Alessandro a tenere lo stato di Asia, e delle difficoltà che hanno avuto gli altri a conservare lo acquistato, come Pirro e molti: il che non è nato da la poca o da la molta virtù del vincitore, ma da la disformità del subietto.





e os seus sucessores, se fossem unidos, poderiam usufruí-lo com ócio, pois naquele reino não surgiram outros tumultos senão aqueles que eles próprios suscitaram<sup>53</sup>. [18] Mas é impossível possuir com tamanha tranquilidade os estados ordenados à semelhança daquele de França. [19] Disso se originaram as frequentes rebeliões na Espanha, na França e na Grécia dominadas pelos romanos, por serem muitos os principados nesses estados<sup>54</sup> e, enquanto durou a memória deles, os romanos sempre estiveram incertos daqueles domínios. [20] Mas, extinta a memória desses senhores, com a força e a duração do Império, os romanos ficaram seguros em seu domínio. Combatendo depois entre eles<sup>55</sup>, cada um daqueles principados pode também retomar parte daquelas províncias, conforme a autoridade que haviam obtido ali, e, aquelas, por terem extinta a dinastia dos seus antigos senhores, não reconheciam senão os romanos como senhores. [21] Considerando, portanto, todas estas coisas, ninguém se surpreenderá com a facilidade com que Alexandre obteve o estado da Ásia e da dificuldade que outros tiveram para conservar o conquistado, como Pirro<sup>56</sup> e muitos outros, o que não tem origem na muita ou pouca *virtù* do vencedor, mas na diversidade das matérias<sup>57</sup>.





0.5 QUOMODO ADMINISTRANDAE SUNT  
CIVITATES VEL PRINCIPATUS, QUI, ANTEQUAM  
OCCUPARENTUR SUIS LEGIBUS VIVEBANT  
[IN CHE MODO SI DEBBINO GOVERNARE LE  
CITTÀ O PRINCIPATI LI QUALI, INNANZI  
FUSSINO OCCUPATI, SI VIVEVANO CON LE  
LORO LEGGE]

[1] Quando quelli stati, che si acquistano come è detto, sono consueti a vivere con le loro leggi e in libertà, a vo-  
lergli tenere ci sono tre modi: [2] il primo, ruinarle; l'altro,  
andarvi ad abitare personalmente; il terzo, lasciàgli vive-  
re con le sua legge, traendone una pensione e creandovi  
dentro uno stato di pochi, che te le conservino amico: [3]  
perché, sendo quello stato creato da quello principe, sa che  
non può stare senza l'amicizia e potenza sua e ha a fare tut-  
to per mantenerlo; e più facilmente si tiene una città usa  
a vivere libera con il mezzo de' sua cittadini che in alcuno  
altro modo, volendola perservare.

[4] In exemplis ci sono gli spartani ed e' romani. Gli  
spartani tennono Atene e Tebe creandovi uno stato di po-  
chi, tamen le riperderno. [5] E' romani, per tenere Capua  
Cartagine e Numanzia, le disfeciono, e non le perderno;  
vollono tenere la Grecia quasi come tennono gli spartani,  
faccendola libera e lasciandole le sua legge, e non succes-  
se loro: tale che furono constretti disfare di molte città di  
quella provincia per tenerla. [6] Perché in verità non ci è  
modo sicuro a possederle altro che la ruina; e chi diviene  
patrone di una città consueta a vivere libera, e non la di-





0.5 *QUOMODO ADMINISTRANDAE SUNT CIVITATES  
VEL PRINCIPATUS, QUI, ANTEQUAM  
OCCUPARENTUR SUIS LEGIBUS VIVEBANT*  
[DE QUE MODO SE DEVE ADMINISTRAR AS  
CIDADES OU PRINCIPADOS QUE, ANTES DE  
SEREM OCUPADOS, VIVIAM SEGUNDO AS SUAS  
PRÓPRIAS LEIS]

[1] Quando aqueles estados que se conquistam, como foi dito, estão habituados a viver segundo as suas próprias leis e em liberdade, para querer mantê-los são três os modos: [2] o primeiro, arruiná-los; o outro, ir habitá-los pessoalmente; o terceiro, deixá-los viver segundo as suas próprias leis, cobrando um tributo e criando dentro deles um estado de poucos<sup>58</sup>, que os conserve seus amigos. [3] Porque, sendo esse governo [aristocrático] criado por aquele príncipe, sabe que não pode ficar sem a sua amizade e a sua força e há de fazer tudo para conservá-lo. E, desejando preservá-la, mais facilmente se mantém uma cidade acostumada a viver livremente por meio de seus cidadãos<sup>59</sup>, do que de qualquer outro modo.

[4] Como exemplo temos os espartanos e os romanos. Os espartanos, ao ocuparem Atenas e Tebas, criaram nelas um estado de poucos<sup>60</sup>, contudo voltaram a perdê-las. [5] Os romanos, para manter Cápuia, Cartago e Numância, destruíram-nas e não as perderam; quiseram manter a Grécia, assim como a mantiveram os espartanos, tornando-a livre e deixaram-na com suas leis, e não obtiveram sucesso, de modo que, para mantê-la, foram obrigados a destruir mui-





sfaccia, aspetti di essere disfatto da quella: perché sempre ha per refugio, nella rebellione el nome della libertà e gli ordini antiqui sua, e' quali né per la lunghezza di tempo né per benefizi mai si dimenticano. [7] E per cosa che si faccia o si proveggia, se non si disuniscano o dissipano gli abitatori non dimenticano quello nome né quegli ordini, e subito in ogni accidente vi ricorrono; come fe' Pisa dopo cento anni che la era suta posta in servitù da' fiorentini. [8] Ma quando le città o le provincie sono use a vivere sotto uno principe e quello sangue sia spento, sendo da uno canto usi a ubbidire, da l'altro non avendo il principe vecchio, farne uno infra loro non si accordano, vivere liberi non sanno: di modo che sono più tardi a pigliare l'arme e con più facilità se gli può uno principe guadagnare et assicurarsi di loro.

[9] Ma nelle repubbliche è maggiore vita, maggiore odio, più desiderio di vendetta: né gli lascia, né può lasciare, riposare la memoria della antiqua libertà; tale che la più sicura via è spegnerle, o abitarvi.







tas cidades daquela província. [6] Porque, em verdade, não havia um modo seguro para apossar-se dela, senão arruinando-a; e quem se torna senhor de uma cidade acostumada a viver livremente e não a destrói, pode esperar ser destruído por ela, pois a cidade sempre encontra guarida na rebelião, em nome da liberdade<sup>61</sup> e nas suas antigas ordenações, as quais jamais são esquecidas, nem pela duração do tempo, nem pelos benefícios realizados. [7] E qualquer coisa que se faça ou se proveja, se não se dividirem ou se dispersarem os habitantes, e se não se esquecerem daquele nome nem daquelas ordenações, logo, em qualquer imprevisto, acontecerá como fez Pisa cem anos depois de ter sido posta sob o domínio dos florentinos<sup>62</sup>. [8] Mas, quando as cidades ou as províncias estão habituadas a viver sob um príncipe e extingue-se essa dinastia – estando de um lado habituadas a obedecer e de outro não tendo o velho príncipe – não entram em acordo em si para ter um outro príncipe, nem sabem viver livremente, de modo que demoram mais para pegar em armas e com mais facilidade um príncipe pode conquistá-las e estar seguro com eles.

[9] Mas, nas repúblicas, há mais vida, mais ódio, mais desejo de vingança; nem os deixa<sup>63</sup>, nem pode deixar-se aquietar a memória da antiga liberdade, de modo que o caminho mais seguro é extingui-las ou habitá-las<sup>64</sup>.





0.6 DE PRINCIPATIBUS NOVIS QUI ARMIS  
PROPRIIS ET VIRTUTE ACQUIRUNTUR  
[DE' PRINCIPATI NUOVI CHE S'ACQUISTANO  
CON L'ARME PROPRIE E VIRTUOSAMENTE]

[1] Non si maravigli alcuno se, nel parlare che io farò de' principati al tutto nuovi e di principe e di stato, io addurrò grandissimi esempi. [2] Perché, camminando gli uomini sempre per le vie battute da altri e procedendo nelle azioni loro con le imitazioni, né si potendo le vie d'altri al tutto tenere né alla virtù di queglii che tu imiti aggiugnere, debbe uno uomo prudente intrare sempre per vie battute da uomini grandi, e queglii che sono stati eccellentissimi imitare: acciò che, se la sua virtù non vi arriva, almeno ne renda qualche odore; [3] e fare come gli arcieri prudenti, a' quali parendo el luogo dove desegnano ferire troppo lontano, e conoscendo fino a quanto va la virtù del loro arco, pongono la mira assai più alta che il luogo destinato, non per aggiugnere con la loro freccia a tanta altezza, ma per potere con lo aiuto di sì alta mira pervenire al disegno loro.

[4] Dico adunque che ne' principati tutti nuovi, dove sia uno nuovo principe, si truova a mantenergli più o meno difficoltà secondo che più o meno è virtuoso colui che gli acquista. [5] E perché questo evento, di diventare di privato principe, presuppone o virtù o fortuna, pare che l'una o l'altra di queste dua cose mitighino in parte molte difficoltà; nondimanco, colui che è stato meno in su la fortuna si è mantenuto più.





0.6 *DE PRINCIPATIBUS NOVIS QUI ARMIS  
PROPRIIS ET VIRTUTE ACQUIRUNTUR*  
[DOS PRINCIPADOS NOVOS QUE SE  
CONQUISTAM COM ARMAS PRÓPRIAS E  
VIRTUDE]

[1] Ninguém se surpreenda se, na exposição que farei dos principados completamente novos, dos príncipes e dos estados, eu apresentar grandíssimos exemplos. [2] Porque, caminhando os homens sempre pelos caminhos percorridos por outros e procedendo por imitação nas suas ações, não podendo em tudo seguir nos caminhos alheios, nem adquirir a *virtù* daqueles que você imita, deve um homem prudente seguir sempre pelas estradas percorridas por grandes homens, e imitar aqueles que foram excelentíssimos, a fim de que, se a sua *virtù* não os alcançar, ao menos receba deles algum aroma; [3] e fazer como os arqueiros prudentes, os quais, parecendo muito distante o lugar que desejam alvejar e conhecendo bem até que ponto vai a *virtù* do seu arco, põem a mira muito mais alta que o lugar mirado, não para atingir tão alto com a sua flecha, mas para poder, com a ajuda de sua mira alta, alcançar o alvo desejado.

[4] Digo, pois, que nos principados inteiramente novos, em que haja um príncipe novo, encontra-se menor ou maior dificuldade para conservá-los, segundo seja mais ou menos virtuoso<sup>65</sup> aquele que os conquista. [5] E porque este evento, de passar de cidadão comum<sup>66</sup> a príncipe, pressupõe ou *virtù* ou fortuna, parece que uma ou outra destas duas coisas mitiga, em parte, muitas dificuldades. Todavia, aquele que





[6] Genera ancora facilità essere el principe constretto, per non avere altri stati, venire personalmente ad abitarvi.

[7] Ma per venire a quegli che per propria virtù e non per fortuna sono diventati principi, dico che e' più eccellenti sono Moisè, Ciro, Romulo, Teseo e simili. [8] E benché di Moisè non si debba ragionare, sendo suto uno mero esecutore delle cose che gli erano ordinate da Dio, tamen debbe essere ammirato, solum per quella grazia che lo faceva degno di parlare con Dio. [9] Ma consideriamo Ciro e li altri che hanno acquistato o fondati regni, gli troverrete tutti mirabili; e se si considerranno le azioni et ordini loro particolari, parranno non discrepanti da quegli di Moisè, che ebbe sì grande precettore. [10] Ed esaminando le azioni e vita loro non si vede che quelli avessino altro da la fortuna che la occasione, la quale dette loro materia a potere introdurvi dentro quella forma che parse loro: e senza quella occasione la virtù dello animo loro si sarebbe spenta, e senza quella virtù la occasione sarebbe venuta invano.

[11] Era adunque necessario a Moisè trovare el popolo d'Israel in Egitto stiavo et oppresso dalli egizi, acciò che quegli, per uscire di servitù, si disponessino a seguirlo. [12] Conveniva che Romulo non capessi in Alba, fussi stato esposto al nascere, a volere che diventassi re di Roma e fondatore di quella patria. [13] Bisognava che Ciro trovasse e' persi malcontenti dello imperio de' medi, ed e' medi molli et effeminati per la lunga pace. [14] Non poteva Teseo dimostrare la sua virtù, se non trovava gli ateniesi dispersi. [15] Queste occasioni per tanto feciono questi uomini felici e





menos se apoiou na fortuna, manteve-se mais. [6] Gera ainda mais facilidade o príncipe ser obrigado, por não ter outro estado, a vir habitá-lo pessoalmente.

[7] Mas, tratando daqueles que, pela própria *virtù* e não pela fortuna, tornaram-se príncipes, digo que os mais excelentes são Moisés, Ciro, Rômulo, Teseu<sup>67</sup> e outros semelhantes. [8] E ainda que não se deva discutir sobre Moisés, tendo sido ele um mero executor das coisas que lhe eram ordenadas por Deus, todavia deve ser admirado tão somente por aquela graça que o tornava digno de falar com Deus. [9] Mas, considerando Ciro e os outros que conquistaram ou fundaram reinos, achá-los-eis todos admiráveis; e se considerarmos as suas ações e os seus ordenamentos particulares, não pareceram discrepantes em relação aos de Moisés, que teve tão grande preceptor<sup>68</sup>. [10] E examinando as suas ações e as suas vidas, vê-se que não tiveram nada da fortuna senão a ocasião, a qual deu-lhes a matéria para que uma forma semelhante possa ser introduzida dentro dela<sup>69</sup>; e, sem essa ocasião, a *virtù* do seu ânimo teria sido extinta, e sem essa *virtù* a ocasião teria vindo em vão.

[11] Era, portanto, necessário a Moisés encontrar o povo de Israel no Egito, escravizado e oprimido pelos egípcios, a fim de que ele (o povo de Israel), para sair da servidão, se dispusesse a segui-lo. [12] Convinha que Rômulo não pudesse permanecer em Alba e fosse abandonado ao nascer, para querer tornar-se rei de Roma e fundador daquela pátria. [13] Era necessário que Ciro encontrasse os persas descontentes com o Império dos medos, e os medos amole-





la eccellente virtù loro fé quella occasione essere conosciuta: donde la loro patria ne fu nobilitata e diventò felicissima.

[16] Quelli e' quali per vie virtuose, simili a costoro, diventono principi, acquistono el principato con difficoltà, ma con facilità lo tengano; e le difficoltà che gli hanno nello acquistare el principato nascono in parte da' nuovi ordini e modi che sono forzati introdurre per fondare lo stato loro e la loro sicurtà. [17] E debbesi considerare come e' non è cosa più difficile a trattare, né più dubia a riuscire, né più pericolosa a maneggiare, che farsi capo di introdurre nuovi ordini. [18] Perché lo introduttore ha per nimico tutti quegli che degli ordini vecchi fanno bene, e ha tiepidi defensori tutti quelli che delli ordini nuovi farebbono bene: la quale tepidezza nasce parte per paura delli avversari, che hanno le leggi dal canto loro, parte da la incredulità degli uomini, e' quali non credano in verità le cose nuove, se non ne veggono nata una ferma esperienza. [19] Donde nasce che, qualunque volta quelli che sono nimici hanno occasione di assaltare, lo fanno partigianamente, e quelli altri difendano tiepidamente: in modo che insieme con loro si periclita.





cidos e efeminados pela longa paz. [14] Não poderia Teseu demonstrar a sua *virtù*, se não encontrasse os atenienses dispersos. [15] Estas ocasiões, portanto, fizeram estes homens felizes e a sua excelente *virtù* fez com que aquela ocasião se tornasse conhecida, donde a sua pátria foi dignificada e tornou-se felicíssima.

[16] Aqueles os quais, por caminho virtuoso, à semelhança destes, tornaram-se príncipes, conquistam o principado com dificuldade, mas com facilidade o mantêm; e as dificuldades que eles têm ao conquistar o principado, nascem, em parte, dos novos ordenamentos e costumes que são forçados a introduzir para fundar o seu estado e a sua segurança. [17] E deve-se considerar que não há coisa mais difícil de tratar, nem mais duvidosa em obter, nem mais perigosa em manejar, do que fazer-se chefe para introduzir novos ordenamentos. [18] Porque o introdutor tem por inimigos todos aqueles que se beneficiaram dos velhos ordenamentos, e tem por defensores tíbios todos aqueles que dos novos ordenamentos se beneficiarão. Tal tibieza nasce em parte por medo dos adversários, que têm as leis do seu lado, em parte da incredulidade dos homens, os quais não acreditam na verdade das coisas novas, senão quando vêm nascida de uma firme experiência. [19] Donde nasce que algumas vezes aqueles que são inimigos tem ocasião para assaltar, o fazem apaixonadamente, e aqueles outros defendem tibiamente, de modo que juntos com esses se corre perigo.





[20] È necessario pertanto, volendo discorrere bene questa parte, esaminare se questi innovatori stanno per loro medesimi o se dependano da altri: cioè, se per condurre l'opera loro bisogna che preghino, o vero possono forzare. [21] Nel primo caso, sempre capitano male e non conducono cosa alcuna; ma quando dependono da loro propri e possano forzare, allora è che rare volte periclitano: di qui nacque che tutti e' profeti armati vinsono ed e' disarmati ruinorno. [22] Perché, oltre alle cose dette, la natura de' populi è varia ed è facile a persuadere loro una cosa, ma è difficile fermargli in quella persuasione: e però conviene essere ordinato in modo che, quando non credono più, si possa fare loro credere per forza. [23] Moisè, Ciro, Teseo e Romulo non arebbono potuto fare osservare loro lungamente le loro costituzioni, se fussino stati disarmati; come ne' nostri tempi intervenne a fra Ieronimo Savonerola, il quale ruinò ne' sua ordini nuovi, come la moltitudine cominciò a non credergli, e lui non aveva modo a tenere fermi quelli che avevano creduto né a fare credere e' discredenti. [24] Però questi tali hanno nel condursi grande difficoltà, e tutti e' loro pericoli sono fra via e conviene che con la virtù gli superino. [25] Ma superati che gli hanno, e che cominciano a essere in venerazione, avendo spenti quegli che di sua qualità gli avevano invidia, rimangono potenti, sicuri, onorati e felici.

[26] A sì alti esempi io voglio aggiugnere uno esempio minore; ma bene arà qualche proporzione con quegli, e voglio mi basti per tutti gli altri simili: e questo è Iero-







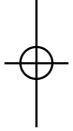
[20] É necessário, portanto, querendo discorrer bem sobre esta parte, examinar se estas inovações se sustentam por si mesmas ou se dependem de outros, isto é, se para conduzir a sua obra, precisa rezar ou pode forçar. [21] No primeiro caso, sempre entendem mal e não leva a coisa alguma, mas, quando dependem de si próprios e podem forçar, então é que raras vezes correm perigo. Daqui nasce que todos os profetas armados venceram e os desarmados se arruinaram. [22] Porque, além das outras coisas ditas, a natureza dos povos é variada e é fácil persuadi-los em uma coisa, mas é difícil sustentá-los nesta persuasão. Porém, convém ser ordenado de modo que, quando não crêem mais, pode-se fazer crerem pela força. [23] Moisés, Ciro, Teseu e Rômulo não teriam podido fazer observar sua constituição longamente caso estivessem desarmados, como no nosso tempo sucedeu com o frei Jerônimo Savonarola<sup>70</sup>, o qual arruinou os seus novos ordenamentos, quando a multidão começou a não acreditar nele, e ele não tinha como manter firmes aqueles que haviam acreditado nele, nem fazer crer os descrentes. [24] Porém, estes tem grande dificuldade no conduzir, e todos os seus perigos estão no seu caminho, e convém que os superem com a *virtù*. [25] Mas, uma vez superadas essas adversidades, começam a ser venerados, tendo perdido aquela sua qualidade que lhe tinham invejado, permanecendo fortes, seguros, honrados e felizes.

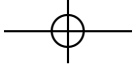
[26] A estes altos exemplos, desejo acrescentar um exemplo menor, mas terá alguma similitude com aqueles, e desejo que me seja suficiente para todos os outros similares: e





ne siracusano. [27] Costui di privato diventò principe di Siracusa; né ancora lui conobbe altro da la fortuna che la occasione; perché, sendo e' siracusani oppressi, lo elessono per loro capitano; donde meritò di essere fatto loro principe. [28] E fu di tanta virtù, etiam in privata fortuna, che chi ne scrive dice *quod nihil illi deerat ad regnandum praeter regnum*. [29] Costui spese la milizia vecchia, ordinò della nuova; lasciò le amicizie antiche, prese delle nuove; e come ebbe amicizie e soldati che fussino sua, possé in su tale fondamento edificare ogni edificio, tanto che lui durò assai fatica in acquistare e poca in mantenere.





este é Hierão de Siracusa<sup>71</sup>. [27] Este, de cidadão, tornou-se príncipe de Siracusa; nem lhe conhecem outra ocasião senão a fortuna, porque, estando os siracusanos oprimidos, elegeram-no para seu capitão, donde mereceu ser feito príncipe deles. [28] E foi de tanta *virtù*, ainda que privado pela fortuna, que quem nos escreve sobre ele diz: *quod nihil illi deerat ad regnandum praeter regnum*<sup>72</sup>. [29] Este extinguiu a velha milícia, ordenou uma nova; deixou as antigas amizades, fazendo novas; e como teve amizades e soldados, pode sobre tais fundamentos edificar todo o edifício, tanto que lhe deu muito cansaço a conquista e pouco a conservação.



0.7 DE PRINCIPATIBUS NOVIS QUI ALIENIS  
ARMIS ET FORTUNA ACQUIRUNTUR  
[DE' PRINCIPATI NUOVI CHE S'ACQUISTANO  
CON LE ARMI E FORTUNA DI ALTRI]

[1] Coloro e' quali solamente per fortuna diventano di privati principi, con poca fatica diventano, ma con assai si mantengono; e non hanno alcuna difficoltà fra via, perché vi volano: ma tutte le difficoltà nascono quando e' sono posti. [2] E questi tali sono quando è concesso ad alcuno uno stato o per danari o per grazia di chi lo concede: come intervenne a molti in Grecia nelle città di Ionia e di Ellesponto, dove furono fatti principi da Dario, acciò le tenessino per sua sicurtà e gloria; come erano fatti ancora quelli imperatori che di privati, per corruzione de' soldati, pervenivano allo imperio.

[3] Questi stanno semplicemente in su la volontà e fortuna di chi lo ha concesso loro, che sono dua cose volubilissime e instabili, e non sanno e non possono tenere quello grado: non sanno, perché s'e' non è uomo di grande ingegno e virtù, non è ragionevole che, sendo vissuto sempre in privata fortuna, sappia comandare; non possono, perché non hanno forze che gli possino essere amiche e fedele. [4] Di poi gli stati che vengano subito, come tutte l'altre cose della natura che nascono e crescono presto, non possono avere le barbe e corrispondenzie loro in modo che il primo tempo avverso non le spenga, se già quelli tali – come è detto – che sì de repente sono diventati principi non sono di tanta virtù che quello che la fortuna ha messo loro in





0.7 *DE PRINCIPATIBUS NOVIS QUI ALIENIS  
ARMIS ET FORTUNA ACQUIRUNTUR*  
[DOS PRINCIPADOS NOVOS QUE SÃO  
CONQUISTADOS COM ARMAS E FORTUNA  
ALHEIAS]

[1] Aqueles que somente pela fortuna de cidadão se tornam príncipes, com pouco esforço conseguem sê-lo e com muito se mantêm. E não têm nenhuma dificuldade neste caminho, porque voam<sup>73</sup> para esta condição, mas todas as dificuldades surgem quando a ela chegam. [2] Estes são aqueles aos quais é concedido um estado ou por dinheiro ou pela graça de quem o concede, como sucedeu a muitos na Grécia, nas cidades da Jônia e do Helesponto<sup>74</sup>, onde foram feitos príncipes por Dario<sup>75</sup>, para que as conservassem para a sua segurança e glória; como foram feitos ainda aqueles imperadores que, de cidadãos comuns – mediante a corrupção dos soldados –, tomaram o Império.

[3] Estes estão fundados unicamente na vontade e na fortuna de quem lhes concedeu tal status, duas muito volúveis e instáveis, e não sabem e não podem se manter naquele posto: não sabem, porque não sendo<sup>76</sup> um homem de grande engenho e *virtù*, não é razoável que, sempre vivendo como homens de condição particular<sup>77</sup>, saibam comandar; não podem, porque não têm forças que lhes possam ser amigas e fiéis. [4] Disso decorre que, os estados que surgem subitamente, assim como todas as outras coisas da natureza que nascem e crescem depressa, não podem ter raízes e ramificações<sup>78</sup>, de modo que o primeiro período de adver-





grembo e' sappino subito prepararsi a conservarlo, e quelli fondamenti, che gli altri hanno fatti avanti che diventino principi, gli faccino poi.

[5] Io voglio all'uno e l'altro di questi modi detti, circa il diventare principe per virtù o per fortuna, addurre dua esempi stati ne' di della memoria nostra: e questi sono Francesco Sforza e Cesare Borgia. [6] Francesco, per li debiti mezzi e con una grande sua virtù, di privato diventò duca di Milano; e quello che con mille affanni aveva acquistato, con poca fatica mantenne. [7] Da l'altra parte, Cesare Borgia, chiamato dal vulgo duca Valentino, acquistò lo stato con la fortuna del padre e con quella lo perdé, non obstante che per lui si usassi ogni opera e facessinsi tutte quelle cose che per uno prudente e virtuoso uomo si doveva fare per mettere le barbe sua in quelli stati che l'arme e fortuna di altri li aveva concessi. [8] Perché, come di sopra si disse, chi non fa e' fondamenti prima, gli potrebbe con una grande virtù farli poi, ancora che si faccino con disagio dello architetto e periculo dello edificio. [9] Se adunque si considerrà tutti e' progressi del duca, si vedrà lui aversi fatti grandi fondamenti alla futura potenza; e' quali non iudico superfluo discorrere perché io non saprei quali precetti mi dare migliori, a uno principe nuovo, che lo esempio delle azioni sue: e se gli ordini sua non gli profittorno, non fu sua colpa, perché nacque da una extraordinaria ed estrema malignità di fortuna.





sidade os extingue; exceto no caso daqueles que, como foi dito, de repente se tornaram príncipes e tenham tanta *virtù* que saibam rapidamente organizar e conservar aquilo que a fortuna lhes colocou no colo, e aqueles fundamentos, que os outros construíram antes de se tornarem príncipes, eles construam depois.

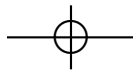
[5] Desejo aduzir a um e a outro destes modos, de se tornar príncipe, pela *virtù* ou pela fortuna, com dois exemplos presentes em nossa memória: Francisco Sforza<sup>79</sup> e César Bórgia. [6] Francisco, com os meios adequados e com a sua grande *virtù*, passou de cidadão a duque de Milão, e aquilo que com mil percalços havia conquistado, com pouco esforço conservou. [7] Por outro lado, César Bórgia, chamado pelo povo de duque Valentino, conquistou o governo com a fortuna do pai<sup>80</sup> e com a mesma o perdeu, apesar de ter ele usado de todos os recursos e ter feito todas aquelas coisas que um homem prudente e virtuoso deveria fazer para deitar suas raízes naqueles governos, que as armas e a fortuna de outros lhe haviam concedido. [8] Porque, como se disse anteriormente, aquele que não constrói primeiro os fundamentos, poderia, com uma grande *virtù*, construí-los depois, ainda que se façam com incômodo para o arquiteto e perigo para o edifício. [9] Se, então, considerarmos todos os progressos do duque, veremos que ele construiu grandes fundamentos para um poder futuro, sobre os quais não julgo supérfluo discorrer, porque não saberia quais preceitos melhores dar a um príncipe novo, senão o exemplo de suas ações; e se seus modos de proceder não lhe forem





[10] Aveva Alexandro VI, nel volere fare grande il duca suo figliuolo, assai difficoltà presenti e future. [11] Prima, e' non vedeva via di poterlo fare signore di alcuno stato che non fussi stato di Chiesa: e, volgendosi a tòrre quello della Chiesa, sapeva che il duca di Milano e' viniziani non gliene consentirebbono, perché Faenza e Rimino erano di già sotto la protezione de' viniziani. [12] Vedeva oltre a questo l'arme di Italia, e quelle in spezie di chi si fussi potuto servire, essere nelle mani di coloro che dovevano temere la grandezza del papa, – e però non se ne poteva fidare, – sendo tutte nelli Orsini e Colonnese e loro complici. [13] Era adunque necessario si turbassino quelli ordini e disordinare gli stati di Italia, per potersi insignorire sicuramente di parte di quelli. [14] Il che gli fu facile, perché e' trovò e' viniziani che, mossi da altre cagioni, si erano volti a fare ripassare e' francesi in Italia: il che non solamente non contradisse, ma lo fe' più facile con la risoluzione del matrimonio antico del re Luigi.

[15] Passò adunque il re in Italia con lo aiuto de' viniziani e consenso di Alessandro: né prima fu in Milano che il papa ebbe da lui gente per la impresa di Romagna, la quale gli fu acconsentita per la reputazione del re. [16] Acquistata adunque il duca la Romagna e sbattuti e' Colonnese, volendo mantenere quella e procedere più avanti, lo impedivano dua cose: l'una, le arme sua che non gli parevano fedeli;







proveitosos, não será por culpa sua, porque nasce de uma extraordinária e extrema malignidade<sup>81</sup> da fortuna.

[10] Alexandre VI, no desejo de fazer grande o duque, seu filho, tinha muitas dificuldades presentes e futuras. [11] Primeiro, ele não via meios de poder fazer dele senhor de algum estado que não fosse um estado da Igreja; e, apressando-se em tomar algum estado da Igreja, sabia que o duque de Milão<sup>82</sup> e os venezianos não lhe consentiriam, porque Faenza e Rimini já estavam sob a proteção dos venezianos. [12] Via, além disso, que as armas da Itália, e em particular aquelas das quais seria possível se servir, estavam nas mãos daqueles que deviam temer a grandeza do papa, e por isso não poderia confiar nelas – sendo todas elas dos Orsini e dos Colonna<sup>83</sup> e dos cúmplices destes. [13] Era, portanto, necessário romper aqueles equilíbrios e desordenar os seus estados da Itália, para poder assenhorear-se seguramente de parte deles. [14] O que lhe foi fácil, porque encontrou os venezianos, que tinham decidido deixar os franceses re-entrar na Itália, rebelados por outros motivos<sup>84</sup>, o que não somente não foi dificultado, mas tornou-se mais fácil com a dissolução do antigo matrimônio do rei Luiz<sup>85</sup>.

[15] O rei invadiu, pois, a Itália com a ajuda dos venezianos e o consentimento de Alexandre; não foi primeiro em Milão que o papa obteve dele gente para a sua empresa na Romanha<sup>86</sup>, apoio que lhe foi concedido pela reputação do rei. [16] Conquistada então a Romanha<sup>87</sup> pelo duque<sup>88</sup> e batidos os Colonna, desejando o papa mantê-la e prosseguir adiante, duas coisas o impediam: uma, as suas armas, que





l'altra, la volontà di Francia; cioè che l'arme Orsine, delle quali si era valuto, gli mancassino sotto, e non solamente gl'impedissino lo acquistare ma gli togliessino lo acquistato, e che il re ancora non li facesse il simile. [17] Delli Orsini ne ebbe uno riscontro quando dopo la espugnazione di Faenza, assaltò Bologna, che gli vidde andare freddi in quello assalto; e circa el re conobbe lo animo suo quando, preso el ducato d'Urbino, assaltò la Toscana: da la quale impresa il re lo fece desistere.

[18] Onde che il duca deliberò di non dependere più da le arme e fortuna di altri; e, la prima cosa, indebolì le parte Orsine e Colonnese in Roma: perché tutti gli aderenti loro, che fussino gentili uomini, se gli guadagnò, faccendoli suoi gentili uomini e dando loro grande provisioni, et onorogli, secondo le loro qualità, di condotte e di governi: in modo che in pochi mesi negli animi loro l'affectione delle parti si sparse e tutta si volse nel Duca. [19] Dopo questo, aspettò la occasione di spegnere e capi Orsini, avendo dispersi quelli di casa Colonna: la quale gli venne bene, e lui la usò meglio. [20] Perché, advedutosi gli Orsini tardi che la grandezza del Duca e della Chiesa era la loro ruina, feciono una dieta alla Magione nel Perugino; da quella nacque la ribellione di Urbino, e tumulti di Romagna et infiniti pericoli del Duca, e quali tutti superò con lo aiuto delli Franzesi. [21] E ritornatoli la reputazione, né si fidando di Francia né di altre forze externe, per non le avere a cimentare si volse





não lhe pareciam fiéis; a outra, a vontade da França. Caso as armas Orsini<sup>89</sup>, das quais se tinha valido, viessem a lhe faltar, isso não somente o impediria na conquista, mas lhe tiraria o que tinha conquistado; e, ainda, que o rei não lhe fizesse algo semelhante. [17] Dos Orsini teve a confirmação quando, depois da tomada de Faenza, assaltou Bolonha, porque os viu frívolos neste assalto; acerca do rei, conheceu o seu ânimo quando, conquistado o ducado de Urbino, assaltou a Toscana: empresa da qual o rei fê-lo desistir<sup>90</sup>.

[18] Assim que o duque deliberou não depender mais das armas e da fortuna dos outros, a primeira iniciativa que tomou enfraqueceu os partidários dos Orsini e dos Colonna em Roma, porque ganhou para si todos os gentis-homens<sup>91</sup> que os apoiavam, tornando-os gentis-homens dele, dando-lhes grandes pagamentos e honrando-os<sup>92</sup>, segundo a sua qualidade, com cargos militares e de governo<sup>93</sup>, de modo que, em poucos meses, perdeu-se, nos seus ânimos, a afeição ao partido, e toda ela se voltou ao duque. [19] Depois disto, esperou a ocasião para eliminar os chefes dos Orsini, tendo já dispersado os da casa dos Colonna: o que lhe foi conveniente e ele a usou melhor. [20] Porque os Orsini, tendo percebido tardiamente que a grandeza do duque e da Igreja era a sua ruína, fizeram uma reunião<sup>94</sup> em Magione, na Perugia; dessa nasceu a rebelião de Urbino e os tumultos da Romanha e os infinitos perigos para o duque, aos quais superou a todos eles com a ajuda dos franceses. [21] E, tendo-lhe retornado<sup>95</sup> a reputação, não confiando nem na França nem em outras forças externas, para não ter





alli inganni; e seppe tanto dissimulare l'animo suo che li Orsini, mediante il signore Paulo, si riconciliarono seco, – con il quale il Duca non mancò d'ogni ragione di officio per assicurarlo, dandoli danari veste e cavalli – tanto che la semplicità loro gli condusse a Sinigaglia nelle sua mane.

[22] Spenti adunque questi capi e ridotti li partigiani loro sua amici, aveva il Duca gittati assai buoni fondamenti alla potenza sua, avendo tutta la Romagna col ducato di Urbino, parendoli maxime aversi acquistata amica la Romagna e guadagnatosi quelli popoli per avere cominciato a gustare il bene essere loro. [23] E perché questa parte è degna di notizia e da essere da altri imitata, non la voglio lasciare indietro. [24] Preso che ebbe il Duca la Romagna e trovandola suta comandata da Signori impotenti, – li quali più presto avevano spogliato e loro subditi che corretti, e dato loro materia di disunione, non di unione, – tanto che quella provincia era tutta piena di latrocinii, di brighe e d'ogni altra ragione di insolenzia, iudicò fussi necessario, a volerla ridurre pacifica et ubbidiente al braccio regio, dargli buono governo; e però vi prepose messer Remirro de Orco, uomo crudele et expedito, al quale dette plenissima potestà. [25] Costui im poco tempo la ridusse pacifica et unita, con grandissima reputazione. [26] Dipoi iudicò il duca non essere necessario sì eccessiva autorità perché dubitava non divenissi odiosa, e preposevi uno iudizio civile nel mezzo della





que experimentá-las contra si, recorreu às artimanhas; e soube tanto dissimular a sua intenção, que os Orsini, por intermédio do senhor Paulo, reconciliaram-se com ele – de modo que o duque não deixou de se valer de todos os meios de ofício para assegurar-se disso, dando-lhes dinheiro, roupas e cavalos –, tanto que a simplicidade<sup>96</sup> deles conduziu Sinigalia às suas mãos.

[22] Extintos, portanto, esses chefes e convertidos os partidários deles em seus amigos, tinha o duque lançado muitos bons fundamentos para o seu poder, tendo toda a Romanha com o ducado de Urbino, parecendo-lhe, sobretudo, que tivesse conquistado a amizade da Romanha e ganhado todos aqueles povos, porque começavam a provar o seu bem-estar. [23] E porque esta parte é digna de nota e de ser imitada por outros, não quero deixá-la para trás. [24] Tendo o duque tomado a Romanha e encontrando-a comandada por senhores impotentes – os quais tinham mais rapidamente espoliado os seus súditos do que os corrigido, dando-lhes motivo para a desunião e não para a união –, tanto que aquela província estava cheia de latrocínios, de brigas e de todas as outras causas de insolência, julgou ser necessário, por querer torná-la pacífica e obediente ao braço régio, dar-lhe bom governo. Porém, designou Senhor<sup>97</sup> Remirro de Orco<sup>98</sup>, homem cruel e diligente, ao qual deu pleníssimos poderes. [25] Este em pouco tempo a tornou pacífica e unida, com grandíssima reputação. [26] Depois julgou o duque não ser necessária tão excessiva autoridade, porque receava torná-la odiosa, e instituiu um tribunal civil



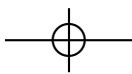


provincia, con uno presidente eccellentissimo, dove ogni città vi aveva lo avvocato suo. [27] E perché conosceva le rigorosità passate avergli generato qualche odio, per purgare li animi di quegli populi e guadagnarseli in tutto, volse mostrare che, se crudeltà alcuna era seguita, non era causata da lui ma dalla acerba natura del ministro. [28] E presa sopra a questo occasione, lo fece, a Cesena, una mattina mettere in dua pezzi in sulla piazza, con uno pezzo di legne et uno coltello sanguinoso accanto; la ferocità del quale spettacolo fece quegli popoli in uno tempo rimanere satisfatti e stupidi.

[29] Ma torniamo donde noi partimmo. Dico che, trovandosi il Duca assai potente et in parte assicurato de' presenti pericoli, per essersi armato a suo modo et avere in buona parte spente quelle arme che, vicine, lo potevano offendere, gli restava, volendo procedere collo acquisto, el respecto del re di Francia: perché conosceva come dal Re, il quale tardi s'era accorto dello error suo, non gli sarebbe sopportato. [30] E cominciò per questo a cercare di amicizie nuove e vacillare con Francia, nella venuta che li Franzesi feciono verso el regno di Napoli contro alli Spagnuoli che assediavano Gaeta; e lo animo suo era assicurarsi di loro: il che gli sarebbe presto riuscito, se Alessandro viveva. [31] E questi furono e governi sua, quanto alle cose presente.

[32] Ma, quanto alle future, lui aveva a dubitare im prima che uno nuovo successore alla Chiesa non gli fusse amico e cercassi togli quello che Alessandro li aveva dato.

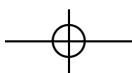




no centro da província, com um presidente excelentíssimo, no qual toda cidade tinha seu advogado. [27] E porque sabia que a severidade do passado havia gerado neles algum ódio, queria, para purgar os ânimos daqueles povos e ganhá-los totalmente, mostrar que, se alguma crueldade havia sido cometida, não nasceu dele, contudo da natureza cruel do ministro. [28] E aproveitou esta ocasião para colocá-lo numa manhã na praça, em Cesena, dividido em duas partes: com um pau e uma faca ensanguentada do lado. A ferocidade daquele espetáculo fez aquele povo ficar ao mesmo tempo satisfeito e estupefato.

[29] Mas retornemos ao ponto de onde partimos. Digo que, encontrando-se o duque muito forte e em parte assegurado contra os perigos presentes, por ter-se armado a seu modo e ter, em boa parte, eliminado aquelas armas que, próximas, poderiam prejudicá-lo, querendo prosseguir com a conquista, restava-lhe o respeito do rei de França, porque sabia o rei, o qual tardiamente tinha se dado conta dos seus erros, que não continuaria a suportá-lo. [30] Por isso, começou a procurar novas amizades e a falhar com a França, na incursão que os franceses fizeram ao reino de Nápoles contra os espanhóis que assediavam Gaeta<sup>99</sup>; sua intenção era assegurar-se contra eles, o que ele teria conseguido rapidamente se Alexandre estivesse vivo<sup>100</sup>. [31] Estas foram as suas ações quanto às coisas presentes.

[32] Mas quanto às coisas futuras, ele tinha de desconfiar, primeiro, que um novo sucessor da Igreja não lhe fosse amigo e procurasse tirar-lhe aquilo que Alexandre tinha lhe





[33] Di che pensò assicurarsi in quattro modi: prima, di spegnere tutti e sangui di quelli Signori che lui aveva spogliati, per tórre al Papa quella occasione; secondo, di guadagnarsi tutti e gentili uomini di Roma, come è detto, per potere con quelli tenere il Papa in freno; terzo, ridurre il Collegio più suo che poteva; quarto, acquistare tanto imperio, avanti che il papa morissi, che potessi per sé medesimo resistere a uno primo impeto. [34] Di queste quattro cose alla morte di Alessandro ne aveva condotte tre, la quarta aveva quasi per condotta: perché de' Signori spogliati ne ammazzò quanti ne poté aggiugnere, e pochissimi si salvorono; e gentili uomini romani si aveva guadagnati; e nel Collegio aveva grandissima parte; e quanto al nuovo acquisto, aveva disegnato diventare signore di Toscana, e possedeva di già Perugia e Piombino, e di Pisa aveva presa la protectione. [35] E come non avessi avuto ad avere rispetto a Francia, – ché non gliene aveva ad avere più, per essere di già e Franzesi spogliati del Regno dalli Spagnuoli: di qualità che ciascuno di loro era necessitato comperare l'amicizia sua, – egli saltava in Pisa. [36] Dopo questo, Lucca e Siena cedeva subito, parte per invidia de' Fiorentini, parte per paura: Fiorentini non avevano rimedio. [37] Il che se gli fusse riuscito, – che gli riusciva l'anno medesimo che Alessandro morì, – si acquistava tante forze e tanta reputazione che







dado. [33] Contra o que pensou em assegurar-se de quatro modos: primeiro, eliminar toda a linhagem daqueles senhores que ele tinha espoliado, para retirar do papa a ocasião de restituir-lhes os domínios; segundo, ganhar para si todos os gentis-homens<sup>101</sup> de Roma, como foi dito, para poder com eles ter o papa sob controle; terceiro, tornar o Colégio Cardinalício<sup>102</sup> tão seu quanto possível; quarto, antes que o papa morresse, conquistar tanta força, que pudesse, por si mesmo, resistir a um primeiro ataque do novo papa. [34] Destas quatro coisas, à época da morte de Alexandre, ele já havia conseguido três, a quarta quase conseguira, porque dos senhores espoliados matou tantos quanto pode alcançar e pouquíssimos se salvaram; e ganhou os gentis-homens romanos; e no Colégio tinha o apoio de uma grandíssima facção. Quanto às novas conquistas, havia planejado tornar-se senhor da Toscana e já possuía Perugia e Piombino, e de Pisa tinha conquistado o apoio. [35] E como não tivesse mais de ter cuidados com a França – que não lhe preocupava mais, pois os franceses já tinham sido espoliados do reino de Nápoles pelos espanhóis, de sorte que cada um deles tinha a necessidade de comprar sua amizade – ele teria avançado sobre Pisa. [36] Depois disto, Lucca e Siena cederiam seu apoio a ele rapidamente, em parte pela inveja dos florentinos, em parte por medo; e os florentinos não teriam remédio. [37] Se César Borgia o tivesse conseguido – e teria conseguido no mesmo ano que Alexandre morreu –, teria conquistado tanta força e tanta reputação que por si mesmo





per sé stesso si sarebbe retto e non sarebbe più dependuto dalla fortuna e forze di altri, ma dalla potenza e virtù sua.

[38] Ma Alessandro morì dopo cinque anni che egli aveva cominciato a trarre fuori la spada; lasciollo con lo stato di Romagna solamente assolidato, con tutti li altri in aria, infra dua potentissimi exerciti inimici, e malato a morte.

[39] Et era nel Duca tanta ferocità e tanta virtù, e sì bene conosceva come li uomini si hanno a guadagnare o perdere, e tanto erano validi e fondamenti che in sì poco tempo si aveva fatti, che, s'e' non avessi avuto quelli exerciti adosso, o lui fussi stato sano, arebbe retto ad ogni difficoltà.

[40] E che e fondamenti sua fussino buoni, si vidde: ché la Romagna lo aspettò più d'uno mese; in Roma, ancora che mezzo vivo, stette sicuro, e, benché Baglioni Vitelli et Orsini venissino in Roma, non ebbono seguito contro di lui; poté fare, se non chi e' volle papa, almeno che non fussi chi egli non voleva. [41] Ma se nella morte di Alessandro fussi stato sano, ogni cosa gli era facile: e lui mi disse, ne' dí che fu creato Iulio II, che aveva pensato a ciò che potessi nascere morendo el padre, et a tutto aveva trovato remedio, excepto che non pensò mai, in sulla sua morte, di stare ancora lui per morire.

[42] Raccolte io adunque tutte le azioni del Duca, non saprei riprenderlo: anzi mi pare, come io ho fatto, di preporlo imitabile a tutti coloro che per fortuna e con l'arme di altri sono ascesi allo imperio; perché lui, avendo l'animo grande e la sua intenzione alta, non si poteva governare altrimenti, e





ter-se-ia mantido e não mais seria dependente da fortuna e força dos outros, mas da sua potência e da sua *virtù*<sup>103</sup>.

[38] Mas Alexandre morreu cinco anos depois que ele começou a usar a espada: deixando-o somente com o estado da Romanha consolidado e todos os demais no ar, entre dois poderosos exércitos inimigos e doente de morte<sup>104</sup>. [39] E havia no duque tanta ferocidade e tanta *virtù*, tão bem se conhece como os homens podem conquistar ou perder, e tão válidos foram os fundamentos que tinha lançado em tão pouco tempo, que, se não tivesse tido aqueles exércitos contra si, ou estivesse são, teria resistido a todas as dificuldades.

[40] E viu-se que os seus fundamentos eram bons: porque a Romanha o esperou por mais de um mês; em Roma, ainda que semi-vivo, esteve seguro, e, embora os Ballioni, os Vitelli e os Orsini retornassem a Roma, não obtiveram seguidores contra ele; e ele conseguiu, se não fazer papa quem ele queria, ao menos que não se tornasse papa quem ele não desejava. [41] Mas se na morte de Alexandre ele estivesse são, todas as coisas lhe teriam sido fáceis: e ele me disse, nos dias em que Júlio II foi eleito papa, que pensou no que poderia ocorrer quando seu pai tivesse morrido, e para tudo havia encontrado remédio, mas nunca pensara que, na morte de seu pai, também ele estaria morrendo.

[42] Colhendo, pois, todas as ações do duque, eu não saberia repreendê-lo, mas antes me parece o caso de, como tenho feito, propô-lo imitável a todos aqueles que, pela fortuna e com as armas alheias, ascenderam ao poder, porque ele, tendo grande ânimo e intenção elevada, não poderia





solo si oppose alli sua disegni la brevità della vita di Alessandro e la sua malattia. [43] Chi adunque iudica necessario nel suo principato nuovo assicurarsi delli inimici, guadagnarsi delli amici; vincere o per forza o per fraude; farsi amare e temere da' populi, seguire e reverire da' soldati; spegnere quelli che ti possono o debbono offendere; innovare con nuovi modi gli ordini antiqui; essere severo e grato, magnanimo e liberale; spegnere la milizia infidele, creare della nuova; mantenere l'amicizie de' re e de' principi in modo che ti abbino a beneficiare con grazia o offendere con rispetto, non può trovare e più freschi exempli che le actioni di costui.

[44] Solamente si può accusarlo nella creazione di Iulio pontefice, nella quale il Duca ebbe mala electione. [45] Perché, come è detto, non possendo fare uno papa a suo modo, poteva tenere che uno non fussi papa; e non doveva mai consentire al papato di quelli cardinali che lui avessi offesi o che, diventati papa, avessino ad aver paura di lui: perché gli uomini offendono o per paura o per odio. [46] Quelli che lui aveva offeso erano, infra li altri, Sancto Pietro ad Vincula, Colonna, San Giorgio, Ascanio; tutti li altri avevano, divenuti papi, a temerlo, excepto Roano e gli Spagnuoli: questi per coniunzione et obbligo, quello per potenza, avendo coniuuto seco el regno di Francia.

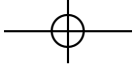




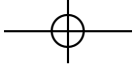
governar de outro modo, e somente se opuseram aos seus desígnios a brevidade da vida de Alexandre e a sua doença. [43] Quem, portanto, julga necessário no seu principado novo assegurar-se contra os inimigos, ganha para si amigos; vencer ou pela força ou pela fraude; ser amado e temido pelo povo, seguido e reverenciado pelos soldados; eliminar aqueles que podem ou devem prejudica-lo; inovar com novos costumes os antigos ordenamentos; ser severo e grato, magnânimo e liberal, acabar com a milícia infiel, criar uma nova; manter a amizade dos reis e dos príncipes de modo que te beneficiem-no com a sua graça ou ofendam-no com cautela; não se pode encontrar exemplos mais recentes do que as ações deste<sup>105</sup>.

[44] Somente se pode acusá-lo na eleição do pontífice Júlio, na qual o duque fez uma má escolha. [45] Porque, como foi dito, não podendo fazer um papa a seu modo, ele poderia impedir que alguém o fosse; e não deveria nunca consentir o papado àqueles cardeais que ofendeu ou que, tornando-se papa, tivessem de ter medo dele, porque os homens ofendem ou por medo ou por ódio. [46] Aqueles que ele ofendeu eram, entre outros, os cardeais de São Pedro em Víncula<sup>106</sup>, Colonna<sup>107</sup>, São Jorge<sup>108</sup>, Ascânio<sup>109</sup>; todos os outros, tornados papa, tinham de temê-lo, exceto o de Ruão<sup>110</sup> e os espanhóis: estes por parentesco e obrigação, aquele pelo poder, pois tinha ao seu favor o reino de França.





[47] Pertanto el Duca innanzi ad ogni cosa doveva creare  
papa uno spagnolo; e, non potendo, doveva consentire a  
Roano, non a San Piero ad vincula. [48] E chi crede che nelli  
personaggi grandi e benefizii nuovi faccino dimenticare le  
iniurie vecchie, s'inganna. [49] Errò adunque el Duca in  
questa electione; e fu cagione dell'ultima ruina sua.



[47] Portanto, o duque, antes de tudo, deveria fazer papa um espanhol, e, não podendo, deveria consentir que o fosse o cardeal de Ruão e não o de São Pedro em Víncula. [48] E quem crê que nos grandes personagens os benefícios novos fazem esquecer as antigas injúrias, se engana. [49] Errou, pois, o duque nesta eleição; e foi a razão de sua ruína final.



0.8 DE HIS QUI PER SCELERA  
AD PRINCIPATUM PERVENERE  
[DI QUELLI CHE PER SCELLERATEZZE SONO  
VENUTI AL PRINCIPATO]

[1] Ma perché di privato si diventa principe ancora in dua modi, il che non si può al tutto o alla fortuna o alla virtù attribuire, non mi pare da lasciarli indrieto, ancora che dell'uno si possa più diffusamente ragionare dove si trattassi delle repubbliche. [2] Questi sono quando o per qualche via scellerata e nefaria si ascende al principato, o quando uno privato ciptadino con el favore degli altri sua ciptadini diventa principe della sua patria. [3] E parlando del primo modo si mosterrà con dua exempli, uno antico, l'altro moderno, senza entrare altrimenti ne' meriti di questa parte: perché io iudico che bastino a chi fussi necessitato imitargli.

[4] Agatocle siciliano, non solo di privata ma d'infima et abietta fortuna, divenne re di Siracusa. [5] Costui, nato d'uno figulo, tenne sempre, per i gradi della sua età, vita scellerata: nondimanco accompagnò le sua scelleratezze con tanta virtù di animo e di corpo che, voltosi alla milizia, per li gradi di quella pervenne ad essere pretore di Siracusa. [6] Nel qual grado sendo costituito, et avendo deliberato diventare principe e tenere con violenza e senza obbligo di altri quello che d'accordo gli era suto concesso, et avuto di questo suo disegno intelligenza con Amilcare cartaginese, il quale con li exerciti militava in Sicilia, raunò una mattina il populo et il senato di Siracusa, come se egli avessi avuto







0.8 DE HIS QUI PER SCELERA  
AD PRINCIPATUM PERVENERE  
[DAQUELES QUE POR ATOS CRIMINOSOS  
CONQUISTARAM PRINCIPADOS]

[1] Mas porque há ainda dois modos de se passar de cidadão comum a príncipe<sup>111</sup>, o que não se pode atribuir de todo ou à fortuna ou à *virtù*, não me parece que deva deixá-las de lado, ainda que sobre uma delas se possa discorrer mais amplamente em se tratando de repúblicas<sup>112</sup>. [2] Estes modos são: ou quando por algum meio criminoso e nefasto alguém ascende ao principado, ou quando um cidadão comum, com o favor de outros cidadãos, torna-se príncipe da sua pátria. [3] E falando do primeiro modo, mostrar-se-á com dois exemplos, um antigo e outro moderno, sem entrar nos méritos desta parte, porque eu julgo que basta, a quem for necessário, imitá-los.

[4] Agátocles<sup>113</sup> siciliano, não só de condição particular<sup>114</sup>, mas também ínfima e abjeta, tornou-se rei de Siracusa. [5] Este homem, nascido de um oleiro, sempre teve, nas diferentes fases da sua vida, uma conduta celerada; não obstante, associou a seus crimes tanta *virtù* de alma e corpo, que, ingressando na milícia<sup>115</sup>, pelos seus diversos graus, chegou a ser pretor<sup>116</sup> de Siracusa. [6] Ao ser investido em tal posto, decidiu tornar-se príncipe e manter com violência e sem obrigação a outrem aquilo que lhe tinha sido concedido por um acordo. Tendo acordado este seu plano com o cartaginês Amílcar<sup>117</sup> – o qual militava com os seus exércitos na Sicília –, reuniu certa manhã o povo e o senado de Si-

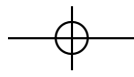




a deliberare cose pertinenti alla repubblica. [7] Et ad uno cenno ordinato fece da' suoi soldati uccidere tutti e senatori e li più ricchi del popolo; e quali morti, occupò e tenne el principato di quella città senza alcuna controversia civile. [8] E benché da' Cartaginesi fussi dua volte rotto e demum assediato, non solum poté difendere la sua città, ma, lasciato parte delle sue genti alla difesa della obsidione, con le altre assaltò l'Affrica et in breve tempo liberò Siracusa dallo assedio e condusse Cartaginesi in extrema necessità; e furono necessitati accordarsi con quello, essere contenti della possessione di Affrica, et ad Agatocle lasciare la Sicilia.

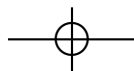
[9] Chi considerassi adunque le actioni e virtù di costui, non vedrà cose, o poche, le quali possa attribuire alla fortuna, con ciò sia cosa, come di sopra è detto, che non per favore di alcuno, ma per li gradi della milizia, e quali con mille disagi e pericoli si aveva guadagnati, pervenissi al principato, e quello dipoi con tanti partiti animosi e pericolosissimi mantenessi. [10] Non si può ancora chiamare virtù ammazzare e suoi ciptadini, tradire gli amici, essere senza fede, senza pietà, senza religione: e quali modi possono fare acquistare imperio ma non gloria. [11] Perché, se si considerassi la virtù di Agatocle nello entrare e nello uscire de' pericoli e la grandezza dello animo suo nel sopportare e superare le cose adverse, non si vede perché egli abbia ad essere iudicato inferiore a qualunque eccellentissimo capitano: nondimanco la sua efferata crudeltà et inumanità, con infinite scelleratezze, non consentono che sia infra gli eccellentissimi uomini celebrato. [12] Non si può adunque





racusa, como se fosse deliberar algo pertinente à república. [7] E com um aceno combinado, ordenou aos seus soldados matarem todos os senadores e os mais ricos do povo. Mortos estes, ocupou e manteve o principado daquela cidade sem nenhuma controvérsia civil. [8] E embora fosse duas vezes derrotado pelos cartagineses e, por fim, assediado por eles, não somente pode defender a sua cidade (porém, deixando parte de seu exército na defesa dela), como com a outra parte assaltou a África e em pouco tempo libertou Siracusa do assédio e conduziu os cartagineses a um extremo perigo. Em seguida os obrigou a um acordo com ele: os cartagineses ficaram com a posse da África e deixaram a Sicília para Agátocles.

[9] Quem considerar, portanto, as ações e a vida deste homem verá pouca ou nenhuma coisa que se possa atribuir à fortuna, porque, como se disse acima, não pelo favor de alguém, mas pelos postos da milícia – os quais conquistou com mil incômodos e perigos – alcançou o principado; e este, posteriormente, conservou com muitas resoluções corajosas e perigosas. [10] Não se pode também chamar de *virtù* matar os seus cidadãos, trair os amigos, agir de má-fé, sem piedade, sem religião: meios estes que permitem conquistar poder, mas não glória<sup>118</sup>. [11] Porque, se se considera a *virtù* de Agátocles ao entrar e ao sair dos perigos, e a grandeza do seu ânimo ao suportar e superar as coisas adversas, não se vê porque ele haveria de ser julgado inferior a qualquer excelentíssimo capitão: todavia, a sua feroz crueldade e desumanidade, com infinitos crimes, não permitiram que





attribuire alla fortuna o alla virtù quello che senza l'una e l'altra fu da lui conseguito.

[13] Ne' tempi nostri, regnante Alessandro vi, Liverotto firmano, sendo più anni innanzi rimasto piccolo, fu da uno suo zio materno, chiamato Giovanni Fogliani, allevato, e ne' primi tempi della sua gioventù dato a militare sotto Paulo Vitegli, acciò che, ripieno di quella disciplina, pervenissi a qualche eccellente grado di milizia. [14] Morto dipoi Paulo, militò sotto Vitellozzo, suo fratello, et in brevissimo tempo, per essere ingegnoso e della persona e dello animo gagliardo, diventò el primo uomo della sua milizia. [15] Ma, parendogli cosa servile lo stare con altri, pensò, con lo aiuto di alcuno ciptadino firmano, alli quali era più cara la servitù che la libertà della loro patria, e con il favore vitellesco, occupare Fermo. [16] E scripse a Giovanni Fogliani come, sendo stato più tempo fuori di casa, voleva venire a vedere lui e la sua città, e riconoscere in qualche parte el suo patrimonio; e perché non si era affaticato per altro che per acquistare onore, acciò che li suoi ciptadini vedessino come non aveva speso il tempo invano, voleva venire onorevole et accompagnato da cento cavagli di sua amici e servidori; e pregavalo fussi contento ordinare che da' Firmiani fussi ricevuto onorevolmente: il che non solamente tornava onore a se proprio, ma a lui, sendo suo alunno.

[17] Non mancò pertanto Giovanni di alcuno officio debito verso el nipote, e, fattolo ricevere da' Firmiani onoratamente, si alloggiò nelle case sua; dove, passato alcuno giorno et atteso ad ordinare segretamente quello che alla





fosse celebrado entre os excelentíssimos homens. [12] Não se pode, portanto, atribuir à fortuna ou à *virtù* aquilo que ele conseguiu sem uma e sem a outra.

[13] No nosso tempo, reinando Alexandre VI, Oliverotto de Fermo<sup>119</sup>, tendo ficado, quando era ainda pequeno, sem seus pais, foi criado por um tio materno, chamado Giovanni Fogliani, e nos primeiros anos de sua juventude foi destinado a servir sob o comando de Paulo Vitelli<sup>120</sup>, a fim de que, pleno daquela disciplina, alcançasse excelente posto na milícia. [14] Morto depois Paulo, serviu sob o comando de Vitellozzo, irmão de Paulo, e, em brevíssimo tempo, por ser engenhoso e corajoso de corpo e de alma, tornou-se o primeiro homem<sup>121</sup> da sua milícia. [15] Contudo, parecendo coisa servil estar sob as ordens de outro, pensou em ocupar Fermo com a ajuda de alguns cidadãos desta cidade – aos quais era mais cara a servidão do que a liberdade da sua pátria – e com o patrocínio de Vitellozzo. [16] E escreveu a Giovanni Fogliani que, por ter estado muitos anos fora de casa, desejava revê-lo e rever sua cidade, e inspecionar algumas partes do seu patrimônio. E porque não se tinha esforçado senão em conquistar honrarias, a fim de que os seus cidadãos vissem como ele não perdera o seu tempo em vão, queria vir à cidade de forma honrada e acompanhado por cem cavaleiros de sua amizade e seus auxiliares. Pediu, pois, a seu tio que fizesse com que eles fossem recebidos honrosamente pelos cidadãos de Fermo, o que não traria honra apenas a ele, seu tio, mas também ao próprio Oliverotto, seu discípulo.





sua futura sceleratezza era necessario, fece uno convito solennissimo, dove invitò Giovanni Fogliani e tutti li primi uomini di Fermo. [18] E consumate che furono le vivande e tutti gli altri intrattenimenti che in simili conviti si usano, Liverotto ad arte mosse certi ragionamenti di cose gravi, parlando della grandezza di papa Alessandro e di Cesare suo figliuolo e delle imprese loro: alli quali ragionamenti rispondendo Giovanni e gli altri, lui ad uno tratto si rizzò, dicendo quelle essere cose da ragionarme in luogo più secreto; e ritirossi in una camera, dove Giovanni e tutti gli altri ciptadini gli andorono drieto. [19] Né prima furono posti a sedere che, delli lochi segreti di quella, uscirono soldati che ammazzorono Giovanni e tutti gli altri. [20] Dopo il quale omicidio montò Liverotto a cavallo e corse la terra et assediò nel palazzo el supremo magistrato: tanto che per paura furono constretti ubbidirlo e formare uno governo del quale si fece principe; e morti tutti quelli che per essere malcontenti lo potevano offendere, si corroborò con nuovi ordini civili e militari: in modo che, in spazio di uno anno che tenne el principato, non solamente lui era sicuro nella città di Fermo, ma era diventato pauroso a tutti e sua vicini. [21] E sarebbe suta la sua expugnazione difficile come quella di Agatocle, se non si fussi lasciato ingannare da Cesare Borgia, quando a Sinigaglia, come di sopra si disse, prese gli Orsini e Vitelli: dove, preso ancora lui, in uno anno dopo il commisso parricidio fu insieme con Vitellozzo, il quale aveva avuto maestro delle virtù e delle scelleratezze sue, strangolato.





[17] Não faltou Giovanni, portanto, com nenhum de seus deveres em relação a seu sobrinho: fez os firmianos receberem-no honradamente e se alojou<sup>122</sup> em sua casa, onde, passando alguns dias empenhado em tramar secretamente aquilo que era necessário a seus futuros crimes, fez um convite soleníssimo, com o qual convidou Giovanni Fogliani e todos os principais homens de Fermo. [18] E uma vez consumidas as iguarias e todos os outros entretenimentos empregados comumente nos banquetes, Oliverotto, artificialmente, teceu certos argumentos graves, falando da grandeza do papa Alexandre e de César, seu filho, e dos seus feitos. A tais raciocínios responderam Giovanni e os outros. De repente Oliverotto se levantou, dizendo que aquilo era coisa para falar em lugar mais secreto e retirou-se para uma câmara, onde Giovanni e todos os outros cidadãos lhe seguiram. [19] Nem bem tinham se sentado quando, de lugares secretos daquela câmara, saíram soldados que mataram Giovanni e todos os outros. [20] Depois de tais homicídios, Oliverotto montou a cavalo e atravessou correndo a cidade, e assediou no palácio o supremo magistrado<sup>123</sup>, tanto que, por medo, os firmianos foram constrangidos a obedecê-lo e a formar um governo do qual se fez príncipe. Mortos todos aqueles, que descontentes, podiam prejudicá-lo, fortaleceu-se com novos ordenamentos civis e militares, de modo que, no espaço de um ano depois de ter tomado o principado, ele não somente estava seguro na cidade de Fermo, mas se tornou temido por todos os seus vizinhos. [21] E seria a sua expulsão difícil, como aquela de Agátocles, se não





[22] Potrebbe alcuno dubitare donde nascesse che Agatocle et alcuno simile, dopo infiniti tradimenti e crudeltà, possé vivere lungamente sicuro nella sua patria e difendersi dalli inimici esterni, e dalli suoi ciptadini non gli fu mai conspirato contro: con ciò sia che molti altri mediante la crudeltà non abbino, etiam ne' tempi pacifici, potuto mantenere lo stato, non che ne' tempi dubbiosi di guerra. [23] Credo che questo advenga dalle crudeltà male usate o bene usate. [24] Bene usate si possono chiamare quelle, – se del male è lecito dire bene, – che si fanno ad uno tratto per la necessità dello assicurarsi: e dipoi non vi si insiste dentro, ma si convertono in più utilità de' sudditi che si può. [25] Male usate sono quelle le quali, ancora che nel principio sieno poche, più tosto col tempo crescano che le si spenghino. [26] Coloro che osservano el primo modo, possono con Dio e con li uomini avere allo stato loro qualche rimedio, come ebbe Agatocle; quelli altri è impossibile si mantenghino.

[27] Onde è da notare che, nel pigliare uno stato, debbe lo occupatore di epso discorrere tutte quelle offese che gli è necessario fare, e tutte farle a un tratto, per non le avere a rinnovare ogni dì e potere, non le innovando, assicurare li uomini e guadagnarseli con beneficiarli. [28] Chi fa altrimenti, o per timidità o per mal consiglio, è sempre necessitato tenere il coltello in mano; né mai può fondarsi sopra e sua subditi, non si potendo quegli, per le fresche e continue iniurie, mai assicurare di lui. [29] Per che le iniurie si debbono fare tutte insieme, acciò che, assaporandosi meno, offendino meno; e benefizii si debbono fare a poco a







se tivesse deixado enganar por César Bórgia, quando em Sinigallia, como acima se disse<sup>124</sup>, foram presos os Orsini e os Vitelli, e onde foi preso ele também. Um ano depois de cometer o parricídio<sup>125</sup>, foi estrangulado, junto com Vitellozzo, que foi mestre da sua *virtù* e de seus crimes.

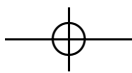
[22] Poderia alguém se perguntar como foi possível que Agátocles e alguns semelhantes, depois de infinitas traições e crueldades, pudessem viver longamente seguros na sua pátria e se defenderem dos inimigos externos, sem que seus cidadãos jamais tivessem conspirado contra eles: e isto, apesar de muitos outros não terem podido, por meio da crueldade, conservar o governo nem nos tempos de paz, nem nos duvidosos tempos de guerra. [23] Creio que isto advenha da crueldade mal usada ou bem usada. [24] “Bem usadas” se podem chamar aquelas – se é lícito falar bem do mal<sup>126</sup> – que se fazem de uma só vez pela necessidade de assegurar-se, e depois não se insiste mais nelas, mas se convertem na maior quantidade possível de benefícios para os súditos. [25] “Mal usadas” são aquelas as quais, ainda que no princípio sejam poucas, rapidamente crescem com o tempo, em vez de se extinguirem. [26] Aqueles que observam o primeiro modo, podem com Deus e com os homens ter algum remédio para o seu governo, como teve Agátocles; os que empregam mal a crueldade não conseguem se manter.

[27] Donde é de se notar que, ao pilhar um governo, deve o invasor fazer todas aquelas afrontas que são necessárias, e fazê-las de uma só vez, para não ter de renovar tudo e para poder, não as renovando, tranquilizar os homens e





poco, acciò si assaporino meglio. [30] E debba soprattutto uno principe vivere in modo, con li suoi subditi, che veruno accidente o di male o di bene lo abbia a fare variare: perché, venendo per li tempi adversi le necessità, tu non se' a tempo al male, et il bene che tu fai non ti giova perché è iudicato forzato, e non te n'è saputo grado alcuno.





ganhá-los ao beneficiá-los. [28] Quem faz de outro modo, ou por timidez ou por mau conselho, sempre precisa ter a faca na mão; também não pode nunca se apoiar nos seus súditos, nem podem estes, pelas injúrias recentes e contínuas, jamais confiar nele. [29] Por isso, as injúrias devem ser feitas todas de uma só vez, a fim de que se saboreiem menos e afrontem menos; os benefícios se devem fazer pouco a pouco, a fim de serem melhor saboreados. [30] E um príncipe deve, sobretudo, viver com os seus súditos de modo que nenhum acidente, mau ou bom, obrigue-o a mudar, porque, advindo as necessidades em tempos adversos, você não terá tempo para o mal, e o bem que fizer não lhe serve, porque é julgado forçado, e não terá com ele nenhum reconhecimento





## 0.9 DE PRINCIPATU CIVILI [DEL PRINCIPATO CIVILE]

[1] Ma venendo all'altra parte, quando uno privato cittadino, non per scelleratezza o altra intollerabile violenza, ma con il favore delli altri sua cittadini diventa principe della sua patria, – il quale si può chiamare principato civile: né a pervenirvi è necessario o tutta virtù o tutta fortuna, ma più presto una astuzia fortunata, – dico che si ascende a questo principato o con il favore del popolo o con de' grandi. [2] Perché in ogni città si truovano questi dua umori diversi: e nasce, da questo, che il popolo desidera non essere comandato et oppresso da' grandi e li grandi desiderano comandare et opprimere el popolo; e da questi dua appetiti diversi nasce nelle città uno de' tre effetti: o principato o libertà o licenza. [3] El principato è causato o dal popolo o da' grandi, secondo che l'una o l'altra di queste parti ne ha l'occasione: perché, vedendo e grandi non potere resistere al popolo, cominciano a voltare la reputazione ad uno di loro e fannolo principe per potere sotto la sua ombra sfogare il loro appetito; il popolo ancora, vedendo non potere resistere a' grandi, volta la eputazione ad uno e lo fa principe per essere con la sua autorità difeso.

[4] Colui che viene al principato con lo aiuto de' grandi, si mantiene con più difficoltà che quello che diventa con lo aiuto del popolo, perché si truova principe con dimolti intorno che gli paiano essere sua equali, e per questo non gli può né comandare né maneggiare a suo modo. [5] Ma colui che arriva al principato con il favore popolare, vi si





## 0.9 DE PRINCIPATU CIVILI [DO PRINCIPADO CIVIL]

[1] Voltando à outra parte<sup>127</sup>, quando um cidadão comum<sup>128</sup>, não por meio de crimes ou outra violência intolérável, mas com o favor dos outros cidadãos, torna-se príncipe da sua pátria – que poderia ser chamada de principado civil<sup>129</sup>: e para sê-lo não é necessário toda *virtù* ou toda fortuna, mas, antes, uma astúcia afortunada<sup>130</sup> –, digo que se ascende a este principado ou com o favor do povo<sup>131</sup> ou com o favor dos grandes<sup>132</sup>. [2] Porque em toda cidade se encontram estes dois humores<sup>133</sup> diversos e nasce, disto, que o povo deseja não ser nem comandado nem oprimido pelos grandes e os grandes desejam comandar e oprimir o povo. Destes dois apetites diversos nasce na cidade um destes três efeitos: ou o principado, ou a liberdade ou a licença<sup>134</sup>. [3] O principado origina-se do povo ou dos grandes, segundo que uma ou outra destas partes tenha a ocasião, porque, vendo os grandes que não podem resistir ao povo, começam a aumentar a reputação e o prestígio de um dos seus e fazem-no príncipe para poderem, sob sua proteção, desafogar o seu apetite. O povo, também, vendo que não pode resistir aos grandes, aumenta a reputação de um e o faz príncipe<sup>135</sup>, para serem defendidos pela sua autoridade.

[4] Aquele que chega ao principado com a ajuda dos grandes, conserva-se com mais dificuldade do que aquele que chega com a ajuda do povo, porque, como príncipe, encontra-se com muitos ao entorno que se lhe equiparam como seus iguais e, por isto, não lhes pode nem comandar





truova solo et ha dintorno o nessuno o pochissimi che non sieno parati a ubbidire. [6] Oltre a questo non si può con onestà soddisfare a' grandi, e senza iniuria di altri, ma si bene al populo: perché quello del populo è più onesto fine che quello de' grandi, volendo questi opprimere e quello non essere oppresso. [7] Preterea, del populo inimico uno principe non si può mai assicurare, per essere troppi: de' grandi si può assicurare, per essere pochi. [8] Il peggio che possa aspettare uno principe dal populo inimico, è lo essere abbandonato da lui; ma da' grandi, inimici, non solo debba temere di essere abbandonato, ma etiam che loro gli venghino contro: perché, essendo in quelli più vedere e più astuzia, avanzano sempre tempo per salvarsi e cercano gradi con quelli che sperano che vinca. [9] È necessitato ancora el principe vivere sempre con quello medesimo populo, ma può ben fare senza quelli medesimi grandi, potendo farne e disfarne ogni dí e tòrre e dare a sua posta reputazione loro.

[10] E per chiarire meglio questa parte, dico come e grandi si debbono considerare in dua modi principalmente: o si governano in modo col procedere loro che si obligano in tutto alla tua fortuna, o no. [11] Quegli che si obligano, e non sieno rapaci, si debbono onorare et amare. [12] Quelli che non si obligano, si hanno ad esaminare in dua modi: o e' fanno questo per pusillanimità e difetto naturale d'animo; allora tu te ne debbi servire, maxime di quelli che sono di buono consiglio, perché nelle prosperità te ne onori e non hai nelle avversità a temere di loro. [13] Ma quando e' non si obligano per arte e per cagione ambiziosa, è segno come





nem guiá-los a seu modo. [5] Mas, aquele que chega ao principado pelo favor popular, encontra-se sozinho e tem entorno a si ou nenhum ou pouquíssimos que não estejam dispostos a lhe obedecer. [6] Além disto, não se pode, com honestidade, satisfazer os grandes sem injuriar outros, mas ao povo sim, porque o fim do povo é mais honesto que o dos grandes, querendo esses oprimir e aqueles não ser oprimidos<sup>136</sup>. [7] Além disso, um príncipe inimigo do povo não pode nunca estar seguro, por serem esses muitos; contra os grandes pode estar seguro, por serem poucos. [8] O pior que pode acontecer a um príncipe inimigo do povo é ser abandonado por ele, mas dos grandes, que lhe são inimigos, não somente deve temer ser abandonado, mas ainda mais eles lhe venham contra, porque, tendo estes mais visão e mais astúcia, sempre antecipam o tempo para se salvarem e buscarem as graças de quem esperam que vença. [9] É necessário, também, ao príncipe, viver sempre com o mesmo povo, contudo, pode muito bem dispensar os mesmos grandes, podendo fazer e se desfazer deles todo dia, e tirar-lhes e lhes dar, a seu bel prazer, a sua reputação.

[10] Para esclarecer melhor esta parte, digo que se devem considerar os grandes de dois modos principais: ou se governam de maneira que, com o seu proceder, estejam totalmente vinculados a sua fortuna, ou não. [11] Aqueles que se vinculam a você, e não são rapaces, devem-se honrar e amar. [12] Aqueles que não se vinculam a você devem ser examinados de dois modos: ou eles fazem isto por pusilanimidade e defeito natural de ânimo<sup>137</sup> – então tu deves





pensano più a sé che a te: e da quelli si debbe el principe guardare, e temergli come se fussino scoperti nimici, perché sempre nelle adversità aiuteranno ruinarlo.

[14] Debba pertanto uno, che diventi principe mediante el favore del populo, mantenerselo amico: il che gli fia facile, non domandando lui se non di non essere oppresso. [15] Ma uno che, contro al populo, diventi principe con il favore de' grandi, debbe innanzi ad ogni altra cosa cercare di guadagnarsi el populo: il che gli fia facile, quando pigli la protectione sua. [16] E perché li uomini, quando hanno bene da chi credevano avere male, si obligano più al beneficatore loro, diventa el populo subito più suo benivolo che s'e' si fussi condotto al principato con favori sua. [17] E puosselo guadagnare el principe in molti modi: e quali perché variano secondo el subiecto, non se ne può dare certa regola, e però si lasceranno indrieto. [18] Concluderò solo che a uno principe è necessario avere il populo amico, altrimenti non ha nelle avversità remedio. [19] Nabide principe delli Spartani sostenne la obsidione di tutta Grecia e di uno exercito romano vittoriosissimo, e difese contro a quelli la patria sua et il suo stato; e gli bastò solo, sopravvenente il periculo, assicurarsi di pochi: ché, se egli avessi avuto el populo inimico, questo non li bastava.

[20] E non sia alcuno che repugni a questa mia opinione con quello proverbio trito, che chi fonda in sul populo fonda in sul fango: perché quello è vero quando uno ciptadino privato vi fa su fondamento e dassi ad intendere che il populo lo liberi, quando fussi oppresso dalli nimici o da' magistrati.







servir-te mais ainda daqueles que são bons conselheiros, porque na prosperidade te honram e na adversidade não terás que temê-los –, [13] ou quando eles não se vinculam a você por artifício e por motivos ambiciosos, é sinal de que pensam mais em si mesmos que em você. Deve o príncipe, pois, proteger-se e temê-los como se fossem inimigos declarados, porque sempre, nas adversidades, colaboram para arruiná-lo.

[14] Deve, portanto, alguém que se torna príncipe mediante o favor do povo, conservar-se amigo dele, o que faz facilmente, pois não desejam eles senão não ser oprimidos. [15] Mas alguém que, contra o povo, torna-se príncipe com o favor dos grandes, deve, antes de qualquer outra coisa, procurar ganhar o povo para si, o que ele faz facilmente, quando assume a proteção do povo. [16] E porque os homens ficam mais ligados a seu benfeitor quando recebem o bem de quem acreditavam receber o mal, torna-se o povo imediatamente mais benévolo para com ele do que se tivesse ele chegado ao principado com os favores do povo. [17] E pode o príncipe ganhá-los de muitos modos: aos quais, porque variam segundo a matéria<sup>138</sup>, não se pode dar uma regra certa e constante, e, por isso, deixaremos de lado essa questão. [18] Concluo, somente que, a um príncipe, é necessário ter o povo como amigo, pois, de outro modo, não tem remédio nas adversidades. [19] Nabis<sup>139</sup>, príncipe dos espartanos, suportou o assédio de toda Grécia e de um exército romano vitoriosíssimo e defendeu contra eles a sua pátria e o seu status. Bastou-lhe somente, quando sobreveio





[21] In questo caso si potrebbe trovare spesso ingannato, come a Roma e Gracchi et a Firenze messer Giorgio Scali. [22] Ma essendo uno principe che vi fondi su, che possa comandare e sia uomo di core, né si sbigottisca nelle adversità, e non manchi delle altre preparazione e tenga con lo animo et ordini suoi animato l'universale, mai si troverrà ingannato da lui e gli parrà avere fatto li suo fundamenti buoni. [23] Sogliono questi principati periclitare quando sono per salire dallo ordine civile allo assoluto. [24] Perché questi principi o comandano per loro medesimi o per mezzo delli magistrati: nello ultimo caso è più debole e più pericoloso lo stato loro, perché gli stanno al tutto con la volontà di quelli ciptadini che a' magistrati sono preposti: e quali, maxime ne' tempi adversi, gli possono torre con facilità grande lo stato, o con abbandonarlo o con fargli contro. [25] Et il principe non è a tempo ne' pericoli, a pigliare l'autorità assoluta, perché e ciptadini e subditi, che sogliono avere e' comandamenti da' magistrati, non sono in quelli frangenti per ubbidire a' suoi. [26] Et arà sempre ne' tempi dubbii penuria di chi si possa fidare; perché simile principe non può fondarsi sopra quello che vede ne' tempi quieti, quando e' ciptadini hanno bisogno dello stato: perché allora ognuno corre, ognuno promette, e ciascuno vuole morire per lui, quando la morte è discosto; ma ne' tempi adversi, quando lo stato ha bisogno de' ciptadini, allora se ne truova pochi. [27] E tanto più è questa esperienza pericolosa, quanto la non si può fare se non una volta: però uno principe savio debbe pensare uno modo per il quale li sua ciptadini, sem-

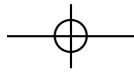




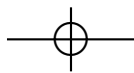
o perigo, assegurar-se contra poucos, o que, caso ele fosse inimigo do povo, não lhe teria sido suficiente.

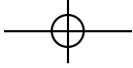
[20] E não me venha alguém refutar esta minha opinião com aquele provérbio trivial, de que quem se apóia sobre o povo, apóia-se sobre a lama: porque, com efeito, isto é verdadeiro quando um cidadão comum faz do povo o seu fundamento, e ilude-se que o povo o libertará quando ele for oprimido pelos inimigos ou pelos magistrados<sup>140</sup>. [21] Neste caso se poderia frequentemente enganar, como em Roma os Gracos<sup>141</sup> e em Florença o senhor Giorgio Scali<sup>142</sup>. [22] Mas, sendo um príncipe que se funda sobre o povo, sendo que ele pode comandar e é homem de coragem, que não se amedronta nas adversidades, nem lhe falta outros preparos e mantém com a sua coragem e seus ordenamentos todos animados, nunca se encontrará enganado pelo povo e lhe parecerá ter bem feito os seus fundamentos. [23] Costumam estes principados correr perigo quando passam de principado civil a principado absoluto. [24] Porque estes príncipes ou comandam por si mesmo ou por meio dos magistrados: no último caso é mais débil e mais perigosa a situação deles, porque estão em tudo submetidos à vontade daqueles cidadãos que são prepostos como magistrados, os quais, principalmente nos tempos adversos, lhe podem retirar o estado com grande facilidade ou abandonando-o<sup>143</sup>, ou não o obedecendo, ou agindo ativamente contra o príncipe. [25] E o príncipe não tem tempo, nos momentos perigosos, em retomar a autoridade absoluta, porque os cidadãos e os súditos, que estavam habituados aos comandos dos magis-







pre et in ogni qualità di tempo, abbino bisogno dello stato e di lui; e sempre dipoi gli saranno fedeli.





trados, nesta conjuntura, não são obedientes às suas ordens. [26] E sempre terá, nos tempos de penúria, poucos em quem possa confiar, porque um príncipe assim não pode fundar-se sobre aquilo que vê nos tempos calmos, quando os cidadãos têm necessidade do governo, porque quando a morte é distante, todos acorrem, todos prometem e todos desejam morrer por ele, mas nos tempos adversos, quando o governo necessita dos cidadãos, nesta hora se encontram poucos. [27] E, tanto mais é esta experiência perigosa quanto não se pode tê-la senão uma vez. Porém, um príncipe sábio deve pensar em um modo pelo qual os seus cidadãos, sempre e em todas as ocasiões, precisem do governo e dele, e assim sempre lhe serão fiéis.





0.10 QUOMODO OMNIUM PRINCIPATUUM  
VIRES PERPENDI DEBEANT

[IN CHE MODO SI DEBBINO MISURARE LE  
FORZE DI TUTTI I PRINCIPATI]

[1] Convieni avere, nello esaminare le qualità di questi principati, un'altra considerazione: cioè se uno principe ha tanto stato che possa, bisognando, per sé medesimo reggersi, o vero se ha sempre necessità della defensione d'altri. [2] E per chiarire meglio questa parte, dico come io iudico coloro potersi reggere per sé medesimi che possono, o per abbondanza di uomini o di denari, mettere insieme un exercito iusto e fare una giornata con qualunque lo viene ad assaltare. [3] E così iudico coloro avere sempre necessità di altri, che non possono comparire contro al nimico in campagna, ma sono necessitati rifuggirsi dentro alle mura e guardare quelle. [4] Nel primo caso, si è discorso e per lo advenire direno quello ne occorre. [5] Nel secondo caso, non si può dire altro salvo che confortare tali principi a fortificare e munire la terra propria e del paese non tenere alcuno conto. [6] E qualunque arà bene fortificata la sua terra e, circa alli altri governi, con li subditi si sarà maneggiato come di sopra è detto e di sotto si dirà, sarà sempre con gran rispetto assaltato; perché li uomini sono nimici delle imprese dove si vegga difficoltà: né si può vedere facilità assaltando uno che abbia la sua terra gagliarda e non sia odiato dal populo.

[7] Le città della Magna sono liberissime, hanno poco contado et obbediscano allo Imperatore quando le voglio-





0.10 *QUOMODO OMNIUM PRINCIPATUUM  
VIRES PERPENDI DEBEANT*

[DE QUE MODO SE DEVEM CONSIDERAR AS  
FORÇAS DE TODOS OS PRINCIPADOS]

[1] Convém fazer, ao examinar as qualidades destes principados<sup>144</sup>, uma outra consideração: isto é, se um príncipe se vê em uma tal condição na qual possa, se necessitar, regê-la<sup>145</sup> por si mesmo, ou, se de fato, tem sempre necessidade de ser defendido por outros. [2] E, para esclarecer melhor esta parte, digo como eu julgo aqueles que podem<sup>146</sup> reger por si mesmos, ou por abundância de homens ou de dinheiro, reunir um exército suficiente para uma batalha campal contra qualquer um que venha assaltá-los. [3] E assim julgo que têm sempre necessidade de outros aqueles que não podem defrontar-se com o inimigo em campo aberto, mas necessitam refugiar-se dentro dos muros e protegê-los. [4] Acerca do primeiro caso, já se discutiu<sup>147</sup> e, em seguida, diremos algo mais a esse respeito. [5] Acerca do segundo caso, não se pode dizer outra coisa senão exortar tais príncipes a fortificar e municiar a própria cidade, e não levar em conta os demais territórios. [6] E qualquer um que tiver bem fortificada a sua cidade e, acerca dos outros governos, tenha-se comportado com os súditos como acima se disse e adiante se dirá, será sempre atacado com grande respeito, porque os homens são sempre inimigos das empresas em que vêem dificuldade: e tampouco podem ver facilidade em assaltar alguém que tenha a sua cidade fortificada e não seja odiado pelo povo.





no, e non temono né quello né alcuno altro potente che le abbino intorno. [8] Perché le sono in modo affortificate che ciascuno pensa la expugnazione di epse dovere essere tediosa e difficile: perché tutte hanno fossi e mura conveniente; hanno artiglieria a sufficienza; tengono sempre nelle canove pubbliche da bere e da mangiare e da ardere per uno anno; [9] et oltre a questo, per potere tenere la plebe pasciuta e senza perdita del publico, hanno sempre in comune da potere per uno anno dare loro da lavorare loro, in quelli exercizii che sieno el nervo e la vita di quella città e delle industrie de' quali la plebe pasca; tengono ancora li exercizii militari in reputazione, e sopra questo hanno molti ordini a mantenergli.

[10] Uno principe adunque, che abbia una città così ordinata e non si facci odiare, non può essere assaltato; e, se pure fussi chi lo assaltassi, se ne partire', con vergogna: perché le cose del mondo sono sì varie che egli è impossibile che uno potessi con li exerciti stare uno anno ocioso a campeggiarlo. [11] E chi replicassi: se il populo arà le sua possessioni fuora e veggale ardere, non ci arà pazienza, et il lungo assedio e la carità propria gli farà sdimenticare lo amore del principe; rispondo che uno principe prudente et animoso supererà sempre tutte quelle difficoltà, dando a' subditi ora speranza che il male non fia lungo, ora timore della crudeltà del nimico, ora assicurandosi con destrezza di quegli che gli paressino troppo arditi. [12] Oltre a questo, el nimico ragionevolmente debba ardere e ruinare el paese in su la sua giunta e nelli tempi quando gli animi degli







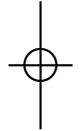
[7] As cidades da Alemanha<sup>148</sup> são libérrimas, têm poucos territórios e obedecem ao imperador quando desejam, e não temem nem este nem aquele poderoso que habita no seu entorno. [8] Porque elas são de tal modo fortificadas que qualquer um pensa que sua conquista deve ser tediosa e difícil, pois todas têm fosso e muros convenientes; têm artilharia suficiente; têm sempre nos celeiros públicos bebidas, mantimentos e combustíveis para um ano; [9] e, além disto, para poder manter a plebe alimentada e sem prejuízo para o poder público, têm sempre na cidade trabalhos para dar-lhe por um ano naquelas atividades que são o nervo e a vida daquela cidade e naquelas atividades com as quais a plebe se sustenta; têm, ainda, em grande conta os exercícios militares, e nisto tomam as medidas necessárias para mantê-los.

[10] Um príncipe, portanto, que tenha uma cidade assim ordenada e não se faz odiado, não pode ser tomado de assalto, e, ainda que houvesse quem o tomasse de assalto, partiria com vergonha, porque as coisas do mundo são tão variadas que é quase impossível que alguém pudesse ficar com os exércitos ociosos por um ano a sitiá-lo. [11] E quem a isto replicasse que o povo tem suas posses fora dos muros, e que ao vê-las arder, não terá paciência, e o longo assédio e o amor a si próprio o fará esquecer o amor ao príncipe, respondendo que um príncipe prudente e animoso superará sempre todas aquelas dificuldades, dando aos súditos ora esperança de que o mal não será longo, ora incutindo o temor da crueldade do inimigo, ora precavendo-se com astúcia





uomini sono ancora caldi e volenterosi alla difesa: e però tanto meno el principe debba dubitare, perché dopo qualche giorno, che gli animi sono raffreddi, sono di già fatti e danni, sono ricevuti e mali, non vi è più remedio. [13] Et allora tanto più si vengono ad unire con il loro principe, parendo che lui abbia con loro obbligo, sendo loro sute arse le case, ruinate le possessioni per la difesa sua: e la natura delli uomini è così obligarsi per li benefizii che si fanno, come per quelli che si ricevano. [14] Onde, se si considerrà bene tutto, non fia difficile ad uno principe prudente tenere, prima e poi, fermi gli animi de' sua ciptadini nella obsidione, quando non vi manchi né da vivere né da difendersi.





daqueles que lhe parecem muito ousados. [12] Além disto, é razoável pensar que o inimigo deva queimar e arruinar o país em sua investida e nos momentos em que os ânimos dos homens estão ainda quentes e voluntariosos para a defesa. Porém, por isso deve o príncipe recear menos ainda, porque depois de alguns dias, quando as forças estão arrefecidas, os danos já foram feitos, os males já aceitos, e não há mais remédio. [13] E então tanto mais se unirão a seu príncipe, parecendo-lhes que este tem obrigação para com eles, tendo sido as suas casas queimadas e arruinadas as suas posses para a defesa dele. E é da natureza dos homens obrigar-se tanto pelos benefícios que se fazem, como por aqueles que se recebem. [14] Donde, se se considera tudo bem, não é difícil a um príncipe prudente manter, antes e depois, firmes os ânimos dos seus cidadãos na defesa da cidade, enquanto não lhes faltar nem o necessário para viver, nem o necessário para se defender.





0.11 DE PRINCIPATIBUS ECCLESIASTICIS  
[DE' PRINCIPATI ECCLESIASTICI]

[1] Restaci solamente al presente a ragionare de' principati ecclesiastici, circa quali tutte le difficoltà sono avanti che si posseghino; perché si acquistano o per virtù o per fortuna, e senza l'una e l'altra si mantengono: perché sono subtentati dalli ordini antiquati nella religione, quali sono stati tanto potenti e di qualità che tengono e loro principi in stato in qualunque modo si procedino e vivino. [2] Costoro soli hanno stati e non gli difendano; hanno subditi, e non li governano. [3] E gli stati, per essere indifesi, non sono loro tolti; et e subditi, per non essere governati, non se ne curano, né pensano, né possono alienarsi da loro. [4] Solo adunque questi principati sono sicuri e felici; ma, essendo quelli retti da cagione superiori, alle quali mente umana non aggiugne, lascerò il parlarne: perché, essendo exaltati e mantenuti da Dio, sarebbe officio di uomo presumptuoso e temerario discorrerne. [5] Nondimanco, se alcuno mi ricercassi donde viene che la Chiesa nel temporale sia venuta a tanta grandezza, – con ciò sia che da Alessandro indrieto e potentati italiani, e non solum quelli che si chiamavano e potentati ma ogni barone e signore benché minimo, quanto al temporale, la extimava poco, et ora uno re di Francia ne trema, e lo ha possuto cavare di Italia e ruinare Viniziani, – la qual cosa, ancora che sia nota, non mi pare superfluo ridurla in buona parte alla memoria.



0.11 *DE PRINCIPATIBUS ECCLESIASTICIS*  
[DOS PRINCIPADOS ECLESIASTICOS]

[1] Resta somente discorrer, agora, sobre os principados eclesiásticos, acerca dos quais todas as dificuldades estão antes de se possuí-los, porque se conquistam ou pela *virtù* ou pela fortuna, e sem uma e outra se conservam, pois são apoiados pelas antigas ordens da religião, as quais têm sido tão poderosas e de uma tal qualidade que conservam os seus príncipes no poder, não importando o modo como procedam e vivam. [2] Somente eles têm estados e não os defendem; têm súditos e não os governam. [3] Os estados, por serem indefesos, não lhes são retirados, e os súditos, por não serem governados, não se preocupam com isso, nem pensam e nem podem rebelar-se contra eles. [4] Logo, apenas estes principados são seguros e felizes, mas, sendo eles regidos por razões superiores, as quais a mente humana não alcança, deixarei de falar deles, porque sendo engrandecidos e mantidos por Deus, seria ofício de um homem presunçoso e temerário discorrer sobre eles. [5] Todavia<sup>149</sup>, se alguém me perguntasse por onde a Igreja chegou a tamanha grandeza na esfera temporal – uma vez que, antes de Alexandre<sup>150</sup>, os poderosos italianos, e não somente aqueles que se chamavam poderosos, mas todos os barões e senhores, ainda que pouco poderosos no plano temporal, a prezavam pouco, e agora um rei como o de França a teme, e ela pôde expulsá-lo da Itália e arruinar os venezianos –, coisa que, ainda que seja conhecida, não me parece superfluo trazer parte dela de novo à memória.



[6] Avanti che Carlo re di Francia passassi in Italia, era questa provincia sotto lo imperio del Papa, Viniziani, re di Napoli, duca di Milano e Fiorentini. [7] Questi potentati avevano ad avere dua cure principali: l'una, che uno forestiero non entrassi in Italia con le arme; l'altra, che veruno di loro occupassi più stato. [8] Quegli a chi si aveva più cura erano Papa e Viniziani; et a tenere indrieto e Viniziani, bisognava la unione di tutti li altri, come fu nella difesa di Ferrara; et a tenere basso il Papa, si servivono de' baroni di Roma, li quali sendo divisi in due factioni, Orsine e Colonnese, sempre vi era cagione di scandolo fra loro; e, stando con le arme in mano in su li occhi al Pontefice, tenevano il pontificato debole et infermo. [9] E, benché surgessi qualche volta alcuno papa animoso, come fu Sixto, tamen la fortuna o il sapere non lo poté mai disobligare da queste incomodità. [10] E la brevità della vita loro n'era cagione; perché in dieci anni che, raguagliato, uno papa viveva, a fatica ch'è potessi abassare una delle factioni; e se, verbi gratia, l'uno aveva quasi spenti Colonnese, surgeva un altro inimico agli Orsini, che gli faceva risurgere e li Orsini non era a tempo a spegnere. [11] Questo faceva che le forze temporali del Papa erano poco stimate in Italia.

[12] Surse dipoi Alessandro vi, il quale, di tutt'i pontefici che sono mai stati, mostrò quanto uno papa e con danaio e con le forze si poteva prevalere; e fece, con lo instrumento del duca Valentino e con la occasione della passata de' Francesi, tutte quelle cose che io discorro di sopra nelle acyioni del Duca. [13] E benché la intenzione suo non fussi fare





[6] Antes que Carlos, rei de França, invadissem a Itália<sup>151</sup>, estava esta província sob o império do papa, dos venezianos, do rei de Nápoles, do duque de Milão e dos florentinos. [7] Estes poderosos tinham duas preocupações principais: uma, que um forasteiro não entrasse na Itália com suas armas; a outra, que nenhum dentre eles ocupasse mais poder do que os outros. [8] Aqueles que suscitavam mais preocupação eram o papa e os venezianos. Para deter os venezianos, era necessária a união de todos os outros, como aconteceu na defesa de Ferrara; para limitar o poder do papa, serviram-se dos barões de Roma, os quais, estando divididos em duas facções – os Orsini e os Colonna<sup>152</sup> –, sempre havia motivo de discórdia entre eles, e, estando com as armas em mãos e com os olhos sobre o pontífice, conservaram o pontificado débil e enfermo. [9] E ainda que surgisse alguma vez um papa corajoso, como foi Sixto<sup>153</sup>, a fortuna ou o conhecimento, todavia, não puderam nunca livrá-lo destes incômodos. [10] E a brevidade da vida deles era a razão disso, porque em dez anos que, em média, vivia um papa, mal podia diminuir o poder de uma das facções. Caso, por exemplo, um deles houvesse quase eliminado os Colonna, surgia um outro inimigo dos Orsini, que fazia ressurgir aqueles e os Orsini não tinham tempo de extingui-los. [11] Isto fazia com que as forças temporais do papa fossem pouco respeitadas na Itália.

[12] Surge depois Alexandre VI, o qual, de todos os pontífices que já existiram, mostrou quanto um papa, com o dinheiro e com a força, poderia prevalecer; e fez, usando





grande la Chiesa, ma il duca, nondimeno ciò che fece tornò a grandezza della Chiesa; la quale dopo la sua morte, spento il Duca, fu erede delle sue fatiche.

[14] Venne dipoi papa Iulio e trovò la Chiesa grande, avendo tutta la Romagna e essendo spenti e baroni di Roma e, per le battiture di Alessandro, annullate quelle fazioni; e trovò ancora la via aperta al modo dello accumulare danari, non mai più usitato da Alessandro indietro. [15] Le quali cose Iulio non solum seguitò, ma accrebbe, e pensò a guadagnarsi Bologna e spegnere e Viniziani et a cacciare Franzesi di Italia: e tutte queste imprese gli riuscirono, e con tanta più sua laude, quanto lui fece ogni cosa per adcrecere la Chiesa e non alcuno privato. [16] Mantenne ancora le parte Orsine e Colonnese in quelli termini le trovò. [17] E benché fra loro fussi qualche capo da fare alterazione, tamen dua cose gli ha tenuti fermi: l'una, la grandezza della Chiesa, che gli sbigottisce; l'altra, il non avere loro cardinali, i quali sono origine delli tumulti intra loro; né mai staranno quiete, qualunque volta queste parti abbino cardinali, perché questi nutriscono, in Roma e fuori, le parte, e quelli baroni sono forzati a difenderle; e così, dalla ambizione de' prelati nascono le discordie e li tumulti intra baroni.







o duque Valentino como seu instrumento e pela ocasião da invasão dos franceses, todas aquelas coisas sobre as quais eu discorri acima<sup>154</sup> ao tratar das ações do duque. [13] E, embora a sua intenção não fosse engrandecer a Igreja, mas o duque, contudo, o que ele fez trouxe grandeza à Igreja, a qual, depois de sua morte, desaparecido o duque, foi herdeira de seus esforços.

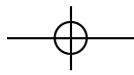
[14] Veio depois o papa Júlio, que encontrou a Igreja grande, dominando toda a Romanha, eliminados os barões de Roma e, pelas investidas de Alexandre, anuladas aquelas facções. Ele encontrou o caminho ainda mais aberto para acumular dinheiro, jamais usado antes de Alexandre. [15] Coisas que Júlio não apenas continuou, mas aumentou, pois pensou em conquistar Bolonha, eliminar os venezianos e expulsar os franceses da Itália: em todas estas empresas obteve êxito, e com tanto mais honra para si, quanto fez todas essas coisas para o engrandecimento da Igreja e não para o de algum cidadão. [16] Conservou, ainda, os partidos dos Orsini e Colonna nos limites que os encontrou. [17] E, embora entre eles algum chefe fosse propenso a suscitar discórdias, duas coisas, todavia, detiveram-nos: uma, a grandeza da Igreja, que lhes amedrontava; outra, não ter eles cardeais, os quais são as origens dos tumultos entre eles: e nunca ficarão tranquilos estes partidos enquanto tiverem cardeais, porque estes alimentam, em Roma e fora dela, os partidos e os barões para defendê-los; e, assim, da ambição dos prelados nascem as discórdias e os tumultos entre os barões.



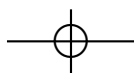
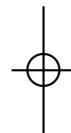


[18] Ha trovato adunque la Sanctità di papa Leone questo pontificato potentissimo: il quale si spera, se quegli lo feciono grande con le arme, questo, con la bontà et infinite altre sue virtù lo farà grandissimo e venerando.





[18] Sua Santidade, o papa Leão<sup>155</sup>, encontrou, portanto, este<sup>156</sup> pontificado poderosíssimo, do qual se espera, se aqueles o fizeram grande com as armas, que este, com a sua bondade e as suas outras infinitas *virtù*, torne-o grandíssimo e venerável.





0.12 QUOT SUNT GENERA MILITIAE ET  
DE MERCENNARIIS MILITIBUS  
[DI QUANTE RAGIONI SIA LA MILIZIA, E DE'  
SOLDATI MERCENNARIJ]

[1] Avendo discorso particolarmente tutte le qualità di quelli principati de' quali nel principio proposi di ragionare, e considerato in qualche parte le cagioni del bene e del male essere loro, e mostro e modi con li quali molti hanno cerco di acquistargli e tenergli, mi resta ora a discorrere generalmente le offese e difese che in ciascuno de' prenominati possono accadere.

[2] Noi abbiamo detto di sopra come a uno principe è necessario avere e sua fondamenti buoni, altrimenti di necessità conviene che ruini. [3] E principali fondamenti che abbino tutti li stati, così nuovi come vecchi o mixti, sono le buone legge e le buone arme: e perché non può essere buone legge dove non sono buone arme, e dove sono buone arme conviene sieno buone legge, io lascerò indietro el ragionare delle legge e parlerò delle arme.

[4] Dico adunque che l'arme con le quali uno principe difende el suo stato o le sono proprie, o le sono mercennarie o auxiliare o mixte. [5] Le mercennarie et auxiliarie sono inutile e periculose; e se uno tiene lo stato suo fondato in su l'arme mercennarie, non starà mai fermo né sicuro, perché le sono disunite, ambiziose, senza disciplina, infedele, gagliarde infra gli amici, infra ' nimici vile: non timore di Dio, non fede con li uomini; e tanto si differisce la ruina, quanto si differisce lo assalto; e nella pace se' spogliato da





0.12 *QUOT SUNT GENERA MILITIAE ET  
DE MERCENNARIIS MILITIBUS*  
[DE QUANTOS SÃO OS GÊNEROS DE MILÍCIAS  
E DE SOLDADOS MERCENÁRIOS]

[1] Tendo percorrido detalhadamente sobre todas as qualidades daqueles principados que no princípio nos propuzemos a pensar, considerando em alguns pontos as razões do bem e mal-estar deles, e expostos os modos pelos quais muitos têm procurado conquistá-los e conservá-los, resta-me agora discorrer, de modo geral<sup>157</sup>, sobre os ataques e as defesas que podem ocorrer em cada um dos principados citados anteriormente<sup>158</sup>.

[2] Dissemos acima<sup>159</sup> quão necessário é a um príncipe ter os seus fundamentos bons, pois, de outro modo, é forçoso que se arruíne. [3] Os principais fundamentos comuns a todos os estados, tantos os novos como os velhos e os mistos, são as boas leis e as boas armas: porque não podem ser boas as leis onde não há boas armas, e onde há boas armas convém que haja boas leis. Deixarei de lado o raciocínio relativo às leis e falarei das armas<sup>160</sup>.

[4] Digo, portanto, que as armas com as quais um príncipe defende o seu estado ou são próprias ou são mercenárias, ou auxiliares ou mistas. [5] As mercenárias e auxiliares são inúteis e perigosas. Se alguém tem o seu estado fundado sobre as armas mercenárias, nunca estará nem firme nem seguro, porque elas são desunidas, ambiciosas, sem disciplina, infiéis, valorosas entre os amigos, vis entre os inimigos: não temerosas a Deus, não confiáveis para com os





loro, nella guerra dagli inimici. [6] La cagione di questo è che le non hanno altro amore né altra cagione che le tenga in campo che uno poco di stipendio, il quale non è sufficiente a fare che voglino morire per te. [7] Vogliono bene essere tua soldati mentre che tu non fai guerra; ma, come la guerra viene, o fuggirsi o andarsene. [8] La qual cosa doverrei durare poca fatica a persuadere, perché ora la ruina di Italia non è causata da altro che per essersi per spazio di molti anni riposata tutta in sulle arme mercennarie. [9] Le quali feciono già per alcuno qualche progresso, e parevano gagliarde infra loro; ma come venne el forestiero le mostrorono quello che elle erano: onde che a Carlo re di Francia fu lecito pigliare la Italia col gesso; e chi diceva come n'erano cagione e peccati nostri, diceva il vero; ma non erano già quegli che credeva, ma questi che io ho narrati; e perché gli erano peccati di principi, ne hanno patito le pene ancora loro.

[10] Io voglio dimostrare meglio la infelicità di queste arme. E capitani mercennarii o e' sono uomini eccellenti, o no; se sono, non te ne puoi fidare, perché sempre aspireranno alla grandezza propria, o con lo opprimere te, che gli se' patrone, o con opprimere altri fuori della tua intenzione; ma se il capitano non è virtuoso, ti rovina per l'ordinario. [11] E se si risponde che qualunque avrà le arme in mano farà questo, o mercenario o no, replicherrei come l'arme hanno ad essere operate o da uno principe o da una repubblica: el principe debbe andare in persona, e fare lui l'offizio del capitano; la repubblica ha a mandare sua ciptadini; e,





homens; com elas se adia a ruína enquanto se adia o ataque; na paz se é espoliado por elas, na guerra pelos inimigos. [6] A razão disto é que elas não têm outro amor nem outra razão que as conserve em campo, senão um pouco de soldo, o qual não é suficiente para fazer com que queiram morrer por você. [7] Querem bem ser seus soldados enquanto você não for à guerra, mas, quando a guerra vem, ou fogem ou se vão. [8] E disto é fácil de se persuadir, porque a atual ruína da Itália não é causada por outra coisa senão por ter-se, pelo espaço de muitos anos, apoiado inteiramente sobre as armas mercenárias. [9] Tais armas já fizeram algumas conquistas sob o comando de alguns<sup>161</sup> e pareciam valorosas quando combatiam entre si, mas, quando veio o forasteiro<sup>162</sup>, elas mostraram aquilo que eram. Por isso para Carlos, rei de França<sup>163</sup>, foi lícito riscar a Itália com giz<sup>164</sup>; e quem dizia<sup>165</sup> que a causa disto eram os nossos erros dizia a verdade, embora não se tratasse daqueles que acreditavam ser, mas destes que eu narrei; e porque eram erros dos príncipes, eles também sofreram as suas penas.

[10] Vou demonstrar melhor a infelicidade destas armas. Os capitães mercenários ou são homens excelentes ou não; se o são, não se pode confiar neles, porque ou sempre aspirarão à própria grandeza ou vão oprimi-lo, você que é seu patrão, ou oprimirão outros para além de sua intenção. Porém, se o capitão não é virtuoso, normalmente o arruína. [11] E se alguém disser que qualquer um fará isso, tendo as armas em mão, seja ele mercenário ou não, replicarei que as armas devem ser manejadas ou por um príncipe ou por





quando ne manda uno che non riesca valente uomo, debbe cambiarlo; e, quando sia, tenerlo con le leggi che non passi el segno. [12] E per esperienza si vede alli principi soli e republiche armate fare progressi grandissimi, et alle arme mercennarie non fare mai se non danno; e con più difficoltà viene alla obbedienza di uno suo cittadino una repubblica armata di arme proprie, che una armata di armi externe.

[13] Stettono Roma e Sparta molti secoli armate e libere. Svizzeri sono armatissimi e liberissimi. [14] Delle arme mercennarie antiche sono in exemplis e Cartaginesi, li quali furono per essere oppressi da' loro soldati mercennarii, finita la loro prima guerra con i Romani, ancora che li Cartaginesi avessino, per capitani loro proprii ciptadini [15] Filippo Macedone fu fatto da' Tebani, dopo la morte di Epaminunda, capitano di loro genti: e tolse loro, dopo la vittoria, loro la libertà

[16] Milanesi, morto il duca Filippo, soldorono Francesco Sforza contro a' Viniziani: il quale, superati gli inimici a Caravaggio, si coniunse con loro per opprimere e Milanesi suoi patroni. [17] Sforza suo padre, essendo soldato della regina Giovanna di Napoli, la lasciò in un tratto disarmata: onde lei, per non perdere el regno, fu constretta gittarsi in grembo al re di Aragonia. [18] E se Viniziani e Fiorentini hanno per lo adrieto accresciuto







uma república: o príncipe deve ir pessoalmente e fazer ele mesmo o ofício de capitão; a república tem de mandar um cidadão seu e quando manda alguém que não seja um homem valente, deve trocá-lo; quando for o caso, detê-lo com as leis, para que não ultrapasse o prescrito. [12] E por experiência se vê apenas os príncipes e as repúblicas armadas fazerem grandíssimos progressos, e as armas mercenárias não causarem senão danos; e com muito mais dificuldade se submete à obediência de um só cidadão uma república armada de armas próprias, do que uma república armada de armas externas<sup>166</sup>.

[13] Estiveram Roma e Esparta por muitos séculos armadas e livres. Os suíços são armadíssimos e libérrimos. [14] Das armas mercenárias antigas são exemplo os cartagineses, que foram oprimidos por seus soldados mercenários, terminada a primeira guerra com os romanos<sup>167</sup>, embora os cartagineses tivessem por chefe seus próprios cidadãos. [15] Felipe da Macedônia<sup>168</sup> foi feito pelos tebanos capitão de seus exércitos, depois da morte de Epaminondas, e tirou deles, depois da vitória, a liberdade.

[16] Os milaneses, morto o duque Felipe, assoldaram<sup>169</sup> Francisco Sforza contra os venezianos<sup>170</sup>, o qual, superados os inimigos em Caravaggio, se associou a eles para oprimir os milaneses, seus patrões. [17] Sforza, seu pai<sup>171</sup>, sendo soldado da rainha Giovanna de Nápoles, deixou-a, subitamente, desarmada; e ela, para não perder o reino, foi constrangida a se atirar no colo do rei de Aragão. [18] E se venezianos e florentinos, entretanto, acresceram os seus





lo imperio loro con queste arme, e li loro capitani non se ne sono però fatti principi ma gli hanno difesi, rispondo che e Fiorentini in questo caso sono suti favoriti dalla sorte: perché, de' capitani virtuosi de' quali potevano temere, alcuni non hanno vinto, alcuni hanno avuto opposizione, alcuni altri hanno volto l'ambizione loro altrove. [19] Quello che non vinse fu Giovanni Aucut, del quale, non vincendo, non si poteva conoscere la fede: ma ognuno confesserà che, vincendo, stavano e Fiorentini a sua discrezione. [20] Sforzo ebbe sempre e Bracceschi contrarii, che guardorono l'uno l'altro. [21] Francesco volse l'ambizione sua in Lombardia; Braccio, contro alla Chiesa et il regno di Napoli.

[22] Ma veniamo a quello che è seguito poco tempo fa Feciono e Fiorentini Paulo Vitelli loro capitano, uomo prudentissimo e che di privata fortuna aveva presa grandissima reputazione; se costui expugnava Pisa, veruno fia che neghi come conveniva a' Fiorentini stare, seco: perché, se fussi diventato soldato de loro nimici, non avevano remedio; e, se e' Fiorentini lo tenevano, aveano ad ubbidirlo.

[23] E Viniziani, se si considerrà e progressi loro, si vedrà quegli avere sicuramente e gloriosamente operato mentre feciono la guerra loro proprii, – che fu avanti che si volgessino con le loro imprese loro in terra, – dove co' gentili uomini e con la plebe armata operorono virtuosissimamente; ma, come cominciorono a combattere in terra, lasciorono questa virtù e seguitorono e costumi delle guerre di Italia. [24] E nel principio dello augumento loro in terra, per non vi avere molto stato e per essere in grande





impérios com estas armas, e se os seus capitães, porém, não foram feitos príncipes, mas os defenderam, respondo que os florentinos, neste caso, foram favorecidos pela sorte<sup>172</sup>: porque, dos capitães virtuosos que podiam temer, alguns não venceram, alguns enfrentaram oposição, outros voltaram as suas ambições para outro lugar. [19] Aquele que não venceu foi Giovanni Aucut<sup>173</sup>, de quem, não vencendo, não se podia conhecer a lealdade, embora qualquer um concorde que, se ele vencesse, estavam os florentinos à sua mercê. [20] Sforza teve sempre os Brancchesi<sup>174</sup> por antagonistas, que vigiavam um ao outro. [21] Francisco voltou a sua ambição para a Lombardia; Braccio<sup>175</sup> contra a Igreja e o reino de Nápoles.

[22] Mas vejamos o que aconteceu há pouco tempo. Fizeram os florentinos Paulo Vitelli<sup>176</sup> seu capitão, homem prudentíssimo e que, a partir da fortuna privada, havia conquistado grande reputação. Se ele tomasse Pisa, ninguém negaria que conviria aos florentinos tê-lo consigo, porque, se ele se convertesse em soldado dos inimigos dos florentinos, não teriam remédio; se os florentinos o mantivessem ao seu lado, teriam de obedecê-lo.

[23] Os venezianos, se se considera os seus progressos, ver-se-á que agiram seguramente e gloriosamente enquanto fizeram a guerra com suas próprias armas – o que ocorreu antes de empreenderem suas conquistas em terra –, quando, com os gentis homens e com a plebe armada, agiram de maneira muito virtuosa. Contudo, quando começaram a combater em terra, deixaram esta *virtù* e seguiram os cos-





reputazione, non avevano da temere molto de' loro capitani. [25] Ma, come eglino ampliorono, che fu sotto el Carmignola, ebbono uno saggio di questo errore: perché, vedutolo virtuosissimo, battuto che loro ebbono sotto il suo governo il duca di Milano, e conoscendo dall'altra parte come egli era raffreddo nella guerra, iudicorono non potere con lui più vincere, perché non voleva; né potere licenziarlo, per non riperdere ciò che aveano acquistato; onde che furono necessitati, per assicurarsene, ammazzarlo. [26] Hanno dipoi avuto per loro capitani Bartolomeo da Bergamo, Ruberto da Sancto Severino, conte di Pitigliano, e simili, con li quali avevano a temere della perdita, non del guadagno loro: come intervenne dipoi a Vailà, dove in una giornata, perderono cio che in ottocento anni con tanta fatica, avevano acquistato: perché da queste arme nascono solo e lenti, tardi e deboli acquisti e le subite e miracolose perdite.

[27] E perché io sono venuto con questi esempi in Italia, la quale è stata molti anni governata dalle arme mercennarie, io le voglio discorrere più da alto acciò che, veduta l'origine e progressi di esse, si possa meglio correggerle. [28] Avete adunque ad intendere come, tosto che in questi ultimi tempi lo Imperio cominciò ad essere ributtato di Italia e che il papa nel temporale vi prese più reputazione, si divise la Italia in più stati: perché molte delle città grosse presono





tumes das guerras da Itália<sup>177</sup>. [24] E no princípio da sua expansão por terra, por não ter nela muitos poderosos e por terem grande reputação, não tinham muito do que temer os seus capitães. [25] Mas, quando eles aumentaram seu poder em terra, o que ocorreu sob o governo de Carminhola<sup>178</sup>, tiveram uma lição deste erro: porque, vendo-o poderosíssimo, após ter batido, sob seu comando, o duque de Milão, e vendo, por outro lado, como ele estava arrefecendo na guerra, julgaram não poder mais vencer com ele, porque não desejavam; nem podiam liberá-lo, para não perderem novamente aquilo que haviam conquistado; foi-lhes necessário, para sua segurança, matá-lo. [26] Tiveram, depois, como seus capitães Bartolomeu de Bergamo<sup>179</sup>, Ruberto de San Severino<sup>180</sup> o Conde de Pitiglino<sup>181</sup> e semelhantes, com os quais temiam a derrota e não os seus ganhos, como ocorreu depois em Vailá<sup>182</sup>, onde, em uma jornada, perderam aquilo que em oitocentos<sup>183</sup> anos haviam conquistado com tanto esforço: porque destas armas nascem somente as conquistas lentas, tardias e débeis e as derrotas rapidíssimas e extraordinárias.

[27] E porque eu vim parar com estes exemplos na Itália, que foi governada por muitos anos pelas armas mercenárias, gostaria de discorrer sobre elas ainda um pouco mais, para que vendo a origem e o progresso delas, se possa melhor corrigi-las. [28] Você tem de entender, portanto, como o Império<sup>184</sup> rapidamente começou, nestes últimos tempos, a ser expulso da Itália e como o papa ganhou mais poder temporal, e a Itália se dividiu em vários estados porque muitas das





l'arme contra a' loro nobili, e quali prima, favoriti dallo Imperatore, le tennono oppresse, e la Chiesa le favoriva per darsi reputazione nel temporale; di molte altre e loro ciptadini ne diventarono principi. [29] Onde che, essendo venuta l'Italia quasi che nelle mani della Chiesa e di qualche repubblica, et essendo quelli preti e quelli altri ciptadini usi a non conoscere arme, cominciorono a soldare forestieri. [30] El primo che dette reputazione a questa milizia fu Alberigo da Conio, romagnuolo: dalla disciplina di costui discese intra gli altri Braccio e Sforza, che ne' loro tempi furono arbitri di Italia. [31] Dopo questa vennono tutti li altri che in fino alli nostri tempi hanno governato queste arme: e'l fine della loro virtù è stato che Italia è stata corsa da Carlo, predata da Luigi, sforzata da Fernando e vituperata da' Svizzeri.

[32] L'ordine che gli hanno tenuto è stato prima, per dare reputazione a loro proprii, avere tolto reputazione alle fanterie: Feciono questo perché, sendo senza stato et in sulla industria, e pochi fanti non davano loro reputazione e gli assai non potevano nutrire; e però si redussono a' cavagli, dove con numero sopportabile erano nutriti et onorati: et erono ridotte le cose in termine che in uno exercito di xx mila soldati non si trovava dumila fanti. [33] Avevano oltre a questo usato ogni industria per levare a sé et a' soldati la paura e la fatica, non si ammazzando nelle zuffe, ma pigliandosi prigionieri e senza taglia; non traevano

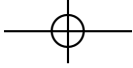




cidades grandes pegaram em armas contra os seus nobres – os quais, primeiramente favorecidos pelo imperador, as oprimira-nas –, e a Igreja as favoreceu para dar a si poder no plano temporal; em muitas outras cidades seus cidadãos se tornaram príncipes<sup>185</sup>. [29] Assim, tendo a Itália quase caído nas mãos da Igreja e de algumas repúblicas, e sendo aqueles padres e aqueles outros cidadãos não habituados ao uso das armas, começaram a pagar forasteiros. [30] O primeiro que deu força a este tipo de milícia foi Alberigo di Conio<sup>186</sup>, da Romanha: da escola deste descende, entre outros, Braccio e Sforza, que nos seus tempos foram árbitros da Itália. [31] Depois destes vieram todos os outros, que até os nossos tempos têm comandado estas armas, e o fim da sua *virtù* foi a Itália ter sido devastada por Carlos, saqueada por Luiz, subjugada por Fernando e vituperada pelos suíços.

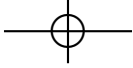
[32] As táticas que eles seguiram serviram, primeiramente, para dar reputação a si próprios e tirar a reputação da infantaria; fizeram isto porque, não tendo um status e vivendo do seu trabalho, poucos infantes não lhes davam reputação e não poderiam alimentar a muitos; porém, por isso se limitaram à cavalaria, com a qual, com um número suportável, estavam bem armados e eram honrados; e as coisas eram reduzidas a tal ponto que, em um exército de vinte mil soldados, não se encontravam dois mil infantes<sup>187</sup>. [33] Além disso, haviam usado todos os meios para isentarem a si e aos seus soldados do cansaço e do medo, não se matavam nos combates, os prisioneiros eram libertados sem resgate, não atacavam à noite as cidades amuralhadas<sup>188</sup>, os





la notte alle terre; quegli della terre non traevano alle tende;  
non facevano intorno al campo né steccato né fossa; non  
campeggiavano el verno. [34] E tutte queste cose erano  
permesse nelli loro ordini militari e trovate da loro per  
fuggire, come è detto, la fatica e li pericoli: tanto che gli  
hanno condotta la Italia stiava e vituperata.





sitiados não saiam das muralhas para atacar os assedian-  
tes; não faziam, no entorno dos campos, nem as paliçadas  
nem as fossas; não guerreavam durante inverno. [34] E to-  
das estas coisas eram permitidas nas suas táticas militares  
e forjadas por eles para fugir, como foi dito, da fadiga e dos  
perigos: tanto que foram eles que tornaram a Itália escrava  
e vituperada



0.13 DE MILITIBUS AUXILIARIIS,  
MIXTIS ET PROPRIIS  
[DE' SOLDATI AUSSILIARI, DELLI AUSSILIARI  
E PROPRI INSIEME, E DE' PROPRI SOLI]

[1] L'armi auxiliare, che sono l'altre arme inutili, sono quando si chiama uno potente che con le sua arme ti venga a difendere, come fece nelli proximi tempi papa Iulio: il quale, avendo visto nella impresa di Ferrara la trista pruova delle sue arme mercennarie, si volse alle auxiliare, e convenne con Ferrando re di Spagna che con le sua gente et exerciti dovesse aiutarlo. [2] Queste arme possono essere buone e utile per loro medesime, ma sono, per chi le chiama, quasi sempre dannose: perché, perdendo rimani disfatto; vincendo, resti loro prigioniero. [3] Et ancora che di questi exempli ne sieno piene le antiche storie, nondimando io non mi voglio partire da questo exemplo fresco di Iulio II: el partito del quale non poté essere meno considerato, per voler Ferrara, cacciarsi tutto nelle mani d'uno forestiero. [4] Ma la sua buona fortuna fece nascere una terza cosa, acciò non cogliessi el frutto della sua mala electione: perché, sendo gli auxiliari suoi rotti a Ravenna, e surgendo e Svizzeri che cacciorono e vincitori fuora di ogni opinione e sua e d'altri, venne a non rimanere prigioniero delli inimici, sendo fugati, né delli auxiliarii sua, avendo vinto con altre arme che con le loro. [5] Fiorentini, sendo al tutto disarmati, condussono diecimila Franzesi a Pisa per expugnarla: per il quale partito portorono più pericolo che in qualunque tempo de' travagli loro. [6] Lo imperatore di Constantinopoli, per op-





0.13 *DE MILITIBUS AUXILIARIIS,  
MIXTIS ET PROPRIIS*  
[DAS MILÍCIAS AUXILIARES,  
MISTAS E PRÓPRIAS]

[1] As armas auxiliares, que são outras armas inúteis, são as que se têm quando se chama um poderoso que, com as suas armas, vem defende-lo, como fez em tempos recentes o papa Júlio: o qual, tendo visto na empresa de Ferrara a triste prova das suas armas mercenárias, voltou-se às auxiliares e fez um acordo com Fernando<sup>189</sup>, rei de Espanha, para que ele, com a sua gente e os seus exércitos<sup>190</sup>, tivesse de ajudá-lo. [2] Estas armas podem ser úteis e boas para si mesmas, mas são, para quem as chama, quase sempre danosas, porque, perdendo, você permanece derrotado, vencendo, fica prisioneiro delas. [3] Embora as histórias antigas estejam repletas destes exemplos, não desejo, todavia, afastar-me do exemplo recente do papa Júlio II, cuja decisão não poderia ser mais insensata, por querer Ferrara, ficou completamente nas mãos de um forasteiro. [4] Mas a sua boa fortuna fez nascer um terceiro fator, a fim de que não colhesse o fruto de sua má escolha, porque, sendo os seus auxiliares derrotados em Ravena<sup>191</sup> e aparecendo os suíços que expulsaram os vencedores, contra toda expectativa sua e de outros, não permaneceu prisioneiro nem dos inimigos, postos em fuga, nem dos seus auxiliares, tendo vencido com armas de outros e não com as suas. [5] Os florentinos, estando completamente desarmados, conduziram dez mil franceses a Pisa<sup>192</sup> para tomá-la de assalto, decisão que com-





porsi alli suoi vicini, misse in Grecia diecimila Turchi, li quali finita la guerra non se ne volsono partire: il che fu il principio della servitù di Grecia con gli infedeli.

[7] Colui adunque che vuole non potere vincere, si vaglia di queste arme, perché sono molto più pericolose che le mercennarie. [8] Perché in queste è la coniura fatta: sono tutte unite, tutte volte alla obbedienza d'altri; ma nelle mercennarie ad offenderti, vinto che l'hanno, bisogna maggiore occasione più tempo, non sendo tutte uno corpo et essendo trovate e pagate da te: nelle quale un terzo che tu facci capo non può pigliare subitamente tanta autorità che ti offenda. [9] Insomma nelle mercennarie è più pericolosa la ignavia, nelli auxiliare la virtù. [10] Uno principe pertanto savio sempre ha fuggito queste arme e voltosi alle proprie: et ha voluto più tosto perdere con li suoi che vincere con li altri, iudicando non vera vittoria quella che con le armi aliene si acquistassi.

[11] Io non dubiterò mai di allegare Cesare Borgia e le sue actioni Questo duca intrò in Romagna con le armi auxiliare, conducendovi tutte gente franzese, e con quelle prese Imola e Furlí, ma non gli parendo poi tale arme sicure, si volse alle mercennarie, iudicando in quelle meno pericolo, e soldò gli Orsini e Vitelli; le qual dipoi trovando, maneggiare nel dubbie infideli e pericolose, le spense e volsesi alle proprie. [12] E puossi facilmente vedere che differenza è fra l'una e l'altra di queste arme, considerato che differenza fu dalla reputazione del Duca quando aveva Franzesi soli, a quando aveva gli Orsini e Vitelli, a quando e' rimase con li





portou mais perigos do que em qualquer outro momento de suas dificuldades. [6] O imperador de Constantinopla<sup>193</sup>, para se opor aos seus vizinhos, colocou na Grécia<sup>194</sup> dez mil turcos, os quais, terminada a guerra, não quiseram partir, o que foi o princípio da servidão da Grécia<sup>195</sup> aos infiéis.

[7] Aquele, portanto, que não deseja vencer, que se valha destas armas, porque são muito mais perigosas que as mercenárias. [8] Porque, com as armas auxiliares, a ruína é certa: são todas unidas, voltadas à obediência dos outros; mas as mercenárias, uma vez que tenham vencido, para prejudicarem-no precisam de mais tempo e de melhores ocasiões, porque não sendo um só corpo e sendo contratadas e pagas por você, um terceiro que você eleve ao comando, não pode ganhar rapidamente tanta autoridade que o prejudique. [9] Em suma, nas mercenárias, é mais perigosa a indolência, nas auxiliares, a *virtù*. [10] Um príncipe sábio, portanto, sempre fugiu destas armas e voltou-se às próprias, e preferiu, antes, perder com as suas do que vencer com as outras, julgando não verdadeira a vitória que se conquista com as armas alheias.

[11] Não hesitarei nunca de dar como exemplo César Borgia e suas ações. Este duque entrou na Romanha com as armas auxiliares, conduzindo todas as tropas francesas, e com elas tomou Imola e Furlì. Porém, não lhe parecendo, pois, tais armas seguras, voltou-se às mercenárias, e pagou os Orsini e os Vitelli, cujas armas, depois, ao manobrá-las, julgou dúbias, infiéis e perigosas, eliminou-as e voltou-se para as armas próprias. [12] E pode-se facilmente ver que





soldati sua e sopra se stesso: e sempre si troverrà accresciuta, né mai fu stimato assai se non quando ciascuno vidde come lui era intero possessore delle sua arme.

[13] Io non mi volevo partire dalli esempi italiani e freschi: tamen non voglio lasciare indrieto Ierone siracusano, sendo uno delli sopra nominati da me. [14] Costui, come io dixi, fatto dalli Siracusani capo degli exerciti, conobbe subito quella milizia mercennaria non essere utile, per essere condottieri fatti come li nostri italiani; e parendoli non gli potere tenere né lasciare, gli fece tutti tagliare a pezzi, e dipoi fece guerra con le arme sua e non con le aliene. [15] Voglio ancora ridurre a memoria una figura del Testamento vecchio, fatta a questo proposito. [16] Offerendosi Davit a Saul d'andare a combattere con Golia provocatore filisteo, Saul per dargli animo l'armò dell'arme sua: le quali Davit come l'ebbe indosso, recusò, dicendo con quelle non si potere bene valere di sé stesso; e però voleva trovare el nimico con la sua fromba e con il suo coltello. [17] Infine, le arme di altri o le ti caggiono di dosso o le ti pesano o le ti stringano.

[18] Carlo VII, padre del re Luigi XI, avendo con la sua fortuna e virtù libera la Francia dagli Inghilesi, conobbe questa necessità di armarsi di arme proprie et ordinò nel suo regno l'ordinanza delle genti d'arme e delle fanterie. [19] Dipoi el re Luigi suo figliuolo spese quella de' fanti e cominciò a soldare Svizzeri: il quale errore seguitato dalli altri è, come si vede ora in fatto, cagione de' pericoli di quello regno. [20] Perché, avendo dato reputazione a' Svizzeri, ha invilito tutte le arme sua; perché le fanterie ha





diferença há entre uma e outra dessas armas, considerando a diferença de reputação do duque quando apenas tinha os franceses, quando tinha os Orsini e os Vitelli e quando ficou com os seus soldados e consigo mesmo: sempre se encontrará seu poder engrandecido, e nem foi muito estimado, senão quando todos viram que ele controlava completamente suas armas.

[13] Eu não quero me distanciar dos exemplos italianos e recentes, como não deixarei para trás Hierão de Siracusa, sendo um dos acima nomeados por mim<sup>196</sup>. [14] Este, como eu disse, feito chefe dos exércitos dos siracusanos, percebeu imediatamente que aquela milícia mercenária não era útil, por serem os chefes militares como os nossos italianos. Parecendo-lhe não poder nem conservar tais armas e nem deixá-las, ele fez com que ela fossem destroçadas e depois fez guerra com as suas armas e não com as alheias. [15] Quero ainda trazer à memória uma figura do Velho Testamento, que vem a propósito. [16] Oferecendo-se Davi a Saul para ir combater com Golias, provocador filisteu<sup>197</sup>, Saul, para lhe dar coragem, o armou com suas próprias armas. Assim que Davi as vestiu, recusou-as, dizendo que com aquelas não se podia valer-se bem de suas próprias qualidades, e por isso desejava enfrentar o inimigo com a sua funda e a sua faca. [17] Enfim, as armas dos outros ou lhe caem por terra, ou lhe pesam ou lhe apertam.

[18] Carlos VII<sup>198</sup>, pai do rei Luiz XI, tendo com a sua fortuna e *virtù* libertado a França dos ingleses<sup>199</sup>, reconheceu a necessidade de se armar de armas próprias e ordenou no





spente in tutto e le sua gente d'arme ha obligate alla virtù di altri: perché, sendo assuefatte a militare con Svizzeri, non pare loro potere vincere senza epsi. [21] Di qui nasce che li Franzesi contro a Svizzeri non bastano e senza Svizzeri, contro ad altri, non pruovano. [22] Sono dunque stati gli exerciti di Francia mixti, parte mercennarii e parte proprii: le quali arme tutte insieme sono molto migliori che le semplice auxiliare o semplice mercennarie, e molto inferiore alle proprie. [23] E basti lo exemplo detto; perché el regno di Francia sarebbe insuperabile, se l'ordine di Carlo era ad-cresciuto o preservato; ma la poca prudenza delli uomini comincia una cosa che, per sapere allora di buono, non si accorge del veleno che vi è sotto, come io dissi di sopra delle febbre etiche. [24] Pertanto colui che in uno principato non conosce e mali quando nascono, non è veramente savio: e questo è dato a pochi. [25] E, se si considerassi la prima cagione della ruina dello imperio romano, si troverrà essere suto solo cominciare a soldare e Gotti: perché da quello principio cominciorono ad enervare le forze dello imperio; e tutta quella virtù, che si levava da lui, si dava a loro.







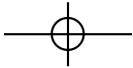
seu reino o recrutamento da cavalaria e da infantaria. [19] Depois o rei Luiz<sup>200</sup>, seu filho, extinguiu o recrutamento da infantaria e contratou os soldados suíços, erro que, seguido por outros, é, como de fato se vê agora, a razão dos perigos daquele reino. [20] Porque, tendo dado reputação aos suíços, aviltou todas as suas armas, tendo em vista que eliminou toda a infantaria e tornou sua cavalaria dependente da *virtù* de outros, porque, sendo acostumadas a combaterem com os suíços, não lhe parecia poder vencer sem eles. [21] É por isso que os franceses não bastam contra os suíços e não se colocam à prova contra os outros sem os suíços. [22] Foram, portanto, exércitos mistos os da França, em parte mercenário e em parte próprio: estas armas, todas juntas, são muito melhores do que as auxiliares sozinhas ou as mercenárias sozinhas, e muito inferior às próprias. [23] E que basta o exemplo dado, porque o reino de França seria insuperável se o recrutamento de Carlos fosse aumentado ou preservado; mas a pouca prudência dos homens começa uma coisa que, por parecer então boa, não se percebe o veneno que tem debaixo, assim como eu disse acerca da febre tísica<sup>201</sup>. [24] Portanto, aquele que em um principado não conhece os males quando nascem, não é verdadeiramente sábio, e isso é atributo de poucos. [25] E, caso se considerasse a principal causa da ruína do Império Romano, encontrar-se-ia ter sido somente o começar a pagar os mercenários godos<sup>202</sup>, porque daquele princípio as forças do império romano começaram a se debilitar, e toda aquela *virtù* que se extraía dele dava-se aos godos.







[26] Concludo adunque che, senza avere arme proprie, nessuno principato è sicuro, anzi è tutto obligato alla fortuna, non avendo virtù che nelle adversità con fede lo difenda: e fu sempre opinione e sentenza delli uomini savi, quod nihil sit tam infirmum aut instabile quam fama potentiae non sua vi nixa. [27] E l'arme proprie sono quelle che sono composte o di subditi o di ciptadini o di creati tua: tutte l'altre sono o mercennarie o auxiliare et il modo ad ordinare l'arme proprie sarà facile a trovare, se si discorrerà gli ordini de' quattro sopra nominati da me, e se si vedrà come Filippo, padre di Alessandro Magno, e come molte repubbliche e principi si sono armati et ordinati: a' quali ordini io al tutto mi rimetto.





[26] Concluo, portanto, que sem ter armas próprias, nenhum principado está seguro. Aliás, fica completamente dependente da fortuna, não tendo *virtù* que com confiança o defenda na adversidade. E foi sempre a opinião e a sentença dos homens sábios, *quod nihil sit tam infirmum aut instabile quam fama potentiae non sua vi nixa*<sup>203</sup>. [27] As armas próprias são aquelas compostas ou pelos súditos, ou pelos cidadãos, ou pelos seus criados: todas as outras são ou mercenárias ou auxiliares; e o modo para ordenar as armas próprias será fácil de se encontrar se examinar os ordenamentos dos quatro acima nomeados<sup>204</sup> por mim, e se verá como Felipe, pai de Alexandre Magno, e muitas repúblicas e príncipes se armaram e ordenaram, cujos ordenamentos eu me remeto em tudo.





0.14 QUOD PRINCIPEM DECEAT CIRCA MILITIAM  
[QUELLO CHE S'APPARTENGA A UNO  
PRINCIPE CIRCA LA MILIZIA]

[1] Debbe dunque uno principe non avere altro obietto né altro pensiero né prendere cosa alcuna per sua arte, fuora della guerra et ordini e disciplina di epsa: perché quella è sola arte che si aspetta a chi comanda, et è di tanta virtù che non solamente mantiene quelli che sono nati principi, ma molte volte fa gli uomini di privata fortuna salire a quello grado. [2] E per adverso si vede che, quando e principi hanno pensato più alle delicatezze che alle arme, hanno perso lo stato loro: e la prima cagione che ti fa perdere quello è negligere questa arte, e la cagione che te lo fa acquistare è lo essere professo di questa arte. [3] Francesco Sforza, per essere armato, di privato diventò duca di Milano; e figliuoli, per fuggire e disagi delle arme, di duchi diventarono privati. [4] Perché, intra le altre cagioni che ti arreca di male, lo essere disarmato ti fa contennendo, la quale è una di quelle infamie delle quali el principe si debbe guardare, come di sotto si dirà. [5] Perché da uno armato a uno disarmato non è proporzione alcuna, e non è ragionevole che chi è armato ubbedisca volentieri a chi è disarmato, e che el disarmato stia sicuro intra servitori armati: perché, sendo nell'uno sdegno e nell'altro sospetto, non è possibile operino bene insieme. [6] E però uno principe che della milizia non si intenda, oltre alle altre infelicità, come è detto, non può essere stimato dalli suoi soldati né fidarsi di loro.





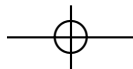
0.14 *QUOD PRINCIPEM DECEAT CIRCA MILITIAM*  
[O QUE COMPETE A UM PRÍNCIPE NO  
QUE DIZ RESPEITO ÀS MILÍCIAS]

[1] Deve, pois, um príncipe não ter outro objetivo nem outro pensamento, nem tomar coisa alguma como arte sua que não seja a guerra, a organização e a disciplina desta, porque apenas ela é a arte que se espera de quem comanda e tem tamanha *virtù*, que não somente conserva aqueles que nasceram príncipes, mas, muitas vezes, faz com que os homens de fortuna privada alcancem aquele posto. [2] E, ao contrário, se vê que, quando os príncipes pensaram mais nas delicadezas do que nas armas, perderam o seu status, e a principal razão que faz você perdê-lo é negligenciar esta arte; e a razão que faz você conquistá-lo é ser professor nesta arte. [3] Francisco Sforza, por estar armado, de pessoa comum tornou-se duque de Milão; e os seus filhos<sup>205</sup>, para fugirem dos incômodos das armas, de duques tornaram-se pessoas comuns. [4] Porque, entre outros males que lhe acarretam, estar desarmado torná-o desprezível, e isso é uma daquelas infâmias das quais o príncipe deve se guardar, como adiante se dirá<sup>206</sup>. [5] Porque não há proporção alguma entre um príncipe armado e um desarmado, e não é razoável que quem está armado obedeça voluntariamente a quem está desarmado, e que o desarmado esteja seguro entre serviçais armados, pois, havendo em um o desprezo e noutro a suspeita, não é possível agirem bem juntos. [6] Por isso que um príncipe que não entenda de milícia, além





[7] Debbe pertanto mai levare il pensiero da questo exercizio della guerra; e nella pace vi si debbe più exercitare che nella guerra; il che può fare in dua modi: l'uno con le opere; l'altro, con la mente. [8] E quanto alle opere, oltre al tenere bene ordinati et exercitati i suoi, debba stare sempre in sulle cacce: e mediante quelle assuefare il corpo a' disagi, e parte imparare la natura de' siti, e conoscere come surgono e' monti, come imboccano le valle, come iacciono i piani, et intendere la natura de' fiumi e de' paduli, et in questo porre grandissima cura. [9] La quale cognizione è utile in dua modi: prima, s'impara a conoscere el suo paese, e può meglio intendere le difese di epso; dipoi, mediante la cognizione e pratica di queglii siti, con facilità comprendere ogni altro sito che di nuovo gli sia necessario speculare: perché li poggi, le valle, e piani, e fiumi, e paduli che sono, verbi gratia, in Toscana hanno con quelli dell'altre provincie certa similitudine, tale che dalla cognizione del sito di una provincia si può facilmente venire alla cognizione dell'altre. [10] E quel principe che manca di questa perizie, manca della prima parte che vuole avere uno capitano: perché questa t'insegna trovare el nimico, pigliare gli alloggiamenti, condurre gli exerciti, ordinare le giornate, campeggiare le terre con tuo vantaggio.





das outras infelicidades, como foi dito, não pode ser estimado pelos seus soldados nem fiar-se neles.

[7] Portanto, nunca deve desviar o pensamento destes exercícios da guerra, e na paz deve mais exercitá-los que na guerra, o que pode fazer de dois modos: um com o agir, outro com a mente. [8] E, quanto ao agir, além de ter bem organizados e exercitados os seus, deve sempre ir às caçadas, e, mediante estas, acostumar o corpo aos incômodos e, paralelamente, apreender a natureza do lugar, conhecer como se erguem os montes, como se abrem os vales, como se estendem as planícies, entender a natureza dos rios e dos pântanos, e nisso tudo por grandíssima atenção. [9] Tal conhecimento é útil de dois modos: primeiro, aprende-se a conhecer seu próprio território, e se pode melhor entender a defesa dele; depois, mediante o conhecimento e a prática nesses lugares, compreende-se com facilidade todos os outros lugares que novamente será necessário estudar, porque as colinas, os vales, as planícies, os rios, os pântanos, que estão, por exemplo, na Toscana, têm certa semelhança com os de outras províncias, de tal modo que, do conhecimento do lugar de uma província, pode-se facilmente chegar ao conhecimento de outra. [10] E aquele príncipe que é desprovido desta perícia é desprovido da primeira qualidade que um capitão deve possuir porque esta lhe ensina a encontrar o inimigo, escolher o melhor lugar para os alojamentos, conduzir os exércitos, preparar o plano de batalha, assediar as cidades com vantagem para você.





[11] Filopemene, principe delli Achei, intra le altre laude che dagli scriptori gli sono date, è che ne' tempi della pace non pensava mai se non a' modi della guerra; e quando era in campagna con gli amici spesso si fermava e ragionava con quelli: [12] Se li inimici fussino in su quel colle e noi ci trovassimo qui col nostro exercito, chi arebbe dinoi vantaggio? Come si potrebbe ire, servando l'ordini, a trovarli? se noi volessimo ritirarci, come aremo a fare? se loro si ritirassino, come aremo a seguirli? [13] E proponeva loro, andando, tutti e casi che in uno exercito possono occorrere: intendeva la opinione loro, diceva la sua, corroboravala con le ragioni: tale che, per queste continue cogitazioni, non poteva mai, guidando gli exerciti, nascere accidente alcuno che lui non vi avessi el remedio.

[14] Ma quanto allo exercizio della mente, debbe el principe leggere le storie et in quelle considerare le actioni delli uomini eccellenti, vedere come si sono governati nelle guerre, esaminare le cagioni della vittoria e perdite loro, per potere queste fuggire e quelle imitare; e soprattutto fare come ha fatto per lo adrieto qualche uomo eccellente che ha preso ad imitare se alcuno, innanzi a lui, è stato laudato e gloriato, e di quello ha tenuto sempre e gesti et actioni appresso di sé: come si dice che Alessandro Magno imitava Achille; Cesare, Alessandro; Scipione, Ciro. [15] E qualunque legge la vita di Ciro scritta da Xenofonte, riconosce di poi nella vita di Scipione quanto quella imitatione gli fu a gloria, e quanto, nella castità affabilità umanità liberali-



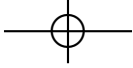




[11] Filopomene<sup>207</sup>, príncipe dos Aqueus, entre as outras glórias que lhe foram dadas pelos escritores<sup>208</sup>, há aquela que nos tempos de paz só pensava nos modos de fazer guerra; e quando estava em campanha, com frequência se detinha com os amigos e raciocinava com eles: [12] “Se os inimigos estivessem sobre aquelas colinas, e nós nos encontrássemos aqui com os nossos exércitos, quem de nós teria vantagem? Como se poderia, mantendo as formações, ir encontrá-las? Se nós quiséssemos bater em retirada, como faríamos? Se eles batessem em retirada, como iríamos segui-los?”<sup>209</sup> [13] E, assim, propunha a eles todos os casos que podem ocorrer a um exército, ouvia a opinião deles, dizia a sua, corroborava-as com os argumentos; tanto que, por estes contínuos raciocínios, não podia nunca, guiando os exércitos, surgir algum acidente para o qual ele não tivesse solução.

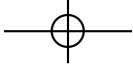
[14] Mas, quanto ao exercício da mente, deve o príncipe ler as histórias<sup>210</sup> e nessas considerar as ações dos homens excelentes, ver como se governaram nas guerras, examinar as causas das suas vitórias e das suas derrotas, para poder fugir dessas e imitar aquelas, e, sobretudo, fazer como fizeram antes alguns daqueles homens excelentes, que tentaram imitar alguém que, antes deles, foi louvado e glorificado, e cujos feitos e ações sempre mantiveram junto a si: como se disse que Alexandre Magno imitava Aquiles; César, Alexandre; Cipião, Ciro<sup>211</sup>. [15] E alguém que leia a vida de Ciro escrita por Xenofonte<sup>212</sup> reconhece depois, na vida de Cipião<sup>213</sup>, o quanto aquela imitação lhe foi gloriosa,





tà, Scipione si conformassi con quelle cose che di Ciro da Xenofonte sono sute scripte.

[16] Questi simili modi debba observare uno principe savio; e mai nelli tempi pacifici stare ozioso, ma con industria farne capitale per potersene valere nelle adversità, acciò che la fortuna, quando si muta, lo truovi parato a resisterle



e quanto, na castidade, na afabilidade, na humanidade, na liberalidade, Cipião se conformou àquelas coisas que Xenofonte escreveu de Ciro.

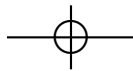
[16] Modos semelhantes deve observar um príncipe sábio e nunca ficar ocioso nos tempos pacíficos, mas, com habilidade, reunir fundos para poder se valer deles nas adversidades, de modo que, quando a fortuna muda, encontrar-lo-á pronto para resistir a ela.



0.15 DE HIS REBUS QUIBUS HOMINES ET  
PRAESERTIM PRINCIPES LAUDANTUR  
AUT VITUPERANTUR  
[DI QUELLE COSE CHE LI ÒMINI E  
SPEZIALMENTE E' PRINCIPI SONO  
LAUDATI O BIASIMATI]

[1] Resta ora a vedere quali debbino essere e modi e governi di uno principe o con subditi o con li amici. [2] E perché io so che molti di questo hanno scripto, dubito, scrivendone ancora io, non essere tenuto presumptuoso, partendomi maxime, nel disputare questa materia, dalli ordini delli altri. [3] Ma sendo l'intenzione mia stata scrivere cosa che sia utile a chi la intende, mi è parso più conveniente andare drieto alla verità effettuale della cosa che alla immaginazione di epsa. [4] E molti si sono immaginati repubbliche e principati che non si sono mai visti né conosciuti essere in vero. [5] Perché gli è tanto discosto da come si vive a come si doverrebbe vivere, che colui che lascia quello che si fa, per quello che si doverrebbe fare, impara più presto la ruina che la perservazione sua: perché uno uomo che voglia fare in tutte le parte professione di buono, conviene che ruini infra tanti che non sono buoni. [6] Onde è necessario, volendosi a uno principe mantenere, imparare a potere essere non buono et usarlo e non usare secondo la necessità.

[7] Lasciando adunque adrieto le cose circa uno principe immaginate, e scorrendo quelle che sono vere, dico che tutti li uomini, quando se ne parla, e maxime e principi, per essere posti più alti, sono notati di alcune di queste





0.15 *DE HIS REBUS QUIBUS HOMINES ET  
PRAESERTIM PRINCIPES LAUDANTUR  
AUT VITUPERANTUR*

[DAS COISAS PELAS QUAIS OS HOMENS, E  
ESPECIALMENTE OS PRÍNCIPES, SÃO  
LOUVADOS OU VITUPERADOS]

[1] Resta agora ver quais devem ser os modos e os atos de governo de um príncipe para com os súditos ou para com os amigos. [2] E, porque sei que muitos escreveram sobre isto<sup>214</sup>, temo, escrevendo eu também, ser considerado presunçoso, sobretudo porque, ao debater esta matéria, afasto-me do modo de raciocinar dos outros. [3] Mas, sendo a minha intenção escrever coisa útil a quem a entenda, pareceu-me mais convincente ir direto à verdade efetiva da coisa do que à imaginação dessa<sup>215</sup>. [4] E muitos imaginaram repúblicas<sup>216</sup> e principados que nunca foram vistos, nem conhecidos de verdade. [5] Porque há tanta diferença entre como se vive e como se deveria viver, que quem deixa aquilo que se faz por aquilo que se deveria fazer apreende mais rapidamente a sua ruína que a sua preservação, porque um homem que deseja ser bom em todas as situações, é inevitável que se destrua entre tantos que não são bons. [6] Assim, é necessário a um príncipe que deseja conservar-se no poder, apreender a não ser bom, e sê-lo e não sê-lo conforme a necessidade.

[7] Deixando, portanto, para trás as coisas imaginadas sobre um príncipe e percorrendo sobre aquelas que são verdadeiras, digo que todos os homens, quando falam deles, e





qualità che arrecano loro o biasimo o laude. [8] E questo è che alcuno è tenuto liberale, alcuno misero; usando uno termine toscano, perché avaro in nostra lingua è ancora colui che per rapina desidera di avere: misero chiamiamo noi quello che si astiene troppo di usare il suo; – alcuno è tenuto donatore, alcuno rapace; alcuno crudele, alcuno pietoso; [9] l'uno fedifrago, l'altro fedele; l'uno effeminato e pusillanime, l'altro feroce et animoso; l'uno umano, l'altro superbo; l'uno lascivo, l'altro casto; l'uno intero, l'altro astuto; l'uno duro, l'altro facile; l'uno grave, l'altro leggiere; l'uno religioso, l'altro incredulo, e simili. [10] Et io so che ciascuno confesserà che sarebbe laudabilissima cosa uno principe trovarsi di tutte le soprascritte qualità, quelle che sono tenute buone. [11] Ma perché le non si possono avere tutte né interamente osservare, per le condizioni umane che non lo consentono, è necessario essere tanto prudente che sappi fuggire l'infamia di quelle vizzi che gli torrebbono lo stato; e da quegli che non gliene tolgano guardarsi, se gli è possibile; ma, non possendo, vi si può con meno rispetto lasciare andare. [12] Et etiam non si curi di incorrere nella infamia di quelli vizii, senza e quali possa difficilmente salvare lo stato; perché, se si considerrà bene tutto, si troverrà qualche cosa che parrà virtù, e seguendola sarebbe la ruina sua: e qualcuna altra che parrà vizio, e seguendola ne riesce la sicurtà et il bene essere suo.





mais ainda os príncipes, por estarem em posição mais elevada, são tachados de algumas destas qualidades que causam ou a sua ruína ou o seu louvor. [8] E assim é que um é tido por liberal, outro por miserável – usando um termo toscano, porque “avaro”, em nossa língua, é também aquele que por roubo deseja ter e “miserável” chamamos àquele que se abstém muito de usar o que é seu –; um é considerado pródigo, outro rapace; um cruel, outro piedoso; [9] um não confiável, outro fiel; um efeminado e pusilânime, outro feroz e animoso; um humano, outro soberbo; um lascivo, outro casto; um íntegro, outro astuto; um rijo, outro fácil; um sério, outro leviano; um religioso, outro incrédulo e assim por diante. [10] Sei que todos afirmaram que seria coisa louvabilíssima encontrar-se em um príncipe, de todas as sobreditas qualidades, aquelas que são consideradas boas. [11] Mas, porque não se podem ter todas, nem observá-las inteiramente, por causa das condições humanas que não o consentem, é necessário ser tão prudente que saiba evitar a infâmia<sup>217</sup> daqueles vícios que lhe tirariam o status, e se guardar, se lhe é possível, daqueles que não lhe fariam perdê-lo. Mas não podendo, com menos escrúpulo, pode-se deixar ir. [12] E ainda não se preocupe em incorrer na infâmia daqueles vícios sem os quais dificilmente poderia manter o status, porque, caso se considere tudo muito bem, encontrar-se-á algo que parece *virtù*, e que, seguindo-a, seria a sua ruína, e alguma outra que parece vício, e seguindo-a consegue a segurança e o seu bem-estar.





0.16 DE LIBERALITATE ET PARSIMONIA  
[DELLA LIBERALITÀ E DELLA PARSIMONIA]

[1] Cominciandomi adunque alle prime soprascritte qualità dico come sarebbe bene essere tenuto liberale. [2] Nondimanco, la liberalità, usata in modo che tu sia tenuto, ti offende: perché, se ella si usa virtuosamente e come ella si debbe usare, la non fia conosciuta e non ti cascherà l'infamia del suo contrario; e però, a volersi mantenere infra li uomini el nome di liberale, è necessario non lasciare indietro alcuna qualità di sumptuosità; talmente che sempre uno principe così fatto consumerà in simili opere tutte le sue facultà; [3] e sarà necessitato alla fine, se si vorrà mantenere el nome del liberale, gravare li populi straordinariamente et essere fiscale, e fare tutte quelle cose che si possono fare per avere danari; il che comincerà a farlo odioso a' subditi, o poco stimare da ciascuno divenendo povero. [4] In modo che, con questa sua liberalità avendo offeso gli assai e premiato e pochi, sente ogni primo disagio e periclita in qualunque primo pericolo: il che conoscendo lui e volendosene ritrarre, incorre subito nella infamia del misero. [5] Uno principe adunque, non potendo usare questa virtù del liberale, senza suo danno, in modo che la sia conosciuta, debba, se gli è prudente, non si curare del nome del misero: perché col tempo sarà tenuto sempre più liberale veggendo che, con la sua parsimonia, le sue entrate gli bastano, può difendersi da chi gli fa guerra, può fare imprese senza gravare i populi.[6] Talmente che viene ad usare liberalità a







0.16 *DE LIBERALITATE ET PARSIMONIA*  
[DA LIBERALIDADE E DA PARCIMÔNIA]

[1] Começando, então, pelas primeiras sobreditas qualidades, digo que seria bom ser considerado liberal. [2] Contudo, a liberalidade praticada de modo que você seja reconhecido como tal, prejudica-o, porque, se ela é praticada virtuosamente e como se deve praticá-la, não lhe será atribuída e não lhe recairá a infâmia do seu contrário; porém, querendo conservar entre os homens a fama de liberal, é necessário não deixar de lado nenhuma manifestação de sua suntuosidade, de tal modo que um príncipe liberal sempre consumirá em semelhantes obras todas as suas riquezas; [3] e será necessário, por fim, se quiser conservar a fama de liberal, tributar o povo extraordinariamente, cobrar impostos e fazer todas aquelas coisas que se fazem para obter dinheiro, o que começará a fazê-lo odioso aos súditos ou pouco estimado por todos, pois ficarão pobres. [4] De modo que, com esta sua liberalidade, tendo ofendido muitos e premiado poucos, sente logo qualquer incipiente contrariedade, e periclita logo no primeiro perigo: percebendo isso e desejando voltar atrás, incorre, imediatamente, na infâmia de miserável. [5] Portanto, se um príncipe não puder usar desta *virtù* de liberal sem dano para si, para que ela lhe seja reconhecida, deve, se é prudente, não se importar com a fama de miserável, porque, com o tempo, será considerado cada vez mais liberal, ao verem que, com a sua parcimônia, suas receitas lhe bastam, podendo defender-se daqueles que lhe fazem guerra, podendo fazer obras sem tributar o povo.





tutti quelli a chi gli non toglie, che sono infiniti, e miseria a tutti coloro a chi non dà, che sono pochi.

[7] Nelli nostri tempi noi non abbiamo veduto fare gran cose se non a quelli che sono tenuti miseri; li altri, essere spenti. [8] Papa Iulio II, come si fu servito del nome del liberale per aggiugnere al papato, non pensò poi a mantenerselo, per poter fare guerra. [9] El re di Francia presente ha fatto tante guerre senza porre uno dazio extraordinario a' sua, solum perché alle superflue spese ha subministrato la lunga parsimonia sua. [10] El re di Spagna presente, se fussi tenuto liberale, non arebbe ne fatto né vinto tante imprese. [11] Pertanto uno principe debbe existimare poco, – per non avere a rubare e subditi, per potere difendersi, per non diventare povero e contennendo, per non essere forzato di diventare rapace, – di incorrere nel nome del misero: perché questo è uno di quelli vizii che lo fanno regnare. [12] E se alcuno dicessi: Cesare con la liberalità pervenne allo imperio, e molti altri, per essere stati et essere tenuti liberali, sono venuti a gradi grandissimi; rispondo: o tu se' principe fatto o tu se' in via di acquistarlo. [13] Nel primo caso questa liberalità è dannosa. Nel secondo, è bene necessario essere tenuto liberale; e Cesare era uno di quelli che voleva pervenire al principato di Roma: ma se, poi che vi fu per venuto, fussi sopravvissuto e non si fussi temperato da quelle spese, arebbe destrutto quello imperio.

[14] E se alcuno replicassi: molti sono stati principi e con li exerciti hanno fatto gran cose, che sono stati tenuti liberalissimi; ti respondo: o el principe spende del suo e





[6] De tal modo que se torna liberal para todos aqueles dos quais não subtrai, que são infinitos, e miserável para todos aqueles a quem não dá, que são poucos.

[7] No nosso tempo não vimos fazer grandes coisas senão aqueles que foram considerados miseráveis, os outros foram extintos. [8] O papa Júlio II, ao se servir da fama de liberal para conseguir o papado, não pensou, pois, em conservar essa fama, para poder guerrear. [9] O atual rei de França<sup>218</sup> fez tantas guerras sem impor um imposto extraordinário aos seus, somente porque administrou as despesas supérfluas com sua grande parcimônia. [10] O atual rei de Espanha<sup>219</sup>, se fosse tomado por liberal, não teria nem vencido nem feito tantas obras. [11] Portanto, um príncipe deve preocupar-se pouco – para não ter de roubar os súditos, para poder defender-se, para não se tornar pobre e desprezível, para não ser forçado a tornar-se rapace –, de ter a fama de miserável, porque este é um daqueles vícios que o faz reinar. [12] E se alguém dissesse: César<sup>220</sup> com a liberalidade ganhou o império, e muitos outros, por terem sido e serem considerados liberais, ganharam postos altíssimos, respondo: ou você já é príncipe ou você está em vias de conquistar o principado. [13] No primeiro caso, essa liberalidade é danosa. No segundo, é bem necessário ser considerado liberal; e César era um dos que queriam obter o principado de Roma, mas, depois que o alcançou, se tivesse sobrevivido e não fosse moderado naquelas despesas, teria destruído aquele império<sup>221</sup>.





de' sua subditi, o di quello d'altri. [15] Nel primo caso, debbe essere parco. Nell'altro, non debbe lasciare indrieto parte alcuna di liberalità. [16] E quel principe che va con li exerciti, che si pasce di prede, di sacchi e di taglie, maneggia quello di altri, gli è necessaria questa liberalità altrimenti non sarebbe seguito da' soldati. [17] E di quello che non è tuo o de' subditi tuoi si può essere più largo donatore, come fu Ciro, Cesare et Alessandro: perché lo spendere quel d'altri non ti toglie reputazione, ma te ne aggiugne; solamente lo spendere el tuo è quello che ti nuoce. [18] E non ci è cosa che consumi sé stessa quanto la liberalità, la quale mentre che tu usi, perdi la facultà di usarla; e diventi, o povero e contennendo, o, per fuggire la povertà, rapace et odioso. [19] Et intra tutte le cose di che uno principe si debbe guardare è lo essere contennendo et odioso: e la liberalità all'una e l'altra cosa ti conduce. [20] Pertanto è più sapienza tenersi el nome del misero, che partorisce una infamia senza odio, che, per volere el nome del liberale, essere necessitato incorrere nel nome del rapace, che partorisce una infamia con odio.





[14] E se alguém replicasse: muitos foram os príncipes considerados liberalíssimos, que com o exército fizeram grandes coisas, respondo: ou o príncipe gasta do seu e dos seus súditos, ou de outros. [15] No primeiro caso, deve ser comedida. No segundo, não deve deixar de lado nenhuma manifestação de liberalidade. [16] E aquele príncipe que vai com os exércitos, que se alimenta das pilhagens, dos saques e dos roubos, lida com o que é dos outros; a ele é necessária essa liberalidade, pois, de outro modo, não seria seguido pelos soldados. [17] E, daquilo que não é seu ou dos seus súditos, se pode ser maior doador, como o foi Ciro, César e Alexandre: porque gastar o que é dos outros não tira sua reputação, ao contrário, agrega-lhe mais; somente gastar do que é seu é que o prejudica. [18] E não há nada que consuma tanto a si mesma quanto a liberalidade, enquanto você a usa, perde a faculdade de usá-la e se torna ou pobre ou desprezível, ou, para fugir da pobreza, rapace e odioso. [19] E, entre todas as coisas de que um príncipe se deve guardar, está o ser temido e odiado, e a liberalidade o conduz a uma coisa e outra. [20] Portanto, é mais sábio ter a fama de miserável, que gera uma infâmia sem ódio, do que, por querer a fama de liberal, ser necessário ter a fama de ladrão, que gera uma infâmia com ódio.





0.17 DE CRUDELITATE ET PIETATE; ET AN SIT  
MELIUS AMARI QUAM TIMERI, VEL E CONTRA  
[DELLA CRUDELTA' E PIETA', E S'ELLI È  
MEGLIO ESSER AMATO CHE TEMUTO, O PIÙ  
TOSTO TEMUTO CHE AMATO]

[1] Scendendo appresso alle altre qualità preallegate, dico che ciascuno principe debbe desiderare di essere tenuto pietoso e non crudele: nondimanco debbe avvertire di non usare male questa pietà. [2] Era tenuto Cesare Borgia crudele; nondimanco quella sua crudeltà aveva racconcia la Romagna, unitola, ridottola in pace et in fede. [3] Il che se si considera bene, si vedrà quello essere stato molto più pietoso che il populo fiorentino, il quale, per fuggire il nome del crudele, lasciò distruggere Pistoia. [4] Debbe pertanto uno principe non si curare della infamia del crudele per tenere e subditi sua uniti et in fede: perché con pochissimi exempli sarà più pietoso che quelli e quali per troppa pietà lasciono seguire e disordini, di che ne nasca uccisioni o rapine; perché queste sogliono offendere una universalità intera, e quelle execuzioni che vengano dal principe offendono uno particolare. [5] Et intra tutti e principi al principe nuovo è impossibile fuggire il nome di crudele, per essere gli stati nuovi pieni di pericoli [6] E Vergilio nella bocca di Didone dice: *Res dura et regni novitas me talia cogunt moliri et late fines custode tueri*. [7] Nondimanco debbe essere grave al credere et al muoversi, né si fare paura da sé stesso, e procedere in modo, temperato con prudenza et umanità,





0.17 *DE CRUELITATE ET PIETATE; ET AN SIT  
MELIUS AMARI QUAM TIMERI, VEL E CONTRA*  
[DA CRUELDADE E DA PIEDADE; E SE É  
MELHOR SER AMADO DO QUE TEMIDO  
OU O CONTRÁRIO]

[1] Examinando as outras qualidades apresentadas acima, digo que todo príncipe deve desejar ser tido por piedoso e não cruel, todavia, deve cuidar em não usar mal esta piedade. [2] César Borgia era tido por cruel, não obstante, aquela sua crueldade pacificou a Romanha, uniu-a, reconduzindo-a à paz e à confiança. [3] Se se considerar bem, se verá que ele foi muito mais piedoso que o povo florentino, o qual, para fugir da fama de cruel, deixou que destruíssem Pistóia<sup>222</sup>. [4] Um príncipe deve, portanto, não se importar com a má fama de cruel para manter os seus súditos unidos e confiantes, porque, com pouquíssimas punições exemplares, será mais piedoso do que aqueles que, por excessiva piedade, deixam que avancem as desordens, das quais nascem os assassinios ou os roubos; porque estes costumam ofender uma comunidade inteira, e aquelas execuções, que partem do príncipe, prejudicam a um particular. [5] E, entre todos os príncipes, ao príncipe novo é impossível fugir da fama de cruel, por serem os estados novos repletos de perigos. [6] E Virgílio, pela boca de Dido, disse: *Res dura, et regni novitas me talia cogunt Moliri, et late fines custode tueri*<sup>223</sup>. [7] Contudo, deve ser prudente no crer e no se mover, não criando medos para si mesmo, e proceder, de modo temperado, com prudência e humanidade, de modo que a





che la troppa confidenza non lo facci incauto e la troppa diffidenza non lo renda intollerabile.

[8] Nasce da questo una disputa, s'egli è meglio essere amato che temuto o e converso. [9] Rispondesi che si vorrebbe essere l'uno e l'altro; ma perché egli è difficile accozzarli insieme, è molto più sicuro essere temuto che amato, quando si abbi a mancare dell'uno delli duoi. [10] Perché degli uomini si può dire questo generalmente, che sieno ingrati, volubili, simulatori e dissimulatori, fuggitori de' pericoli, cupidi del guadagno; e mentre fai loro bene sono tutti tua, offeronti el sangue, la roba, la vita, e figliuoli, come di sopra dixi, quando el bisogno è discosto: ma quando ti si appressa, si rivoltano, e quello principe che si è tutto fondato in su le parole loro, trovandosi nudo di altre preparazioni, ruina. [11] Perché le amicizie che si acquistano col prezzo, e non con grandezza e nobiltà di animo, si meritano, ma elle non si hanno, et alli tempi non si possano spendere; e li uomini hanno meno rispetto a offendere uno che si facci amare, che uno che si facci temere: perché lo amore è tenuto da uno vinculo di obbligo, il quale, per essere gl'uomini tristi, da ogni occasione di propria utilità è rotto, ma il timore è tenuto da una paura di pena che non abbandona mai.

[12] Debbe nondimanco el principe farsi temere in modo che, se non acquista lo amore, che fugga l'odio; perché può molto bene stare insieme essere temuto e non odiato. [13] Il che farà sempre, quando si abstenga dalla roba de' sua ciptadini e delli sua subditi e dalle donne loro. E quando pure gli bisognassi procedere contro al sangue di alcuno,







muita confiança não o faça incauto e a muita desconfiança não o torne intolerável.

[8] Nasce disto uma discussão: se é melhor ser amado que temido, ou o contrário. [9] Responde-se que se gostaria de ser um e outro, mas, porque é difícil tê-los juntos, é muito mais seguro ser temido que amado, quando se deve ser desprovido de um dos dois. [10] Porque, dos homens, pode-se dizer isto: que geralmente são ingratos, volúveis, simuladores e dissimuladores, esquivos aos perigos, cobiçosos de ganho; e enquanto os beneficia são todos seus: oferecem o sangue, os bens, a vida, os filhos, como acima se disse<sup>224</sup>, quando a necessidade está longe; mas, quando ela se avizinha de você, revoltam-se, e aquele príncipe que está todo fundado em suas palavras, encontrando-se despido de outra predisposição, arruína-se. [11] Porque as amizades que se conquistam com dinheiro, e não com grandeza e nobreza de alma, se comprem, mas não se possuem e, quando necessárias, não se podem gastá-las; e os homens têm menos respeito para ofender a alguém que se faz amar, do que alguém que se faz temer, porque o amor é mantido por um vínculo de obrigação, o qual, por serem os homens decepçionantes<sup>225</sup>, é rompido em todas as ocasiões úteis a si próprios, mas o temor mantém-se pelo medo da punição que não o abandona nunca.

[12] Contudo, deve o príncipe fazer-se temer de tal modo que, se não conquista o amor, evite o ódio, porque pode muito bem estarem juntos o ser temido e o não ser odiado. [13] O que sempre acontecerá, enquanto o príncipe se abs-





farlo quando vi sia iustificazione conveniente e causa manifesta. [14] Ma soprattutto astenersi dalla roba di altri, perché li uomini sdimenticano più presto la morte del padre che la perdita del patrimonio; dipoi, le cagioni del tòrre la roba non mancono mai, e sempre, colui che comincia a vivere con rapina, truova cagione di occupare quello di altri: e per avverso contro al sangue sono più rare e mancono più presto.

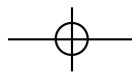
[15] Ma quando el principe è con li exerciti et ha in governo moltitudine di soldati, allora al tutto è necessario non si curare del nome del crudele: perché senza questo nome non si tenne mai exercito unito né disposto ad alcuna fazione [16] Intra le mirabili actioni di Annibale si connumera questa, che, avendo uno exercito grossissimo, mixto di infinite generazioni di uomini, condotto a militare in terre aliena, non vi surgessi mai alcuna dissensione, né infra loro, né contro al principe, così nella captiva come nella sua buona fortuna. [17] Il che non possé nascere da altro che da quella sua inumana crudeltà: la quale, insieme con infinite sua virtù, lo fece sempre nel conspetto de' sua soldati venerando e terribile. [18] E senza quella, a fare quello effetto, l'altre sua virtù non li bastavano: e li scriptori, in questo poco considerati dall'una parte ammirano questa sua actione, dall'altra dannano la principale cagione di epsa.





tiver dos bens dos seus cidadãos, dos seus súditos e das suas mulheres. E quando lhe for necessário atentar contra a família de algum deles, fazê-lo desde que haja justificação conveniente e causa manifesta. [14] Mas, sobretudo, deve abster-se dos bens dos outros, porque os homens esquecem mais rápido a morte do pai do que a perda do patrimônio; depois, nunca faltam motivos para confiscar bens, e aqueles que começam a viver do roubo sempre encontram motivos para tomar aquilo que é dos outros, e, inversamente, os motivos para atentar contra a vida são mais raros e acabam mais depressa.

[15] Mas, quando o príncipe está com os exércitos e tem sob seu comando uma multidão de soldados, então é totalmente necessário não se importar com a fama de cruel, porque sem esta não houve nunca exército unido nem disposto à ação alguma. [16] Entre as maravilhosas ações de Aníbal<sup>226</sup> enumera-se esta, na qual, tendo um exército grandíssimo, composto por inúmeras raças de homens, levou-os para guerrear em terras alheias, e não surgiu nunca nenhuma distensão, nem entre eles, nem contra o príncipe, tanto na má como na boa fortuna. [17] O que não pode nascer de outra coisa senão daquela sua crueldade desumana, a qual, juntamente com as suas infinitas *virtù*, o fez sempre venerável e temível para os seus soldados. [18] E sem aquela crueldade, que produziu este efeito, as suas outras *virtù* não lhe bastariam, e os escritores neste ponto são pouco perspicazes: de uma parte admiram esta sua ação, de outra condenam a principal razão desta.





[19] E che sia vero che le altre sua virtù non sarebbero bastate, si può considerare in Scipione, rarissimo non solamente ne' tempi sua ma in tutta la memoria delle cose che si sanno, dal quale li exerciti sua in Ispagna si ribellorono; è che non nacque da altro che dalla troppa sua pietà, la quale aveva data alli suoi soldati più licenza che alla disciplina militare non si conveniva. [20] La qual cosa gli fu da Fabio Maximo in Senato rimproverata e chiamato da lui corruptore della romana milizia. [21] E Locrensi, essendo suti da uno legato di Scipione destrutti, non furono vendicati, né fu da lui la insolenza di quello legato corretta tutto nascendo da quella sua natura facile; talmente che, volendolo alcuno in excusare Senato, dixè come gli erano di molti uomini che sapevano meglio non errare che correggere gli errori. [22] La qual natura arebbe col tempo violato la fama e la gloria di Scipione, se gli avessi con epsa perseverato nello imperio: ma, vivendo sotto il governo del Senato, questa sua qualità dannosa non solum si nascose, ma gli fu a gloria.

[23] Concludo adunque, tornando allo essere temuto et amato, che, amando li uomini a posta loro e temendo a posta del principe, debbe uno principe savio fondarsi in su quello che è suo, non in su quello che è d'altri; debbe solamente ingegnarsi di fuggire lo odio, come è detto.





[19] E que é verdade que as suas outras *virtù* não teriam bastado, pode-se comprovar por Cipião, exemplo raro não somente nos seus tempos, mas em toda a memória dos fatos que se sabem, cujos exércitos na Espanha se rebelaram, o que não aconteceu por outro motivo senão pela sua excessiva piedade, a qual tinha dado a seus soldados mais liberdade do que convinha à disciplina militar. [20] Coisa que lhe foi repreendida por Fábio Maximo<sup>227</sup> no Senado, sendo chamado por ele de corruptor da milícia romana. [21] Os Locrenses<sup>228</sup>, tendo sido arruinados por um legado de Cipião, não foram por ele vingados, nem a insolência daquele legado corrigida, nascendo tudo daquela sua natureza permissiva, tanto que, querendo alguém desculpá-lo no Senado, disse que como ele havia muitos homens que mais sabiam não errar do que corrigir os erros. [22] Esta característica teria com o tempo desonrado a fama e a glória de Cipião, se ele tivesse perseverado junto com ela no comando militar<sup>229</sup>, mas, vivendo sob governo do Senado, esta sua qualidade danosa não somente ficou escondida, mas foi sua glória.

[23] Concluo, portanto, voltando ao ser temido e amado – os homens amam quando lhes convém e temem o príncipe pelas escolhas deste – que um príncipe sábio deve fundar-se sobre o que é seu e não sobre o que é dos outros; deve somente aplicar-se em evitar o ódio, como foi dito.





0.18 QUOMODO FIDES A PRINCIPIBUS  
SIT SERVANDA

[IN CHE MODO E' PRINCIPI ABBINO  
A MANTENERE LA FEDE]

[1] Quanto sia laudabile in uno principe il mantenere la fede e vivere con integrità e non con astuzia, ciascuno lo intende; nondimanco si vede per esperienza nelli nostri tempi quelli principi avere fatto gran cose, che della fede hanno tenuto poco conto e che hanno saputo con l'astuzia aggirare e' cervelli delli uomini; et alla fine hanno superato quelli che si sono fondati in sulla realtà.

[2] Dovete adunque sapere come e' sono dua generazioni di combattere: l'uno, con le leggi; l'altro, con la forza. [3] Quel primo è proprio dello uomo; quel secondo delle bestie. [4] Ma perché el primo molte volte non basta, conviene ricorrere al secondo: pertanto ad uno principe è necessario sapere bene usare la bestia e lo uomo. [5] Questa parte è suta insegnata alli principi copertamente dalli antichi scrittori, li quali scrivono come Achille e molti altri di quelli principi antichi, furono dati a nutrire a Chirone centauro, che sotto la sua disciplina li custodissi. [6] Il che non vuole dire altro, avere per preceptore uno mezzo bestia e mezzo uomo, se non che bisogna ad uno principe sapere usare l'una e l'altra natura; e l'una senza l'altra non è durabile.

[7] Sendo dunque necessitato uno principe sapere bene usare la bestia, debbe di quelle pigliare la volpe e il leone; perché el leone non si difende da' lacci, la volpe non si difende da' lupi; bisogna adunque essere volpe a conoscere





0.18 *QUOMODO FIDES A PRINCIPIBUS*  
*SIT SERVANDA*  
[DE QUE MODO OS PRÍNCIPES  
DEVEM CONSERVAR A FÉ<sup>230</sup>]

[1] Que seja louvável em um príncipe conservar a fé e viver com integridade e não com astúcia, todos entendem; não obstante se vê, por experiência em nossos tempos, que aqueles príncipes que fizeram grandes coisas, tiveram a fé em pouca conta e souberam com a astúcia enganar o juízo dos homens, e, ao final, superaram os que fundaram suas ações na lealdade.

[2] Deveis, portanto, saber que são dois os gêneros de combate: um com as leis, outro com a força<sup>231</sup>. [3] O primeiro é próprio do homem e o segundo dos animais. [4] Mas porque o primeiro muitas vezes não basta, convém recorrer ao segundo: portanto, a um príncipe é necessário saber bem usar o animal e o homem. [5] Esta parte foi ensinada pelos escritores antigos aos príncipes secretamente<sup>232</sup>, os quais escrevem como Aquiles, e muitos outros daqueles príncipes antigos, foram alimentados pelo centauro Quirion<sup>233</sup>, para que sob a sua disciplina os educasse. [6] O que não quer dizer outra coisa ter por predecessor um meio animal e um meio homem senão a necessidade que um príncipe tem de saber usar uma e outra natureza, e que uma sem a outra não é durável<sup>234</sup>.

[7] Sendo, pois, necessário a um príncipe saber bem usar o animal, deve destes tomar por modelos a raposa e o leão: porque o leão não se defende das armadilhas e a



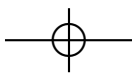


e lacci, e lione a sbigottire e lupi: coloro che stanno semplicemente in sul lione, non se ne intendono. [8] Non può pertanto uno signore prudente, ne debbe, osservare la fede quando tale osservanzia gli torni contro e che sono spente le cagioni che la feciono promettere. [9] E se li uomini fussino tutti buoni, questo precetto non sarebbe buono; ma perché sono tristi e non la osservarebbono a te, tu etiam non l'hai ad osservare a loro; né mai ad uno principe mancorno cagioni legittime di colorire la inobservanzia. [10] Di questo se ne potrebbe dare infiniti esempi moderni e mostrare quante pace, quante promesse sono state fatte irrite e vane per la infedeltà de' principi: e quello che ha saputo meglio usare la volpe, è meglio capitato. [11] Ma è necessario questa natura saperla bene colorire et essere gran simulatore e dissimulatore: e sono tanto semplici gli uomini, e tanto ubbediscano alle necessità presenti, che colui che inganna troverrà sempre chi si lascerà ingannare.

[12] Io non voglio delli esempi freschi tacerne uno. Alessandro VI non fece mai altro, non pensò mai ad altro che ad ingannare uomini; e sempre trovò subietto da poterlo fare: e non fu mai uomo che avessi maggiore efficacia in asseverare, e con maggiori iuramenti affermassi una cosa, che l'observassi meno; nondimeno sempre gli succedero gl'inganni ad votum, perché conosceva bene questa parte del mondo.

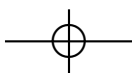






raposa não se defende dos lobos. Necessita, pois, ser raposa para conhecer as armadilhas e leão para amedrontar os lobos: aqueles que são somente leão não entendem nada de governo. [8] Não pode, e nem deve, portanto, um senhor prudente conservar a fé quando tal observância se lhe volta contra e quando tiverem desaparecido os motivos que levaram-no a fazer suas promessas. [9] E se os homens fossem todos bons, este preceito não seria bom, mas porque são decepcionantes e não a observariam consigo, você, então, não tem que observar a fé com eles; nem faltarão ocasiões legítimas para um príncipe poder colorir a inobservância. [10] Disto poder-se-ia dar infinitos exemplos modernos e mostrar quantos tratados de paz, quantas promessas tornaram-se inválidas e vãs pela infidelidade dos príncipes; e aquele que soube melhor usar a raposa, teve melhor resultado. [11] Mas é necessário saber mascarar esta natureza e ser grande simulador e dissimulador: e são tão ingênuos os homens, e tanto se sujeitam às necessidades presentes, que aquele que engana encontrará sempre quem se deixará enganar.

[12] Eu não quero, dos exemplos recentes, silenciar um. Alexandre VI não fez nunca outra coisa, não pensou nunca em outra coisa, senão em enganar os homens, e sempre encontrou matéria para poder fazê-lo: e nunca houve homem que tivesse maior eficácia em assegurar, e com os maiores juramentos afirmasse uma coisa e que os observasse menos. Todavia, sempre os enganos tiveram os resultados que ele desejava, porque conhecia bem esta parte do mundo.





[13] A uno principe adunque non è necessario avere in fatto tutte le soprascritte qualità, ma è ben necessario parere di averle; anzi ardirò di dire questo: che avendole et osservandole sempre, sono dannose, e, parendo di averle, sono utili; come parere piatoso, fedele, umano, intero, relligioso, et essere: ma stare in modo edificato con lo animo che, bisognando non essere, tu possa e sappia diventare il contrario. [14] Et hassi ad intendere questo, che uno principe e maxime uno principe nuovo non può osservare tutte quelle cose per le quali gli uomini sono chiamati buoni, sendo spesso necessitato, per mantenere lo stato, operare contro alla fede, contro alla carità, contro alla umanità, contro alla religione. [15] E però bisogna che egli abbia uno animo disposto a volgersi secondo che e venti della fortuna e la variazioni delle cose gli comandano; e, come di sopra dixi, non partirsi dal bene, potendo, ma sapere entrare nel male, necessitato.

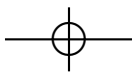
[16] Debba adunque uno principe avere gran cura che non gli esca mai di bocca cosa che non sia piena delle soprascritte cinque qualità; e paia, ad udirlo et vederlo, tutto pietà, tutto fede, tutto integrità, tutto relligione e non è cosa più necessaria, a parere di avere, che questa ultima qualità. [17] E li uomini in universali iudicano più alli occhi che alle mani; perché tocca a vedere ad ognuno, a sentire a pochi: ognuno vede quello che tu pari, pochi sentono quello che tu se'; e quelli pochi non ardiscano opporsi alla opinione di molti che abbino la maestà dello stato che li difenda: e nelle actione di tutti li uomini, e maxime de' principi, dove non è iudizio a chi reclamare, si guarda al fine.





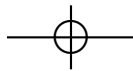
[13] A um príncipe, portanto, não é necessário ter de fato todas as sobreditas qualidades, mas é muito necessário parecer tê-las. Assim, ousarei dizer isto: que, tendo-as e observando-as sempre são danosas, e parecendo tê-las são úteis; como parecer piedoso, fiel, humano, íntegro, religioso, e sê-lo: mas estar com o ânimo predisposto, para que, necessitando não sê-lo, você possa e saiba ser o contrário. [14] E deve-se entender isto: que um príncipe, e muito mais um príncipe novo, não pode observar todas aquelas coisas pelas quais os homens são considerados bons, sendo frequentemente necessário, para conservar o governo, agir contra a fé, contra a caridade, contra a humanidade, contra a religião. [15] E, porém, é necessário que ele tenha um ânimo disposto a mudar segundo o que lhe ordenem os ventos da fortuna e as variações das coisas exigirem; e, como acima se disse, podendo não separar-se do bem, mas, se necessário, saber praticar mal.

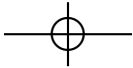
[16] Deve, pois, um príncipe ter grande cuidado para que não lhe saia jamais da boca uma coisa que não seja plena das cinco sobreditas qualidades, e que pareça, ao vê-lo e escutá-lo, todo piedade, todo fiel, todo íntegro, todo humano, todo religioso; e não há coisa mais necessária de se parecer ter do que esta última qualidade. [17] Os homens, em geral, julgam mais com os olhos do que com as mãos, mais pelas aparências, porque se vêem todos e se conhecem poucos; todos vêem aquilo que você parece ser, poucos conhecem aquilo que você é. E aqueles poucos não se atrevem a opor-se à opinião dos muitos que têm a







[18] Facci dunque uno principe di vincere e mantenere lo stato: e mezzi sempre fieno iudicati onorevoli e da ciascuno saranno laudati; perché el vulgo ne va preso con quello che pare e con lo evento della cosa: e nel mondo non è se non vulgo, e' pochi ci hanno luogo quando gli assai hanno dove appoggiarsi. [19] Alcuno principe de' presenti tempi, il quale non e bene nominare, non predica mai altro che pace e fede, e dell'una e dell'altra è inimicissimo; e l'una e l'altra, quando egli l'avessi osservata, egli arebbe più volte tolto e la reputazione e lo stato.





majestade do Estado para defende-los; e nas ações de todos o homens, sobretudo na dos príncipes, quando não há juiz para quem reclamar, olha-se para os fins.

[18] Faça, portanto, um príncipe tudo para vencer e conservar o governo: os meios serão sempre julgados honrosos e por todos serão louvados, porque o vulgo se deixa levar por aquilo que parece e pelo resultado das coisas, e no mundo não há senão o vulgo, e os poucos não têm lugar quando os muitos têm onde se apoiarem. [19] Certo príncipe<sup>235</sup> dos tempos presentes, o qual não é bom nomear, não prega nunca outra coisa senão a paz e a fé, e de uma e de outra é inimicíssimo; e uma e outra, se ele as tivesse observado, ter-lhe-iam muitas vezes tirado a reputação e o governo.





0.19 DE CONTEMPTU ET ODIO FUGIENDO  
[IN CHE MODO SI ABBIA A FUGGIRE LO  
ESSERE SPREZZATO E ODIATO]

[1] Ma perché, circa le qualità di che di sopra si fa menzione, io ho parlato delle più importanti, l'altre voglio discorrere brevemente sotto queste generalità: che el principe pensi, come in parte di sopra è detto, di fuggire quelle cose che lo facciano odioso o contennendo; e qualunque volta egli fuggirà questo, arà adempiuto le parte sua e non troverà nelle altre infamie periculo alcuno. [2] Odioso soprattutto lo fa, come io dissi, essere rapace et usurpatore della roba e delle donne de' subditi: da che si debba astenersi. [3] E qualunque volta alle universalità delli uomini non si toglie né onore né roba, vivono contenti: e solo si ha a combattere con la ambizione de pochi, la quale in molti modi e con facilità si raffrena. [4] Contennendo lo fa essere tenuto vario, leggiere, effeminato, pusillanime, irresoluto: da che uno principe si debbe guardare come di uno scoglio, et ingegnarsi che nelle actioni sua si riconosca grandezza, animosità, gravità, fortezza; e circa a' maneggi privati trà subditi volere che la sua sentenza sia inrevocabile; e si mantenga in tale opinione che alcuno non pensi né ad ingannarlo né ad aggirarlo.

[5] Quel principe che dà di sé questa opinione è reputato assai, e contro a chi è reputato con difficoltà si congiura, con difficoltà è assaltato, purché s'intenda che sia eccellente e che sia reverito da' sua.





0.19 *DE CONTEMPTU ET ODIO FUGIENDO*  
[COMO SE DEVE EVITAR SER  
DESPREZADO E ODIADO]

[1] Uma vez que, acerca das qualidades de que acima<sup>236</sup> se fez menção, eu falei das mais importantes, quero discorrer brevemente sobre as outras a partir destes princípios gerais: que o príncipe pense, como acima foi dito em parte<sup>237</sup>, acerca de como evitar aquelas coisas que o fazem odioso e desprezível; e sempre que ele as evitar, terá cumprido a sua parte e não encontrará nas outras infâmias qualquer perigo. [2] O que o faz odioso, sobretudo, como eu disse<sup>238</sup>, ser rapace e usurpador dos bens e das mulheres dos súditos, do que se deve abster. [3] E toda vez que não se tira da totalidade<sup>239</sup> dos homens nem os bens e nem a honra, eles vivem contentes: e somente se tem que combater a ambição de poucos, a qual se contém de muitos modos e com facilidade. [4] O que o faz desprezado é ser considerado volúvel, leviano, efeminado, pusilânime, irresoluto: do que um príncipe deve se guardar do mesmo modo que se evita um obstáculo perigoso, e planejar que, nas suas ações, se reconheça grandeza, animosidade, gravidade, firmeza; e acerca da administração privada dos súditos, querer que a sua sentença seja irrevogável, e se conserve em tal opinião, que ninguém pense nem em enganá-lo e nem em iludi-lo.

[5] O príncipe que cria em torno de si esta opinião é sempre estimado, e contra quem é estimado com dificuldade se conjura<sup>240</sup>, com dificuldade é assaltado, desde que se compreenda que é excelente e reverenciado pelos seus.





[6] Perché uno principe debba avere dua paure: una dentro, per conto de' subditi; l'altra di fuori, per conto de' potentati externi. [7] Da questa si difende con le buone arme e con li buoni amici: e sempre, se arà buone arme, arà buoni amici. [8] E sempre staranno ferme le cose di dentro, quando stieno ferme quelle di fuori, se già le non fussino perturbate da una congiura: e quando pure quelle di fuori movessino, s'egli è ordinato e vissuto come ho detto, quando egli non si abbandoni, sosterrà sempre ogni impeto, come io dixi che fece Nabide spartano.

[9] Ma circa subditi, quando le cose di fuori non muovino, si ha a temere che non coniurino secretamente; di che el principe si assicura assai fuggendo lo essere odiato o disprezzato, e tenendosi el populo soddisfatto di lui: il che è necessario conseguire, come di sopra a lungo si disse. [10] Et uno de' più potenti remedii che abbia uno principe contro alle congiure, è non essere odiato dallo universale: perché sempre chi coniura crede con la morte del principe soddisfare al populo, ma quando creda offenderlo non piglia animo a prendere simile partito. [11] Perché le difficoltà che sono dalla parte de' congiuranti sono infinite, e per esperienza si vede molte essere state le congiure e poche avere avuto buono fine. [12] Perché chi congiura non può essere solo, né può prendere compagnia se non di quelli che creda essere malcontenti: e subito che a uno malcontento tu hai scoperto lo animo tuo, gli dai materia a contentarsi, perché manifestamente lui ne può sperare ogni commodità; talmente che, veggendo il guadagno sicuro da questa parte,







[6] Porque um príncipe deve ter dois medos: um de dentro, por conta dos súditos; o outro de fora, por conta dos poderosos externos. [7] Deste se defende com as boas armas e com os bons amigos: e sempre, se tiver boas armas, terá bons amigos. [8] E sempre estará firme a situação interna, quando estiver segura aquela externa, se não estiver já conturbada por uma conjuração; e mesmo que externamente se movessem contra ele, se ele se organizou e viveu conforme eu disse, se ele não se amedrontar, sempre suportará todo ímpeto, como eu disse que fez o espartano Nábis<sup>241</sup>.

[9] Mas, sobre os súditos, quando as coisas externas não os movem, deve-se temer que não conjurem secretamente, o que o príncipe se assegura evitando sempre ser odiado ou desprezado, e mantendo o povo satisfeito com ele: o que é necessário conseguir, como acima se disse longamente. [10] E um dos mais poderosos remédios que tem um príncipe contra as conjurações é não ser odiado pela totalidade dos homens: porque sempre quem conjura crê com a morte do príncipe satisfazer o povo, mas quando crê prejudica-lo, não tem coragem para tomar semelhante decisão. [11] Porque são infinitas as dificuldades dos conjurados, e, por experiência, se vê que muitas foram as conjurações, e poucas chegaram a um bom fim. [12] Porque quem conjura não pode estar sozinho, nem pode aceitar a companhia senão daqueles que crê ser descontentes; e logo que você revele a sua disposição a um descontente, lhe dá motivos para se contentar, porque denunciando-o, ele pode tirar vantagem, de tal modo que, vendo a vantagem assegurada desta parte,





e dall'altra veggendolo dubio e pieno di pericolo, conviene bene o che sia raro amico o che sia al tutto ostinato inimico del principe, ad osservarti la fede.

[13] E per ridurre la cosa in brevi termini, dico che dalla parte del coniurante non è se non paura, gelosia e suspecto di pena che lo sbigottisce: ma dalla parte del principe è la maestà del principato, le legge, le difese delli amici e dello stato che lo difendono. [14] Talmente che, aggiunto a tutte queste cose la benivolenza popolare, è impossibile che alcuno sia sì temerario che congiuri: perché, dove per lo ordinario, uno coniurante ha a temere innanzi alla execuzione del male, in questo caso debbe temere ancora poi, avendo per nimico el populo, seguito lo eccesso, né potendo per questo sperare refugio alcuno.

[15] Di questa materia se ne potria dare infiniti esempi, ma voglio solo essere contento di uno seguito a' tempo de' padri nostri. [16] Messere Annibale Bentivogli, avolo del presente messer Annibale, che era principe di Bologna, sendo da' Canneschi, che gli coniuorono contro, ammazzato, né rimanendo di lui altri che messere Giovanni, quale era in fasce, subito dopo tale omicidio si levò el populo et ammazzò tutti e Canneschi. [17] Il che nacque dalla benivolenza popolare che la Casa de' Bentivogli aveva in quelli tempi: la quale fu tanta che, non restando di quella alcuno, in Bologna, che potessi, morto Annibale, reggere lo stato, et avendo indizio come in Firenze era uno nato de' Bentivogli, che si





e da outra, da conjuração, vendo-a hesitante e repleta de riscos, acaba acontecendo que raramente o conjurado seja amigo ou que seja tão obstinado inimigo do príncipe, ao ponto de se conservar fiel.

[13] E, para reduzir tudo isso em breves palavras, digo que, da parte dos conjurados, não há senão medo, inveja, o pressentimento da pena que os amedronta; mas, da parte do príncipe, está a majestade do principado, as leis, a defesa dos amigos e do estado que o protegem. [14] De tal modo que, unida a todas estas coisas a benevolência popular, é impossível que alguém seja tão imprudente que conjure: porque, usualmente, um conjurado tem que temer antes da execução da conjura, e, neste caso, deve temer ainda mais depois, uma vez executada, tendo por inimigo o povo, nem pode, por isso, esperar refúgio algum<sup>242</sup>.

[15] Desta matéria se poderiam dar infinitos exemplos, mas quero apenas limitar-me a um que ocorreu nos tempos de nossos pais. [16] Senhor Aníbal Bentivoglio<sup>243</sup>, avô do atual Senhor Aníbal<sup>244</sup>, que era príncipe em Bolonha, foi assassinado pelos Canneschi<sup>245</sup>, que conjuraram contra ele, não restando outro descendente dele senão Senhor Giovanni<sup>246</sup>, que estava nas fraldas; imediatamente se levantou o povo, após tal homicídio, e matou todos os Canneschi. [17] O que aconteceu pela benevolência popular da qual a casa dos Bentivogli gozava naqueles tempos, a qual foi tanta, que, morto Aníbal, não restando daquela casa ninguém em Bolonha que pudesse reger o estado, e tendo indícios de que em Florença havia alguém nascido dos Ben-





teneva fino allora figliuolo di uno fabbro, vennono e Bolognesi per quello in Firenze e gli dettono il governo di quella città; la quale fu governata da lui fino a tanto che messer Giovanni pervenissi in età conveniente al governo.

[18] Concludo pertanto che uno principe debbe tenere delle congiure poco conto, quando il popolo gli sia benivolo: ma quando gli sia nimico et abbilo in odio, debbe temere d'ogni cosa e d'ognuno. [19] E gli stati bene ordinati e li principi savi hanno con ogni diligenza pensato di non disperare e grandi e soddisfare al populo e tenerlo contento: perché questa è una delle più importanti materie che abbi uno principe.

[20] Intra e regni bene ordinati e governati a' tempi nostri è quello di Francia, et in epso si truovano infinite costituzioni buone donde depende la libertà e sicurtà del re: delle quali la prima è il Parlamento e la sua autorità. [21] Perché quello che ordinò quello regno, conoscendo l'ambizione de' potenti e la insolenzia loro, e iudicando essere loro necessario uno freno in bocca che gli correggessi; e da altra parte conoscendo l'odio dello universale contro a' grandi fondato in su la paura, e volendo assicurargli, – non volle che questa fussi particolare cura del re, per tòrgli quel lo carico che potessi avere con li grandi favorendo e popolari, e co' popolari favorendo e grandi.

[22] E però costituí uno iudice terzo, che fussi quello che senza carico del re battessi e grandi e favorissi e minori:





tivogli<sup>247</sup> que tinha sido considerado, até então, filho de um ferreiro, vieram por isso os bolonheses à Florença e lhe deram o governo daquela cidade, a qual foi governada por ele até que Senhor Giovanni chegasse à idade conveniente para o governo<sup>248</sup>.

[18] Concluo, portanto, afirmando que um príncipe deve dar pouca atenção às conjurações, quando o povo lhe é benevolente, mas, quando este lhe é inimigo e odeia-o, deve temer todas as coisas e a todos. [19] E os estados bem ordenados e os príncipes sábios pensaram com toda diligência em não desprezar os grandes e em satisfazer o povo e mantê-lo contente, porque esta é uma das matérias mais importantes que tem um príncipe.

[20] Entre os reinos bem ordenados e governados de nosso tempo, está o da França, e neste se encontram uma infinidade de boas instituições, das quais depende a liberdade e a segurança do rei, das quais a primeira é o parlamento e a sua autoridade. [21] Porque aquele que ordenou aquele reino, conhecendo a ambição dos poderosos e a sua insolência, e julgando ser-lhes necessário um freio na boca que os corrigisse – e, de outra parte, conhecendo o ódio do povo<sup>249</sup> contra os grandes, nascido do medo, e querendo protegê-los –, não quis que este fosse um remédio particular do rei, para tirar-lhe as dificuldades que poderia ter com os grandes, ao favorecer a população, e com a população, ao favorecer os grandes.

[22] Por isso constitui um terceiro em juiz, que seria aquele que, sem o encargo do rei, submetesse os grandes e





né poté essere questo ordine migliore né più prudente, né che sia maggiore cagione della sicurtà del re e del regno. [23] Di che si può trarre un altro notabile: che e principi le cose di carico debbono fare subministrare ad altri, quelle di grazia a loro medesimi. [24] Ed nuovo concludo che uno principe debbe stimare e grandi, ma non si fare odiare dal populo.

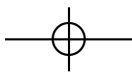
[25] Parrebbe forse a molti, considerato la vita e morte di alcuno imperatore romano, che fussino exempli contrarii a questa mia opinione, trovando alcuno essere vissuto sempre egregiamente e mostro gran virtù d'animo: nondimeno avere perso lo imperio, o vero essere stato morto da' sua che gli hanno congiurato contro. [26] Volendo pertanto rispondere a queste obiectioni, discorrerò le qualità di alcuni imperatori, mostrando le cagioni della loro ruina non disforme da quello che da me si è addutto; e parte metterò in considerazione quelle cose che sono notabili a chi legge le actioni di quelli tempi. [27] E voglio mi basti pigliare tutti quelli imperatori che succedero allo imperio da Marco filosofo a Maximino, li quali furono: Marco, Commodo suo figliuolo, Pertinace, Iuliano, Severo, Antonino Caracalla suo figliuolo, Macrino, Eliogabal, Alessandro e Maximino. [28] Et è prima da notare che, dove nelli altri principati si ha solo a contendere con la ambizione de' grandi et insolenzia de' populi, gl'imperatori romani avevano una terza difficoltà, di avere a sopportare la crudeltà et avarizia de' soldati. [29] La quale cosa era sì difficile che la fu cagione della ruina di molti, sendo difficile soddisfare a' soldati et a' populi; perché





favorecesse os menores: nem poderia ser esta ordenação melhor nem mais prudente, nem há maior causa para a segurança do rei e do reino. [23] Do que se pode tirar um outro princípio digno de nota: que os príncipes devem atribuir aos outros as tarefas desagradáveis, e a si mesmos aquelas que lhes geram graças. [24] E de novo concluo que um príncipe deve estimar os grandes, mas não se fazer odiar pelo povo.

[25] Pareceria a muitos, considerada a vida e a morte de alguns imperadores romanos, que fossem exemplos contrários a esta minha opinião, encontrando algum que tenha sempre vivido distintamente e demonstrado grande *virtù* de alma, e, não obstante, ter perdido o império, ou mesmo ter sido assassinado pelos seus que conjuraram contra ele. [26] Querendo, portanto, responder a esta objeção, discorrerei sobre as qualidades de alguns imperadores, mostrando as razões das suas ruínas, não diferentes daquelas que foram antes apresentadas para mim; e, por outro lado, examinarei aquelas coisas que são notáveis a quem lê as ações daqueles tempos. [27] E quero restringir-me a considerar todos aqueles imperadores que sucederam ao império de Marco, o filósofo, até Maxímimo, os quais foram: Marco, seu filho Cômodo, Pertinax, Juliano, Severo, Antonino, seu filho Caracala, Macrino, Eliogábalo, Alexandre e Maxímimo<sup>250</sup>. [28] E é notável, primeiramente, que, enquanto nos outros principados se deve combater apenas a ambição dos grandes e a insolência do povo, os imperadores romanos tinham uma terceira dificuldade: ter que suportar a crueldade e a





e populi amavano la quiete, e per questo e principi modesti erano loro grati e li soldati amavano el principe d'animo militare e che fussi crudele insolente, e rapace: le quali cose volevano che lui esercitassi ne' populi, per potere avere duplicato stipendio e sfogare la loro avarizia e crudeltà. [30] Le quali cose feciono che quelli imperatori che per natura o per arte non avevano una gran reputazione, tale che con quella e' tenessino l'uno e l'altro in freno, sempre ruinavano. [31] E li più di loro, maxime di quegli che come uomini nuovi venivono al principato, conosciuta la difficoltà di questi due diversi umori, si volgevano a soddisfare a' soldati, stimando poco lo iniuriare el populo. [32] Il quale partito era necessario: perché, non potendo e principi mancare di non essere odiati da qualcuno, si debbano sforzare prima di non essere odiati dalla università, e quando non possono conseguire questo, debbono fuggire con ogni industria l'odio di quelle università che sono più potenti. [33] E però quelli imperatori che per novità avevano bisogno di favori extraordinarii, si aderivano a' soldati più tosto che a' populi: il che tornava nondimeno loro utile, o no, secondo che quel principe si sapeva mantenere reputato con epso loro.

[34] Da queste cagioni sopradette nacque che Marco, Pertinace et Alessandro, sendo tutti di modesta vita, amatori della iustizia, inimici della crudeltà, umani, benigni, ebbono tutti, da Marco in fuori, tristo fine. [35] Marco solo visse e morì onoratissimo, perché lui succedé allo imperio iure hereditario e non aveva a riconoscere quello né da' soldati né da' populi; dipoi, essendo accompagnato da molte virtù







avareza dos soldados<sup>251</sup>. [29] Coisa que, de tão difícil, foi a ruína de muitos, sendo trabalhoso satisfazer aos soldados e ao povo, porque o povo amava a quietude, e por isto eram gratos aos príncipes modestos, e os soldados amavam os príncipes de alma militar e que fossem cruéis, insolentes e rapaces, qualidades que desejavam que ele exercesse sobre povo, para poder ter o soldo duplicado e desafogar a sua avareza e crueldade. [30] Coisas que fizeram com que aqueles imperadores, que por natureza ou por arte<sup>252</sup> não tinham uma grande reputação, com a qual refreavam uns e outros, sempre se arruinavam. [31] E muitos deles, mais ainda aqueles que como homens novos chegavam ao principado, quando percebiam a dificuldade destas duas diversidades de humores<sup>253</sup>, se ocupavam em satisfazer os soldados, pouco se preocupando em injuriar<sup>254</sup> o povo. [32] Tal decisão era necessária, porque, não podendo os príncipes evitar de serem odiado por alguns, devem esforçar-se primeiro em não ser odiado pela totalidade<sup>255</sup> dos cidadãos, e quando não pode conseguir isto, devem-se empenhar, com toda astúcia, para evitar o ódio daquela totalidade que é mais poderosos. [33] Porém, aqueles imperadores que, por serem novos, tinham necessitado de favores extraordinários, procuravam o apoio dos soldados, mais do que do povo, o que, no entanto, era útil ou não, conforme o príncipe soubesse conservar aquela reputação entre eles.

[34] Foi por estas razões sobreditas que Marco, Pertinax e Alexandre, sendo todos de vida modesta, amantes da justiça, inimigos da crueldade, humanos e benignos, tive-





che lo facevano venerando, tenne sempre, mentre che visse, l'uno e l'altro ordine intra e termini suoi, e non fu mai né odiato né disprezzato. [36] Ma Pertinace, creato imperatore contro alla voglia de' soldati, li quali essendo usi a vivere licenziosamente sotto Commodo non poterono sopportare quella vita onesta alla quale Pertinace gli voleva ridurre; onde avendosi creato odio et a questo odio aggiunto el disprezzo sendo vecchio ruinò ne' primi principii della sua amministrazione. [37] E qui si debbe notare che l'odio si acquista così mediante le buone opere, come le triste: e però, come io dixi di sopra, uno principe, volendo mantenere lo stato, è spesso forzato a non essere buono. [38] Perché, quando quella università, o popolo o soldati o grandi che sieno, della qual tu iudichi avere per mantenerti, più bisogno è corrotta, ti conviene seguire l'umore suo per soddisfarlo: et allora le buone opere ti sono nimiche.

[39] Ma vegnamo ad Alessandro: il quale fu di tanta bontà che, intra le altre laude che gli sono attribuite, è questa, che in 14 anni che tenne l'imperio non fu mai morto da lui alcuno iniudicato: nondimanco, sendo tenuto effeminato et uomo che si lasciassi governare alla madre, e per questo venuto in disprezzo, conspirò in lui l'exercito et ammazzollo.

[40] Discorrendo ora per opposito le qualità di Commodo, di Severo, di Antonino Caracalla e Maximino, gli troverrete crudelissimi e rapacissimi: li quali, per soddisfare a' soldati, non perdonorono ad alcuna qualità di iniuria che ne' populi si potessi commettere. [41] E tutti excetto Severo ebbono triste fine; perché in Severo fu tanta virtù che,





ram todos, com exceção de Marco, triste fim. [35] Marco só viveu e morreu honradíssimo porque ele chegou ao poder por direito hereditário, e não tinha que ser reconhecido nem pelos soldados nem pelo povo; depois, possuía muitas *virtù*, que o faziam venerando, tendo sempre, enquanto viveu, uma e outra ordenação<sup>256</sup> nos seus limites, e não foi nunca nem odiado nem desprezado. [36] Mas Pertinax tornou-se imperador contra a vontade dos soldados – os quais estavam habituados a viver licenciosamente sob Cômodo, e não puderam suportar aquela vida honesta à qual Pertinax queria submetê-los –, daí nasceu o ódio e, a este ódio, juntou-se o desprezo, por ser ele velho, e arruinou-se logo no início de sua administração. [37] E aqui se deve notar que o ódio se conquista mediante as boas obras, bem como pelas más; porém, como eu disse acima, um príncipe, querendo conservar o estado, é frequentemente forçado a não ser bom. [38] Porque, quando aquela totalidade, ou o povo, ou os soldados, ou que sejam os grandes, da qual você julga ter mais necessidade para conservar-se, é corrompida, convém a você seguir-lhe o humor para satisfazê-la, e então as boas obras lhe são inimigas.

[39] Mas consideremos Alexandre, o qual foi de tanta bondade que, entre as outras coisas louváveis que lhe são atribuídas, há esta: que em quatorze anos que teve o comando militar, ninguém foi morto por ele sem ser julgado; não obstante, sendo considerado efeminado e homem que se deixasse governar pela mãe<sup>257</sup>, por isto caiu em desprezo, o exército conspirou contra ele e o assassinou.





mantenendosi e soldati amici, ancora che populi fussino da lui gravati, poté sempre regnare felicemente: perché quelle sua virtù lo facevano nel conspetto de' soldati e delli populi sì mirabile che questi rimanevano quodammodo stupidi e attoniti, e quelli altri reverenti e soddisfatti. [42] E perché le actioni di costui furono grande e notabile in uno principe nuovo, io voglio brevemente monstrare quanto é seppe bene usare la persona del liono e della volpe, le quali nature io dico di sopra essere necessario imitare a uno principe.

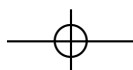
[43] Conosciuto Severo la ignavia di Iuliano imperatore, persuase al suo exercito, del quale era in Stiavonia capitano, che egli era bene andare a Roma a vendicare la morte di Pertinace, il quale da' soldati pretoriani era suto morto. [44] E sotto questo colore, senza monstrare di aspirare allo imperio, mosse lo exercito contro a Roma e fu prima in Italia che si sapessi la sua partita. [45] Arrivato a Roma, fu dal Senato per timore eletto imperatore e morto Iuliano. [46] Restava dopo questo principio a Severo dua difficoltà, volendosi insignorire di tutto lo stato: l'una in Asia, dove Nigro, capo delli exerciti asiatici, si era fatto chiamare imperatore; e l'altra in Ponente, dove era Albino quale ancora lui aspirava allo imperio. [47] E perché iudicava pericoloso scoprirsi inimico a tutti a dua, deliberò di assaltare Nigro et ingannare Albino: al quale scripse come, sendo dal Senato electo imperatore, voleva partecipare quella dignità con lui; e mandogli il titolo di Cesare e per diliberazione del Senato se lo aggiunse conlega: le quali cose furono da Albino accettate per vere. [48] Ma poi ché Severo ebbe vinto e morto





[40] Discorrendo agora, pelo contrário, acerca das qualidades de Cômodo, de Severo, Antonino Caracala e Maximino, vemo-nos cruelíssimos e rapacíssimos, os quais, para satisfazer os soldados, não abstiveram de nenhum tipo de injúria que pudessem cometer contra o povo. [41] E todos, exceto Severo, tiveram triste fim, porque Severo teve tanta *virtù* que, conservando os soldados amigos, ainda que o povo fosse oprimido por ele, pode sempre reinar felizmente, porque aquelas suas *virtù* faziam-no admirável no conceito dos soldados e do povo, já que este permanecia de certo modo atônito e atordoado, e aqueles outros reverentes e satisfeitos. [42] E porque as ações dele foram grandes e notáveis para um príncipe novo, eu quero mostrar brevemente o quanto ele soube bem usar a natureza da raposa e do leão, cujas naturezas eu disse acima<sup>258</sup> serem necessárias a um príncipe imitar.

[43] Tendo Severo conhecido a indolência do imperador Juliano, persuadiu o seu exército, do qual era capitão na Eslavônia<sup>259</sup>, de que era bom ele ir a Roma e vingar a morte de Pertinax, o qual tinha sido morto pelos soldados pretorianos. [44] E com este pretexto, sem mostrar que aspirava ao comando militar, moveu o exército contra Roma e chegou na Itália antes que soubessem da sua partida. [45] Chegando em Roma e morto Juliano, foi por temor eleito imperador pelo Senado. [46] Restavam a Severo, depois deste princípio, querendo assenhorear-se totalmente do estado, duas dificuldades: uma na Ásia, onde Nigro<sup>260</sup>, chefe dos exércitos asiáticos, se fez nomear imperador; a outra





Nigro e pacate le cose orientali, ritornatosi a Roma, si querelò in Senato come Albino, poco conoscente de' beneficii ricevuti da lui, aveva dolosamente cerco di ammazzarlo: e per questo era necessitato di andare a punire la sua ingratitude; dipoi andò a trovare infrancia, e gli tolse lo stato e la vita. [49] E chi examinerà tritamente le actione di costui, lo troverà uno ferocissimo lione et una astutissima golpe, e vedrà quello temuto e reverito da ciascuno e dalli exerciti non odiato; e non si maraviglierà se lui, uomo nuovo, arà potuto tenere tanto imperio, perché la sua grandissima reputazione lo difese sempre da quello odio che li populi per le sue rapine avevano potuto concipere.

[50] Ma Antonino suo figliuolo fu ancora lui uomo che aveva parte eccellentissime e che lo facevano maraviglioso nel conspetto de' populi e grato a' soldati, perché lui era uomo militare, sopportantissimo d'ogni fatica, disprezzatore d'ogni cibo dilicato e d'ogni altra mollizie: la qual cosa lo faceva amare da tutti li exerciti. [51] Nondimanco la sua ferocia e crudeltà fu tanta e sì inaudita, per avere dopo infinite occisioni particolari morto gran parte del populo di Roma e tutto quello di Alessandria, che diventò odiosissimo a tutto il mondo e cominciò ad essere temuto etiam da quelli che lui aveva dintorno: in modo che fu ammazzato da uno centurione in mezzo del suo exercito. [52] Dove è da notare che queste simili morte, le quali seguano per deliberazione di uno animo obstinato, sono da' principi inevitabili, perché ciascuno che non si curi di morire lo può offendere: ma debba bene el principe temerne meno, perché le sono raris-





no ocidente, onde estava Albino<sup>261</sup>, o qual ainda aspirava ao poder. [47] E porque julgava perigoso mostrar-se inimigo de todos os dois, deliberou atacar Nigro e enganar Albino: ao qual escreveu que, tendo sido eleito imperador pelo Senado, desejava partilhar aquela dignidade com ele; e mandou-lhe o título de César e, por deliberação do Senado, associou-o a ele como colega<sup>262</sup>, coisas que foram aceitas como verdadeiras por Albino. [48] Mas, depois que Severo venceu e matou Nigro e acalmadas as coisas no Oriente, voltando a Roma, lamentou-se, no Senado, de como Albino, pouco reconhecido dos benefícios por ele recebidos, havia dolosamente procurado matá-lo; por isto lhe era necessário punir a sua ingratidão; foi encontrá-lo depois na França e lhe tirou o status e a vida. [49] Portanto, quem examinar atentamente as ações deste, encontrará nele um ferocíssimo leão e uma astuciosíssima raposa, e o verá temido e reverenciado por todos, e não odiado pelos exércitos; e não se surpreenderá se ele, homem novo, pode manter tanto poder, porque a sua grandíssima reputação sempre o defendeu daquele ódio que podia nascer no povo por causa de seus roubos.

[50] Mas Antonino, seu filho, foi homem que também tinha qualidades excelentíssimas e que o tornavam admirável no conceito do povo e grato para os soldados, porque era homem de guerra, suportava todas as fadigas, desprezava todo alimento delicado e qualquer outras molezas, o que o fazia amado por todos os exércitos. [51] Todavia, a sua ferocidade e a sua crueldade foram tantas e tão inacreditáveis





sime. [53] Debba solo guardarsi di non fare grave ingiuria ad alcuno di coloro di chi si serve e che egli ha dintorno al servizio del suo principato; come aveva fatto Antonino, il quale aveva morto contumeliosamente uno fratello di quello centurione e lui ogni giorno minacciava, tamen lo teneva a guardia del corpo suo: il che era partito temerario e da ruinarvi, come gl'intervenne.

[54] Ma vegnamo a Commodus, al quale era facilità grande tenere l'imperio per averlo iure hereditario, sendo figliuolo di Marco: e solo gli bastava seguire le vestigie del padre, et a' soldati et a' populi arebbe soddisfatto. [55] Ma essendo di animo crudele e bestiale, per potere usare la sua rapacità ne' populi, si volse ad intrattenere li exerciti e farli licenziosi: dall'altra parte, non tenendo la sua dignità, discendendo spesso ne' teatri a combattere con gladiatori e facendo altre cose vilissime e poco degne della maestà imperiale, diventò contennendo nel conspetto de' soldati. [56] Et essendo odiato da l'una parte e disprezzato dall'altra, fu conspirato in lui e morto.

[57] Restaci a narrare le qualità di Maximino. Costui fu uomo bellicosissimo, et essendo gli exerciti infastiditi della mollizie di Alessandro, del quale ho di sopra discorso, morto lui lo elessono allo imperio; il quale non molto tempo possedé, perché dua cose lo feciono odioso e contennendo. [58] L'una, essere vilissimo per avere già guardato le pecore in Tracia: la qual cosa era per tutto notissima, li chi faceva una grande dedignazione nel conspetto di qualunque. [59] L'altra, perché, avendo nello ingresso del suo principato







que, por ter, depois de infinitos assassinatos individuais, matado grande parte do povo de Roma e todo aquele de Alexandria, tornou-se muito odiado por todo mundo e começou a ser temido também por aqueles que estavam perto dele, de modo que foi assassinado por um centurião no meio do seu exército. [52] Deve-se notar aqui que semelhantes mortes, que decorrem da deliberação de um ânimo obstinado, são, para os príncipes, inevitáveis, porque qualquer um que não se importe em morrer pode prejudicá-lo, mas o príncipe deve temê-los bem menos, porque esses são raríssimos. [53] Deve apenas guardar-se de não cometer grave injúria contra algum daqueles dos quais se serve e que ele tem em torno de si a serviço do seu principado, como fez Antonino, que matou injuriosamente um irmão daquele centurião que o ameaçava todo dia, e ele, no entanto, ainda o mantinha na sua guarda pessoal: o que era uma decisão temerária e ruinosa, como veio a lhe acontecer<sup>263</sup>.

[54] Mas voltemos a Cômodo, para o qual foi muito fácil manter o poder, por tê-lo por direito hereditário, sendo filho de Marco, e apenas lhe bastava seguir as pegadas do pai, que os soldados e o povo estariam satisfeitos. [55] Mas, sendo de ânimo cruel e bestial, para poder usar a sua rapacidade sobre o povo, dedicou-se a entreter os exércitos e torná-los licenciosos; de outra parte, não conservando a sua dignidade, apresentando-se frequentemente nos teatros para combater com os gladiadores, e fazendo outras coisas vis e pouco dignas da majestade imperial, tornou-se desprezível no conceito dos soldados. [56] E sendo odiado de





differito lo andare a Roma et intrare nella possessione della sedia imperiale, aveva dato di sé opinione di crudelissimo, avendo per li suoi prefetti in Roma e in qualunque luogo dello imperio exercitato molte crudeltà. [60] Talmente che, commosso tutto il mondo dallo sdegno per la viltà del suo sangue e dall'odio per la paura della sua ferocia, si ribellò prima Affrica, dipoi el Senato, con tutto el populo di Roma e tutta la Italia, gli conspirò contro; a che si aggiunse el suo proprio exercito, quale, campeggiando Aquileia e trovando difficoltà nella expugnazione, infastidito dalla crudeltà sua e, per vedergli tanti nimici, temendolo meno, lo ammazzò.

[61] Io non voglio ragionare né di Eliogabalo né di Macrino né di Iuliano, e quali per essere al tutto contennendi si spensono subito, ma verrò alla conclusione di questo discorso; e dico che li principi de' nostri tempi hanno meno questa difficoltà di soddisfare straordinariamente a' soldati ne' governi loro: perché, non obstante che si abbia ad avere a quegli qualche considerazione, tamen si resolve presto per non avere, alcuno di questi principi exerciti insieme che sieno inveterati con li governi et administratione delle provincie, come erano gli exerciti dello imperio romano. [62] E però, se allora era necessario soddisfare più alli soldati che a' populi, perché e soldati potevano più che e populi, ora è più necessario a tutti e principi, excepto che al Turco et al Soldano, soddisfare a' populi che a' soldati, perché e' populi possono più di quelli. [63] Di che io ne exceptuo el Turco, tenendo quello continuamente insieme intorno a sé XII mila fanti e 15 mila cavagli, da' quali dipende la securtà e la

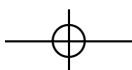




um lado e, desprezado de outro, conspiraram contra ele e o mataram.

[57] Falta narrar as qualidades de Maximino. Ele foi homem muito belicoso e, estando os exércitos insatisfeitos com a moleza de Alexandre, sobre a qual se discorreu acima, assassinado este, elegeram-no para o Império, o qual não manteve por muito tempo, porque duas coisas fizeram-no odioso e desprezível. [58] Uma, ser vilíssimo por já ter sido pastor de ovelhas na Trácia, o que era muito bem sabido por todos e lhe trazia grande descrédito no conceito de todos. [59] A outra, porque, tendo, no início do seu principado, adiado a ida a Roma e a tomada da posse da sede imperial, criou para si a imagem de cruelíssimo, tendo por meio dos seus prefeitos<sup>264</sup>, em Roma e em toda parte do império, praticado muitas crueldades. [60] Tanto que, impressionando a todos pelo desdém e pela vileza da sua dinastia e pelo ódio causado pelo medo da sua ferocidade, primeiro se rebelou a África, depois o Senado com todo o povo de Roma e toda a Itália conspiraram contra ele; ao que se acrescentou o seu próprio exército, o qual, assediando Aquiléia e encontrando dificuldade no assalto, insatisfeito com a sua crueldade e por ver-lhe tantos inimigos, temendo-o menos, assassinaram-no.

[61] Eu não quero discorrer nem sobre Eliogábalo, nem sobre Macrino, nem sobre Juliano, os quais, por serem em tudo desprezíveis, se extinguiram de imediato, mas passarei à conclusão deste discurso, e digo que os príncipes de nosso tempo tem esta dificuldade a menos, de satisfazer com





fortezza del suo regno: et è necessario che, posposto ogni altro rispetto, quel signore se li mantenga amici. [63] Similmente el regno del Soldano sendo tutto in nelle mani de' soldati, conviene che ancora lui senza rispetto de' populi se li mantenga amici. [65] Et avete a notare che questo stato del Soldano è disforme a tutti li altri principati, perché egli è simile al pontificato cristiano, il quale non si può chiamare né principato ereditario né principato nuovo: perché non e figliuoli del principe vecchio sono eredi e rimangono signori, ma colui che è eletto a quello grado da quegli che ne hanno autorità; [66] et essendo questo ordine antiquato, non si può chiamare principato nuovo; per che in quello non sono alcune di quelle difficoltà che sono ne' nuovi; perché, se bene el principe è nuovo, gli ordini di quello stato sono vecchi et ordinati a riceverlo come se fussi loro signore ereditario.

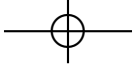
[67] Ma torniamo alla materia nostra. Dico che qualunque considererà el soprascritto discorso, vedrà o l'odio o il disprezzo essere suti cagione della ruina di quelli imperatori prenominati; e conoscerà ancora donde nacque che, parte di loro procedendo in uno modo e parte al contrario, in qualunque di quegli uno di loro ebbe felice e gli altri infelice fine. [68] Perché a Pertinace et Alessandro, per essere principi nuovi, fu inutile e dannoso volere imitare Marco, che era nel principato iure hereditario; e similmente a Caracalla, Commodo e Maximino essere stata cosa perniziosa imitare Severo, per non avere avuta tanta virtù che bastassi a seguitare le vestigie sua. [69] Pertanto uno principe nuovo in uno principato nuovo non può imitare le actioni di Marco,





meios extraordinários os soldados ao lidar com eles, porque, ainda que se deva ter para com eles alguma consideração, é coisa que se resolve logo, por não ter nenhum destes príncipes exércitos que estejam estacionados com o governo e a administração das províncias, como eram os exércitos do Império Romano. [62] Outrossim, se então era necessário satisfazer mais aos soldados que ao povo, era porque os soldados podiam mais que o povo; agora, é mais necessário a todos os príncipes, exceto ao Turco<sup>265</sup> e ao Sultão<sup>266</sup>, satisfazer mais ao povo que aos soldados, porque o povo pode mais do que aqueles. [63] Do que eu excludo o Turco, tendo aquele sempre em torno de si doze mil soldados de infantaria e quinze mil cavaleiros, dos quais depende a segurança e a força do seu reino; e é necessário que, adiada qualquer outra consideração, que o Senhor os conserve amigos. [64] Igualmente para o reino do Sultão, estando todo nas mãos dos soldados, convém a ele também que, sem o respeito do povo, mantenha-os seus amigos. [65] E deve-se notar que este estado do Sultão é diferente de todos os outros principados, porque ele é semelhante ao pontificado cristão, o qual não se pode chamar nem de principado hereditário nem de principado novo, porque os filhos do príncipe velho não são os seus herdeiros e não se tornam senhores, mas aquele que é eleito para o posto o é por aqueles que têm autoridade para isto; [66] e sendo este ordenamento antigo, não se pode chamar de principado novo, pois naquele não há nenhuma daquelas dificuldades que existem nos novos, porque, se bem que o príncipe seja novo, as ordenações da-





né ancora è necessario seguitare quelle di Severo: ma debbe pigliare da Severo quelle parte che per fondare el suo stato sono necessarie, e da Marco quelle che sono convenienti e gloriose a conservare uno stato che sia già stabilito e fermo.



quele estado são velhas e ordenadas para recebê-lo como se fosse seu senhor hereditário.

[67] Mas retornando à nossa matéria. Digo que qualquer um que considerar o sobredito discurso verá ou o ódio ou o desprezo ser a ocasião da ruína daqueles imperadores nomeados anteriormente, e saberá, ainda, porque parte deles procedendo de um modo e parte de outro modo, em ambas as situações alguns tiveram um final feliz e outros um triste fim. [68] Porque, para Pertinax e Alexandre, por serem príncipes novos, foi inútil e danoso imitar Marco, que estava no principado por direito hereditário; e igualmente para Caracala, Cômodo e Maximino foi coisa perniciosa imitar Severo, por não terem tido *virtù* suficiente para seguir as suas pegadas. [69] Portanto, um príncipe novo em um principado novo não pode imitar as ações de Marco, nem por isso é necessário seguir aquelas de Severo, mas deve tomar de Severo aquelas qualidades que são necessárias para fundar o seu governo, e de Marco aquelas que são convenientes e gloriosas para conservar um governo que já esteja estabelecido e firme.





0.20 AN ARCES ET MULTA ALIA, QUAE QUOTTIDIE  
A PRINCIPIBUS FIUNT, UTILIA AN INUTILLIA  
SINT [SE LE FORTEZZE E MOLTE ALTRE COSE  
CHE OGNI GIORNO SI FANNO DA' PRINCIPI,  
PER CONSERVAZIONE DEL LORO STATO,  
SONO UTILI O NO]

[1] Alcuni principi per tenere sicuramente lo stato hanno disarmati e loro subditi; alcuni hanno tenuto divise le terre subiette. [2] Alcuni hanno nutrito inimicizie contro a sé medesimi; alcuni altri si sono volti a guadagnarsi quelli che li erano sospetti nel principio del suo stato. [3] Alcuni hanno edificato fortezze; alcuni le hanno ruinate e destrutte. [4] E benché di tutte queste cose non si possa dare determinata sentenza, se non si viene a' particolari di quegli stati dove si avessi a pigliare alcuna simile deliberazione, nondimanco io parlerò in quell modo largo che la materia per sé medesima sopporta.

[5] Non fu mai adunque che uno principe nuovo disarmasse li suoi subditi: anzi, quando gli ha trovati disarmati, sempre gli ha armati; perché, armandosi, quelle arme diventano tua, diventano fedeli quelli che ti sono sospetti, e quelli che erano fedeli si mantengono, e di subditi si fanno tua partigiani. [6] E perché tutti li subditi non si possono armare, quando si beneficano quegli che tu armi, con gli altri si può fare più a sicurtà: e quella diversità del procedere, che conoscono in loro, gli fa tua obligati; quelli altri ti scusano, iudicando essere necessario quegli avere più merito che hanno più pericolo e più obbligo. [7] Ma quando tu gli







0.20 *AN ARCES ET MULTA ALIA QUAE QUOTIDIE A  
PRINCIPIBUS FIUNT UTILIA AN INUTILIA SINT*  
[SE AS FORTALEZAS E MUITAS OUTRAS  
COISAS QUE COTIDIANAMENTE OS  
PRÍNCIPES FAZEM SÃO ÚTEIS OU INÚTEIS]

[1] Alguns príncipes, para manter em segurança o governo, desarmaram os seus súditos; alguns outros mantiveram divididas as terras subordinadas. [2] Alguns alimentaram inimizades contra si mesmos; alguns outros tentaram ganhar a confiança daqueles de quem ele desconfiava no princípio do seu governo. [3] Alguns edificaram fortalezas, alguns arruinaram-nas e destruíram-nas. [4] E ainda que não se possa dar determinada sentença, senão se conhece as particularidades daqueles governos nos quais se tivesse que tomar alguma semelhante deliberação, todavia, eu falarei daquele modo geral que a matéria por si mesma permite.

[5] Ora, jamais ocorreu que um príncipe novo desarmasse os seus súditos, pelo contrário, quando os encontrou desarmados sempre os armou, porque, quando você os armava, aquelas armas tornam-se suas, tornando fiéis aqueles dos quais você suspeitava, e aqueles que eram fiéis mantêm-se assim, e de súditos, tornam-se seus partidários. [6] E, porque não se podem armar todos os súditos, enquanto aqueles que você arma se beneficiam, em relação aos outros pode proceder sem maiores considerações: e essa diversidade no proceder para com aqueles, que eles reconhecem, torna-os gratos a você; estes outros o desculpam, julgando ser necessário ter mais méritos aqueles que estão sujeitos





disarmi, tu cominci ad offendergli: monstri che tu abbi in loro diffidenza, o per viltà o per poca fede, e l'una e l'altra di queste opinioni concepe odio contro di te; e perché tu non puoi stare disarmato, conviene ti volti alla milizia mercennaria, la quale è di quella qualità che di sopra è detto: e quando la fussi buona, non può essere tanta che ti difenda da inimici potenti e da'subditi suspecti. [8] Però, come io ho detto, uno principe nuovo, in uno principato nuovo, sempre vi ha ordinato l'arme: di questi exempli sono piene le storie. [9] Ma quando uno principe acquista uno stato nuovo, che come membro si aggiunga al suo vecchio, allora è necessario disarmare quello stato, excepto quegli che nello acquistarlo sono suti tua partigiani: e quegli ancora col tempo e con le occasioni è necessario renderli molli et effeminati, et ordinarsi in modo che solo le arme di tutto il tuo stato sieno in quelli tuoi soldati proprii che nello stato tuo antico vivevano appresso di te.

[10] Solevano li antiqui nostri, e quelli che erano stimati savi, dire come era necessario tenere Pistoia con le parti e Pisa con le fortezze; e per questo nutrivano in qualche terra loro subdita le differenze, per possederle più facilmente. [11] Questo, in quelli tempi che Italia era in uno certo modo bilanciata, doveva essere bene fatto: ma non credo già che si possa dare oggi per precepto; perché io non credo che le divisioni facessino mai bene alcuno: anzi è necessario, quando el nimico si accosta, che le città divise si perdino subito, perché sempre la parte più debile si aderirà alle forze externe e l'altra non potrà reggere. [12] Viniziani, mossi





a maiores perigos e obrigações. [7] Mas, quando você os desarma, começa a contrariá-los, mostra que não confia neles, seja por covardia, seja por desconfiança, e uma e outra destas opiniões suscita o ódio contra você. E como você não pode ficar desarmado, convém lhe recorrer à milícia mercenária, que tem aquelas características das quais acima se falou<sup>267</sup>; e, ainda que esta fosse boa, não pode ser tão boa que o defenda dos inimigos poderosos e dos súditos suspeitos. [8] Por isso, como eu disse, um príncipe novo em um principado novo sempre ordenou as suas armas e destes exemplos as histórias estão repletas. [9] Mas, quando um príncipe conquista um novo governo, que se agrega como membro ao seu antigo governo, então é necessário desarmar este governo, exceto aqueles que, na sua conquista, foram seus partidários; e, ainda aqueles, com o tempo e com as ocasiões, é necessário torná-los moles e efeminados, e ordená-los de modo que, em todo seu governo, as únicas armas que si mantenham sejam aquelas dos seus próprios soldados, que, no seu governo antigo, vivem próximos de ti.

[10] Costumavam os nossos antepassados<sup>268</sup>, e aqueles que eram estimados como sábios, dizer como era necessário manter Pistóia com os partidários e Pisa com as fortalezas, e por isto alimentavam, por toda a cidade que lhe estava submetida, as diferenças entre os seus súditos, para possuí-las mais facilmente. [11] Isto, naqueles tempos em que a Itália estava de certo modo equilibrada<sup>269</sup>, era bem feito, mas não creio que se possa dar hoje este preceito, pois não creio que as divisões nunca façam bem algum; antes, é forçoso,





come io credo dalle ragioni soprascripte, nutrivano le sette guelfe e ghibelline nelle città loro subdite; e benché non li lasciassino mai venire al sangue, tamen nutrivano tra loro questi dispareri acciò che, occupati quelli cittadini in quelle loro differenze, non si unissino contro di loro. [13] Il che, come si vide, non tornò loro poi a proposito: perché, sendo rotti a Vailà, subito una parte di quelle prese ardire e tolsono loro tutto lo stato. [14] Arguiscano pertanto simili modi debolezza del principe, perché in uno principato gagliardo mai si permetteranno simili divisioni: perché le fanno solo profitto a tempo di pace, potendosi mediante quelle più facilmente maneggiare e subditi, ma, venendo la guerra, monstra simile ordine la fallacia sua.

[15] Senza dubbio e principi diventano grandi quando superano le difficoltà e le opposizioni che sono fatte loro; e però la fortuna, maxime quando vuole fare grande uno principe nuovo, il quale ha maggiore necessità di acquistare reputazione che uno ereditario, gli fa nascere de' nimici e fagli fare delle imprese contro, acciò che quello abbi cagione di superarle e, su per quella scala che gli hanno pòrta li inimici suoi, salire più alto. [16] Però molti iudicano che uno principe savio debbe, quando egli ne abbia la occasione, nutrirsi con astuzia qualche inimicizia, acciò che, oppresso quella, ne seguiti maggior sua grandezza

[17] Hanno e principi, e praesertim quegli che sono nuovi, trovato più fede e più utilità in quelli uomini che nel principio del loro stato sono suti tenuti sospetti, che in quelli che erano nel principio confidenti. [18] Pandolfo





quando o inimigo se aproxima, que as cidades divididas se percam logo, porque sempre a parte mais débil aderirá às forças externas e a outra parte não poderá governar. [12] Os venezianos, impelidos, como creio, pelas razões supracitadas, alimentavam as facções guélfas<sup>270</sup> e guibelinas<sup>271</sup> nas cidades dominadas por eles; e ainda que não os deixassem nunca chegar ao derramamento de sangue, todavia alimentavam entre eles essas divergências, a fim de que, ocupados aqueles cidadãos com seus conflitos, não se unissem contra eles. [13] O que, como se vê, não correspondeu aos seus propósitos, porque, sendo derrotados em Vailá<sup>272</sup>, imediatamente um destes partidos<sup>273</sup> começou a ousar e tirou deles todo o governo. [14] Provam, portanto, tais costumes a fraqueza do príncipe, porque, em um principado forte, nunca se permitirão semelhantes divisões, porque trazem vantagens apenas em tempos de paz, podendo-se mediante aquelas divisões mais facilmente manipular os súditos, mas, chegando a guerra, semelhante ordenação mostra a sua falácia<sup>274</sup>.

[15] Sem dúvida, os príncipes tornam-se grandes quando superam as dificuldades e as oposições que lhe são feitas, e, por isso, a fortuna, sobretudo quando deseja fazer grande um príncipe novo – o qual tem maior necessidade de conquistar a reputação do que um príncipe hereditário –, lhe dá inimigos e os faz agir contra ele, a fim de que o príncipe tenha a oportunidade de vencê-los e, com aquela escada que os seus inimigos lhe trouxeram, ele ascenda mais alto. [16] Porém, muitos julgam que um príncipe sábio





Petrucchi, principe di Siena, reggeva lo stato suo più con quelli che gli furono sospetti che con li altri. [19] Ma di questa cosa non si può parlare largamente, perché la varia secondo el subietto; solo dirò questo, che quelli uomini che nel principio di uno principato sono stati inimici, che sono di qualità che a mantenersi abbino bisogno di appoggiarsi, sempre el principe con facilità grandissima se gli potrà guadagnare: e loro maggiormente sono forzati a servirlo con fede, quanto conoscano esseree loro più necessario cancellare con le opere quella opinione sinistra che si aveva di loro. [20] E così el principe ne trae sempre più utilità, che di coloro che, servendolo con troppa sicurtà, straccurono le cose sua.

[21] E poiché la materia lo ricerca, non voglio lasciare indrieto ricordare alli principi che hanno preso uno stato di nuovo, mediante e favori intrinseci di quello, che considerino bene qual cagione abbi mosso quegli che lo hanno favorito, a favorirlo. [22] E se ella non è affectione naturale verso di loro, ma fussi solo perché quelli non si contentavano di quello stato, con fatica e difficoltà grande se gli potrà mantenere amici: perché fia impossibile che lui possa contentargli. [23] E discorrendo bene, con quelli esempi che dalle cose antiche e moderne si traggono, la cagione di questo, vedrà essergli molto più facile guadagnarsi amici quegli uomini che dello stato innanzi si contentavano, e però erano sua inimici, che quegli che, per non se ne contentare, gli diventarono amici e favorironlo ad occuparlo.





deve, quando tem a ocasião, com astúcia alimentar algumas inimizades, a fim de que, oprimido por essas, seja maior a sua grandeza.

[17] Têm os príncipes, e, sobretudo, aqueles que são novos, encontrado mais fé e mais utilidade naqueles homens que, no princípio do seu governo, eram considerados suspeitos, do que naqueles que no princípio eram confiáveis. [18] Pandolfo Petrucci<sup>275</sup>, príncipe de Siena, governava mais com aqueles que lhe foram suspeitos do que com os outros. [19] Mas, destas coisas, não se pode falar longamente, porque elas variam segundo a matéria. Apenas direi isto, que aqueles homens que no início de um principado tinham sido inimigos, e que estão em uma condição que, para conservar-se, precisam do apoio do príncipe, este sempre com grandíssima facilidade poderá conquistá-los. E são eles mais ainda forçados a servi-lo com fidelidade, quando sabem ser mais necessário apagar com obras a má opinião que se tinha sobre eles. [20] E assim o príncipe sempre obtém mais utilidade destes do que daqueles que, servindo-o com pouca consideração, descuidam das coisas do príncipe.

[21] E porque o assunto<sup>276</sup> exige, não quero deixar de lado a lembrança dos príncipes que conquistaram um novo governo por meio do favor dos cidadãos, que se considere bem que causa moveu aqueles que favoreceram esse príncipe a favorecê-los<sup>277</sup>. [22] E se esta causa não é uma afeição natural para com eles, mas somente porque não se contentavam com aquele governo, com esforço e grande dificuldade se poderá conservá-los amigos, porque é impossível que





[24] È suta consuetudine de' principi, per potere tenere più sicuramente lo stato loro, edificare fortezze che sieno la briglia e il freno di quelli che disegnassino fare loro contro, et avere uno refugio sicuro da uno subito impeto. [25] Io laudo questo modo perché egli è usitato ab antiquo: nondimanco messer Niccolò Vitelli, ne' tempi nostri, si è visto disfare dua fortezze in Città di Castello per tenere quello stato; Guido Ubaldo, duca di Urbino, ritornato nella sua dominazione donde da Cesare Borgia era suto cacciato, ruinò funditus tutte le fortezze di quella sua provincia e iudicò senza quelle più difficilmente riperdere quello stato; Bentivogli, ritornati in Bologna, usorono simili termini. [26] Sono dunque le fortezze utili, o no, secondo e tempi: e se le ti fanno bene in una parte, ti offendano in un'altra. [27] E puossi discorrere questa parte così: quel principe che ha più paura de' populi che de' forestieri, debbe fare le fortezze; ma quello che ha più paura de' forestieri che de' populi, debbe lasciarle indietro. [28] Alla Casa Sforzesca ha fatto e farà più guerra el castello di Milano, che vi edificò Francesco Sforza, che veruno altro disordine di quello stato. [29] Però la migliore fortezza che sia, è non essere odiato dal populo; perché, ancora che tu abbi le fortezze et il populo ti abbia in odio, le non ti salvono: perché non mancano mai a' populi, preso che gli hanno l'arme, forestieri che gli soccorrino. [30] Nelli tempi nostri non si vede che quelle abbino profittato ad alcuno principe, se non alla contessa di Furlí, quando fu morto il conte Ieronimo suo consorte: perché mediante quella possé fuggire l'impeto popolare et aspet-







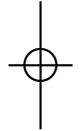
se possa contentá-los. [23] E discorrendo bem acerca das razões disto, com aqueles exemplos que se encontram nas coisas antigas e modernas, ver-se-á que é muito mais fácil conquistar como amigos aqueles homens que se contentavam com o governo anterior, porém eram seus inimigos<sup>278</sup>, do que aqueles que, por não se contentarem com ele, tornaram-se amigos e favoreceram o príncipe para ocupá-lo.

[24] É costume dos príncipes, para poder manter com mais segurança o seu governo, edificar fortalezas que sejam o arreio e os freios daqueles que desejassem atacá-lo, e ter um refúgio seguro para um assalto imprevisto. [25] Eu louvo este costume porque ele é comum desde a Antiguidade, todavia, nos nossos tempos, viu-se o Senhor Niccolò Vitelli<sup>279</sup> derrubar duas fortalezas na cidade de Castello para conservar aquele governo; Guido Ubaldino<sup>280</sup>, duque de Urbino, retornando aos seus domínios, donde foi expulso por César Borgia<sup>281</sup>, destruiu por completo todas as fortalezas da sua província e julgou que, sem aquelas, muito dificilmente<sup>282</sup> perderia de novo aquele governo. O Bentivogli, de volta à Bolonha, usaram meios semelhantes. [26] São, pois, as fortalezas úteis ou não, conforme os tempos: e se fazem lhe bem em uma parte, prejudicam-no em outra. [27] E pode-se assim discorrer sobre esta parte: aquele príncipe que tem mais medo do povo que dos forasteiros deve fazer as fortalezas. Contudo, aquele que tem mais medo dos forasteiros que do povo, deve deixá-las de lado. [28] À casa dos Sforza trouxe e trará mais guerras<sup>283</sup> ao castelo de Milão, que Francisco Sforza aí edificou<sup>284</sup>, que qualquer outra





tare el soccorso da Milano e recuperare lo stato; e li tempi stavano allora in modo che il forestiere non posseva soccorrere il popolo. [31] Ma dipoi valsono ancora a lei poco le fortezze, quando Cesare Borgia l'assaltò e che il popolo, suo inimico, si congiunse col forestieri. [32] Pertanto allora e prima sarebbe suto più sicuro a lei non essere odiata dal popolo, che avere le fortezze. [33] Considerato adunque tutte queste cose, io lauderò chi farà le fortezze e chi non le farà; e biasimerò qualunque, fidandosi delle fortezze, stimerà poco essere odiato da' populi.





desordem daquele governo. [29] Por isso, a melhor fortaleza que existe é não ser odiado pelo povo, porque, ainda que você tenha as fortalezas, mas o povo o odeie, elas não o salvaram, porque não falta nunca ao povo, uma vez que pegue em armas, forasteiros que lhe ajudem. [30] Nos nossos tempos não se vê serem as fortalezas de algum proveito para príncipe algum, exceto para a condessa de Forlí<sup>285</sup>, quando morreu o conde Jerônimo, seu marido, porque, por meio delas, ela pode fugir da fúria popular, esperar o socorro de Milão e recuperar o governo. E os tempos eram tais que os forasteiros não podiam socorrer o povo. [31] Mas, depois pouco lhe valeram as fortalezas, quando César Borgia a assaltou e o povo, inimigo dela, aliou-se ao forasteiro. [32] Portanto, nesta ocasião e antes, seria mais seguro a ela não ser odiada pelo povo do que ter as fortalezas. [33] Considerando, portanto, todas estas coisas, eu louvarei quem construir as fortalezas e quem não as constrói; e censurarei todo aquele que, confiando nas fortalezas, dê pouca atenção em ser odiado pelo povo.





0.21 QUOD PRINCIPEM DECEAT UT EGREGIUS  
HABEATUR [QUELLO CHE S' APPARTENGA  
FARE A UNO PRINCIPE PER ESSERRE  
STIMATO E REPUTATO]

[1] Nessuna cosa fa tanto stimare uno principe, quanto fanno le grande imprese e dare di sé rari exempli. [2] Noi abbiamo nelli nostri tempi Ferrando di Aragona, presente re di Spagna; costui si può chiamare quasi principe nuovo, perché d'uno re debole è diventato per fama e per gloria el primo re de' Cristiani; e se considerrete le actioni sua, le troverrete tutte grandissime e qualcuna extraordinaria. [3] Lui nel principio del suo regno assaltò la Granata, e quella impresa fu il fondamento dello stato suo. [4] Prima, egli la fece ozioso e senza sospetto di essere impedito; tenne occupati in quella gli animi di quelli baroni di Castiglia, e quali, pensando a quella guerra, non pensavano ad innovazione: e lui acquistava in quel mezzo reputazione et imperio sopra di loro, che non se ne accorgevano; possé nutrire, con danari della Chiesa e de' populi, exerciti, e fare uno fondamento, con quella guerra lunga, alla milizia sua, la quale lo ha di poi onorato. [5] Oltre a questo, per potere intraprendere maggiori imprese, servendosi sempre della religione, si volse ad una pietosa crudeltà, cacciando e spogliando el suo regno de' Marrani: né può essere questo exemplo più miserabile né più raro. [6] Assaltò, sotto questo medesimo mantello, l'Africa. Fece l'impresa di Italia. Ha ultimamente assaltato la Francia. [7] E così sempre ha fatte et ordite cose grandi, le quali hanno sempre tenuti sospesi et ammirati





0.21 *QUOD PRINCIPEM DECEAT UT EGREGIUS  
HABEATUR* [O QUE CONVÉM A UM PRÍNCIPE  
PARA QUE SEJA ESTIMADO]

[1] Nada faz um príncipe ser tão estimado quanto realizar grandes feitos e dar raros exemplos de si. [2] Nós temos em nossos tempos Fernando de Aragão<sup>286</sup>, atual rei de Espanha. A este se pode chamar quase um príncipe novo porque, de um rei débil que era, tornou-se, pela fama e pela glória, o primeiro rei dos cristãos; e se se considerar as suas ações, as encontraram todas grandíssimas e algumas extraordinárias. [3] Ele, no princípio do seu reinado, tomou Granada<sup>287</sup>, e aquela empresa foi o fundamento do seu governo. [4] Primeiro, ele o fez tranquilamente e sem levantar suspeitas para que não fosse impedido, tendo ocupado com isto os ânimos daqueles barões de Castela, os quais, pensando naquela guerra, não pensavam em inovações<sup>288</sup>; e ele conquistava, por este meio, reputação e poder sobre eles, que não se apercebiam; pode sustentar o exército com o dinheiro da Igreja e do povo e, com aquela longa guerra, dar o fundamento às suas milícias, as quais depois o honraram. [5] Além disto, para poder empreender maiores feitos, servindo-se sempre da religião, voltou-se a uma piedosa crueldade, expulsando e espoliando, em seu reino, os mouros<sup>289</sup>: não pode ser este exemplo mais miserável e nem mais raro. [6] Assaltou, com este mesmo pretexto, a África<sup>290</sup>; fez o mesmo na Itália<sup>291</sup>; ultimamente assaltou a França<sup>292</sup>. [7] E assim sempre fez e urdiu grandes coisas, as quais sempre mantiveram elevada e cheio de admiração o animo dos sú-





gli animi de' subditi, et occupati nello evento di epse. [8] E sono nate queste sua actioni in modo l'una da l'altra, che non ha dato mai infra l'una e l'altra spazio alli uomini di potere quietamente operarli contro.

[9] Giova ancora assai ad uno principe dare di sé exempli rari circa a' governi di dentro, – simili a queglii che si narrano di messer Bernabò da Milano, – quando si ha l'occasione di qualcuno che operi alcuna cosa straordinaria, o in bene o in male, nella vita civile: e pigliare uno modo, circa premiarlo o punirlo, di che si abbia a parlare assai. [10] E soprattutto uno principe si debba ingegnare dare di sé in ogni sua actione fama di uomo grande e di ingegno eccellente. [11] È ancora stimato uno principe, quando egli è vero amico e vero inimico: cioè quando senza alcuno respecto egli si scuopre in favore di alcuno contro ad un altro. [12] El quale partito fia sempre più utile che stare neutrale: perché, se dua potenti tua vicini vengono alle mane, o e' sono di qualità che, vincendo uno di queglii, tu abbia a temere del vincitore, o no. [13] In qualunque di questi dua casi ti sarà sempre più utile lo scoprirti e fare buona guerra; perché, nel primo caso, se tu non ti scuopri sarai sempre preda di chi vince, con piacere e soddisfazione di colui che è stato vinto; e non hai ragione né cosa alcuna che ti difenda, né chi ti riceva: perché chi vince non vuole amici sospetti e che non lo aiutino nelle avversità; chi perde, non ti riceve per non avere tu voluto con le arme in mano correre la fortuna sua.

[14] Era passato in Grecia Antioco, messovi dagli Etoli per cacciarne Romani; mandò Antioco oratori alli Achei,





ditos, e ocupados no desenrolar destes eventos. [8] E de tal modo estas ações nasceram uma das outras, que ele não deu nunca, entre uma e outra, espaço aos homens para poderem calmamente agir contra ele.

[9] Ademais, auxilia muito a um príncipe dar de si exemplos raros quanto ao governo interno – semelhante àqueles que se narram a respeito do Senhor Bernabò de Milão<sup>293</sup> –, quando se tem a ocasião de encontrar alguém que faça alguma coisa extraordinária na vida civil, ou para o bem ou para o mal, e escolher um modo de como premiá-lo ou puni-lo, sobre o que há muito o que dizer. [10] E, sobretudo, um príncipe deve esforçar-se para obter para si, em todas as suas ações, a fama de grande homem e de excelente engenhosidade.

[11] Um príncipe é ainda estimado quando é verdadeiro amigo e verdadeiro inimigo, isto é, quando, sem hesitação alguma, ele se revela em favor de alguém contra outro. [12] Posição essa que é sempre mais útil do que ficar neutro, porque, se dois poderosos vizinhos seus começam a combater, ou eles são de tal qualidade que, vencendo um deles, você tenha que temer o vencedor, ou não. [13] Em qualquer destes dois casos, lhe será sempre mais útil decidir-se por um dos lados e declarar guerra aberta, porque, no primeiro caso, se não se decide, será sempre presa daquele que vence, com prazer e satisfação daquele que foi vencido; e não terá razão nem coisa alguma que o defenda nem que o acolha, porque quem vence não deseja as amizades suspeitas e que não o ajudaram na adversidade; quem perde, não o acolhe





che erano amici de' Romani, a confortargli a stare di mezzo: e dalla altra parte e Romani gli persuadevano a pigliare le arme per loro. [15] Venne questa materia a deliberarsi nel concilio delli Achei, dove el legato di Antioco gli persuadeva a stare neutrali; a che il legato romano rispose: «Quod autem isti dicunt, non interponendi vos bello, nihil magis alienum rebus vestris est: sine gratia, sine dignitate prae-mium victoris eritis.» [16] E sempre interverrà che colui che non è amico ti ricercherà della neutralità, e quello che ti è amico ti richiederà che ti scuopra con le arme. [17] Et e principi male resoluti, per fuggire e presenti pericoli, seguono el più delle volte quella via neutrale, et il più delle volte rovinano.

[18] Ma quando el principe si scuopre gagliardamente in favore di una parte, se colui con chi tu ti aderisci vince, ancora che sia potente e che tu rimanga a sua discrezione, egli ha teco obbligo, e' vi è contratto l'amore: e gli uomini non sono mai sì disonesti, che con tanto exemplo di ingratitude e' ti opprimessino; dipoi le vittorie non sono mai sì stiette che el vincitore non abbia ad avere qualche rispetto, e maxime alla iustizia. [19] Ma se quello con il quale tu ti aderisci perde, tu sei ricevuto da lui, e mentre che può ti aiuta, e diventi compagno di una fortuna che può resurgere.

[20] Nel secondo caso, quando quelli che combattono insieme sono di qualità che tu non abbi da temere, di quello che vince, tanto è maggiore prudenzia lo aderirsi, perché tu vai alla ruina d'uno con lo aiuto di chi lo doverrebbe salvare, se fussi savio; e vincendo rimane a tua discrezione, et







por não ter você, com as armas em mãos, desejado compartilhar a sua fortuna.

[14] Tinha chegado à Grécia Antíoco<sup>294</sup>, movido pelos etólios para expulsar os romanos; mandou ele embaixadores aos aqueus, que eram amigos dos romanos, para exortá-los a permanecerem neutros: e de outra parte os romanos os persuadiram a pegar em armas por eles. [15] Veio esta matéria para deliberação no concílio dos aqueus, onde o legado de Antíoco os persuadiu a ficarem neutros, ao que o legado romano respondeu: «Quod autem isti dicunt non interponendi vos bello, nihil magis alienum rebus vestris est; sine gratia, sine dignitate, praemium victoris eritis»<sup>295</sup>. [16] E sempre ocorrerá que aquele que não é amigo lhe pedirá a neutralidade, e aquele que é seu amigo lhe pedirá para que se apresente com as armas. [17] E os príncipes hesitantes, para fugir dos perigos presentes, seguem muitas vezes aquela via da neutralidade, e muitas vezes arruínam-se.

[18] Mas, quando o príncipe se revela bravamente em favor de uma parte, se aquele a quem você se associa vence, ainda que ele seja poderoso e que você permaneça à mercê dele, ele tem, em relação a você, uma obrigação, estabelece-se um contrato de confiança: e os homens nunca são tão desonestos, com tamanho exemplo de ingratidão, a ponto de oprimi-lo; depois, as vitórias não são nunca assim tão completas que o vencedor não tenha que ter alguma consideração, sobretudo em relação à justiça. [19] Mas, se aquele com o qual você se associa perde, você é acolhido





è impossibile, con lo aiuto tuo, che non vinca. [21] E qui è da notare che uno principe debba advertire di non fare mai compagnia con uno più potente di sé per offendere altri, se non quando la necessità ti costringe, come di sopra si dice; perché, vincendo, rimani suo prigioniero: e li principi debbono fuggire, quanto possono, lo stare a discrezione di altri. [22] E Viniziani si accompagnarono con Francia contro al duca di Milano, e potevano fuggire di non fare quella compagnia: di che ne resultò la ruina loro. [23] Ma quando e' non si può fuggirla, – come intervenne a' Fiorentini, quando el papa e Spagna andarono con li exerciti ad assaltare la Lombardia, – allora si debba el principe aderire per le ragioni sopradette. [24] Né creda mai alcuno stato potere pigliare partiti sicuri, anzi pensi di avere a prenderli tutti dubbii; perché si trova questo, nell'ordine delle cose, che mai si cerca fuggire uno inconveniente che non si incorra in uno altro; ma la prudenza consiste in sapere conoscere le qualità delli inconvenienti e pigliare el men tristo per buono.

[25] Debbe ancora uno principe mostrarsi amatore delle virtù, dando ricapito alli uomini et onorando gli eccellenti in una arte. [26] Appresso debbea animare e sua ciptadini di potere quietamente exercitare li exercizii loro, e nella mercanzia e nella agricultura et in ogni altro esercizio delli uomini; e che quello non tema di ornare le sua possessione per timore che le gli sia tolta, e quello altro di aprire uno traffico per paura delle taglie. [27] Ma debbe preparare premii a chi vuole fare queste cose et a qualunque pensa in qualunque modo ampliare o la sua città o il

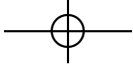




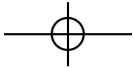
por ele, e, enquanto puder, ele ajudará você, e você se torna companheiro de uma fortuna que pode ressurgir.

[20] No segundo caso<sup>296</sup>, quando aqueles que combatem um contra o outro são de tal qualidade que você não tem que temer aquele que vence, é tanto maior a prudência em associar-se a ele, porque você ajuda na ruína de alguém com a ajuda de quem deveria salvá-lo, se fosse sábio; vencendo, este permanece à sua mercê, e é impossível que, com a sua ajuda, não vença. [21] Deve-se aqui notar que um príncipe deve cuidar para não fazer nunca campanha com um mais poderoso do que si mesmo para prejudicar a outros, a não ser quando a necessidade o constranja, como acima se disse, porque, vencendo, fica prisioneiro dele, e os príncipes devem evitar o quanto podem ficar ao capricho de outros. [22] Os venezianos se associaram aos franceses contra o duque de Milão<sup>297</sup>, e podiam evitar fazer aquela campanha, da qual resultou a sua ruína. [23] Mas quando não se pode evitá-la – como ocorreu aos florentinos<sup>298</sup>, quando o papa e a Espanha, com seus exércitos, foram assaltar a Lombardia – , então deve o príncipe aliar-se pelas razões sobreditas. [24] Nem creia nunca que estado algum possa sempre tomar decisões seguras, ao contrário, pense que terá de tomar sempre decisões duvidosas, porque isto está na ordem das coisas, que não se pode nunca evitar um inconveniente sem incorrer em um outro, mas a prudência consiste em saber conhecer os tipos de inconvenientes, e tomar os menos ruins como bons.







suo stato. [28] Debba oltre a questo, ne' tempi convenienti dello anno, tenere occupati e populi con feste e spettacoli; e perché ogni città è divisa in arte o in tribù, tenere conto di quelle università, raunarsi con loro qualche volta, dare di sé exempli di umanità e di munificenza, tenendo sempre ferma nondimanco la maestà della dignità sua.



[25] Deve, ainda, um príncipe mostrar-se amante da *virtù*, dando hospitalidade aos homens virtuosos e honrando aqueles que são excelentes em uma arte. [26] Deve ainda animar os seus cidadãos a poder exercitar calmamente as suas atividades: nos negócios, na agricultura e em todos os outros afazeres dos homens; e que este<sup>299</sup> não tema em melhorar as suas propriedades por temor de que lhe seja tirado, e aquele em abrir um comércio por medo dos impostos. [27] Mas deve prever prêmios a quem deseje fazer estas coisas e a qualquer um que pense, de algum modo, ampliar a sua cidade ou o seu status. [28] Deve, além disto, nos tempos convenientes do ano, manter o povo ocupado com as festas e os espetáculos, e, porque toda cidade é dividida em artes ou em tribos<sup>300</sup>, deve ter em conta essas comunidades, reunir-se com elas algumas vezes, dar de si exemplo de humanidade e de magnanimidade; todavia, mantendo sempre firme a majestade de sua dignidade, porque esta não pode faltar em parte alguma<sup>301</sup>.





0.22 DE HIS QUOS A SECRETIS PRINCIPES HABENT  
[DE' SECRETARI CH'E' PRINCIPI HANNO  
APRESSO DI LORO]

[1] Non è di poca importanza a uno principe la electione de' ministri, e quali sono buoni, o no, secondo la prudenzia del principe. [2] E la prima coniettura che si fa del cervello d'uno Signore, è vedere li uomini che lui ha dintorno: e quando sono sufficienti e fedeli, sempre si può reputarlo savio, perché ha saputo conoscerli sufficienti e sa mantenerli fideli; ma quando sieno altrimenti, sempre si può fare non buono iudizio di lui: perché el primo errore che fa, lo fa in questa electione.

[3] Non era alcuno che conoscessi messer Antonio da Venafo, per ministro di Pandolfo Petrucci, principe di Siena, che non iudicasse Pandolfo essere valentissimo uomo, avendo quello per suo ministro. [4] E perché sono di tre generazione cervelli, – l'uno intende da sé, l'altro discerne quello che altri intende, el terzo non intende né sé né altri: quel primo è eccellentissimo, el secondo eccellente, el terzo inutile, – conveniva pertanto di necessità che, se Pandolfo non era nel primo grado, che fussi nel secondo. [5] Perché ogni volta che uno ha iudizio di conoscere il bene o il male che uno fa o dice, ancora che da sé non abbia invenzione, conosce le opere buone e le triste del ministro e quelle exalta e le altre corregge: et il ministro non può sperare di ingannarlo e mantiensi buono.

[6] Ma come uno principe possa conoscere el ministro, ci è questo modo che non falla mai: quando tu vedi el





0.22 *DE HIS QUOS A SECRETIS PRINCIPES HABENT*  
[DOS SECRETÁRIOS QUE OS PRÍNCIPES TÊM]

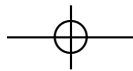
[1] Não é de pouca importância para um príncipe a escolha dos ministros, os quais são bons ou não, segundo a prudência do príncipe. [2] E a primeira conjectura que se faz da inteligência de um senhor é ver os homens que ele tem em torno de si: quando eles são aptos e fiéis, sempre se pode reputá-lo como sábio, porque soube conhecê-los suficientemente e sabe conservá-los fiéis. Mas, quando são de outro modo, não se pode sempre fazer bom juízo dele, porque, ao primeiro erro que o príncipe faz, o faz nesta escolha.

[3] Não havia ninguém que conhecesse o Senhor Antonio de Venafró<sup>302</sup>, ministro de Pandolfo Petrucci, príncipe de Siena, que não julgasse Pandolfo homem valentíssimo, por aquele seu ministro. [4] E como são de três gêneros de intelectos – um entende por si, outro discerne aquilo que outro entendeu, e o terceiro não entende nem por si nem por outro, do qual o primeiro é excelentíssimo, o segundo excelente e o terceiro inútil –, portanto, convinha pela necessidade que, se Pandolfo não era do primeiro grau, que fosse do segundo. [5] Porque toda vez que alguém tem discernimento suficiente para conhecer o bem ou o mal que outro alguém faz ou diz, ainda que por si não tenha um intelecto inventivo, conhece as obras más e boas do ministro, a estas exalta e àquelas corrige, e o ministro não pode esperar enganá-lo e manter-se bem.





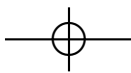
ministro pensare più a sé che a te, e che in tutte le actioni vi ricerca dentro l'utile suo, questo tale così fatto mai fia buono ministro, mai te ne potrai fidare. [7] Perché quello che ha lo stato di uno in mano, non debbe pensare mai a sé, ma sempre al principe, e non gli ricordare mai cosa che non appartenga a lui; e dall'altro canto el principe per mantenerlo buono, debba pensare al ministro, onorandolo, facendolo ricco, obligandoselo, partecipandogli gli onori e carichi: acciò che veggia che non può stare senza lui, e che gli assai onori non li faccino desiderare più onori, le assai ricchezze non gli faccino desiderare più ricchezze, li assai carichi gli faccino temere le mutazioni. [8] Quando adunque li ministri, e li principi circa e ministri, sono così fatti, possono confidare l'uno dell'altro: quando altrimenti, sempre el fine fia dannoso o per l'uno o per l'altro.







[6] Mas, para que um príncipe possa conhecer o ministro, ele deve fazer isto, que não falha nunca: quando você vê o ministro pensar mais em si que em ti, e procura em todas as suas ações aquilo que lhe é mais útil, este, que assim é, nunca será um bom ministro e nunca poderás confiar nele. [7] Porque aquele que tem o governo de alguém nas mãos, não deve pensar nunca em si, mas sempre no príncipe, e nunca lembrar de coisas que não pertençam ao príncipe: e, de outro lado, o príncipe, para bem conservá-lo, deve pensar no ministro, honrando-lhe, fazendo-o rico, garantindo-lhe o cargo, atribuindo-lhe as honras e os cargos<sup>303</sup>: a fim de que veja que não pode estar sem ele, e que as muitas honras não lhe façam desejar mais honras, as muitas riquezas não lhe façam desejar mais riquezas, os muitos cargos lhe façam temer as mudanças. [8] Quando, pois, os ministros, e os príncipes em relação aos ministros, são deste feitio, podem confiar um no outro: quando são de outro modo, sempre o fim será danoso ou para um ou para outro.





0.23 QUOMODO ADULATORES SINT FUGIENDI [IN  
CHE MODO SI ABBINO A FUGGIRE LI  
ADULATORI]

[1] Non voglio lasciare indrieto uno capo importante et uno errore dal quale e principi con difficoltà si difendano, se non sono prudentissimi o se non hanno buona electione. [2] E questi sono gli adulatori, delli quali le corte sono piene: perché li uomini si compiacciono tanto nelle cose loro proprie, et in modo vi si ingannono, che con difficoltà si difendano da questa peste. [3] Et a volersene difendere si porta periculo di non diventare contennendo; perché non ci è altro modo a guardarsi dalle adulazioni, se non che gli uomini intendino che non ti offendino a dirti el vero; ma quando ciascuno ti può dire il vero, ti manca la reverenza. [4] Pertanto uno principe prudente debba tenere uno terzo modo, eleggendo nel suo stato uomini savii, e solo a quelli eletti dare libero arbitrio a parlargli la verità, e di quelle cose sole che lui gli domanda e non d'altro, – ma debbe domandargli d'ogni cosa,– e le opinioni loro udire: dipoi deliberare da sé a suo modo; [5] et in questi consigli e con ciascuno di loro portarsi in modo che ognuno cognosca che, quanto più liberamente si parlerà più gli fia accepto: fuori di quelli, non volere udire alcuno, andare dietro alla cosa deliberata et essere obstinato nelle deliberazioni sua. [6] Chi fa altrimenti, o precipita per li adulatori o si muta spesso per la variazione de' pareri: di che ne nasce la poca existimazione sua.





0.23 *QUOMODO ADULATORES SINT FUGIENDI* [DE  
QUE MODO SE DEVE EVITAR OS ADULADORES]

[1] Não quero deixar de lado um assunto importante e um erro do qual os príncipes com dificuldade se defendem, se não são prudentíssimos ou se não fazem boa escolha. [2] E estes são os adutores, dos quais as cortes estão cheias, porque os homens se comprazem tanto nas coisas deles próprios, e de tal modo aí se enganam, que com dificuldade se defendem desta peste. [3] E, para querer se defender, correm o risco de tornarem-se desprezíveis, porque não há outro modo de proteger-se das adulações que não seja os homens entenderem que não o ofendem quando dizem-lhe a verdade; mas, quando todo mundo pode dizer-lhe a verdade, falta-lhe a reverência. [4] Portanto, um príncipe prudente deve ter um terceiro modo, escolhendo no seu governo homens sábios e apenas a estes deve dar liberdade para dizer-lhe a verdade, e apenas sobre aquelas coisas que ele lhes perguntar e não de outras – mas deve perguntar-lhes sobre todas as coisas –, e escutar as suas opiniões, depois deliberar por si, a seu modo. [5] Com estes conselhos e, com cada um deles, portar-se de modo que todos saibam que, quanto mais livremente se falar, mais será aceito; fora aqueles sábios, não queira ouvir ninguém, siga a deliberação tomada e seja obstinado nas suas deliberações. [6] Quem faz de outro modo, ou cai por causa dos adutores ou frequentemente muda sua decisão pelas variações dos pareceres, o que leva a ser pouco estimado.





[7] Io voglio a questo proposito addurre uno exemplo moderno. Pre' Luca, uomo di Maximiliano presente imperatore, parlando di Sua Maestà dixe come egli non si consigliava con persona e non faceva mai di cosa alcuna a suo modo. [8] Il che nasceva dal tenere contrario termine al sopradetto; perché lo Imperatore è uomo secreto, non comunica e sua disegni, non ne piglia parere: ma come nel metterli in atto si cominciano a conoscere e scoprire, gli cominciono ad essere contraddetti da coloro che lui ha dintorno, e quello, come facile, se ne stoglie; di qui nasce che quelle cose che fa uno giorno, destrugge l'altro, e che non si intenda mai quello si voglia o che disegni fare, e che non si può sopra le sua deliberazioni fondarsi.

[9] Uno principe, pertanto debba consigliarsi sempre, ma quando lui vuole e non quando altri vuole: anzi debba torre animo a ciascuno di consigliarlo d'alcuna cosa, se non gliene domanda; ma lui debbe bene essere largo domandatore, e dipoi circa alle cose domandate, paziente auditore del vero: anzi, intendendo che alcuno per alcuno rispetto non gliene dica, turbarsene. [10] E perché molti existimano che alcuno principe, il quale dà di sé opinione di prudente, sia così tenuto non per sua natura, ma per li buoni consigli che lui ha dintorno, senza dubio s'ingannano. [11] Perché questa è una regola generale che non falla mai: che uno principe, il quale non sia savio per sé stesso, non può essere consigliato bene, se già a sorte non si rimettessi in uno solo che al tutto lo governassi, che fussi uomo prudentissimo. [12] In questo caso potrebbe bene essere, ma durerebbe po-





[7] Eu desejo a este propósito apresentar um exemplo moderno. O padre Luca<sup>304</sup>, homem do atual imperador Maximiliano<sup>305</sup>, falando de Sua Majestade, disse como ele não se aconselhava com as pessoas e não fazia nunca coisa alguma a seu modo. [8] O que resultava de ter contrariado os conselhos supracitados, porque o imperador é homem reservado, não comunica os seus planos, não pede parecer: mas, quando os coloca em ação, começa-se a conhecê-los e a descobri-los, começam a ser contestados por aqueles que ele tem em entorno de si, e o imperador, que facilmente muda de opinião, afasta-se de seus planos; daqui decorre que aquelas coisas que faz num dia, destrói no outro, e que não seja nunca compreendido naquilo que se deseja ou planeja fazer, e que não se pode fundar sobre as suas deliberações.

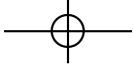
[9] Um príncipe, portanto, deve aconselhar-se sempre, mas quando ele deseje e não quando o outro deseje; antes, deve desencorajar qualquer um que queira aconselhá-lo sobre alguma coisa caso ele não lhe tenha perguntado, mas ele deve ser assíduo inquiridor, e depois, sobre as coisas perguntadas, pacientemente ouvir a verdade: aliás, penso que se alguém, por algum respeito não lhe fale a verdade, ele deve zangar-se. [10] E os muitos que avaliam que certo príncipe, o qual cria para si a imagem de prudente, seja assim considerado não por sua natureza, mas pelos bons conselhos que tem em torno de si sem dúvida se enganam. [11] Porque esta é uma regra geral que não falha nunca: que um príncipe, o qual não seja sábio por si mesmo, não pode ser bem aconselhado, a não ser que tenha tido a sorte de poder con-



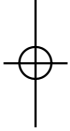



co: perché quel governatore in breve tempo gli torrebbe lo stato. [13] Ma consigliandosi con più d'uno, uno principe che non sia savio non arà mai e consigli uniti; non saprà per sé stesso unirgli; de' consiglieri, ciascuno penserà alla proprietà sua; lui non gli saperrà nè correggere né conoscere: e non si possono trovare altrimenti, perché gl'uomini sempre ti riusciranno tristi, se da una necessità non sono fatti buoni. [14] Però si conclude che li buoni consigli, da qualunque venghino, conviene naschino dalla prudenza del principe, e non la prudenza del principe da' buoni consigli.





fiar-se a um homem prudentíssimo, que pudesse a tudo governar. [12] Neste caso, poderia ser bem aconselhado, mas duraria pouco, porque esse governador em breve tempo lhe tomaria o governo. [13] Mas, aconselhando-se com mais de um, um príncipe que não seja sábio não terá nunca os conselhos concordes, não saberá por si mesmo uni-los, cada um dos conselheiros pensará no seu interesse; ele não saberá corrigi-los nem distingui-los e não se podem encontrar de outro modo, porque os homens sempre se mostram maus, se por uma necessidade não se tornam bons. [14] Por isso, conclui se que os bons conselhos, não importa de quem provenham, convém que nasçam da prudência do príncipe e não a prudência do príncipe dos bons conselhos.





0.24 CUR ITALIAE PRINCIPES REGNUM  
AMISERUNT [PER QUAL CAGIONE LI PRINCIPI  
DI ITALIA HANNO PERSO LI STATI LORO]

[1] Le cose soprascripte, osservate prudentemente, fanno parere antico uno principe nuovo, e lo rendono subito più sicuro e più fermo nello stato, che s'e' vi fussi antiquato dentro. [2] Perché uno principe nuovo è molto più osservato nelle sue actioni che uno ereditario: e quando le sono conosciute virtuose, pigliono molto più gl'uomini e molto più gli obligano che el sangue antico. [3] Perché gli uomini sono molto più presi dalle cose presenti che dalle passate; e, quando nelle presenti truovono il bene, vi si godono e non cercano altro; anzi, piglieranno ogni difesa per lui, quando non manchi nell'altre cose a sé medesimo. [4] E così arà duplicata gloria, di avere dato principio a uno principato et ornatolo e corroboratolo di buone legge, di buone arme e di buoni amici e di buoni exempli; come quello ha duplicata vergogna che, nato principe, per sua poca prudenzia lo ha perduto

[5] E se si considerà quelli signori che in Italia hanno perduto lo stato ne' nostri tempi, come il re di Napoli, duca di Milano et altri, si troverà in loro, prima, uno comune difetto quanto alle arme, per le cagioni che di sopra si sono discorse; dipoi si vedrà alcuni di loro o che arà avuto inimici e populi, o, se arà avuto il popolo amico, non si sarà saputo assicurare de' grandi. [6] Perché senza questi difetti non si perdono gli stati che abbino tanto nervo che possino tenere uno exercito alla campagna. [7] Filippo Macedone, non il







0.24 *CUR ITALIAE PRINCIPES REGNUN AMISERUNT*  
[POR QUE OS PRÍNCIPES DA ITÁLIA  
PERDERAM OS SEUS REINOS]

[1] Observadas prudentemente, as sobreditas coisas fazem parecer antigo<sup>306</sup> um príncipe novo e o tornam imediatamente mais seguro e mais firme no governo do que se nele fosse antigo. [2] Porque um príncipe novo é muito mais observado nas suas ações do que um hereditário, e quando são conhecidas as suas virtudes, conquista mais ainda os homens e muito mais se obrigam a ele do que a uma antiga dinastia. [3] Porque os homens são muito mais presos às coisas presentes do que às coisas passadas, e, quando nas presentes encontram o bem, se regozijam e não procuram outra, antes, o defenderão de toda maneira, quando nas outras coisas o príncipe não falta a si mesmo. [4] E assim terá dupla glória, de ter dado início a um principado, tê-lo honrado e fortalecido com boas leis, com boas armas e com bons exemplos, assim como tem dupla vergonha aquele que, tendo nascido príncipe, perdeu o governo por sua pouca prudência.

[5] E se se considera aqueles senhores que, na Itália, perderam o governo em nossos tempos, como o rei de Nápoles<sup>307</sup>, o duque de Milão<sup>308</sup> e outros, se encontrarão neles, primeiro, um defeito comum quanto às armas, pelas razões que longamente foram discutidas acima; depois, se verá que alguns deles ou tiveram por inimigo o povo ou, se tiveram o povo como amigo, não souberam assegurar o apoio dos grandes. [6] Porque, sem estes defeitos, não se perdem os





padre di Alessandro, ma quello che fu da Tito Quinto vinto, aveva non molto stato rispetto alla grandezza de' Romani e di Grecia, che lo assaltò: nondimanco, per esser uomo militare e che sapeva intrattenere il populo et assicurarsi de' grandi, sostenne più anni la guerra contro a quelli; e se alla fine perdé el dominio di qualche città, gli rimase nondimanco el regno.

[8] Pertanto questi nostri principi, e quelli erano stati molti anni nel loro principato, per averlo dipoi perso non accusino la fortuna, ma la ignavia loro: perché, non avendo mai ne' tempi quieti pensato ch'e' possono mutarsi, – il che è comune difetto degli uomini, non fare conto nella bonaccia della tempesta, – quando poi vennono e tempi adversi, pensorono a fuggirsi non a defendersi; e sperorono che e populi, infastiditi per la insolenzia de' vincitori, gli richiamassino. [9] Il quale partito, quando mancano gli altri, è buono, ma è ben male avere lasciati li altri remedii per quello: perché non si vorrebbe mai cadere per credere di trovare chi ti ricolga. [10] Il che o non adviene o, se li adviene, non è con tua sicurtà, per essere quella difesa suta vile e non dependere da te: e quelle difese solamente sono buone, sono certe, sono durabili, che dependono da te proprio e dalla virtù tua.





governos que têm tanta força que podem manter um exército em campanha. [7] Felipe da Macedônia<sup>309</sup>, não o pai de Alexandre, mas aquele que foi vencido por Tito Quinto, não tinha um governo muito forte em relação à grandeza dos romanos e dos gregos que o assaltaram; todavia, por ser homem de guerra e que sabia manter o povo consigo e assegurar-se dos grandes, manteve por anos a guerra contra aqueles, e, se ao final perdeu o domínio de algumas cidades, restou-lhe, contudo, o reino.

[8] Portanto, que estes nossos príncipes que estavam há muitos anos nos seus principados, por tê-los perdido depois, não acusem a fortuna, mas a sua ignávia, porque, não tendo nunca, nos tempos de paz, pensado que poderiam mudar – o que é um defeito comum dos homens, não levar em conta, na bonança, a tempestade –, quando depois vieram os tempos adversos, pensaram em fugir e não em se defender, e esperaram que o povo, insatisfeito com a insolência dos vencedores, os chamasse de volta. [9] Esta decisão, quando não há outras, é boa, mas é muito ruim ter deixado os outros remédios por este, porque nunca se deve desejar cair, por acreditar que encontrará quem o acolha. [10] O que ou não acontece, ou, se acontece, não é seguro para você, por ser esta defesa vil e não depender de você. E somente aquelas defesas que dependem de você e de sua própria *virtù* são boas, são certas e são duráveis.





0.25 QUANTUM FORTUNA IN REBUS HUMANIS  
POSSIT ET QUOMODO ILLI SIT  
OCCURRENDUM [QUANTO POSSA LA  
FORTUNA NELLE COSE UMANE E IN CHE  
MODO SE LI ABBIA A RESISTERE]

[1] E' non mi è incognito come molti hanno avuto et hanno opinione che le cose del mondo sieno in modo governate, dalla fortuna e da Dio, che li uomini con la prudenzia loro non possino correggerle, anzi non vi abbino remedio alcuno; e per questo potrebbero iudicare che non fussi da insudare molto nelle cose, ma lasciarsi governare alla sorte. [2] Questa opinione è suta più creduta nelli nostri tempi per le variazione grande delle cose che si sono viste e veggonsi ogni dí, fuori d'ogni umana coniettura. [3] A che pensando io qualche volta, mi sono in qualche parte inclinato nella opinione loro. [4] Nondimanco, perché il nostro libero arbitrio non sia spento, iudico potere essere vero che la fortuna sia arbitra della metà delle actioni nostre, ma che etiam lei ne lasci governare l'altra metà, o presso, a noi. [5] Et assomiglio quella a uno di questi fiumi rovinosi che quando si adirano allagano e piani, rovinano li albori e li edificii, lievano da questa parte terreno, pongono da quell'altra: ciascuno fugge loro dinanzi, ognuno cede allo impeto loro, senza potervi in alcuna parte obstare. [6] E benché sieno così fatti, non resta però che gli uomini, quando sono tempi quieti, non vi potessino fare provvedimenti e con ripari e con argini: in modo che, crescendo poi, o eglino andrebbero per uno canale o l'impeto loro non sarebbe né sì dannoso né sì





0.25 *QUANTUM FORTUNA IN REBUS HUMANIS  
POSSIT ET QUOMODO ILLI SIT OCCURRENDU*  
[QUANTO PODE A FORTUNA NAS COISAS  
HUMANAS E DE QUE MODO SE DEVE  
RESISTIR A ELA]

[1] E não desconheço como muitos<sup>310</sup> tiveram e têm opiniões que as coisas do mundo são, de certo modo, governadas pela fortuna e por Deus; que os homens com a sua prudência não podem corrigi-las, não havendo, então, remédio algum; e, por isto, poderiam julgar que não seria necessário cansar-se muito nessas coisas, mas deixar-se governar pela sorte<sup>311</sup>. [2] Esta opinião tem muito crédito nos nossos tempos por causa da grande mudança nas situações que foram vistas e se vêem todos os dias, que estão além de toda conjectura humana. [3] Diante do que, pensando eu algumas vezes, inclinei-me de certo modo pela opinião deles<sup>312</sup>. [4] Todavia, porque o nosso livre arbítrio não esteja extinto, julgo ser verdadeiro que a fortuna seja árbitra de metade das nossas ações, mas que ela ainda nos deixa governar a outra metade, ou quase. [5] E comparo a fortuna a um desses rios ruinosos que, quando se iram, alagam as planícies, arruínam as árvores e os edifícios, levam terra desta parte, põem-na em outro lugar: qualquer um foge em sua presença, todos cedem ao seu ímpeto sem poder impedi-lo de modo algum. [6] E, ainda que sejam assim, aos homens nada impede que, quando os tempos estão calmos, tomem providências, com proteções e com diques: de modo que, ao se avolumarem depois, ou iriam por um canal ou o





licenzioso. [7] Similmente interviene della fortuna, la quale dimostra la sua potenza, dove non è ordinata virtù a resistere: e quivi volta li sua impeti, dove ella sa che non sono fatti gli argini nelli ripari a tenerla. [8] E se voi considerrete la Italia, che è la sedia di queste variazioni e quella che ha dato loro il moto, vedrete essere una campagna senza argini e senza alcuno riparo: ché, s'ella fussi riparata da conveniente virtù, come é la Magna la Spagna e la Francia, o questa piena non avrebbe fatto le variazioni grande che la ha, o ella non ci sarebbe venuta. [9] E questo voglio basti avere detto quanto allo opporsi alla fortuna, in universali.

[10] Ma restringendomi più a' particolari, dico come si vede oggi questo principe felicitare e domani ruinare, senza avergli veduto mutare natura o qualità alcuna; il che credo che nasca, prima, dalle cagioni che si sono lungamente per lo adrieto discorse: cioè che quel principe, che si appoggia tutto in sulla fortuna, rovina come quella varia. [11] Credo ancora che sia felice quello che riscontra il modo del procedere suo con le qualità de' tempi: e similmente sia infelice quello che con il procedere suo si discordano e tempi. [12] Perché si vede gli uomini, nelle cose che gli conducano al fine quale ciascuno ha innanzi, cioè glorie e ricchezze, procedervi variamente: l'uno con rispetto, l'altro con impeto; l'uno per violenza, l'altro con arte; l'uno per pazienza, l'altro con suo contrario; e ciascuno con questi diversi modi vi può pervenire. [13] E vedesi ancora dua rispettivi, l'uno pervenire al suo disegno, l'altro no; e similmente dua egualmente felicitare con diversi studii, sendo l'uno rispettivo





seu ímpeto não seria nem tão violento nem tão danoso. [7] Ocorre o mesmo à fortuna, a qual demonstra o seu poder onde a *virtù* não é ordenada para resisti-la, e então volta o seu ímpeto para onde ela sabe que não se fizeram os diques e as proteções para contê-la. [8] E se vocês considerem a Itália, que é o palco<sup>313</sup> destas mudanças e que lhes deu o movimento inicial, veriam ser ela uma planície sem diques e sem nenhuma proteção, que, se ela fosse reparada pela conveniente *virtù*, como é a Alemanha, a Espanha e a França, ou estas planícies não teriam sofrido as grandes variações que sofreram, ou elas não teriam lá chegado. [9] E creio que basta ter dito isto, de modo geral, quanto ao opor-se à fortuna.

[10] Mas, restringindo-me mais ao particular, digo como se vê hoje um príncipe prosperar e amanhã arruinar-se, sem tê-lo visto mudar alguma natureza ou atributo, o que, creio, decorra primeiro, das razões que foram longamente discutidas antes<sup>314</sup>, isto é, que aquele príncipe que se apóia totalmente na sua fortuna, cai quando ela muda. [11] Creio, ainda, que seja feliz aquele que conforma o seu modo de proceder com os atributos do tempo, do mesmo modo creio infeliz aquele que cujo proceder diverge do tempo. [12] Porque se vê os homens, nas coisas que lhes conduzem ao fim ao qual se propunham, isto é glórias e riquezas, procederem diferentemente: um com respeito, outro com ímpeto; um com violência, outro com arte<sup>315</sup>; um pela paciência, outro com o seu contrário; e cada um pode com estes diversos modos alcançar o que deseja. [13] Vê-se ainda dois homens





e l'altro impetuoso: il che non nasce da altro, se non da la qualità de' tempi che si conformano, o no, col procedere loro. [14] Di qui nasce quello ho detto, che dua, diversamente operando, sortiscano el medesimo effetto: e dua, egualmente operando, l'uno si conduce al suo fine e l'altro no. [15] Da questo ancora dipende la variazione del bene; perché se uno, che si governa con rispetti e pazienza, e tempi e le cose girano in modo che il governo suo sia buono, e' viene felicitando: ma se e tempi e le cose si mutano, rovina, perché non muta modo di procedere. [16] Né si truova uomo sì prudente che si sappi accomodare a questo: sì perché non si può deviare da quello a che la natura lo inclina, sì etiam perché, avendo sempre uno prosperato camminando per una via, non si può persuadere che sia bene partirsi da quella. [17] E però lo uomo rispettivo, quando egli è tempo di venire allo impeto, non lo sa fare: donde rovina; ché se si mutassi di natura con li tempi e con le cose, non si muterebbe fortuna.

[18] Papa Iulio II procedé in ogni sua actione impetuosamente; e trovò tanto e tempi e le cose conforme a quello suo modo di procedere, che sempre sortì felice fine. [19] Considerate la prima impresa che fe' di Bologna, vivendo ancora messer Giovanni Bentivogli. [20] Viniziani non se ne contentavano; el re di Spagna, quel medesimo; con Francia aveva ragionamenti di tale impresa. E lui nondimanco con la sua ferocia et impeto si mosse personalmente a quella expeditione. [21] La quale mossa fece stare sospesi e fermi Spagna e Viniziani, quegli per paura e quell'altro per







prudentes, um chegar a seu intento, o outro não; e semelhantemente dois igualmente prosperarem com diferentes modos de agir, sendo um respeitoso e outro impetuoso, o que não decorre de outra coisa, senão, de um atributo dos tempos que se conformam, ou não, ao seu proceder. [14] Daqui advém aquilo que eu disse, que dois, agindo diferentemente, chegam ao mesmo efeito; e dois igualmente agindo, um alcança seu fim e o outro não. [15] Disto dependem ainda as variações do que se considera bem, porque, se para alguém que governa com respeito e paciência, os tempos e as coisas giram de modo que o seu governo seja bom, ele prospera, mas, se o tempo e as coisas mudam, ele se arruína, porque não muda o seu modo de proceder. [16] Nem se encontra homem assim tão prudente que saiba se acomodar a isto: seja porque não pode desviar-se daquilo que a natureza o inclina, seja ainda porque, tendo alguém sempre prosperado, caminhando por uma estrada, não se pode persuadi-lo a deixá-la. [17] E, assim, o homem ponderado, quando é tempo de agir com ímpeto, não sabe fazê-lo, por isso se arruína; pois, se se mudasse a natureza com os tempos e as coisas, não se mudaria a fortuna.

[18] O papa Júlio II procedeu em todas as suas coisas impetuosamente e encontrou tanto o tempo como as coisas de acordo com aquele seu modo de proceder, que sempre teve bom êxito. [19] Observe-se primeiro a ação que empreendeu em Bolonha<sup>316</sup>, vivendo ainda o Senhor Giovanni Bentivoglio. [20] Os venezianos não o viam com bons olhos; o rei de Espanha, o mesmo; com a França, estava em trata-





il desiderio aveva di recuperare tutto el regno di Napoli; e dall'altro canto si tirò drieto il re di Francia perché, veduto quel re mosso e desiderando farselo amico per abbassare Viniziani, iudicò non poterli negare gli exerciti sua anza iniuriarlo manifestamente. [22] Conduisse adunque Iulio con la sua mossa impetuosa quello che mai altro pontefice, con tutta la umana prudenza, arebbe condotto. [23] Perché, se egli aspettava di partirsi da Roma con le conclusioni ferme e tutte le cose ordinate, come qualunque altro pontefice arebbe fatto, mai gli riusciva; perché il re di Francia arebbe avuto mille scuse, e li altri li arebbono messo mille paure. [24] Io voglio lasciare stare l'altre sua actioni, che tutte sono state simili e tutte gli sono successe bene: e la brevità della vita non li ha lasciato sentire il contrario; perché, se fussino sopravvenuti tempi che fussi bisognato procedere con rispetti, ne seguiva la sua ruina: né mai arebbe deviato da quegli modi alli quali la natura lo inclinava.

[25] Concludo adunque che, variando la fortuna i tempi e stando li uomini nelli loro modi obstinati, sono felici mentre concordano insieme e, come discordano, infelici. [26] Io iudico bene questo, che sia meglio essere impetuoso che rispettivo: perché la fortuna è donna, et è necessario, volendola tenere sotto, batterla et urtarla. [27] E si vede che la si lascia più vincere da questi, che da quegli che freddamente procedano: e però sempre, come donna, è amica de' giovani, perché sono meno rispettivi, più feroci e con più audacia la comandano.





tivas sobre tal ação. Todavia, ele, com a sua ferocidade e ímpeto, moveu pessoalmente aquela expedição. [21] Movimento que deixou perplexos e imóveis a Espanha e os venezianos, estes por medo, aquela pela vontade que tinha de recuperar todo o reino de Nápoles; e, por outro lado, o Papa arrastou consigo o rei de França, porque, vendo este aquele rei em marcha e desejando fazê-lo amigo para subjugar os venezianos, julgou não poder lhe negar os seus exércitos sem injuriá-lo abertamente. [22] Fez, portanto, Júlio, com seu movimento impetuoso, aquilo que nunca outro pontífice, com toda prudência humana, teria feito. [23] Porque, se ele tivesse esperado para partir de Roma com os acordos firmados e todas as coisas ordenadas, como qualquer outro pontífice teria feito, nunca teria conseguido, porque o rei de França teria tido mil desculpas e os outros incutido-lhe mil temores. [24] Eu não vou tratar das outras ações suas, que foram todas semelhantes e todas tiveram bons resultados, e a brevidade da vida não lhe deixou sentir o contrário, porque, se sobreviessem tempos nos quais fosse necessário proceder com prudência, daí seria a sua ruína, pois nunca se teria desviado daqueles costumes aos quais a natureza o inclinava.

[25] Concluo, portanto, que, mudando a fortuna, e permanecendo os homens obstinados nos seus costumes, são felizes enquanto a fortuna e os costumes concordam e, quando discordam, são infelizes. [26] Acredito que seja melhor ser impetuoso que ponderado, porque a fortuna é mulher e é necessário, se se a quer, subjugá-la, submetê-la e bater



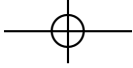


0.26 EXHORTATIO AD CAPESSENDAM ITALIAM IN  
LIBERTATEMQUE A BARBARIS VINDICANDAM  
[EXORTAZIONE A PIGLIAR LA DIFESA DI  
ITALIA E LIBERARLA DALLE MANI DE'  
BARBARI]

[1] Considerato adunque tutte le cose di sopra discorse, e pensando meco medesimo se al presente in Italia correuano tempi da onorare uno nuovo principe, e se ci era materia che dessi occasione a uno prudente e virtuoso di introdurvi forma che facessi onore a lui e bene alla università delli uomini di quella, mi pare concorrino tante cose in beneficio di uno principe nuovo, che io non so qual mai tempo fussi più atto a questo. [2] E se, come io dixi, era necessario, volendo vedere la virtù di Moisè, che il populo d'Isdrael fussi schiavo in Egitto; et a conoscere la grandezza dello animo di Ciro, ch'e' Persi fussino oppressati da' Medi; e la excellenza di Teseo, che li Ateniensis fussino dispersi; [3] così al presente, volendo conoscere la virtù di uno spirito italiano, era necessario che la Italia si riducessi nel termine presenti, e che ella fussi più stiava che li Ebrei, più serva ch'e' Persi, più dispersa che gli Ateniensis: senza capo, senza ordine, battuta, spogliata, lacera, corsa, et avessi sopportato d'ogni sorte ruina.

[4] E benché insino a qui si sia mostro qualche spiraculo in qualcuno, da potere iudicare che fussi ordinato da Dio per sua redemptione, tamen si è visto come dipoi, nel più alto corso delle actioni sua, è stato dalla fortuna reprobato. [5] In modo che, rimasa senza vita, aspetta quale possa es-





nela<sup>317</sup>. [27] E se vê que ela se deixa mais vencer pelos impetuosos do que por aqueles que friamente procedem, e, por isso, como é mulher, sempre é amiga dos jovens, porque são menos prudentes, mais ferozes e comandam-na com mais audácia.



sere quello che sani le sue ferite e ponga fine a' sacchi di Lombardia, alle taglie del Reame e di Toscana, e la guarisca da quelle sue piaghe già per lungo tempo infistolite. [6] Vedesi come la priega Iddio che li mandi qualcuno che la redima da queste crudeltà et insolenzie barbare. [7] Vedesi ancora tutta pronta e disposta a seguire una bandiera, pur che ci sia uno che la pigli. [8] Né ci si vede al presente in quale lei possa più sperare che nella illustre Casa vostra, la quale con la sua fortuna e virtù, favorita da Dio e dalla Chiesa, della quale è ora principe, possa farsi capo di questa redemptione. [9] Il che non fia molto difficile, se Vi recherete innanzi le actioni e vita dei sopra nominati; e benché quelli uomini sieno rari e maravigliosi, nondimeno furono uomini, et ebbe ciascuno di loro minore occasione che la presente: perché la impresa loro non fu più iusta di questa, né più facile, né fu Dio più amico loro che a Voi. [10] Qui è iustizia grande: «iustum enim est bellum quibus necessarium et pia arma ubi nulla nisi in armis spes est». [11] Qui è disposizione grandissima: né può essere, dove è grande disposizione, grande difficoltà, pure che quella pigli delli ordini di coloro che io ho proposti per mira. [12] Oltre a di questo, qui si veggono extraordinarii senza exemplo condotti da Dio: el mare si è aperto; una nube vi ha scòrto il cammino; la pietra ha versato acque: qui è piovuto la manna; ogni cosa è concorsa nella Vostra grandezza. [13] El rimanente dovete fare Voi: Dio non vuole fare ogni cosa, per non ci tòrre el libero arbitrio e parte di quella gloria che tocca a noi.





0.26 *EXORTATIO AD CAPESSENDAM ITALIAM IN  
LIBERTATEMQUE A BARBARIS VINDICANDAM*  
[EXORTAÇÃO PARA TOMAR A DEFESA DA  
ITÁLIA E LIBERTÁ-LA DAS MÃOS DOS  
BÁRBAROS<sup>318</sup>]

[1] Consideradas, pois, todas as coisas discutidas acima, e pensando comigo mesmo se na Itália do presente são tempos propícios para honrar um novo príncipe, e se houvesse matéria que desse ocasião para que alguém prudente e virtuoso pudesse aí introduzir a forma<sup>319</sup>, e que o honrasse e fizesse o bem a todos os homens da Itália, me parece que tantas coisas concorrem para benefício de um príncipe novo, que eu não saberia qual tempo seria mais apto para isto. [2] E se, como eu disse, era necessário, para se ver a *virtù* de Moisés, que o povo de Israel fosse escravo no Egito; e para se conhecer a grandeza de ânimos de Ciro, que os persas fossem oprimidos pelos medos; e para se conhecer a excelência de Teseu, que os atenienses estivesse dispersos; [3] assim no presente, desejando-se conhecer a *virtù* de um espírito italiano, era necessário que a Itália se reduzisse às condições presentes, e que ela fosse mais escrava que os hebreus, mais serva que os persas, mais dispersa que os atenienses: sem chefe, sem ordem, abatida, espoliada, dilacerada, invadida e tivesse suportado toda sorte de ruína.

[4] E se bem que até aqui já tenha aparecido, em alguns, sinal que pudesse levar a julgar que alguém fosse ordenado por Deus para a sua redenção, todavia se viu como depois foi reprovado pela fortuna, no momento mais alto das suas





[14] E non è maraviglia se alcuno de' prenominati Italiani non ha possuto fare quello che si può sperare facci la illustre Casa vostra, e se, in tante rivoluzioni di Italia et in tanti maneggi di guerra, e' pare sempre che in Italia la virtù militare sia spenta; perché questo nasce che gli ordini antichi di quella non erano buoni, e non ci è suto alcuno che abbia saputo trovare de' nuovi. [15] E veruna cosa fa tanto onore a uno uomo che di nuovo surga, quanto fa le nuove legge e li nuovi ordini trovati da lui; queste cose, quando sono bene fondate e abbino in loro grandezza, lo fanno reverendo e mirabile. [16] Et in Italia non manca materia da introdurvi ogni forma: qui è virtù grande nelle membra, quando non la mancassi ne' capi. [17] Specchiatevi ne' duelli e ne' congressi de' pochi, quanto li Italiani sieno superiori con le forze, con la destrezza, con lo ingegno; ma, come si viene alli exerciti, non compariscono. [18] E tutto procede dalla debolezza de' capi; perché quelli che sanno non sono obediti, et a ciascuno pare sapere, non ci essendo insino a qui suto alcuno che si sia saputo rilevato tanto, e per virtù e per fortuna, che li altri cedino.

[19] Di qui nasce che in tanto tempo in tante guerre fatte nelli passati xx anni, quando gli è stato uno exercito tutto italiano, sempre ha fatto mala pruova; di che è testimone prima el Taro, dipoi Alexandria, Capua, Genova, Vailà, Bologna, Mestri.

[20] Volendo adunque la illustre Casa vostra seguitare quelli eccellenti uomini che redimirno le provincie loro, è necessario innanzi a tutte le altre cose, come vero fondamen-





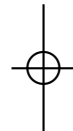


ações<sup>320</sup>. [5] De modo que a Itália jaz como sem vida, espera aquele que possa curar as suas feridas e ponha fim aos saques da Lombardia, aos impostos no reino de Nápoles e na Toscana, e a cure daquelas suas chagas, já por um longo tempo supuradas. [6] Vê-se como ela roga a Deus que lhe mande alguém que a redima desta crueldade e insolência bárbaras. [7] Vê-se ainda toda pronta e disposta a seguir uma bandeira, desde que haja alguém que a empunhe. [8] Nem se vê, no presente, em que ela possa mais esperar senão na sua ilustre Casa<sup>321</sup>, a qual – com a sua fortuna e *virtù*, favorecida por Deus e pela Igreja, da qual é agora o príncipe<sup>322</sup> – pode tornar-se chefe desta redenção. [9] O que não seria muito difícil, se mantiver à vista diante de você as ações e a vida dos acima nomeados<sup>323</sup>, e ainda que aqueles homens sejam raros e maravilhosos, todavia foram homens, e tiveram cada um deles menores ocasiões do que a presente, porque o feito deles não foi mais justo do que este, nem mais fácil, nem foi Deus mais amigo deles do que do senhor. [10] Aqui é grande justiça: «iustum enim est bellum quibus necessarium, et pia arma ubi nulla nisi in armis spes est».<sup>324</sup> [11] Aqui há grandíssima disposição, e não pode haver, onde há grande disposição, grande dificuldade, desde que esta casa siga os ordenamentos daqueles que eu tenho proposto como exemplo. [12] Além disto, no exemplo de Moisés se vêem exemplos extraordinários, conduzidos por Deus: o mar que se abriu; uma nuvem escoltou-o pelo caminho; da pedra jorrou água; aqui choveu o maná. Todas as coisas concorreram para sua grandeza. [13] O restante





to d'ogni impresa, provedersi d'arme proprie, perché non si può avere né più fidi, né più veri, né migliori soldati: e benché ciascuno di essi sia buono, tutti insieme diventeranno migliori quando si vedessino comandare dal loro principe, e da quello onorare et intrattenere. [21] È necessario pertanto prepararsi a queste arme, per potere con la virtù italica defendersi dalli esterni. [22] E benché la fanteria svizzera e spagnola sia esestimata terribile, nondimanco in ambedua è difetto per il quale uno ordine terzo potrebbe non solamente opporsi loro ma, confidare di superargli. [23] Perché gli Spagnuoli non possono sostenere e cavagli, e li Svizzeri hanno ad avere paura de' fanti quando gli riscontrino nel combattere ostinati come loro: donde si è veduto e vedrassi, per esperienza, li Spagnuoli non potere sostenere una cavalleria francese e li Svizzeri essere rovinati da una fanteria spagnuola. [24] E benché di questo ultimo non se ne sia visto intera esperienza, tamen se ne è veduto uno saggio nella giornata di Ravenna, quando le fanterie spagnuole si affrontarono con le battaglie tedesche, le quali servano el medesimo ordine che le svizzere: dove li Spagnuoli, con la agilità del corpo et aiuto delli loro broccieri, erano entrati tra le picche loro sotto, e stavano securi ad offenderli senza che Tedeschi vi avessino remedio; e se non fussi la cavalleria che gli urtò, gli arebbero consumati tutti. [25] Puossi adunque conosciuto il difetto dell'una e dell'altra di queste fanterie, ordinarne una di nuovo, la quale resista a' cavalli e non abbia paura de' fanti: il che farà la generazione delle arme e la variazione delli ordini; e queste sono di quelle





o senhor deve fazer, Deus não deseja fazer tudo, para não tirar o livre arbítrio e parte daquela glória que nos cabe.

[14] E não é surpreendente se nenhum dos pré-nomeados italianos puder fazer aquilo que se pode esperar que faça a sua ilustre Casa, e se, em tantas revoluções na Itália e em tantas manobras de guerra, pareça sempre que, na Itália, a *virtù* militar foi extinta, isto ocorre as porque suas antigas ordens não eram boas, e não houve ninguém que tivesse sabido encontrar novas. [15] E nenhuma coisa dá tanta honra a um homem novo<sup>325348</sup> que ascende quanto fazer novas leis e novas ordens: estas coisas, quando são bem fundadas e há nelas grandeza, tornam-no reverenciado e admirado. [16] E na Itália não falta matéria para introduzir qualquer forma: aqui é grande a *virtù* nos membros, quando ela não falta nos chefes. [17] Observe os duelos e os combates de poucos, quanto os italianos são superiores na força, na destreza e na astúcia; mas, quando se trata de exércitos, não têm sucesso. [18] E tudo se origina da debilidade dos chefes: porque aqueles que sabem não são obedecidos e qualquer um parece saber, não havendo por aqui ninguém que tenha sabido sobressair-se pela *virtù* e pela fortuna, ao qual os outros cedam.

[19] Daqui advém que, em tanto tempo, com tantas guerras feitas nos últimos vinte anos, quando houve um exército todo italiano, ele sempre foi mal, do que é testemunha primeiro o Taro<sup>326</sup>, depois Alexandria<sup>327</sup>, Cápuia<sup>328</sup>, Gênova<sup>329</sup>, Vailá<sup>330</sup>, Bolonha<sup>331</sup>, Mestre<sup>332</sup>.





cose che, di nuovo ordinate, danno reputazione e grandezza a uno principe nuovo.

[26] Non si debba adunque lasciare passare questa occasione, acciò che la Italia vegga dopo tanto tempo apparire uno suo redemptore. [27] Né posso esprimere con quale amore egli fussi ricevuto in tutte quelle provincie che hanno patito per queste illuvioni externe, con che sete di vendetta, con che ostinata fede, con che pietà, con che lacrime. [28] Quali porte se li serrerebbono? Quali populi gli negherebbero la obediencia? Quale invidia se li opporrebbe? Quale Italiano gli negherebbe l'ossequio? Ad ognuno puzza questo barbaro dominio. [29] Pigli adunque la illustre Casa vostra questo absumpto, con quello animo e con quella speranza che si pigliano le imprese iuste; acciò che, sotto la sua insegna, e questa patria ne sia nobilitata, e, sotto li suoi auspizi, si verifichi quel detto del Petrarca, quando dixit:

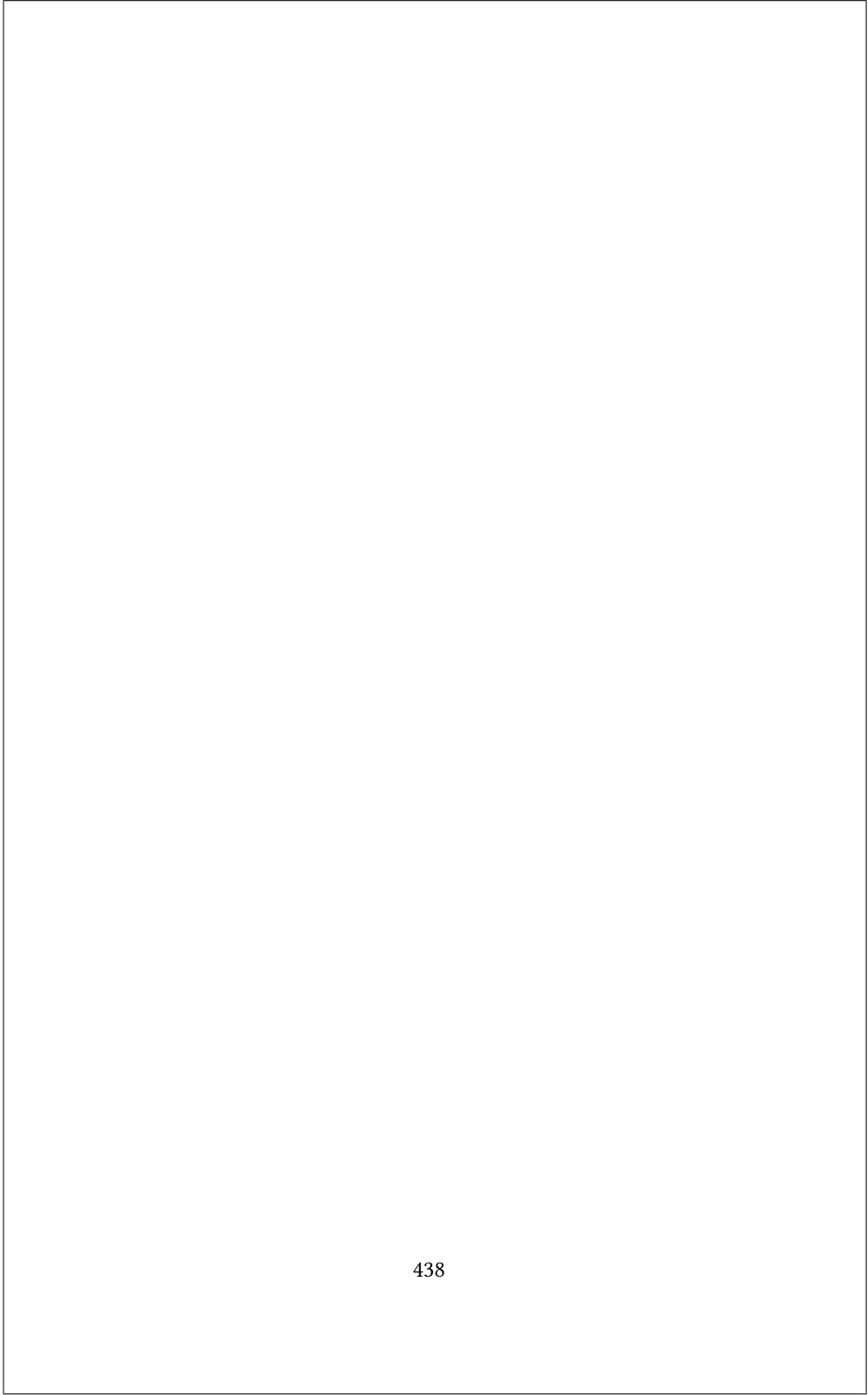
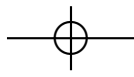
Virtù contro a furore  
prenderà l'armi, e fia el combatter corto,  
che l'antico valore  
nelli italici cor non è ancor morto.



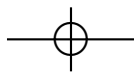


[20] Querendo, portanto, a sua ilustre Casa seguir aqueles excelentes homens que redimiram as suas províncias, é necessário, antes de todas as outras coisas, como verdadeiro fundamento de qualquer empresa, prover-se de armas próprias, porque não se pode ter nem mais fiéis, nem mais verdadeiros, nem melhores soldados: e se bem que cada um destes soldados seja bom, todos juntos tornam-se melhores quando se vêem comandar por seu príncipe e por ele serem honrados e bem tratados. [21] É necessário, portanto, preparar-se para estas armas, para poder com a *virtù* itálica defender-se dos estrangeiros. [22] E ainda que a infantaria suíça e a espanhola sejam consideradas terríveis, contudo, em ambas há defeitos para o qual uma terceira forma de organização militar poderia não somente opor-se a elas, mas, confiante, superá-las. [23] Porque os espanhóis não podem resistir a uma carga de cavalaria e os suíços têm medo dos infanten quando os encontram no combate, obstinados com eles: donde se vê e verá, na prática, os espanhóis não podem suportar um ataque da cavalaria francesa e os suíços serem derrotados pela infantaria espanhola. [24] E, ainda que desta última não se tenha tido uma prova completa, todavia se viu um ensaio na batalha de Ravena<sup>333</sup>, quando as infantarias espanholas se defrontaram com os batalhões alemães, os quais se utilizaram das mesmas ordenações dos suíços, e na qual os espanhóis, com a agilidade do corpo e a ajuda de seus escudos<sup>334</sup>, entraram sozinhos entre os lanceiros, e estavam seguros para atacá-los sem que os alemães tivessem como se defender; e se não fosse a cavalaria, que





438





os atacou, os espanhóis teriam feridos e matado todos. [25] Pode-se, portanto, conhecendo o defeito de uma e de outra destas infantarias, criar uma nova, que resista à cavalaria e não tenha medo dos infantes: e que será fruto das armas e das mudanças das ordenações; e estas são daquelas coisas que, novamente ordenadas, dão reputação e grandeza a um príncipe novo.

[26] Não se deve, pois, deixar passar esta ocasião, a fim de que a Itália, depois de tanto tempo, veja aparecer um seu redentor. [27] Nem posso exprimir com qual amor ele seria recebido em todas as províncias que têm sofrido por causa destas invasões estrangeiras, com que sede de vingança, com que obstinada confiança, com que piedade, com que lágrimas. [28] Quais portas se lhe fechariam? Quais povos lhe negariam obediência? Que invejas se lhe oporiam? Que italiano lhe negaria o serviço? A todos fede este bárbaro domínio. [29] Tome, portanto, a sua ilustre Casa este assunto com aquele ânimo e aquela esperança com que se tomam as façanhas justas, a fim de que, sob o seu estandarte, esta pátria seja enobrecida e, sob os seus auspícios, se realize aquele dito de Petrarca:

*Virtù* contra o furor  
Tomará as armas, e que seja breve o combate  
Que o antigo valor  
Nos corações italianos não está ainda morto.

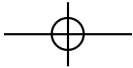






## Notas

- 1 O binômio citado revela o modo como Maquiavel entende a aquisição do conhecimento do mundo político. O conhecer diz respeito à experiência concreta da vida política, mas que não completa todo o, digamos, “processo do conhecimento político”. Faz-se necessário refletir sobre esse material bruto da experiência política, principalmente cotejando com o conhecimento acumulado da História. Portanto, a expressão “conhecer e entender” dá a medida de como se realiza o conhecimento político em sua plenitude, ou seja, experiência associada à reflexão iluminada pela História.
- 2 O termo *stato* no *Príncipe* possui ao menos duas acepções diferentes: pode significar a condição política, o “estado” político do governante, em suma seu *status*; pode significar, ainda, o governo adotado por uma província, como sinônimo de regime político. Tendo em vista essa dualidade de acepções, adotaremos o uso de “estado” (com o *e* em minúsculo), apenas quando esse indicar o ente político ou o governo. Quando *stati* fizer referência à condição política adotaremos “status”, pois se trata da condição política de um indivíduo. Por fim, utilizaremos “governo” para traduzir *stato* como regime político ou governo. Sobre esse tema e uma análise da bibliografia a respeito cf. Ames, José Luiz. “A formação do conceito moderno de estado: a contribuição de Maquiavel” in *Revista Discurso*, São Paulo, 41, 2011 (293-328).
- 3 Na edição Martelli (2006, p. 63-64, nota 3 e 5) consta que *stati... domini* referem-se respectivamente às repúblicas e aos principados do final do período, haja vista que eles estão em paralelo pela construção empregada.
- 4 Optamos por traduzir *imperio* por “autoridade” e “comando militar” e não “poder”, justamente para não incorreremos na acepção moderna de “poder” que pressupõe a noção de so-





berania (Duso, 2005, cap. 1), algo que não se pode afirmar que esteja presente em início do século XVI, haja vista a elaboração ainda do conceito de soberania entre os pensadores políticos. Por outro lado, *imperio* em italiano descende diretamente do latim *imperium*, termo esse associado à *autoritas*. Nessa acepção, a opção de tradução conserva uma ligação terminológica da tradição romana e evita uma aproximação conceitual não presente no pensamento maquiaveliano de início do século XVI. Na edição francesa de Fournel e Zancarini, eles traduzem *dominii* por *seigneuries* (senhorias) e *imperio* por *commandement* (comando).

- 
- 
- 5 Maquiavel abre a obra com uma definição geral sobre o campo do político: ele é uma autoridade, um *imperio* sobre os homens. Depois dessa curta definição faz-se uma primeira tipificação dessa autoridade. Como é evidente, tal definição é precária, necessitando de uma maior elaboração, algo que será feito, no caso dos principados, nessa obra para as repúblicas em outra obra. Importa destacar também que o poder político se faz sobre homens e não sobre territórios, ou seja, os estados e domínios são relação de autoridade sobre pessoas e não territórios definidos, em mais uma clara evidência de que não estamos tratando de uma noção política que pressupõe soberania típica.
  - 6 Francesco Sforza, 1401-1466, conhecido pela sua grande habilidade militar, casado com Bianca Maria, filha do Duque de Milão (Filipo Maria Visconti), herdou o governo da cidade depois da morte do duque em 1447, que não deixou descendentes, e dos conflitos travados contra os partidários da República Ambrosiana, assumindo o governo definitivamente em 1448.
  - 7 O reino de Nápoles foi conquistado em 1452 pelo rei espanhol Afonso V de Aragão. Com a morte de Afonso, em 1496, Nápoles passou ao seu filho bastardo Ferdinando. Um tratado secreto de 11 de novembro de 1500 assegurou a Luiz XII, rei

francês, o título de rei de Nápoles. Em julho de 1501 o reino foi atacado pelo norte e pelo sul pelos franceses: Ferdinando I de Aragão renunciou de imediato a luta e se pôs nas mãos de Luiz. Mas, em julho de 1502, o conflito entre espanhóis e franceses desembocou numa guerra aberta. No final de 1503 os franceses foram derrotados, ficando o reino sob o controle espanhol.

- 8 Após ter dado de início uma definição geral sobre o campo do político, Maquiavel passa, no restante do capítulo, a fazer uma classificação ou tipificação de cada item, à maneira dos tratados medievais e bem ao sabor do estilo da ciência aristotélica. Verifica-se, pois, a seguinte divisão:

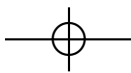
Governos e Domínios	República			
	Principados	Hereditários [2]		
		Novos	Mistos	Acrescentados a um principado [3]
				Habitados a viver sobre o comando de um príncipe [3-4]
			Inteiramente novos	Habitados a viver livremente [5]
				Conquistados com armas próprias [6]
				Conquistados com armas alheias [7]
				Conquistados pela fortuna [7]
				Conquistados pela <i>virtù</i> [8-9]

Outro aspecto que se nota é que essa divisão dos itens obedece quase que integralmente à sequência das temáticas dos capítulos, conforme indicado nos parênteses. Isso revela que Maquiavel pretende, neste primeiro capítulo, expor a sequência argumentativa da obra, como que fazendo um sumário do que contera a primeira parte do livro, fórmula essa também característica dos tratados medievais. Enfim, por tais elementos constitutivos da obra, pode-se afirmar com segurança a intenção do autor em apresentar um tratado sobre a forma de



governo principesca, haja vista ainda que o livro se nomeia como *De Principatibus*, que, numa tradução literal, deveria ser *Sobre os principados*.

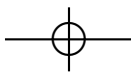
- 9 Essa frase tem sido fonte de grandes discussões entre os especialistas, principalmente no tocante a qual obra Maquiavel faz remissão. Os comentadores levantam três hipóteses: a) que haveria um livro sobre as repúblicas escrito antes do *Príncipe*; b) que esta obra seria os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, embora a data mais plausível sobre a composição desse texto seja posterior ao *Príncipe*; c) que uma primeira parte dos *Discursos* foi composta antes do *Príncipe*. Apesar de não haver um consenso, a hipótese mais provável é a terceira conforme demonstra Felix Gilbert (1977, p. 225-253) e também Gennaro Sasso (1993, p. 349-359; p. 563-568).
- 10 “Retecer as urdiduras” (*ritexendo* ou *ritessendo gli orditi*) remete ao primeiro momento do trabalho do tecelão que concebe e estabelece a trama dos fios no tear antes de começar a confeccionar o tecido. Maquiavel estabelece aqui uma analogia entre o trabalho do pensador político e o do tecelão, pois, assim como o tecelão, o seu trabalho consiste num movimento de construção e desconstrução das tramas das estruturas políticas. Confira também uma metáfora semelhante em Dante: “[...] *si mostrò spedita / l’anima santa di metter la trama / in quella tela ch’io le porsì ordita*”. (*Divina Comédia, Paraíso*, xvii, vv. 100-102) e nos seus *Discursos sobre a Primeira década de Tito Lívio*, “*gli uomini possono secondare la fortuna e non opporsegli, possono tessere gli orditi suoi e non rompergli*”. (livro I, cap. 2, linha 24). Nunca é demais lembrar que a Florença dos séculos xv e xvi era famosa por saber trabalhar com tecidos, particularmente com a lã, donde essa analogia aproximar o texto do contexto de seu tempo.
- 11 Esse parágrafo inicial tem uma dupla função na economia do texto: por um lado responder a demanda apresentada no início do cap. I, mostrar porque não tratará de repúblicas,





visto que estas também são governos (*stati*), mas somente dos principados. No primeiro período, Maquiavel já responde àquela demanda deixada de início e parte para um dos temas centrais que percorrerá a sua obra: a conquista, o governo e a conservação dos principados. Contudo, parece que temos uma redundância ao final, pois governar se confunde muitas vezes com o conservar. De fato, ao longo da obra, esse binômio parece se confundir, mas convém, desde já, lembrar que governar é estar na condição de príncipe, o que implica também em conquista. A conservação restringe-se às ações de manutenção da configuração política. No limite, temos duas ações necessárias para aqueles que se põem na condição de liderar o processo político como será o caso dessa personagem também política do príncipe que se apresentará ao longo da obra.

- 12 O termo *ordine*, aqui empregado no seu plural *ordini*, pode ser traduzido por “ordem”, “ordenamentos” ou mesmo, no caso do mundo político, por “instituições”. Seu uso remete à disposição das diversas partes políticas que compõem um corpo político. Como bem lembram Fournel e Zancarini, no *Príncipe*, Maquiavel mobiliza uma série de termos derivados de *ordini*, como os verbos *riordinare*, *disordinare*, *ordinare* e os substantivos *ordinaria*, *extraordinario* etc., de modo que a tradução de *ordine* por “instituições” impediria a conservação desse sentido original, embora ela seja mais próxima da nossa compreensão. Todavia, ao optar em traduzir *ordine* por “ordenação”, não somente recuperamos uma compreensão também presente em nossa língua – à semelhança do emprego de “ordenamento jurídico” –, como abrimos a possibilidade de conservar, nos demais empregos, o mesmo radical: para *riordinare*, reordenar; para *disordinare*, desordenar etc. (Cf. *Le Prince*, org. Fournel e Zancarini, 2002, p. 573-578).
- 13 Aqui a expressão tem o sentido de “governar com as circunstâncias”. O termo “acidente” é empregado como um impre-





visto, um acaso, e não numa acepção própria da metafísica, por oposição à essência.

- 14 Convém destacar, aqui, o jogo terminológico entre a indústria *ordinária* (uma engenhosidade comum, uma criatividade mediana) e a força *extraordinária* e excessiva (uma ação acima da média). Ou seja, para o governante herdeiro, em seguindo o normal dos acontecimentos, sem nada de extraordinário, fora do comum, não há com o que se preocupar. Neste caso, a conservação é ordinária e a conquista deve ser extraordinária.
- 15 O argumento maquiaveliano neste período destaca a pouca dificuldade em governar um regime político herdado: basta ter uma indústria ordinária, ou seja, basta não modificar muito, manter os ordenamentos como estão. No limite, esse herdeiro não requer muitas qualidades políticas, mas uma condição mediana já é o suficiente. A força e o prestígio herdados são garantias suficientes para conservar sua condição de governante.
- 16 A família ducal dos Estensi, em particular Hercules I (duque de 1471 a 1505) e Afonso I (duque de 1505 a 1534).
- 17 Os venezianos iniciaram uma guerra contra a cidade de Ferrara em maio de 1482 e os seus sucessos obrigaram os reinos da Itália a formar uma coalizão para a defesa do governo da família Estensi.
- 18 Giuliano della Rovere, 1443-1513, foi eleito papa em 1503 sob o nome de Júlio II. Maquiavel se refere aqui à guerra de Júlio II, aliando-se aos venezianos e aos suíços, contra Ferrara em 15 de fevereiro de 1510.
- 19 O termo *adentellato* tem aqui o sentido de introduzir, entrar, colocar algo para dentro, que neste caso vem de encontro da noção de fundação política.



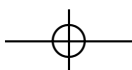


- 20 Maquiavel concebe o principado e as repúblicas como corpos políticos, que assim como os corpos naturais, possuem membros ou partes. Neste caso, trata-se de um acréscimo ao corpo político pré existente, donde a noção seguinte de principado misto ou misturado ao corpo político já existente. Martelli (2006), na edição comentada, apresenta a hipótese, a partir de uma imprecisão na concordância verbal do texto original italiano (*quale è le quali sono*) que Maquiavel operou aqui uma fusão de capítulos, no caso, dois capítulos que seriam separados: um dedicado aos principados novos e um dedicado aos principados mistos ou conquistados. De fato, conforme enunciado no capítulo I, um dos objetivos da obra é tratar dos principados novos (um ausente capítulo *De principatibus nouis*) e em seguida dos principados conquistados ou mistos. Contudo, o que se verifica nesse início é uma junção, na medida em que Maquiavel equipara os desafios dos principados novos com o dos mistos já nesse período introdutório. Com efeito, esse capítulo, juntamente com os capítulos VII e XIX, perfazem um dos maiores do livro e apresentam dois momentos da argumentação: quando ele trata dos principados conquistados, como no caso grego, esse um exemplo de principado inteiramente novo [da linha 01 a 30] e, no segundo exemplo [da linha 31 a 50], o caso da França com as conquistas do rei Luiz, esse um exemplo de principados mistos. Note-se adiante que a linha 31 inicia-se com “Mas voltemos à França”, o que evidencia claramente o movimento argumentativo. No limite, a hipótese de Martelli nos é útil para perceber esses dois momentos argumentativos dos capítulos e como eles correspondem àquilo que foi indicado no capítulo I. Cf. Martelli (2006), *Nota al texto*, ed. Comentada, p. 428-443.
- 21 O verbo *occupare* empregado apresenta um sentido mais fraco politicamente que o termo *conquista*, o que nos remete ao caráter provisório dessa condição política.





- 22 A nomeação dos territórios no Renascimento italiano apresenta uma peculiaridade: uma pequena vila de casas, que para nós seria um distrito, bairro ou cidade pequena é nomeada como *paese*, que pertenciam, do ponto de vista político-administrativo, a uma cidade. As cidades, neste caso dos territórios italianos desse período, eram repúblicas autônomas ou lutavam pela sua autonomia diante das potências políticas, sejam outras repúblicas conquistadoras, seja o Papado, sejam os demais Impérios de então: o Francês, o Otomano, o Espanhol etc. “Província” era ora empregada como uma parte ou fração do território, que poderia incluir várias cidades, como no caso da Toscana, Lombardia e Veneto, embora isso não significasse união política ou administrativa, ora como uma designação geográfica, sem qualquer caráter político.
- 23 Luiz XII ocupou Milão em setembro 1499 e a perdeu em fevereiro de 1500.
- 24 Em abril de 1500, as forças de Ludovico foram definitivamente expulsas de Milão.
- 25 “Todo mundo”, no caso, a Igreja, a República de Veneza e a Espanha que expulsaram os franceses da Itália, entre outubro de 1511 e abril de 1512.
- 26 O rei francês.
- 27 Como era chamado o imperador turco Maomé II.
- 28 *Ordini* tem aqui o sentido de medidas, meios, modos de proceder e não de ordenamentos.
- 29 Referência aos conflitos entre os romanos e a liga Aquêia na passagem do século II para o século I a.C.
- 30 Conforme indicado no período anterior, o exemplo histórico expressa a divisão dos papéis políticos, pois: os aqueus e os etólios são os menos poderosos, Felipe é o poderoso da província e Antíoco é o forasteiro poderoso, respectivamente Felipe V da Macedônia (237-179 a.C.) e Antíoco III da Síria (242- 187 a.C.), imperador selêucida. Em 192 Antíoco tentou



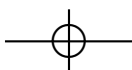
se inserir nos conflitos entre os romanos e os etólios, mas foi repetidamente derrotado. Esse fato é apresentado por Tito Lívio em sua *História de Roma*, livro xxxvi.

- 31 Ou seja, o médico naturalista.
- 32 Luiz XII, rei francês de 1498 a 1515.
- 33 Carlos VIII, rei francês de 1470 a 1498.
- 34 Francisco Gonzaga, marido de Isabel d'Este.
- 35 Hercules I d'Este.
- 36 Giovanni Bentivoglio, senhor de Bologna.
- 37 Catarina Sforza Riario, senhora de Imola e Forli.
- 38 Astorre Manfredi.
- 39 Giovanni di Costanzo Sforza.
- 40 Pandolfo Maltesta.
- 41 Giulio Cesare da Varano.
- 42 Iacopo degli Appiani.
- 43 O papa Alexandre VI, nascido Rodrigo Borgia, governou a Igreja de 10 de Agosto de 1492 a 18 de agosto de 1503. Era pai de César Borgia, conhecido como o Duque Valentino.
- 44 No caso, os venezianos ajudaram os franceses a entrar na península itálica, mas eles (os franceses) não tinham a necessidade de aliar-se aos venezianos e dividir a Lombardia.
- 45 Vide cap. 18.
- 46 César Borgia (1475-1507), filho do Papa Alexandre VI e Vanessa Catanei, tornado cardeal aos 17 anos, recebeu de seu pai a administração de territórios da Igreja.
- 47 Alexandre da Macedônia ou Alexandre Magno, conquistou a Ásia entre 334 e 327 a.C.
- 48 No caso, o governante do Império Otomano.





- 49 *Sangiacchie* é a italianização do termo político turco *sangiak*, que constituíam as subdivisões do Império Otomano. Cada uma dessas partes era governada por um administrador, também conhecido como Paxá.
- 50 O plural de *príncipe* empregada por Maquiavel, os *principi*, demonstra um dos fundamentos desse conceito, a saber: o príncipe, como a própria etimologia da palavra revela, são os primeiros, aqueles que estão na vanguarda. Neste caso do regime turco, trata-se dos administradores das *sandjacs*, que são líderes ou as principais figuras políticas naquele território. Contudo, sua condição de funcionários e a sua pouca ou inexistente liderança política os faz pouco confiáveis na conquista do governo e não são eles capazes de liderar o povo em uma rebelião política.
- 51 Um relato semelhante encontramos no texto maquiaveliano *Retratos das coisas da França* (linhas de 4 a 6), escrito entre 1510 e 1511, no qual Maquiavel faz uma análise da dinâmica política do regime francês. Esse exemplo, como outros que se seguiram ao longo de *O Príncipe*, revela como Maquiavel emprega todos os conhecimentos adquiridos nas duas missões diplomáticas a serviço do governo de Florença, tendo como uma de suas incumbências, a análise e a descrição atenta da dinâmica política dos governos visitados. Neste caso, a análise *in loco* do regime francês possibilitou-lhe uma análise aguda da dinâmica política de um regime com divisões de poder muito acentuadas.
- 52 Dario III, rei da Pérsia entre 337 a 330 a.C., derrotado e morto por Alexandre Magno.
- 53 Após a morte de Alexandre, seu império foi dividido entre os seus generais: Antígono, Antipatro, Lisimaco, Perdicca, Seleuco e Ptolomeo.
- 54 “*Muitos principados nesses estados*”, com isso Maquiavel quer destacar os inúmeros governos que havia nesses territórios





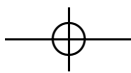
antes da dominação romana e, mesmo após essa, havia nesses povos a lembrança desses governos próprios, o que dificultou o domínio imposto por Roma nessas localidades.

- 55 No caso, as guerras civis entre os próprios romanos (Mario e Sila, César e Pompeu, Otaviano e Antônio), que enfraqueceram o controle de Roma sobre esses territórios.
- 56 Rei do Épiro (atual Albânia) de 307 a 303 e de 297 a 272 a.C. Conquistou a Macedônia, mas, em função de uma insurreição, perdeu-a em poucos meses.
- 57 O termo italiano *subietto* é tradução do latim *subiectum*, que por sua vez, é a tradução do termo grego *hypokeímenon*, que é empregado por Aristóteles como o substrato do ser. Tal substrato pode ser entendido de vários modos (por exemplo, *Metafísica*, Z, III), mas a interpretação mais adotada pelos leitores dos textos aristotélicos foi a de associar o *hypokeímenon* à matéria, tornado-se o substrato sobre o qual se agregam os acidentes. Assim, quando Maquiavel emprega o termo *subietto*, como neste caso, está pensando nesse substrato material, o povo, que é o fundamento material da cidade, conservando, portanto, sua significação grega original. Cf. também Aristóteles, *Política*, III, cap. 1, 1274b30-1276a5.
- 58 Estado de poucos é uma outra forma de designar o regime aristocrático.
- 59 “Uma cidade acostumada a viver livremente por meio de seus cidadãos” é uma expressão típica para caracterizar um regime republicano, ou seja, uma cidade que não é dominada ou comandada por um outro poder político, e na qual a condução do governo está nas mãos dos cidadãos. Convém destacar o uso do vocábulo *ciptadino* (cidadãos), o que revela o estatuto político dos habitantes, por oposição aos *súditos* de um reino. Como é evidente, a liberdade política é um atributo fundamental da cidadania para Maquiavel.





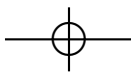
- 60 Como já mencionado, trata-se de uma aristocracia (regime virtuoso) ou oligarquia (regime desviado), conforme a definição clássica.
- 61 Aqui “nome” com sentido de valor ou ideal, que jamais abandona os povos que experimentaram a liberdade política.
- 62 A cidade de Pisa foi ocupada pelos florentinos em 1405 e se rebelou em 1494, com a chegada na Itália de Carlos VIII, rei francês. Foi novamente ocupada em 1509 pelos florentinos.
- 63 No caso, os cidadãos, que não abandonam a memória da liberdade.
- 64 O período final sintetiza a idéia que percorre e comanda o capítulo: a liberdade, característica própria das repúblicas, é o valor maior de uma cidade. Logo, no ato da conquista, o príncipe tem que saber lidar com esse dado, pois a memória da liberdade política dos cidadãos sempre será um empecilho para o seu governo. Onde a necessidade de se tomar medidas drásticas, como destruir todas as antigas instituições, para que o conquistador consiga impor o seu domínio sobre aquele povo. De outro lado, para uma república, acostumada com a liberdade, isso implica também lutas e conflitos, pois esse é um dado inerente da vida política: o conflito político permanente. Tal noção de conflito político, que também é expressão da liberdade política, se apresentará melhor nos capítulos VIII e IX de *O Príncipe*, mas com mais força e vigor nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, particularmente nos capítulos III e IV do livro I.
- 65 Eis aqui um bom exemplo da distinção operada por Maquiavel entre a sua noção de *virtù* e a noção de virtude. Neste caso Maquiavel utiliza “virtuoso” quando poderia muito bem utilizar *virtù*, contudo, em não o fazendo, pretende ressaltar justamente a diferença entre ter virtudes e ter *virtù*. Aquele que conquista até pode ter alguma “virtude”, ser virtuoso,





mas isso não é o mesmo que ter *virtù*, necessária à conquista política.

- 66 O termo *privato*, utilizado aqui por Maquiavel, é de difícil tradução para o nosso contexto discursivo, pois literalmente *privato* deve ser traduzido por *privado* em português. No capítulo IX, ele usará a expressão *privato ciptadino* (1) e *ciptadino privato* (20), que poderia ser traduzida literalmente por *cidadão particular*. Entretanto, o autor está se referindo, aqui, bem como nas demais ocorrências a seguir [capítulos VI (27), VII (1, 2, 6), VIII (1, 4), IX (1, 20), XI (15), XIV (3)], ao cidadão comum, não pertencente à família do governante, que se torna príncipe de uma cidade. Esse personagem político, mais do que os outros, é o caso típico do estatuto político de *príncipe* defendido ao longo de toda obra: alguém que se torna o líder, o primeiro cidadão que conduz os demais politicamente. Tendo em vista essa interpretação, defendida na *Introdução* desta edição, entendemos que a melhor tradução para esse termo *privato*, bem como para *ciptadino privato*, seja mais adequado o termo cidadão comum, que expressa esse personagem político de proa que assume o comando da cidade calcado na sua *virtù*.
- 67 Moisés: profeta bíblico, fundador da Israel do Antigo Testamento, provavelmente no séc. XIII a.C.; Ciro: fundador do Império Persa no séc. VI a.C.; Teseo: unificador da península Ática, provavelmente no séc. XII a.C.; Rômulo: fundador de Roma, séc. VIII a.C.
- 68 No caso, Maquiavel está se referindo ao próprio Deus, que, conforme a narração bíblica, ordenou a Moisés conduzir os hebreus à “terra prometida” e fundar um novo reino.
- 69 Expressão típica da metafísica de origem aristotélica, mas de uso corrente no Renascimento italiano, no qual se concebe que a forma é inserida na matéria correspondente para formar uma substância, um algo. Aqui, a ocasião, o momento, correspondem à matéria e a *virtù* à forma, donde o príncipe





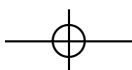
novo tomar a ocasião adequada para inserir, com sua *virtù*, a ordenação política na cidade, o que resulta no regime político ou governo.

- 70 Jerônimo Savonarola (1452-1498) foi um frei dominicano, que ganhou notoriedade em Florença, onde foi enviado para pregar em 1475. Ao longo do ano de 1494, seus sermões contribuem para a queda do governo da família Médici e ele assume a liderança do novo governo em dezembro deste ano, constituindo um governo republicano de caráter popular. Seu governo entra no crise em início de 1498, sendo ele deposto, julgado pela Inquisição católica e condenado a morrer na fogueira neste mesmo ano. Apesar de liderar um governo republicano, o regime de Savonarola e seus partidários era adversário do grupo político ao qual Maquiavel pertencia, grupo político esse que assume o governo em 1498, sob o comando de Pier Soderini e que perdura até 1512.
- 71 Puxar a nota do Hierão
- 72 “Que nada lhe faltava para reinar exceto um reino”. Citação de memória do texto de Justiniano, XXIII, 4. O texto exato é: *ut nihil ei regium deesse, praeter regnum videretur*.
- 73 Muito ilustrativo e importante aqui o emprego do termo *volare* (voar), pois é esta a trajetória daqueles que chegam à condição de príncipe apoiados na fortuna. Eles, em função da fortuna, saltam ou “passam por cima” literalmente dos problemas inerentes à conquista. Enquanto *virtù* esta pressupõe esforço e labuta, o recurso à fortuna configura-se como um salto dessas etapas, mas que geram, por consequência, maiores problemas na conservação, como destacará a sequência da exposição.
- 74 Cidades gregas da antiga Ásia menor. Helesponto é o antigo nome da região dos Dardanelos, atual Turquia.



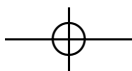


- 75 Segundo Heródoto, o rei persa Dario I, após conquistar parte da península grega, foi derrotado na batalha de Maratona (490 a.C.).
- 76 Como destaca Inglese, aqui se encontra um exemplo de uma brusca passagem explicativa do plural para o singular.
- 77 O texto refere-se aqui, aos homens que vivem em *privata fortuna* (fortuna particular), que diz respeito a pouca ou nenhuma inserção política ou pública desses indivíduos. No caso “*privata*” se apresenta como oposto ao “público”. A *fortuna* é aqui um qualificativo desta condição não pública, ou seja, reforça o caráter voltado para os interesses particulares desses indivíduos. Enfim, mais do que ressaltar o aspecto econômico, Maquiavel enfatiza a condição desses homens, que, ao não terem experiências de comando político (de vivência pública), não sabem comandar, contam apenas com a fortuna para conquistar a condição de príncipe. Importa destacar neste argumento a utilização do termo *comandar*, uma das incumbências daquele que alcança a condição de príncipe.
- 78 *Barbe e corrispondenzie* são as raízes e as demais partes da planta que estão ligadas à terra, no caso, as demais ramificações. Conforme Inglese e Martelli, o termo *correspondenzie* é de compreensão exata, pois poderia remeter ainda ao tronco, às folhas, ao caule etc. O termo ramificações aqui, a nosso ver, expressa melhor a alegoria descrita por Maquiavel.
- 79 Francisco Sforza (1401-1466), conhecido pela sua grande habilidade militar. Casou-se com Bianca Maria, filha do Duque de Milão (Filippo Maria Visconti), herdando o governo da cidade depois da morte do duque em 1447 e dos conflitos travados contra os partidários da República Ambrosina. Assumiu definitivamente o governo em 1448.
- 80 Como já mencionado (nota 46) o pai de César era o papa Alexandre VI.





- 81 A expressão “extraordinária e extrema malignidade” visa ressaltar os excessos da fortuna.
- 82 Ludovico Sforza (1452-1508), último filho de Francesco Visconti e Bianca Maria, assumiu o título ducal e o governo da cidade em 1494.
- 83 Os Orsini e os Colonna eram as duas famílias mais poderosas de Roma no início do século xvi, de modo que toda a eleição papal sofria forte influência dos interesses delas.
- 84 Para maiores informações sobre a disputa com os milaneses, conferir cap. III, 32.
- 85 Luiz queria se divorciar de sua primeira mulher, Joana, irmã de Carlos VIII, para casar com a viúva deste, Ana da Bretanha. O papa Alexandre VI concedeu o divórcio em outubro de 1498.
- 86 Esse trecho retoma aquilo que havia sido dito no cap. III (37): “mas assim que chegou a Milão, fez o contrário, auxiliou o papa Alexandre para que ele ocupasse a Romanha. Não percebeu que se enfraquecia com esta deliberação, privando-se dos amigos e daqueles que tinham recorrido à sua proteção, e tornava grande a Igreja, acrescentando ao poder espiritual, que lhe dava tanta autoridade, muito poder temporal”.
- 87 Romanha é uma região ou província da Itália do centro-norte, que teve várias cidades conquistadas pelas forças papais neste período: Imola (27 de novembro de 1499), Forlì (19 de dezembro de 1499), Cesena (2 de agosto de 1500), Rimini (10 de outubro de 1500), Pesaro (21 de outubro 1500), Faenza (25 de abril de 1501).
- 88 César Borgia, o duque Valentino.
- 89 As milícias comandadas por Paolo Orsini.
- 90 Verifica-se nas linhas 17 e 18 uma construção em paralelo das duas coisas que obstruíam o intento papal, a saber: a) a infidelidade dos exércitos que combatiam pelo papado, b) a falta de apoio do rei. Em seguida, para *a*, corresponde o





pouco empenho dos exércitos comandados por Paolo Orsini e, para *b*, o não apoio do rei a sua gestão para que o papa não atacasse a região da Toscana.

- 91 Expressão equivalente a aristocratas, nobres.
- 92 Honrar significa aqui designar para um cargo público. Desde a época da Roma antiga, é uma honraria ser nomeado para um cargo público.
- 93 *Condotte* remete ao comando das forças militares das cidades.
- 94 Reunião aqui traduz *dieta*, termo que designa a reunião dos príncipes alemães para tomar alguma deliberação sobre o Estado. O termo é empregado aqui por Maquiavel com a mesma conotação, importada provavelmente por ocasião de sua visita às terras alemãs quando funcionário da Chancelaria.
- 95 Este é um participípio que não concorda em gênero com o substantivo (*reputazione*).
- 96 Mais do que simplicidade, a *simplicità* aqui mencionada é uma falta de perspicácia dos partidários de Paolo Orsini, que foram ingênuos em aderir a alguém que haviam traído antes.
- 97 Maquiavel utiliza o termo *messere* que era utilizado como pronome de tratamento para os detentores de título honorífico dado aos juristas ou todo aquele que trabalhavam nos negócios jurídicos, tal como utilizado o título de doutor no Brasil para os profissionais que trabalham no mundo jurídico (advogados, delegados, juízes e promotores). Contudo, a origem do termo *messere* é a contração de *mio sire*, sendo *sire* um termo antigo equivalente a *signore*, donde *messere* significar *mio signore* (meu senhor ou monsenhor). Optamos aqui pela utilização de Senhor ao invés de doutor e monsenhor para traduzir *messere*.
- 98 Ramiro de Lorqua, mordomo de César Borgia, tornou-se governador da Romanha em 1501.
- 99 Os franceses assediaram Gaeta, cidade napolitana, em junho de 1503 e deixaram-na em 1º de janeiro de 1504.

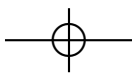




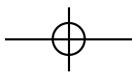


- 100 O papa Alexandre VI morre em 18 de agosto de 1503, enquanto durava o assédio à cidade de Gaeta. Com a convocação do Conclave (reunião dos cardeais para a escolha de um novo papa) antes da consolidação de suas conquistas, César Borgia não teve as condições adequadas para manter o seu poder.
- 101
- 102 Isto é, o Colégio dos Cardeais ou Colégio, responsável pela eleição do papa.
- 103 Para Maquiavel o ano de 1503 foi central na sorte política de César Borgia. Pelo raciocínio apresentado, se o papa tivesse sobrevivido mais 6 meses César teria conquistado todos os seus objetivos políticos e consolidado seus domínios na Itália. Neste caso, a fortuna lhe faltou apesar de toda a sua *virtù*.
- 104 No mesmo período da morte do papa Alexandre VI, César Borgia também fica gravemente doente e, segundo Biaggio Buonacorsi, também diplomata em Florença e amigo da Maquiavel, suspeitava-se que ambos, o papa e César, haviam sido envenenados.
- 105 Ou seja, César Borgia.
- 106 Giuliano Della Rovere.
- 107 Giovanni Colonna.
- 108 Raffaello Riario.
- 109 Ascanio Sforza.
- 110 George d'Ambroise, arcebispo de Ruão.
- 111 Note-se que a frase que abre o capítulo apresenta a mesma temática do capítulo precedente: analisar aqueles que passam da condição de cidadãos para a condição de príncipe [*diventa di privato in principe*]. Esse é, pois, um dos temas centrais do livro, conforme exposto na *Introdução*.
- 112 No caso das repúblicas, trata-se de um cidadão que obtém a condição de príncipe em função da sua *virtù* com o favor de seus concidadãos.



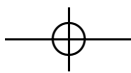


- 113 Soberano de Siracusa de 316 a 289 a.C.
- 114 Essa é a mesma expressão do capítulo precedente, cf. nota 66.
- 115 Milícias eram formações armadas, contratadas por cidades ou aristocratas para ações militares específicas, se distinguindo, dos exércitos regulares. Esse tipo de formação era muito utilizado pelas cidades italianas na Renascença, haja vista, que muitas delas não possuíam exércitos regulares.
- 116 Cargo romano responsável pelo supremo comando militar ou pela magistratura suprema numa determinada localidade.
- 117 Conforme explica Inglese, a história é mais complexa do que esse rápido relato de Maquiavel. Diz Inglese: “Os episódios narrados por Justino são mais complexos: Agátocles tentou tomar o poder, mas foi mandado ao exílio; tomou em vão as armas contra a pátria e, então, rogou ao cartaginês Amílcar (não confundí-lo com o homônimo Amílcar Barca, general cartaginês) de fazer a pacificação entre ele e os siracusanos. Em consequência disto obteve o título de pretor de Siracusa e, por fim, com o apoio de cinquenta mil homens de Amílcar, tomou o governo da cidade.” [Inglese, 1995, p. 55, nota 3].
- 118 Maquiavel toca aqui num ponto central de sua teoria política, a necessidade de glória para que haja de fato *virtù*. Glória entendida como admiração e louvor perante os outros. No caso de Agátocles, ele tinha respeito dos siracusanos, mas não era digno de admiração e louvor, donde a falta de glória.
- 119 Oliverotto Euffreducci da Fermo nasceu em 1475 e morreu estrangulado a mando de César Bórgia em 31 de dezembro de 1502, visto que era um dos conspiradores da reunião em Pérúgica, conforme narrado no capítulo VII [20]. Ele pertencia a uma família nobre da cidade e, conforme Guicciardini era um valente soldado e foi um dos auxiliares dos comandantes militares Vitellozzo Vitelli e Paolo Orsini.





- 120 Paolo Vitelli, da cidade de Castelo, foi comandante militar (*condottiero*) de grande fama, tendo papel de destaque em junho de 1498, quando comandou os soldados florentinos na reconquista de Pisa.
- 121 *Primo uomo* que bem pode ser compreendido aqui como aquele que lidera, que está na vanguarda, que principia, ou seja, um *príncipe*. Nos capítulos adiante Maquiavel insistirá na necessidade do príncipe ser também um comandante militar.
- 122 Aqui uma brusca mudança de sujeito; o sujeito é Oliverotto, que se aloja em sua própria casa em Fermo.
- 123 A Magistratura Suprema era composta pelos membros do Conselho Geral, a maior instância deliberativa da cidade. Em geral, esses conselhos eram dominados pelas aristocracias locais.
- 124 Capítulos VII [20-21].
- 125 Isto é, o tio Giovanni, que fez as vezes de pai para Oliverotto.
- 126 Aqui Maquiavel indica um tema que será melhor analisado nos capítulos XV e XVII.
- 127 No início do cap. VIII (2), Maquiavel havia apresentado dois modos de se ascender à condição de príncipe (não calcado totalmente na *virtù* e nem na fortuna), a saber: por meio de atos criminosos – conforme exposto no capítulo VIII, e quando um cidadão, com auxílio de seus concidadãos, torna-se príncipe e lidera a cidade. É deste segundo ponto que Maquiavel tratará aqui. A conjunção italiana *ma* não possui, portanto, valor adversativo e sim consecutivo, donde não ser indicado inseri-la na tradução para que não haja uma confusão na interpretação.
- 128 Conforme explicado na nota 66, traduzimos aqui *privato cittadino* por “cidadão comum”. Entretanto, devemos ter claro, não se trata de um cidadão qualquer, mas daquele que assume o comando ou a liderança das ações políticas. Neste caso, ao usar o termo *privato*, Maquiavel parece querer reforçar essa





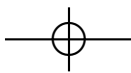
possibilidade de transformação do *status* do homem, que pode sair de sua condição de privada, particular, alheia às demandas públicas e se engajar na esfera pública, seja ocupando cargos, seja liderando politicamente a cidade. A condição particular do cidadão, pela expressão construída, enfatiza, neste caso, a antítese da condição deste indivíduo em relação à esfera pública. Maquiavel dá a entender que escolheu o indivíduo mais avesso ao mundo da política para transformá-lo em modelo de ação política, deixando claro que a todos está aberta a possibilidade de se inserir na esfera pública, desde que busque agir com *virtù* e saiba lidar com os desafios da fortuna.

- 129 Destaque-se que é a primeira vez que Maquiavel se refere a um principado no singular, visto que todos os outros exemplos são dados no plural. Trata-se, pois, de um caso especial no qual a grande maioria dos comentadores do pensamento político de Maquiavel entende ser um modelo de regime mais indicado para a crise das repúblicas, crises estas constantes em Florença, bem como nas demais repúblicas de seu tempo.
- 130 A *astuzia* (astúcia) se não é entendida como sinônimo da *virtù* é certamente uma de suas qualidades principais, conforme se verá no cap. XVIII. Essa expressão sintetiza a condição principal de um cidadão que deseje tornar-se príncipe: ter astúcia e *virtù*, mas que elas venham acompanhadas da fortuna, donde a *astuzia afortunada*, ou seja, astúcia e *virtù* com fortuna.
- 131 Povo (*populo*) não deve ser entendido aqui como sendo somente os pobres, o oposto dos ricos ou dos grandes, mas conforme explicou Tafuro, trata-se, para Maquiavel, de uma denominação que inclui vários setores sociais, principalmente as parcelas medianas, no caso, algo que seria para nós a classe média composta de artesãos, comerciantes, pequenos proprietários. Cf. Tafuro, A. *La formazione di Niccolò Machiavelli*. Napoli: Dante & Descates, 2003, [parte I, 1.2 e 1.3].
- 132 O termo *grande* é sinônimo também de nobre ou aristocrata.



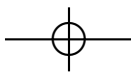


- 133 Maquiavel recupera aqui uma imagem clássica da medicina, mostrando que entende a cidade como um corpo político, tal qual o pensamento político clássico sempre a entendeu. Os humores na medicina antiga eram quatro: o sanguíneo, o fleumático, a bile negra e a bile amarela. Da combinação desses humores nascem os diversos temperamentos dos corpos. Aqui trata-se de forças políticas que atuam na cidade e, à semelhança do que ocorre nos corpos, na predominância de um desses humores, a cidade apresentará um certo “temperamento” ou tendência. Essa imagem está também nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, livro 1, cap. 4 (5): “e’ sono in ogni republica due umori diversi, quello del popolo e quello de’ grandi.”
- 134 Nota sobre licença como regime político.
- 135 Neste caso, para aquele que se torna príncipe com o favor do povo, não se trata de alguém do próprio povo. Maquiavel não apresenta esta restrição, que se verifica no caso dos grandes que escolhem alguém de seu grupo social. Para o caso do povo pode ocorrer que seja até um grande o escolhido pelo povo, desde que ele defenda o povo do desejo de dominação dos grandes.
- 136 Essa é uma máxima de Maquiavel para caracterizar os desejos ou humores opostos dos grandes e do povo: os grandes querem oprimir e o povo não quer ser oprimido. Essa caracterização é fundamental para a reflexão política maquiaveliana, pois dela é que derivam várias consequências argumentativas.
- 137 *Difetto naturale d’animo* (defeito natural de ânimo) trata-se de falta de coragem, completando e explicando a condição do pusilânime (volúvel).
- 138 Isto é, conforme a lugar, conforme a cidade.
- 139 Nabis, tirano de Esparta de 206 a 192 a.C.



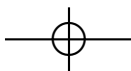


- 140 Esse raciocínio complementa aquilo que foi dito no início do capítulo. Maquiavel não afirmou na linha 3 que o povo escolhe um dos seus para príncipe, mas alguém que o defenda da vontade opressora dos grandes, sem distinção aqui de grupo social. Agora ele explicita essa ideia ao declarar que o cidadão comum (no caso um *privato ciptadino*, que assumiu a condição de príncipe) que se apóia tão somente no povo, não tem respaldo o bastante para manter-se na condição de comando. Em suma, faz-se necessário a este *privato ciptadino* buscar alguma forma de apoio dos grandes. No limite, o príncipe tem sempre que buscar o apoio do outro grupo político: se ele for membro dos grandes, necessita de apoio do povo, se ele for um *privato ciptadino*, tem que buscar apoio dos grandes.
- 141 Ou seja, os irmãos Tibério Sempronio e Caio Sempronio, líderes da revolução popular de Roma e Tribunos da Plebe, sendo o primeiro assassinado em 133 a.C., e o segundo em 121 a.C.
- 142 Giorgio Scali foi eleito membro da *Signoria* em 1 de setembro de 1378 após os conflitos do *Ciampi*. Por três anos foi um dos líderes da cidade, com o apoio das *Artes Menores*, ou seja, os artesãos em oposição aos grandes comerciantes, mas caiu em desgraça e foi decapitado, por vontade da *Signoria*, em 17 de janeiro de 1382.
- 143 Existe uma divergência nas edições de Giorgio Inglese e Mario Martelli: o primeiro apresenta a expressão *o con abbandonarlo* e o segundo *o con non lo obedire*. Contudo, como explica Martelli em sua nota (nota 39, p. 170) “basta ter em conta o fato que abandoná-lo e obedecê-lo são paleograficamente conversíveis um pelo outro”. Portanto, seja qual for a expressão utilizada, o sentido conservar-se-ia equivalente.
- 144 Martelli sustenta, com alguma razão, que esse capítulo é uma continuação da argumentação do capítulo IX, sendo que naquele Maquiavel tratou das coisas internas do principado civil e neste ele tratará das coisas externas. Cf. Martelli, M. *Il Príncipe*. Roma: Salerno, 2006, p. 171, n. 2.



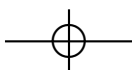


- 145 O vocábulo *reggere* aqui demonstra como Maquiavel concebe a condição do príncipe como alguém que “rege” e não alguém que “reina”, donde se comprova mais uma vez que não temos presente ainda a noção do príncipe soberano próprio do pensamento político da Modernidade. Trata-se, antes, da clássica imagem do maestro que rege o coro, alguém que conduz e guia outros, mas não se impõe pelo seu poder. Sobre essa distinção no pensamento político anterior a Maquiavel, cf. Senellart, M. *As artes de governar*. São Paulo: ed. 34, 2006.
- 146 Como nos lembra Inglese, note-se o paralelismo deste “*coloro potersi regere... che possono*” com aquilo que se afirma na linha seguinte, “*coloro avere... che non possono*”, ou seja, Maquiavel está tratando inicialmente “daqueles que podem” e, em seguida, “daqueles que não podem”. Cf. Inglese, G. *Il Principe*. Torino: Einaudi, 1995, p. 69, cap. x, n. 2.
- 147 No capítulo ix.
- 148 Maquiavel esteve em missão diplomática no sul da Alemanha e na Suíça entre 1507 e 1508, momento esse em que também escreveu alguns opúsculos com análises das condições que encontrou nesses territórios. Nesta parte do capítulo encontramos um resumo dessas análises sobre a Alemanha, cuja exposição mais ampla se encontra em *Discorso sopra le cose della Magna e sopra l’Imperatore, Ritratto delle cose della Magna e Rapporto di cose della Magna*. Cf. Machiavelli, N. *L’Arte della guerra/ Scritti politici minori*. Edizione Nazionale delle Opere – 1/3. Roma: Salerno, 2001.
- 149 Neste momento da exposição evidencia-se uma das marcas do estilo retórico de Maquiavel, que indica de início que os principados eclesiásticos são diferentes dos demais principados, contudo, apresenta a seguir a dinâmica política inerente a estes principados, igualando-os aos outros. No limite, como declara o próprio texto, na esfera temporal e na dinâmica das lutas políticas, os principados eclesiásticos são iguais aos demais principados.





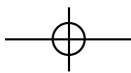
- 150 O papa Alexandre VI.
- 151 Em 1494.
- 152 No início do século XVI as famílias Orsini e Colonna exerciam grande influência sobre os rumos políticos do papado e de Roma, de modo que era muito difícil governar a cidade sem um acordo político com alguma das partes.
- 153 Sixto IV, nascido Francesco Maria Della Rovere, foi papa de 1471 a 1484.
- 154 No cap. VII.
- 155 Leão X, nascido Giovanni di Medice, foi eleito papa em 21 de fevereiro de 1513.
- 156 Este período final é um excelente indicativo temporal do momento da escrita de *O Príncipe*, ou seja, a obra foi escrita durante o papado de Leão X, provavelmente no início do pontificado e não foi revisada posteriormente, pois nesse caso Maquiavel corrigiria essa informação de época. Tudo leva a crer que, ao menos essa primeira parte que trata dos principados, foi escrita no ano de 1513.
- 157 Maquiavel já havia escrito, durante o seu período de trabalho na Chancelaria de Florença, alguns opúsculos sobre questões militares. Posteriormente ele escreverá uma obra somente sobre esse tema, *A arte da guerra* (entre 1516 e 1520), o que comprova os vários testemunhos que indicam que Maquiavel era reputado como um grande conhecedor de questões militares.
- 158 O período inicial revela a conclusão daquilo que foi proposto no capítulo I, no caso, a exposição sobre os principados, que ocupou a primeira parte do livro. Ciente disso, Maquiavel apresenta em seguida a justificativa que articula os três capítulos seguintes (XII, XIII e XIV) com o que havia sido exposto, eliminando com isso uma quebra na argumentação.
- 159 Cap. VII, 4.

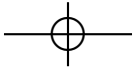








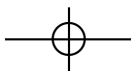
- 160 A noção de arma remete à força militar de uma cidade. A importância do fator militar na política é um *topos* recorrente no pensamento político de Maquiavel, presente em outros escritos políticos, seja nas grandes obras, como os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, seja em opúsculos menores, e principalmente na *Arte da Guerra*, que, como dito, é dedicado inteiramente ao tema.
- 161 Ou seja, “pela mão de alguém”.
- 162 Carlos v, rei da França.
- 163 Maquiavel já havia feito referência a este fato no cap. VII, 18.
- 164 Maquiavel se vale aqui de uma metáfora para mostrar a força e o poder do rei francês Carlos v, que numa investida rápida conquistou toda a península itálica, como se passasse um giz sobre uma lousa. Essa expressão é atribuída a Alexandre vi pelo historiador francês Philippe de Commines, nas suas *Memóires* (VII, 14): “*les François y sont alléz avecques des esperons de boys et de la craye en la main des fourriers pour marcher leurs logis, sans aultre peyne*”. [“Os franceses partiram com esporas de madeiras e com giz na mão dos entendedes para marcar as suas habitações, sem qualquer outro castigo”]. Com o giz eram marcados os edifícios das várias cidades da Itália destinadas ao alojamento dos franceses. Este teria sido o único trabalho dos franceses na conquistada Itália. Confira, Borsellino, N. *Niccolò Machiavelli*, in *Letteratura Italiana*. Bari: Laterza, 1973. Vol. 4. t.1, pp. 35-180.
- 165 Alusão ao frei Jerônimo Savonarola que pregou sobre a ruína de Florença no ano de 1494 como sendo causada pela fraqueza dos próprios florentinos.
- 166 Digna de nota a remissão, neste trecho, às repúblicas e à necessidade que tenham forças militares próprias e não mercenárias. O que evidencia a necessidade da força militar para a constituição de qualquer poder político que se pretenda autônomo.



- 
- 
- 
- 167 Primeira Guerra Púnica (241 a 237 a.C.).
- 168 Rei da Macedônia de 359 a 336 a.C., pai de Alexandre, o grande.
- 169 Apesar de ser pouco utilizado, o verbo *assoldadar* confere uma significação precisa ao texto. Assoldadar significa contratar alguém por meio de *soldo*, cujo sujeito que recebe é o *soldado*. A família terminológica aqui sugerida está, justamente, no centro da argumentação maquiaveliana, já que, o que se discute é o grau de fidelidade ou infidelidade das armas mercenárias, ou o seu grau de adesão, de solda, de união ao governo pagante.
- 170 Batalha de Caravaggio de setembro de 1448.
- 171 Muzio Attendolo Sforza (1369-1424), grande comandante militar italiano que esteve a serviço da rainha Giovanna de Napoli ou Giovanna II, rebelando-se em 1420 contra ela e se aliando a Luiz III D'Anjou. Esse episódio também é narrado na *Arte da Guerra*, livro I, e nas *História de Florença*, livro I, cap. 38.
- 172 Um dos poucos casos em que Maquiavel usa o termo *sorte* e não *fortuna*, como seria conveniente.
- 173 John Hawkwood, comandante inglês que de 1390 a 1392 comandou as tropas florentinas contra as tropas milanesas de Gian Galeazzo Visconti.
- 174 Como era conhecida a Companhia militar de Andréa Fortebracci, dito Braccio da Montone (1368- 1424), que esteve diretamente envolvido nos acontecimentos relativos a Nápoles.
- 175 No caso Braccio da Montone, que assumiu o lugar de Muzio Sforza e esteve a serviço de Giovanna II e Alfonso de Aragão.
- 176 Confira cap. VIII, 13.

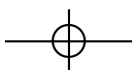


- 177 Entre os séculos IX e XIII os venezianos fizeram uma grande expansão marítima, conquistando vários territórios ao longo do mar Adriático e Egeu, tornando-se uma grande potência econômica e militar. Todavia, ao tentar fazer uma expansão sobre os territórios do norte da Itália, principalmente sobre a região do Veneto, essa força conquistadora não se verificou, pois, conforme denunciado por Maquiavel, não se valeram de seus próprios exércitos, mas de milícias mercenárias contratadas.
- 178 Francesco Bussone, conde de Castelnovo Scrivia (1340 a 1432), comandante militar que no século XV obteve várias conquistas em favor dos venezianos.
- 179 Bartolomeu Colleoni (1400-1475), derrotado na Batalha de Caravaggio.
- 180 Roberto de San Severino (1418-1487), comandante veneziano na guerra contra Ferrara (1484).
- 181 Nicollò Orsini (1442-1510), comandante na batalha de Vailate (maio de 1509), na qual os venezianos foram derrotados.
- 182 Ou Vailate.
- 183 Aqui Maquiavel faz alusão a um período de tempo que não é exato, mas que compõe aquilo que ficou conhecido como o “mito de Veneza”, principalmente em sua semelhança com Esparta. Afirmava-se no Renascimento italiano que a república espartana havia durado 800 anos, sendo a mais longeva da história. As mesmas qualidades de Esparta eram atribuídas a Veneza, e, neste caso, Maquiavel comete o equívoco de atribuir uma temporalidade que não é de Veneza, mas da mitologia sobre Esparta, o que evidencia o recurso retórico de falsa exaltação, pois pretende-se ressaltar o seu fracasso.
- 184 Isto é, o Sacro-Império Romano Germânico.
- 185 Conforme se disse, no cap. IX, dos cidadãos comuns que se tornaram príncipes.



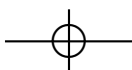


- 186 Alberico da Barbiano, conde de Cunio, foi o primeiro a constituir uma companhia militar.
- 187 O destaque para a infantaria nos exércitos faz parte de um pressuposto central do pensamento político e militar de Maquiavel que entende que o soldado, mais especificamente o cidadão-soldado, é o fundamento primeiro da força militar. Esses comandantes militares, ao optarem por exércitos predominantemente compostos por cavalaria, enfraqueciam esse elemento político central. Há que se destacar, ainda, que apesar de nesse momento já se conhecer e usar a pólvora, Maquiavel não faz referência ou atribui qualquer importância à artilharia em seus escritos. Esse elemento revolucionário das técnicas militares do século XVI não é destacado por ele, que pensa as forças militares no interior do quadro da dinâmica política.
- 188 *Terre* são cidades contornadas por uma muralha, como se vê, ainda hoje, em várias cidades da Itália, por exemplo Lucca, na Toscana.
- 189 Fernando, fazendo parte da “Santa Liga” (Espanha, Veneza e Igreja), ajudou o papa a conquistar Ferrara em 11 outubro de 1511.
- 190 Convém notar que Maquiavel dispõe de um termo próprio para os exércitos (*eserciti*), mas não o usa com frequência, preferindo o termo *arma*, o que revela uma compreensão mais restrita do primeiro e mais ampla do segundo, uma vez que este inclui exércitos, milícias e outros tipos de forças armadas.
- 191 Batalha de Ravena, 11 de abril de 1512, onde a “Santa Liga” é derrotada pelos exércitos franceses.
- 192 Retomada de Pisa em maio de 1500.
- 193 Giovanni VI Cantacuzeno reinou de 1347 a 1355.
- 194 Fazer nota sobre o que era a Grécia antes.
- 195 Grécia, aqui, entendida como a região da Península Ática, que compreende mais territórios que a Grécia do século XXI.





- 196 Confira cap. vi, 26-28.
- 197 Cf. 1 Samuel, 17.
- 198 Reinou de 1422 a 1461.
- 199 Com a “Guerra dos Cem Anos”, que terminou em 1452.
- 200 Luiz XI, rei de 1461 a 1483.
- 201 Ou tuberculose, confira cap. III, 27.
- 202 Trata-se da incorporação de 40.000 visigodos ao exército romano realizada, uma primeira vez pelo imperador Valente em 376 d.C. e, uma segunda vez, pelo imperador Teodósio em 382 d.C.
- 203 “Não há nada de mais instável e frágil do que a fama de uma potência que não se apóia na própria força”. Tácito, *Anais*, XIII, 19. Citado de memória por Maquiavel, mas com o mesmo sentido do texto original. O texto original é: “Nihil rerum mortalium tam instabile ac fluxum est quam fama potentiae non sua vi nixae.”
- 204 Há nesta passagem uma discordância entre os comentadores sobre quais seriam esses quatro exemplos, pois duas hipóteses se apresentam e ambas excluem os romanos, que foram sempre elogiados por Maquiavel por possuírem um exército próprio. A primeira hipótese nos remete ao capítulo vi, quando ele fala de Moisés, Rômulo, Ciro e Teseu. A segunda hipótese, recuperada a partir dos exemplos citados neste capítulo, seriam Cesar Bórgia, Hierão, Carlos VII e Davi. O problema dessa última hipótese é que Davi não é apresentado aqui como detentor de um exército próprio, mas apenas de armamento próprio. Martelli formula uma outra hipótese mais controversa, sugerindo que Maquiavel havia escrito uma outra obra, na qual cita explicitamente quatro personagens ou quatro povos. (Martelli, *edição comentada*, p. 209, nota 48). Seja como for, não é possível saber exatamente quem são esses quatro exemplos mencionados por Maquiavel.





205 Francisco Sforza teve três filhos: Galeazzo Maria, Ludovico Moro e Ascânio. O primeiro foi morto numa conjuração em 1476, o segundo perde o ducado em 1499-1500 e Ascânio tornou-se cardeal e morreu em 1505. Apesar desses fatos, em 1513, quando Maquiavel está escrevendo *O Príncipe*, o ducado de Milão está ainda nas mãos da família Sforza, com Ercole Massimiliano, filho de Ludovico Moro e, portanto, neto de Francisco Sforza. Ora, esses fatos parecem indicar um equívoco de Maquiavel. Contudo, desde 1924, Federico Chabod, e, depois, toda uma série de outros comentadores que se seguiram, são concordes em interpretar essa passagem como sendo uma referência a Ludovico Moro principalmente – este sim que perdeu o governo da cidade de Milão por não ter armas próprias e nem saber guerrear –, apesar do plural empregado remeter aos outros filhos. Enfim, seja principalmente Ludovico, mas também Galeazzo e Ascânio, o fato é que os filhos de Francisco Sforza não conservaram o governo da cidade, apesar de seu neto retomá-lo depois. De qualquer modo, Maquiavel não foi muito preciso em sua referência histórica.

206 Sobretudo no cap. XIX.

207 Filopemene de Megalópolis (252 a 184 a.C), estrategista da Liga Aqueia.

208 Tito Lívio, livro xxxv, cap. 28.

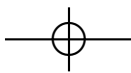
209 Essa é uma citação da *História de Roma*, de Tito Lívio, indicada acima.

210 Aqui se evidencia dois requisitos que perfazem a metodologia proposta por Maquiavel desde o início da obra: experiência no agir e reflexão ou estudo da História. Esses são os dois fundamentos da reflexão política, que não se pode valer apenas da experiência e nem dos estudos somente. Esse pressuposto metodológico será reiterado no capítulo seguinte.





- 211 Esses exemplos encontram-se em: Plutarco (*Vida de Alexandre*, 8), Suetônio (*Julio César*, 7) e Cícero (*Ad Quintum fratrem*, I, 23).
- 212 *A Ciropédia*.
- 213 Trata-se aqui de Publio Cornélio Cipião Africano (235-183 a.C.), general romano que venceu o cartaginês Aníbal, na Segunda Guerra Púnica, na batalha de Zama, em 19 de outubro de 202 a.C.
- 214 Esta é uma referência explícita de Maquiavel à tradição literária dos “espelhos de príncipe”, que, em linhas gerais, concentrava-se em apresentar regras e máximas de condutas para o príncipe conduzir o povo, principalmente no que diz respeito às virtudes que ele deveria possuir ou adquirir. Nota-se, em seguida, que ele não se manterá nessa tradição, pois formulará uma análise diferente sobre as qualidades políticas do príncipe que não se encaixaram dentro do quadro tradicional da virtude cristã preconizada.
- 215 A expressão *verità effettuale della cosa* indica um dos fundamentos da reflexão política maquiaveliana, que não pretende se pautar pela imaginação ou idealização da política, mas se apóia diretamente na realidade da vida política.
- 216 Aqui uma referência direta à *República*, de Platão.
- 217 Neste capítulo Maquiavel anuncia um *topos* central da sua exposição doravante, a saber: o modo como um príncipe deve lidar com a fama e a infâmia. Para isso, convém ter em mente que a fama e a infâmia são as percepções que os indivíduos têm de seu governante em função do efeito dos seus atos e não necessariamente dos atos em si praticados pelo príncipe. Essa dimensão dos efeitos da ação e da não ação é propriamente o ponto central da argumentação maquiaveliana, que é um dos primeiros a chamar a atenção para esse aspecto do agir político: o seu efeito sobre os outros. Não devemos nos esquecer que Maquiavel era um teatrólogo; na verdade, sua





fama entre os florentinos era mais resultado do sucesso de suas peças de teatro do que propriamente dos seus escritos políticos. Sobre essa temática, cf. Adverse, Helton. *Política e Retórica em Maquiavel*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2009.

- 218 Luiz XII. Essa expressão é um dado fundamental para determinar o limite temporal de quando foi escrito *O Príncipe*, no caso, antes de 31 de dezembro de 1514, data da morte do rei. Ou seja, o texto estava concluído antes desta data, senão Maquiavel teria retirado a expressão “o atual rei”.
- 219 Fernando, o católico.
- 220 Caio Júlio César (100 a 44 a.C.).
- 221 Maquiavel faz remissão aqui aos fatos ocorridos no ano 44 a.C., quando Julio César entra com suas tropas em Roma e exige ser coroado como príncipe dos romanos e sumo pontífice, mas é assassinado em 15 de março no senado com punhaladas desferidas pelos senadores romanos.
- 222 A cidade de Pistóia foi controlada pelos florentinos desde 1328 e, ao longo do século XV, ficou dividida em dois partidos: um de apoiadores da família Médici e outro contrário, controlado pelo partido dos Panciatici. Em 1500 e 1501, diante da ameaça de César Bórgia em conquistar a cidade, os florentinos deixaram que ela caísse em uma guerra civil com a derrota dos Panciatici. Esses fatos, também analisados por Maquiavel em *De rebus pistoriensibus* (de março de 1502), mostram como os florentinos foram inábeis no controle da cidade e permitiram que uma parte exercesse sua crueldade e força sobre a outra, sem que isso implicasse ao final na pacificação e unidade entre eles.
- 223 “A difícil circunstância e a novidade do meu reino me constrange a usar de tais modos e vigiar todas as partes até os confins.” Eneida, I, 563-564.
- 224 Confira cap. IX, 26.





- 225 Uma das poucas ocasiões que Maquiavel emite um juízo sobre a natureza humana, coisa que ele fará também nos *Discursos* (I, 3), o que não nos permite, contudo, afirmar que haja uma antropologia em seus escritos. Cf. Bignotto, N. *Antropologia negativa em Maquiavel* in *ANALYTICA*, Rio de Janeiro, vol 12 nº 2, 2008, p. 77-100.
- 226 Comandante militar de Cartago, que guerreou contra os romanos de 221 a 202 a.C., chegando com os seus exércitos até os muros de Roma, mas que teve sua grande derrota na batalha de Zama, com os exércitos romanos comandados por Cipião [cf. nota 206]. Essas informações sobre Aníbal, Maquiavel retira da *História de Roma* de Tito Lívio (xxi 4, 9 e xxviii 12, 2-5).
- 227 Quinto Fabio Maximo (275-203 a.C.), general romano.
- 228 Os habitantes de Locri Epizefriei, na Calábria, sul da Itália.
- 229 “Comando Militar” aqui traduz “*imperio*” que em seu significado original denota, principalmente, o comando militar que se possui.
- 230 Maquiavel está utilizando aqui o termo *fede* que é traduzido pelo português “fé”. contudo, não se trata somente da fé como crença em valores religiosos, mas da confiança que se deposita na palavra dada a alguém ou na confiança depositada em outra pessoa.
- 231 Esta ideia já se encontra expressa no início do cap. 12.
- 232 Maquiavel faz referência aqui a uma tradição literária denominada de *Arcana Imperii* ou os segredos da arte de governar, do qual o gênero literário dos “espelhos de príncipes” faziam parte na medida em que revelavam informações secretas sobre como conduzir os governos. Cf. Senellart, M. *As artes de governar*. São Paulo: ed. 34, 2006, parte III, cap. 2.
- 233 Centauro é um monstro fabuloso, metade homem e metade cavalo. Quíron era um centauro sábio, filho de Filira e do deus Cronos, tutor de Aquiles.

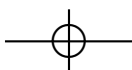


- 234 No caso, o governo do príncipe, que se perde sem uma dessas naturezas.
- 235 Alguns comentadores reconheceram aqui uma alusão ao rei espanhol Fernando, o católico.
- 236 Confira cap. xv.
- 237 Confira cap. xvi, 3 e 18; cap. xvii, 12.
- 238 Confira cap. xvii, 13.
- 239 Algumas vezes Maquiavel se refere à *universalità delli uomini*, o que poderia ser traduzido como universalidade ou totalidade, em ambos os casos conservando a ideia de congregação de todos os homens. Neste capítulo, mais do que nos outros, ao mobilizar mais vezes o termo *universalle* e *universalità*, nota-se claramente que ele pretende apresentar normas gerais para a condução do governo, num esforço em constituir uma teoria geral da ação política.
- 240 Conjurar remete à conspiração feita entre um grupo, o que implica numa pactuação e associação entre os membros desses grupos.
- 241 Confira cap. ix, 19.
- 242 Período intrincado, no qual Maquiavel equipara os perigos anteriores e posteriores a uma conjuração.
- 243 Aníbal I (1413-1445), senhor de Bologna de 1443 a 1445.
- 244 Aníbal II (1469-1540), filho de Giovanni II e neto de Aníbal I, foi *condottiero* (comandante militar) e responsável pela restauração do governo dos Bentivogli na cidade de Bolonha de maio de 1511 a junho de 1512.
- 245 Canneschi, os partidários dos Canetoli, que assassinaram Aníbal I em 24 de junho de 1445. Estes fatos são narrados mais extensamente na *História Florentina*, livro VI, cap. 9.
- 246 Giovanni II (1443-1508), filho de Aníbal I, que na época do assassinato tinha apenas 2 anos. Governou posteriormente Bolonha de 1463 a 1506.



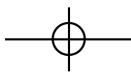


- 247 Sante (1424-1463), primo em primeiro grau de Aníbal I, governou Bolonha de 1443-1463.
- 248 Sante morre em 1463, passando o governo a Giovanni II, que tinha na época 20 anos.
- 249 Aqui o termo originalmente utilizado “*universale*” diz respeito ao povo, grupo político antagônico dos grandes conforme apresentado no cap. IX, 2.
- 250 Pela ordem: Marco Aurélio Antonino (161-180 d.C.), Aurélio Cômodo Antonino (180-192 d.C.), Públio Elvio Pertinax (janeiro a março de 193 d.C.), Marco Dídio Juliano (março a junho de 193 d.C.), Sétimo Severo (193-211 d.C.), Antonino Caracala (211-217 d.C.), Opílio Macrino (217-18 d.C.), Eliogábalos (218-222 d.C.), Severo Alexandre (222-235 d.C.) e Maximino, o Traço (235-238 d.C.).
- 251 Aqui Maquiavel apresenta uma novidade conceitual na teoria dos humores políticos: agora já basta controlar os desejos antagônicos dos grandes e do povo, mas é necessário também lidar com uma outra força política, a saber: a crueldade e avaréza dos soldados. De tal modo que há, portanto, não apenas duas forças políticas concorrendo sobre o governo do príncipe, mas também uma terceira força, os militares, que se constituem agora como força política relevante.
- 252 Por artifício, por aprendizado.
- 253 Note-se que agora os humores antagônicos são entre o povo e os militares e não mais, como no cap. IX, entre os grandes e o povo, o que demonstra claramente a existência de três humores conflitantes na dinâmica política apresentada aqui em *O Príncipe*.
- 254 Convém lembrar que o termo italiano *iniuriare* advém do latim *iniuria*, que é ir contra a lei, violar o direito, a justiça. Logo, “injuriar o povo” é atacar o seu direito.



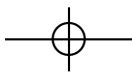


- 255 Totalidade, aqui, o universo dos cidadãos, independente do seu estrato social, contudo, não engloba o conjunto dos habitantes.
- 256 Aqui Maquiavel se refere ao povo e aos exércitos como “ordenação”, visto serem os fundamentos do governo do príncipe. Terminologia esta totalmente coerente com a economia do texto, haja vista que os dois grupos apresentam-se como sustentáculos do governo, logo, como ordenações políticas, tal qual ele mobiliza o termo em todos os seus escritos políticos.
- 257 Severo Alexandre (222-235 d.C.) foi adotado pelo imperador Eliogabalo (218-222 d.C.), sendo sua mãe Giulia Mamea. Ambos foram assassinados por ordem de Maximino (235-238 d.C.).
- 258 Confira cap. XVIII, 7-12.
- 259 Territórios eslavos a leste do Mar Adriático, Ilíria para os romanos, atual Balcãs.
- 260 Gaio Pescennio Nigro, comandante das legiões na Síria, foi vencido por Sétimo Severo em Cizico, Nicéia e Isso em 194, e depois foi morto.
- 261 Décimo Clódio Albino, comandante das legiões na Britânia, foi chamado por Severo a Roma para dividir o império, quando foi assassinado em Lyon em 197.
- 262 Aqui o termo italiano *collega* tem o sentido de posto ou grau equivalente, no sentido de pares num mesmo ofício.
- 263 Este centurião que matou Antonino se chamava Marcial.
- 264 Ou ministros imperiais, responsáveis pela administração de várias províncias.
- 265 O imperador otomano Selim I, que governou de 1512 a 1520.
- 266 O Sultão do Egito, Tuman Bey, que foi assassinado pelos turcos em 1517, anexando o Egito ao Império Turco.
- 267 Confira cap. XIII, 5-6.
- 268 Os líderes políticos florentinos.



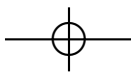


- 269 Alude aos tempos de Lorenzo, O Magnífico, quando um delicado e eficaz equilíbrio político-diplomático garantia a estabilidade da Itália, entre 1454 e 1492.
- 270 Grupo político favorável ao Papa.
- 271 Grupo político favorável à república ou em algumas cidades favorável ao Império. As disputas entre os guelfos e os guibelinos marcaram os séculos XII a XIV, nas diversas cidades do norte da Itália.
- 272 Cf. cap. XII, 26.
- 273 No caso, os guibelinos que eram favoráveis ao império.
- 274 Modo de construção ou figura de lógica que redundando em falsidade.
- 275 Pandolfo Petrucci (1450-1512) apoderou-se gradualmente de Siena a partir de 1487, governando-a com plenos poderes até a sua morte, em 1512.
- 276 Na linha 19 acima, Maquiavel utilizou o termo *subietto*, que nós traduzimos por matéria, tendo em vista sua vinculação a noção metafísica de substrato (cf. nota 58). Agora ele utiliza o termo *materia*, que não possui o mesmo significado do nosso termo português ‘matéria’, mas refere-se ao assunto, ao tema a ser tratado.
- 277 Como destacam as edições Crítica e Comentada, neste período Maquiavel reitera a ideia de *favor* que há entre as partes por meio da repetida utilização dos termos *favori*, *favorito a favorirlo*. Tal redundância tem a função estilística de destacar como inicialmente se estabelece as relações de trocas políticas entre o príncipe novo e os seus novos dirigidos.
- 278 Inglês sugere que neste caso Maquiavel está citando o seu próprio exemplo em relação à família Médici, do qual foi inimigo político durante o governo de Soderini. Cf. Inglês, p. 143, nota 3.





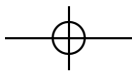
- 279 Niccolò Vitelli (1414-1486), comandante militar da cidade de Castelo; apoderou-se de sua cidade em 1462, estando longe do poder entre 1474-1482, quando retorna ao governo e permanece até a sua morte. A destruição da fortaleza de Castelo é de 1482.
- 280 Guido Ubaldo de Montefeltro governou a cidade de Urbino de 1482 a 1508.
- 281 Entre junho de 1502 a agosto de 1503.
- 282 Maquiavel usa aqui *piú difficilmente*, que traduzindo literalmente seria “mais dificilmente”, ou seja, um superlativo de um advérbio de intensidade, que não possui nenhum correlativo em português. Aqui inserimos dois advérbios para conservar a mesma ideia do texto.
- 283 Não hesitando em vexar o povo, que não o apoiou na luta contra os franceses.
- 284 A construção do castelo durou de 1450 a 1572.
- 285 Catarina Sforza (1463-1509), filha de Galeazzo Maria Sforza, casou-se com Girolamo Riario, senhor de Imola e Forlì. Quando este foi assassinado em 1488, ela reagiu com grande coragem e resistiu ao ataques até a chegada de um exército milanês.
- 286 Fernando de Aragão, o católico (1452-1516), unificador dos reinos espanhóis no novo estado moderno Espanhol que veio a se transformar nos séculos seguintes em império colonial.
- 287 Conquista de Granada, 1481-1492.
- 288 Trata-se aqui de mudanças políticas que pudessem ocupar a atenção de todos. Maquiavel também utiliza o termo com o sentido de fundação política, para se referir as novidades ou modificações no ordenamento político de uma cidade.
- 289 Modo usual de se referir às populações de cultura árabe, tanto para aqueles que habitavam a Península Ibérica, quanto para os demais povos do norte da África e Península Arábica.





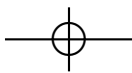
- 290 Guerras feitas pelo rei Fernando no norte da África: conquista de Orano (1509), Bugia (1510) e Trípoli (1511).
- 291 Como relatado nos caps. III, 39 e XII, 1-4, Fernando foi protagonista na divisão do reino napolitano.
- 292 Ataques ao território francês entre maio e dezembro de 1512 e conquista de Navarra. Essas afirmações são um forte indicativo da época de composição d'*O Príncipe*, entre os anos de 1513-1514.
- 293 Bernabo Visconti (1323-1385).
- 294 Cf. nota 30.
- 295 “Ora, isto que eles vos dizem – de não vos interpor nesta guerra – não pode ser mais contrário a vossos interesses: sem benevolência, sem dignidade, vós sérieis a recompensa do vencedor”, Tito Lívio, *História de Roma*, l. xxxv, cap. 49, 13. Citado de memória por Maquiavel, já que no original é: “*Nam quod optimum esse dicunt, non interponi vos bello, nihil immo tam alienum rebus vestris est: quippe sine gratia, sine dignitate praemium victoris eritis.*”
- 296 Confira linha 12 deste capítulo.
- 297 Em 1499. Cf. cap. III, 32.
- 298 Em 1511-1512.
- 299 Apesar de estar no singular, o pronome refere-se aos homens do período anterior.
- 300 Tribos significa quarteirão ou bairros. As cidades romanas eram divididas em *tribus*. Essa expressão se encontra também em Dante e na *Arte da guerra* de Maquiavel.
- 301 A frase final “*perchè questo non vuol mancare in cosa alcuna*” não se faz presente na Edição Crítica de Inglês, embora ele faça referência a esta na nota (cf. p. 153, n. 8). Contudo, conforme ele mesmo nos informa, essa frase está presente num número considerável de manuscritos – os reunidos no grupo *y* – que, ainda que não componham o escopo de manuscritos





principais, aqueles que congrega o grupo G e y, entende-se que tal sentença estava presente no autógrafo de *O Príncipe*. Na Edição Comentada de Martelli essa frase está presente. Tendo em vista a presença da sentença em vários manuscritos e a sua completa adequação ao texto, decidimos inseri-la aqui, ainda que ela não esteja na Edição Crítica, por nós adotada como edição de trabalho.

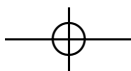
- 302 Antonio da Venafo (1459-1530), professor do Studio (Colégio) de Siena, depois juiz, ministro e braço direito de Pandolfo Petrucci.
- 303 Cargos não somente no sentido de posto, mas de responsabilidades na condução do governo.
- 304 Luca Rinaldi, bispo de Trieste, foi em várias ocasiões embaixador do imperador alemão Maximiliano.
- 305 Massimiliano d'Asburgo (1459-1519), eleito rei do Sacro Império Germanico em 1486, assumiu plenamente o título imperial em 1508.
- 306 Aqui antigo com o sentido de hereditário, como se verá adiante.
- 307 Confira cap. III, 39.
- 308 Confira cap. III, 4.
- 309 Confira cap. III, 21.
- 310 Muitos aqui, conforme os editores (Inglese e Martelli), podem ser deste os antigos – Cícero, Teofrasto, Salustio – como os italianos do renascimento – particularmente Dante e Boccaccio. De toda forma, é consenso que se tratava antes de um provérbio popular ao tempo de Maquiavel, largamente difundido entre os florentinos, donde ser essa a origem principal.







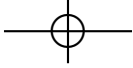


- 311 Importa recordar que fortuna não tem o mesmo significado de sorte, como para nossa sociedade lusófona. Como apresentará Maquiavel, a fortuna está ligada a uma concepção cosmológica que ultrapassa a ideia de mero acaso central no conceito de sorte, donde o equívoco de se traduzir *fortuna* (em italiano) por *sorte* e vice-versa. Convém ainda destacar que esse é o capítulo do texto com maiores referências às noções cosmológicas e metafísicas do livro, haja vista que o autor mobiliza conceitos como *natureza*, *livre arbítrio*, *tempo*, *providência* etc.
- 312 Acredita-se que Maquiavel esteja fazendo remissão aos seus escritos *Ghiribizi al Soderini* e *Capitolo di Fortuna*, ambos escritos em 1506.
- 313 Maquiavel usa aqui o termo *sedia*, com o mesmo sentido de lugar da cena teatral. Não devemos nos esquecer que em vida ele foi mais reconhecido como escritor de peças teatrais de sucesso, como *Mandragora*. Essa dimensão artística percorre quase todos os seus escritos em vários momentos.
- 314 Confira cap. vii.
- 315 Engenhosidade, criatividade.
- 316 No verão de 1506 o papa atacou Perugia, e como essa cidade era um território bolonhês, logo ele atacou Bolonha. Em 11 de novembro deste ano, ele fez sua entrada vitoriosa na cidade.
- 317 Conforme Inglese (p. 167, nota 2), a expressão “*batterla e urtala*” equivale a “*te-la submetida*” ou “*possuí-la carnalmente*”, que se adéqua bem melhor ao raciocínio. Essa metáfora de possessão carnal da mulher é mais conforme ao argumento, tendo em vista que no imaginário feminino sugerido por Maquiavel aqui, a fortuna como mulher deseja ser possuída carnalmente pelo jovem impetuoso, mais do que ser agredida por ele tão somente.

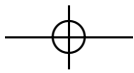
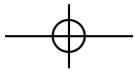
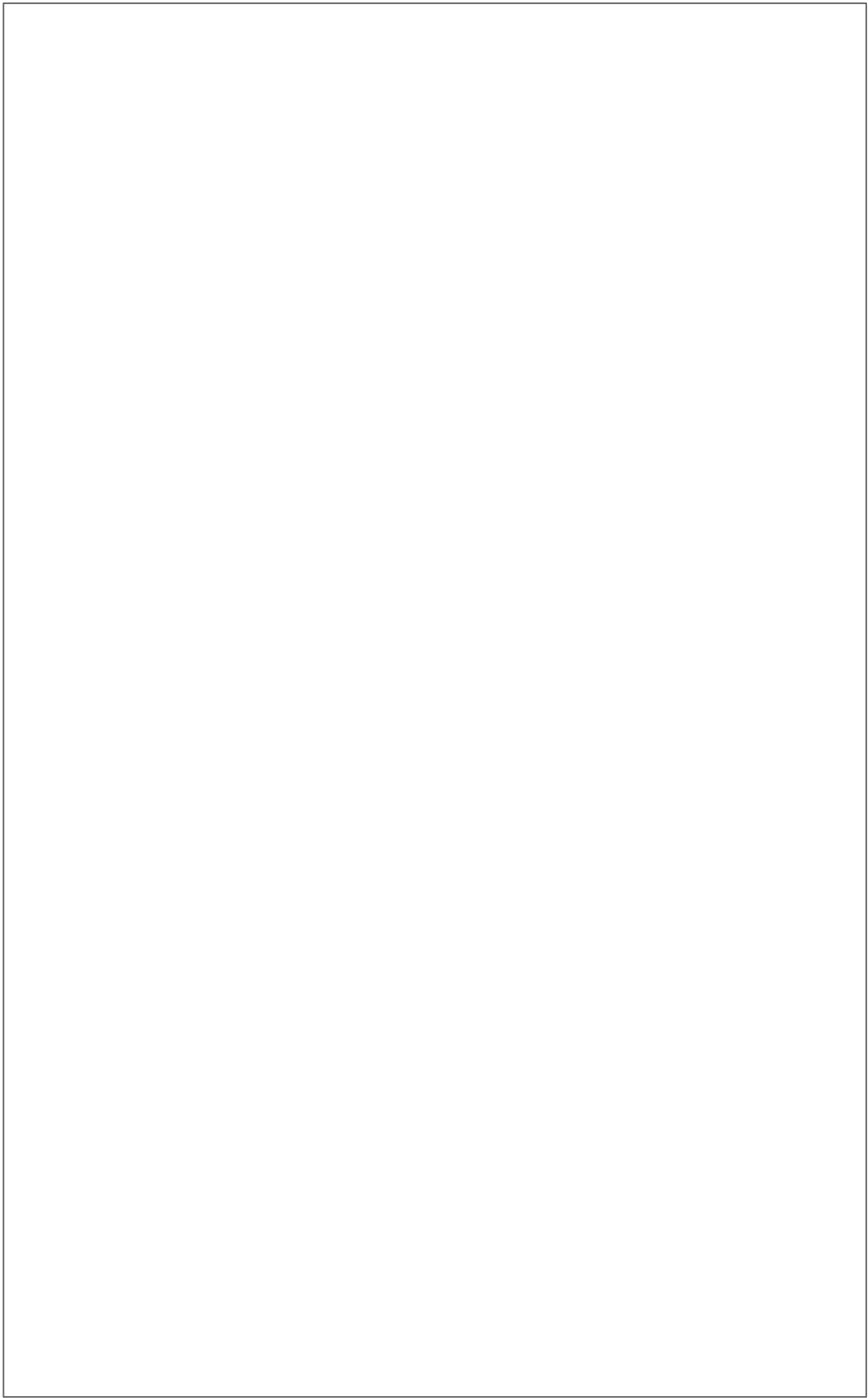




- 318 Convém lembrar que o termo bárbaro possuía a acepção de povo estrangeiro invasor que não possuía os costumes e, principalmente, a língua. no caso da Itália do renascimento, haja vista o histórico de invasões de exércitos estrangeiros, conforme relatado aqui no *príncipe*, o título propõe diretamente o fim dessas invasões e a constituição de um estado italiano dominado a península itálica.
- 319 “Introduzir a forma” é uma expressão oriunda das metafísicas clássicas, principalmente o aristotelismo, cuja ideia principal remonta a noção de que todas as coisas (substâncias) são possuem uma matéria e uma forma que se unem para formar o ente ou o composto substancial. No caso, o povo é a matéria (*hipokeimenon*) na qual o regime confere a forma, aqui em particular, essa é a tarefa do príncipe, conferir um regime ou uma forma ao povo. Maquiavel está retomando o que foi dito no cap. VI, 10; cf. também nota 69.
- 320 A referência aqui é para César Bórgia, que morreu sem cumprir seu desejo maior de governar toda a Itália.
- 321 Referência direta a família Médici.
- 322 No caso, o papa Leão X (Giovanni di Médici).
- 323 Moisés, Ciro e Teseu.
- 324 “Justas, pois, são as guerras necessárias, e piedosas são as armas quando só nelas há esperança.” Tito Lívio, *História*, L. IX, cap. 1, citado de memória por Maquiavel, já que o correto é “*Iustum est bellum, Samnites, quibus necessarium, et pia arma, quibus nulla nisi in armis relinquitur spes.*”
- 325 No caso aqui significa o príncipe novo que chega ao poder.
- 326 Batalha de Fornovo sobre Taro (6 de julho de 1495), entre os franceses e a liga de estados italianos.
- 327 Batalha de Alexandria (28 de agosto de 1499), novamente entre os franceses e os italianos.
- 328 Saque de Cápua pelos franceses (24 de julho de 1501).



- 
- 
- 
- 329 Sufocamento da rebelião de Gênova contra os franceses (28 de abril de 1507).
- 330 Confira cap. XII, 26.
- 331 Abandono da defesa de Bolonha (20 de maio de 1511).
- 332 Incêndio da cidade de Mestre e batalha de Vicenza (7 de outubro de 1513).
- 333 Confira cap. III, 6.
- 334 No original, *brocchieri*, pequenos escudos redondos munidos no centro de uma ponta grossa que servia como arma de defesa e ataque.





## Bibliografia

### OBRAS DE MAQUIAVEL

MACHIAVELLI, Niccolò. *De Principatibus*. Testo critico a cura di G. Inglese. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1994;

MACHIAVELLI, Niccolò. *Il Principi*. Opere. V. 1. A cura di Corrado Vivanti. Torino: Einaud/Gallimard, 1997.

MACHIAVELLI, Niccolò. *Il Principi*. Edizione Nazionale Delle Opere – I/1, a cura de Mario Martelli. Roma: Salerno Editrice, 2006;

MACHIAVELLI, Niccolò. *Discorsi sopra la prima deca di Tito Lívio*. Introduzione di Gennaro Sasso, premessa al testo e note di Giorgio Inglese. Milano: Rizzoli, 1984;

MACHIAVELLI, Niccolò. *Discursus Florentinarum rerum post mortem iunioris Laurentii Medices*. Edizione Nazionale Delle Opere – I/3, a cura de Jean-Jacques Marchand, Denis Fachard e Giorgio Masi. Roma: Salerno Editrice, 2001;

MACHIAVELLI, Nicolau. *Discursos sobre as formas de governo de Florença*. Introdução, tradução e notas de Gabriel Pancera. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2010.

MACHIAVELLI, Nicolau. *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*. Trad. Martins Fontes. São Paulo: Martins Fontes, 2007;



MACHIAVELLI, Nicolau. *História de Florença*. Trad. e notas de Nelson Canabarro. São Paulo: Musa, 1994;

#### FONTES PRIMÁRIAS

ARISTÓTELES. *Política*. [edição bilíngüe] Trad. Antônio C. Amaral e Carlos C. Gomes. Lisboa: Vega, 1998;

CICERO, Marco Tulio. *I Doveri*. [edição bilingue]. Traduzione di Anna Resta Berrile. Milano: BUR, 2004;

CICERO, Marco Tulio. *La Repubblica*. [edição bilingue]. A cura de Francesca Nenci. Milano: BUR, 2008;

DANTE Alighieri. *A Divina Comédia*. Paraíso. [Edição bilingue]. Tradução e notas de Italo Eugenio Moro. São Paulo: Ed. 34 Letras, 1998.

POLÍBIO. *Storie*. Libri V-VI, [edição bilingue]. A cura di Domenico Musti, traduzione di Manuela Mari, note di John Thornton. Vol. III. Milano: BUR, 2002;

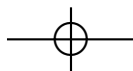
TITO Lívio. *História de Roma*. Trad. Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Ed. Paumape, 1989. [6 vol.]

#### FONTES SECUNDÁRIAS

ADVERSE, Helton. *Maquiavel, a República e o Desejo de Liberdade*. Marília: Revista Trans/Form/Ação, v. 30, p. 33-52, 2007;

*Maquiavel. Política e Retórica*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

AMES, José Luiz. “A formação do conceito moderno de estado: a contribuição de Maquiavel” in *Revista Discurso*, São Paulo, 41, 2011 (293-328);





AMES, José Luiz. *Conflito e Liberdade*. A vida política para Maquiavel. Curitiba: CRV, 2017.

AMES, José Luiz. Liberdade e conflito. O confronto dos desejos como fundamento da ideia de liberdade em Maquiavel. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 119, p. 179-196, jul. 2009.

AMES, José Luiz. *Maquiavel: a lógica da ação política*. Cascavel: Edunioeste, 2002;

AMES, José Luiz. Transformação do significado de conflito na *História de Florença* de Maquiavel. *Kriterion*, Belo Horizonte, n. 129, p. 265-286, jun. 2014.

BARON, Hans. *The crisis of the early Italian Renaissance*. Princenton: Princenton University Press, 1989;

BAUSI, Francesco. *I Discorsi di Niccolò Machiavelli. Genesi e structure*. Firenze: Sansoni, 1985;

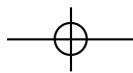
BAUSI, Francesco. “Il problema dei ‘Discorsi’”, *Interpress*, XIX, (2000) [p. 249-261];

BENETTI, Fabiana. O conceito de Stato em Maquiavel. Dissertação de mestrado. Toledo: Programa de Pós-graduação em Filosofia – Unioeste, 2010;

BERTELLONI, Francisco. Quando a política começa a ser ciência (antecedentes históricos e requisitos científicos da teoria política nos séculos XIII e XIV), *Revista Analytica*, v. 09, n. 1, 2005 [p. 13-38];

BIGNOTTO, Newton. *Maquiavel Republicano*. São Paulo: Loyola, 1991;

BIGNOTTO, Newton. *Origens do republicanismo moderno*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2001;





BIGNOTTO, Newton. *O aprendizado da força* in Ad-verse, Helton. *Reflexões sobre Maquiavel*. 500 anos de O Príncipe. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2015 [p. 87-107]

BIGNOTTO, N. *Antropologia negativa em Maquiavel* in ANALYTICA, Rio de Janeiro, vol 12 nº 2, 2008 [p. 7-100].

BORSELLINO, N. *Niccolò Machiavelli*, in *Letteratura Italiana*. Bari: Laterza, 1973. Vol. 4. t.1, [p. 35-180].

CADONI, Giorgio. *Machiavelli. Regno di Francia e 'principato civile'*. Roma: Bulzoni Editore, 1974;

CARDOSO, Sérgio. Em direção ao núcleo da 'obra Maquiavel': sobre a divisão civil e suas interpretações. *Discurso*, São Paulo, n. 45/2, p. 207-247, 2015.

CARDOSO, Sérgio. Maquiavel: lições das Histórias Florentinas. *Discurso*, São Paulo, v. 48, n. 1, p. 121-154, 2018.

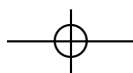
CHABOD, Federico. *Scritti su Machiavelli*. Torino: Einaudi, 1993;

CIZEK, Eugen. *Mentalités et institutions politiques romaines*. Paris: Fayard, 1990;

CUTINELLI-RÈNDINA, Emanuele. *Chiesa e Religione in Machiavelli*. Pisa-Roma: Istituto Editoriali e Poligrafici Internazionali, 1998;

DUSO, Giuseppe. *O Poder. História da filosofia política moderna*. Trad. de Andrea Ciacchi, Líssia da Cruz e Silva e Giuseppe Tosi. São Paulo: Ed. Vozes, 2005

ERCOLE, F. *Lo stato nel pensiero politico di Niccolò Machiavelli, La politica di N. Machiavelli*, Anonima Romana Editoriale, Roma, 1926.







FOURNEL, Jean-Louis. *Ritorno su una vecchia questione : la traduzione della parola 'stato' nel 'Principe' di Machiavelli* in *Chroniques italiennes*, janvier 2008, série Web n° 13, 1/2008;

FROSINI, Fabio. *L'aporia del 'principato civil': il problema politico del 'forzare' in Principe IX. Filosofia Politica*, n. 19, n. 2, p. 199-218, 2005.

FUBINI, Riccardo. *Italia quattrocentesca*. Milano: Franco Angeli, 1994.

GARIN, Eugênio. *Ciência e vida civil no renascimento Italiano*. Trad. Cecília Prada. São Paulo: Ed. Unesp, 1996;

GILBERT, Felix. *Machiavel et Guichardin, Politique et histoire à Florence au XVI siècle*. Paris: Seuil, 1996;

GILBERT, Felix. *Machiavelli il suo tempo*. Bologna: Il Mulino, 1977;

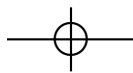
GUIDI, Andrea. *Un Segretario militante*. Politica, diplomazia e armi nel Cancelliere Machiavelli. Bologne: Il Mulino, 2009.

HALE, John R. *A Europa durante o Renascimento (1480-1520)*. Lisboa: Editorial Presença, 1971;

INGLESE, Giorgio. Introduzione in Machiavelli, Niccolò. *De Principatibus*. . Testo critico a cura di G. Inglese. Roma: Istituto Storico Italiano per il Medio Evo, 1994.

LARAVAILLE, Paul. *La pensée politique de Machiavel, Les "Discours sur la Première Décade de Tite-Live*. Nancy: PUN, 1982;

LARIVAILLE, Paul. *Introduction* in Machiavel, *Il Principe* et Agostino Nifo, *De regnandi Peritia*. Introduction, tra-





duction et notes de Paul Larivaille. Paris: Les Belles Lettres, 2008.

LARIVAILLE, Paul. *Il capítul IX del 'Príncipe' e la crise del 'principato civile'*. In *Cultura e Scritura di Machiavelli*. Roma: Salerno Editrice, 1997 [p. 221-239]

LASLETT, P. *Introdução in Segundo Tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Martins Fontes, 1998

LEFORT, Claude. *Le travail de l'ouvre Machiavel*. Paris: Gallimard, 1972;

LEPORE, Ettore. *Il princeps ciceroniano e gli ideali politici della tarda repubblica*. Napoli: Istituto Italiano per gli Studi Storici, 1954;

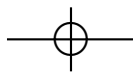
MARTELLI, Mario. *Saggio sul Principe*. Roma: Salerno Editrice, 1999.

MARTELLI, Mario. *Introduzione*. In: *Il Principi*. Edizione Nazionale Delle Opere – I/1, a cura de Mario Martelli. Roma: Salerno Editrice, 2006.

MARTINS, José Antônio. *Os fundamentos da república e sua corrupção nos Discursos de Maquiavel*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP, 2007.

MARTINS, José Antônio. *Sobre as origens do vocabulário político medieval* in *Trans/Form/Ação*, vol. 34, n. 3, 2011 [p. 51-68]

MARTINS, José Antônio. *Sobre o príncipe civil e a soberania em O Príncipe de Maquiavel* in *Adverse*, Helton. *Reflexões sobre Maquiavel*. 500 anos de O Príncipe. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2015 [p. 127-152]





NICODIMOV, Marie Gaille. *Conflit civil et liberté. Le politique machiavélienne entre histoire et médecine*. Paris: Honoré Champion, 2004.

NICOLET, Claude. *Les idées politiques à Rome sous la République*. Paris: Colin, 1964.

NICOLET, Claude. *Polybe et les institutions romanes* in *Entretiens*, tomo XX. Geneve: Vandouvres, 1973. [p. 222-231];

OSTROGORSK, Georg. *Storia dell'impero bizantino*. Torino: Einaudi, 1968

POCOCK, J. G. A. *Il momento machiavelliano*. Bologna: Società ed. Il Mulino, 1980;

PROCACCI, Giuliano. *Machiavelli nella cultura europea dell'eta Moderna*. Bari: Laterza, 1995;

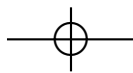
PROCACCI, Guiliano. *Studi sulla fortuna del Machiavelli*. Roma: Istituto Storico Italiano. 1965;

REALE, Mario. *Machiavelli, la poltica e il problema del tempo. Un doppio cominciamento della storia romana? A proposito di Romolo* in Discorsi I, 9. in *La Cultura*, XXIII, n° 1, 1985 [p. 45-123];

RIDOLFI, Roberto. *Biografia de Nicolau Maquaivel*. Trad. Nelson Canabarro, São Paulo: Musa, 2005;

RUBINSTEIN, Nicolai. *Le allegorie di Ambrogio Lorenzetti nella Sala della Pace e il pensiero político del suo tempo* (1997) in *Studies in Italian history in teh middle ages and the renaissance*. Roma: Edizioni di Stori e Letteratura, 2004.

RUBINSTEIN, Nicolai. *An unknown version of Machiavelli's Ritratto delle cose della Magna* (1998) in *Studies in*





*Italian History in the Middle Ages and Renaissance*. Vol. III. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2012.

RUBINSTEIN, Nicolai. *Studies in Italian History in the Middle Ages and Renaissance*. Vol. II. Politics, Diplomacy and the Constitution in Florence and Italy. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2011.

RUBINSTEIN, Nicolai. "The history of the word *politicus* in early modern Europe" (1987) in *Studies in Italian history in the middle ages and the renaissance*. Roma: Edizioni di Storia e Letteratura, 2004.

RUBINSTEIN, Nicolai. *Il governo di Firenze sotto i Médici*. Firenze: Nuova Italia, 1999;

SASSO, Gennaro. "Intorno alla composizione dei Discorsi di Niccolò Machiavelli", *Giornale Storico della Letteratura Italiana*, CXXXIV (1957), [p. 482ss] e CXXXV (1958), [p. 215ss];

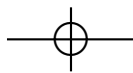
SASSO, Gennaro. "Note machiavelliane, I (Principe, IX)", in *La Cultura*, Vol. XII, 1972 [p. 123-142];

SASSO, Gennaro. *Machiavelli e gli antichi e altri saggi*. Tomo I e II Milano: Riccardo Ricciardi editore, 1987;

SASSO, Gennaro. *Niccolo Machiavelli, storia del suo pensiero politico*. Bologna: Il Mulino, 1980;

SASSO, Gennaro. *Principato civile e tirannide e Paralipomeni al "principato civile"* in *Machiavelli e gli Antichi e altre saggi*. Napoli: Riccardo Ricciardi Editore, 1988;

SASSO, Gennaro. *Studi su Machiavelli*. Napoli: Morano, 1967;





SENNELART, Michel. *As artes de governar*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34 Letras, 2006.

SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. Trad. Renato Janine Ribeiro. São Paulo: Cia das Letras, 2000;

SKINNER, Quentin. *Virtù rinascimentali*. Bologna: Il Mulino, 2006

TAFURO, A. *La formazione di Niccolò Machiavelli*. Napoli: Dante & Descartes, 2003, [parte I, 1.2 e 1.3]

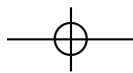
TAFURO, Antonio. *Il reggimento di Firenze secondo Francesco Guicciardini*. Napoli: Libreria Dante & Descartes, 2005;

TAFURO, Antonio. *La formazione di Niccolò Machiavelli. Ambiente fiorentino, esperienza política, vicenda umana*. Napoli: Libreria Dante & Descartes, 2004;

TENENTI, Alberto. “‘Civiltà’ e civiltà in Machiavelli” in *Credenze, ideologie, libertinismi tra Medioevo ed Età moderna*. Bologna: Il Mulino, 1978 [p. 155- 173];



VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e Pensamento entre gregos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995;

VIROLI, Maurizio. *O sorriso de Nicolau*. Trad. Valéria Pereira da Silva. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.



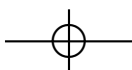
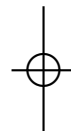
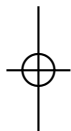


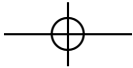


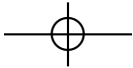
## COLEÇÃO HEDRA

1. Iracema,  
**José de Alencar**
  2. Don Juan,  
**Molière**
  3. Contos indianos,  
**Stéphane Mallarmé**
  4. Auto da barca do Inferno,  
**Gil Vicente**
  5. Poemas completos de Alberto Caeiro,  
**Fernando Pessoa**
  6. Triunfos,  
**Francisco Petrarca**
  7. A cidade e as serras,  
**Eça de Queiroz**
  8. O retrato de Dorian Gray,  
**Oscar Wilde**
  9. A história trágica do Doutor Fausto,  
**Christopher Marlowe**
  10. Os sofrimentos do jovem Werther,  
**Johann Wolfgang von Goethe**
  11. Dos novos sistemas na arte,  
**Kazimir Maliévitch**
  12. Mensagem,  
**Fernando Pessoa**
  13. Metamorfoses,  
**Ovidio**
  14. Micromegas e outros contos,  
**Voltaire**
  15. O sobrinho de Rameau,  
**Denis Diderot**
  16. Carta sobre a tolerância,  
**John Locke**
- 
- 



17. Discursos ímpios,  
**Marquês de Sade**
18. O príncipe,  
**Nicolau Maquiavel**
19. Dao De Jing,  
**Lao Zi**
20. O fim do ciúme e outros contos,  
**Marcel Proust**
21. Pequenos poemas em prosa,  
**Charles Baudelaire**
22. Fé e saber,  
**Friedrich Hegel**
23. Joana d'Arc,  
**Jules Michelet**
24. Livro dos mandamentos: 248 preceitos positivos,  
**Maimônides**
25. O indivíduo, a sociedade e o Estado, e outros ensaios,  
**Emma Goldman**
26. Eu acuso! | O processo do capitão Dreyfus,  
**Zola | Rui Barbosa**
27. Apologia de Galileu,  
**Tommaso Campanella**
28. Sobre verdade e mentira,  
**Friedrich Nietzsche**
29. O princípio anarquista e outros ensaios,  
**Piotr Kropotkin**
30. Os soviets traídos pelos bolcheviques,  
**Rudolf Rocker**
31. Poemas,  
**Lord Byron**
32. Sonetos,  
**William Shakespeare**
33. A vida é sonho,  
**Calderón de la Barca**

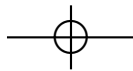


- 
- 
- 
- 
34. Escritos revolucionários,  
**Errico Malatesta**
35. Sagas,  
**August Strindberg**
36. O mundo ou tratado da luz,  
**René Descartes**
37. O Ateneu,  
**Raul Pompeia**
38. Fábula de Polifemo e Galateia e outros poemas,  
**Luis de Góngora y Argote**
39. A vênus das peles,  
**Sacher-Masoch**
40. Escritos sobre arte,  
**Charles Baudelaire**
41. Cântico dos cânticos,  
**[Salomão]**
42. Americanismo e fordismo,  
**Antonio Gramsci**
43. O princípio do Estado e outros ensaios,  
**Mikhail Bakunin**
44. História da província Santa Cruz,  
**Pero de Magalhães Gandavo**
45. Balada dos enforcados e outros poemas,  
**François Villon**
46. Sátiras, fábulas, aforismos e profecias,  
**Leonardo Da Vinci**
47. O cego e outros contos,  
**D.H. Lawrence**
48. Rashômon e outros contos,  
**Ryūnosuke Akutagawa**
49. História da anarquia (vol. 1),  
**Max Nettlau**
50. Imitação de Cristo,  
**Tomás de Kempis**



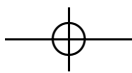


51. O casamento do Céu e do Inferno,  
**William Blake**
52. Cartas a favor da escravidão,  
**José de Alencar**
53. Utopia Brasil,  
**Darcy Ribeiro**
54. Flossie, a Vênus de quinze anos,  
**Algernon Charles Swinburne**
55. Teleny, ou o reverso da medalha,  
**Oscar Wilde**
56. A filosofia na era trágica dos gregos,  
**Friedrich Nietzsche**
57. No coração das trevas,  
**Joseph Conrad**
58. Viagem sentimental,  
**Laurence Sterne**
59. Arcana Coelestia e Apocalipsis revelata,  
**Emanuel Swedenborg**
60. Saga dos Volsungos,  
**Anônimo do séc. XIII**
61. Um anarquista e outros contos,  
**Joseph Conrad**
62. A monadologia e outros textos,  
**Gottfried Wilhelm Leibniz**
63. Cultura estética e liberdade,  
**Friedrich Schiller**
64. A pele do lobo e outras peças,  
**Artur Azevedo**
65. Poesia basca: das origens à Guerra Civil
66. Poesia catalã: das origens à Guerra Civil
67. Poesia espanhola: das origens à Guerra Civil
68. Poesia galega: das origens à Guerra Civil
69. O pequeno Zacarias, chamado Cinábrio,  
**E.T.A. Hoffmann**



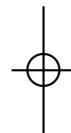


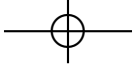

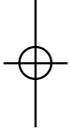
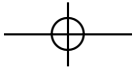
70. Tratados da terra e gente do Brasil,  
**Fernão Cardim**
71. Entre camponeses,  
**Errico Malatesta**
72. O Rabi de Bacherach,  
**Heinrich Heine**
73. Bom Crioulo,  
**Adolfo Caminha**
74. Um gato indiscreto e outros contos,  
**Saki**
75. Viagem em volta do meu quarto,  
**Xavier de Maistre**
76. Hawthorne e seus musgos,  
**Herman Melville**
77. A metamorfose,  
**Franz Kafka**
78. Ode ao Vento Oeste e outros poemas,  
**Percy Bysshe Shelley**
79. Oração aos moços,  
**Rui Barbosa**
80. Feitiço de amor e outros contos,  
**Ludwig Tieck**
81. O corno de si próprio e outros contos,  
**Marquês de Sade**
82. Investigação sobre o entendimento humano,  
**David Hume**
83. Sobre os sonhos e outros diálogos,  
**Jorge Luis Borges | Osvaldo Ferrari**
84. Sobre a filosofia e outros diálogos,  
**Jorge Luis Borges | Osvaldo Ferrari**
85. Sobre a amizade e outros diálogos,  
**Jorge Luis Borges | Osvaldo Ferrari**
86. A voz dos botequins e outros poemas,  
**Paul Verlaine**

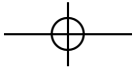


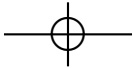


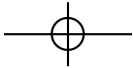




87. Gente de Hemsö,  
**August Strindberg**
88. Senhorita Júlia e outras peças,  
**August Strindberg**
89. Correspondência,  
**Goethe | Schiller**
90. Índice das coisas mais notáveis,  
**Antônio Vieira**
91. Tratado descritivo do Brasil em 1587,  
**Gabriel Soares de Sousa**
92. Poemas da cabana montanhosa,  
**Saigyō**
93. Autobiografia de uma pulga,  
**[Stanislas de Rhodes]**
94. A volta do parafuso,  
**Henry James**
95. Ode sobre a melancolia e outros poemas,  
**John Keats**
96. Teatro de êxtase,  
**Fernando Pessoa**
97. Carmilla — A vampira de Karnstein,  
**Sheridan Le Fanu**
98. Pensamento político de Maquiavel,  
**Johann Gottlieb Fichte**
99. Inferno,  
**August Strindberg**
100. Contos clássicos de vampiro,  
**Lord Byron, Bram Stoker e outros**
101. O primeiro Hamlet,  
**William Shakespeare**
102. Noites egípcias e outros contos,  
**Aleksandr Púchkin**
103. A carteira de meu tio,  
**Joaquim Manuel de Macedo**

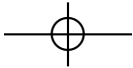


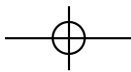
- 
- 
- 
- 
104. O desertor,  
**Silva Alvarenga**
105. Jerusalém,  
**William Blake**
106. As bacantes,  
**Eurípides**
107. Emília Galotti,  
**Gotthold Ephraim Lessing**
108. Contos húngaros,  
**Dezso Kosztolányi, Frigyes Karinthy, Géza Csáth e Gyula Krúdy**
109. Viagem aos Estados Unidos,  
**Alexis de Tocqueville**
110. Émile e Sophie ou os solitários,  
**Jean-Jacques Rousseau**
111. Manifesto comunista,  
**Karl Marx e Friedrich Engels**
112. A fábrica de robôs,  
**Karel Tchápek**
113. Sobre a filosofia e seu método — Parerga e paralipomena (v. II, t. I),  
**Arthur Schopenhauer**
114. O novo Epicuro: as delícias do sexo,  
**Edward Sellon**
115. Revolução e liberdade: cartas de 1845 a 1875,  
**Mikhail Bakunin**
116. Sobre a liberdade,  
**John Stuart Mill**
117. A velha Izerguil e outros contos,  
**Maksim Górkí**
118. Pequeno-burgueses,  
**Maksim Górkí**
119. Primeiro livro dos Amores,  
**Ovídio**
120. Educação e sociologia,  
**Émile Durkheim**

- 
- 
- 
121. Elixir do pajé — poemas de humor, sátira e escatologia,  
**Bernardo Guimarães**
122. A nostálgica e outros contos,  
**Alexandros Papadiamántis**
123. Lisístrata,  
**Aristófanes**
124. A cruzada das crianças/ Vidas imaginárias,  
**Marcel Schwob**
125. O livro de Monelle,  
**Marcel Schwob**
126. A última folha e outros contos,  
**O. Henry**
127. Romanceiro cigano,  
**Federico García Lorca**
128. Sobre o riso e a loucura,  
**[Hipócrates]**
129. Hino a Afrodite e outros poemas,  
**Safo de Lesbos**
130. Anarquia pela educação,  
**Élisée Reclus**
131. Ernestine ou o nascimento do amor,  
**Stendhal**
132. Odisseia,  
**Homero**
133. O estranho caso do Dr. Jekyll e Mr. Hyde,  
**Robert Louis Stevenson**
134. História da anarquia (vol. 2),  
**Max Nettlau**
135. Eu,  
**Augusto dos Anjos**
136. Farsa de Inês Pereira,  
**Gil Vicente**
137. Sobre a ética — Parerga e paralipomena (v. II, t. II),  
**Arthur Schopenhauer**
- 

- 
- 
- 
138. Contos de amor, de loucura e de morte,  
**Horacio Quiroga**
139. Memórias do subsolo,  
**Fiódor Dostoiévski**
140. A arte da guerra,  
**Nicolau Maquiavel**
141. O cortiço,  
**Aluísio Azevedo**
142. Elogio da loucura,  
**Erasmus de Rotterdam**
143. Oliver Twist,  
**Charles Dickens**
144. O ladrão honesto e outros contos,  
**Fiódor Dostoiévski**
145. O que eu vi, o que nós veremos,  
**Santos-Dumont**
146. Sobre a utilidade e a desvantagem da história para a vida,  
**Friedrich Nietzsche**
147. Édipo Rei,  
**Sófocles**
148. Fedro,  
**Platão**
149. A conjuração de Catilina,  
**Salústio**

«SÉRIE LARGEPOST»

1. Dao De Jing,  
**Lao Zi**
2. Cadernos: Esperança do mundo,  
**Albert Camus**
3. Cadernos: A desmedida na medida,  
**Albert Camus**
4. Cadernos: A guerra começou...,  
**Albert Camus**
- 



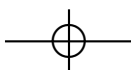
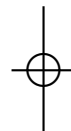
5. Escritos sobre literatura,  
**Sigmund Freud**
6. O destino do erudito,  
**Johann Gottlieb Fichte**
7. Diários de Adão e Eva,  
**Mark Twain**
8. Diário de um escritor (1873),  
**Fiódor Dostoiévski**

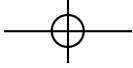


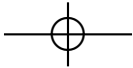
#### «SÉRIE SEXO»

1. A vênus das peles,  
**Sacher-Masoch**
2. O outro lado da moeda,  
**Oscar Wilde**
3. Poesia Vaginal,  
**Glauco Mattoso**
4. Perversão: a forma erótica do ódio,  
**Robert Stoller**
5. A vênus de quinze anos,  
**Algernon Charles Swinburne**
6. Explosão: romance da etnologia,  
**Hubert Fichte**

#### COLEÇÃO «QUE HORAS SÃO?»

1. Lulismo, carisma pop e cultura anticrítica,  
**Tales Ab'Sáber**
2. Crédito à morte,  
**Anselm Jappe**
3. Universidade, cidade e cidadania,  
**Franklin Leopoldo e Silva**
4. O quarto poder: uma outra história,  
**Paulo Henrique Amorim**
5. Dilma Rousseff e o ódio político,  
**Tales Ab'Sáber**

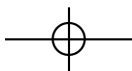
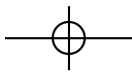
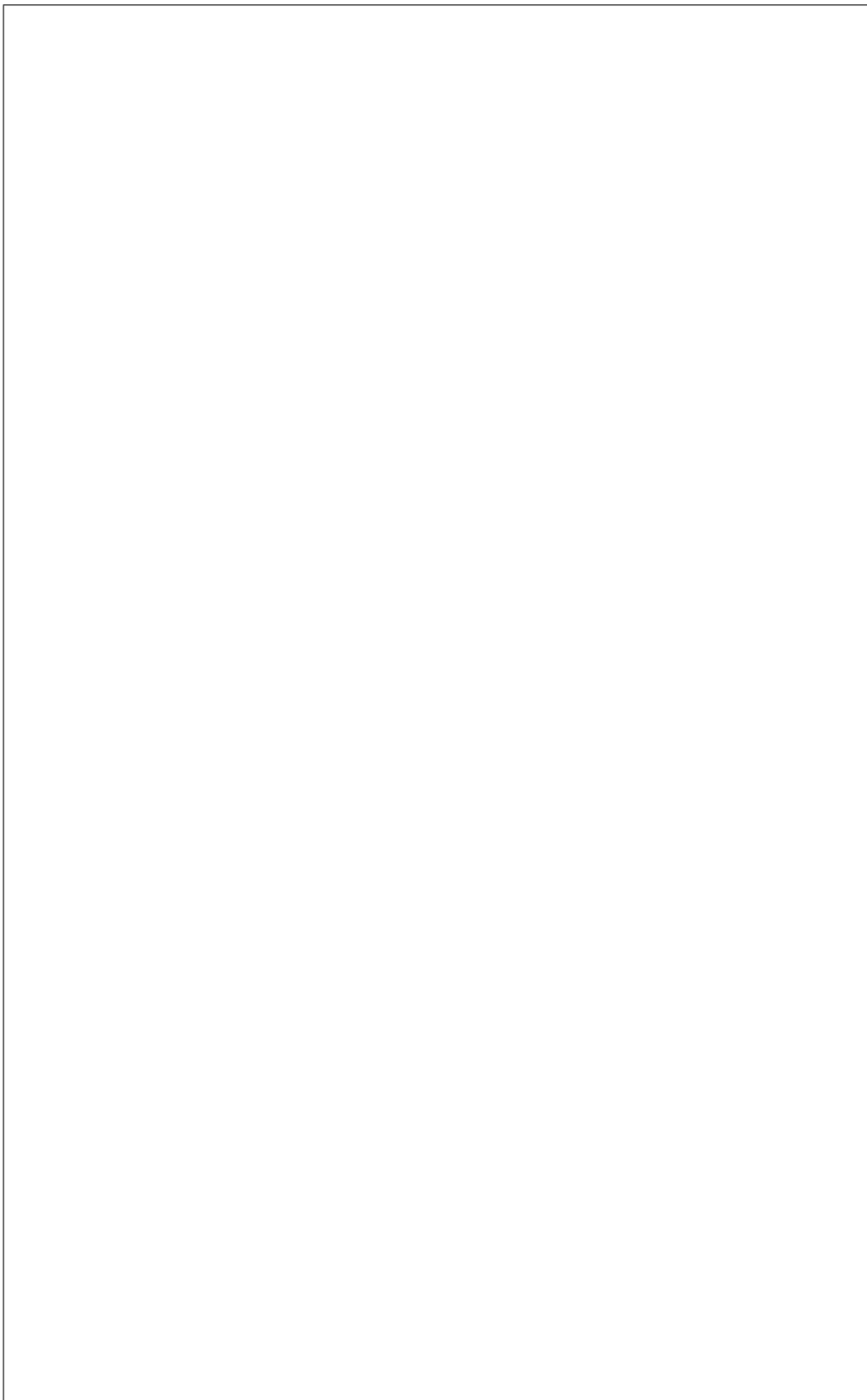


- 
- 
- 
- 
6. Descobrindo o Islã no Brasil,  
**Karla Lima**
  7. Michel Temer e o fascismo comum,  
**Tales Ab'Sáber**
  8. Lugar de negro, lugar de branco?,  
**Douglas Rodrigues Barros**

COLEÇÃO «ARTECRÍTICA»

1. Dostoiévski e a dialética,  
**Flávio Ricardo Vassoler**
2. O renascimento do autor,  
**Caio Gagliardi**







Adverte-se aos curiosos que se imprimiu este livro em nossas oficinas,  
em 13 de setembro de 2019, em tipografia Libertine, com diversos  
softwares livres, entre eles, Lua<sup>W</sup>TeX, git & ruby.  
(v. 665f65b)

